



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA



ESTUDO TÉCNICO 02/2026

**Indicadores Socioeconômicos e Ambientais para
Avaliação de Políticas Públicas no Estado e nos
Municípios**

Julho/2026





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Espaço Cidadania Digital - ECD

Estudo Técnico ECD nº 02/2026

Indicadores Socioeconômicos e Ambientais para Suporte à Avaliação de Políticas Públicas no Estado e nos Municípios

Julho/2026





Presidente do TCE/PB

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

Diretoria Geral (DIREG)

Severino Claudino Neto

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)

Ed Wilson Fernandes de Santana

Coordenação do Trabalho - Espaço Cidadania Digital (ECD)

André Agra Gomes de Lira

Auditor de Controle Externo TCE/PB

Colaboração

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB

Miguel de Oliveira Silva

Estagiário de Engenharia Civil TCE/PB UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau

Revisão e Edição

Bianca Batista Lins

Oficial de Registros, Notificações e Expediente TCE/PB





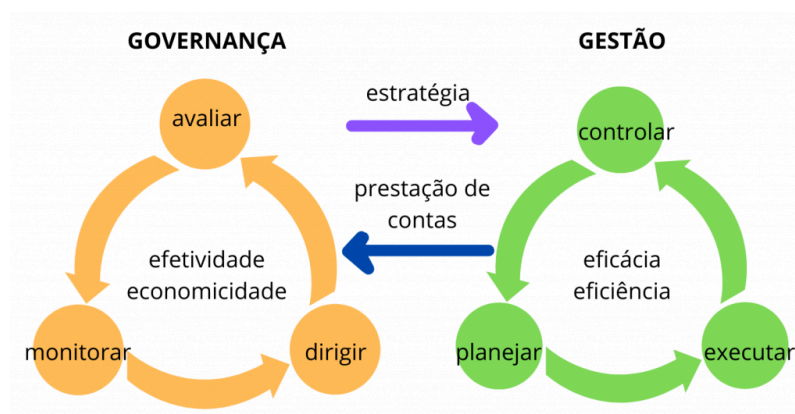
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES-CHAVES	14
3. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO	16
3.1. População, PIB e Renda	16
3.2. Trabalho - Empregos formais	40
3.3 - Programas Sociais	47
4. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO	53
4.1. Indicadores Gerais da Educação	53
4.2. Indicadores de Proficiência em Português e Matemática	69
4.3. Taxa de Adequação de Formação Docente	74
4.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono	76
5. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE	81
5.1. Índice de Equidade e Dimensionamento dos Municípios (IED)	82
5.2. Cobertura de Agentes Comunitários de Saúde (ACS)	83
5.3. Cobertura de Saúde Bucal	84
5.4. Tratamento oncológico no prazo	85
5.5. Cobertura potencial de saúde primária	86
5.6. Óbitos por causas evitáveis	87
5.7. Vacinações - Imunizações	88
5.8. Profissionais de saúde SUS	91
5.9. Mortalidade Materna e Infantil	92
5.10. Desnutrição Infantil	94
5.11. Número de óbitos prematuros (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT)	95
5.12. Leitos Cirúrgicos	96
5.13. Leitos Clínicos	98
6. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA	100
7. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	105
7.1. Polícia Militar	118
7.2. Crimes contra a Pessoa	120
7.3. Violência contra a Mulher	124
7.4. Segurança Viária	131
7.5. Crimes contra o Patrimônio	137
7.6. Apreensão de entorpecentes	139
7.7. Elucidação e Tipos de Prisão	139
7.8. Sistema Penitenciário	140
8. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO	144
9. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE	158
9.1. Setor agropecuário	172
9.2. Energia	173
9.3. Mudanças de Uso da Terra e Florestas	175
10. INDICADORES DE CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS	177
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	180

1. INTRODUÇÃO

A atuação do controle externo tem passado por uma transição importante, expandindo-se da fiscalização estritamente formal e contábil para a avaliação dos resultados e impactos reais das políticas públicas. Alinhada às Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público (NBASP-12), essa nova abordagem foca na qualidade da despesa pública e no valor gerado para a sociedade, especialmente diante de cenários complexos que envolvem mudanças climáticas e avanços tecnológicos. Para que a administração pública atenda ao princípio constitucional da eficiência, torna-se essencial adotar uma gestão orientada a resultados, apoiada em metas e indicadores confiáveis. Tais instrumentos garantem maior transparência e devem estar diretamente integrados às peças de planejamento orçamentário, como PPA, LDO e LOA.

Figura 1.a - Indicadores de governança e gestão pública



Fonte: <https://ufr.br/proplan/comites-de-governanca/>

Além da integração orçamentária, o planejamento público precisa estar alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Nesse contexto global, destaca-se também o compromisso do governo brasileiro com a formulação de um novo ODS voltado à **igualdade étnico-racial**, o ODS 17, desenhado para promover a integração e reduzir as desigualdades históricas que afetam povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos vulneráveis, ampliando suas oportunidades de ascensão social. Para maiores informações, o Governo Federal disponibilizou uma cartilha, que pode ser acessada através do link <<https://heyzine.com/flip-book/513d2db71b.html#page/1>>.

É fundamentado nessa necessidade de mensurar a governança e a efetividade governamental que o Espaço Cidadania Digital do TCE-PB desenvolveu este estudo. O trabalho consolida e analisa os principais indicadores socioeconômicos e ambientais do Estado da Paraíba e de seus municípios, incluindo o Índice de Cidades Sustentáveis (IDSC), com o objetivo de subsidiar a prestação de contas do Governo do Estado.

Figura 1.b - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/09/24/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-onu-realiza-evento-na-ufpel/>

Para assegurar o rigor da avaliação e contextualizar os resultados com as médias do Nordeste e do Brasil, a pesquisa extraiu dados de fontes oficiais reconhecidas, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), Portais de Transparência, o Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre outras, nas áreas de população, trabalho, renda, educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, além de saneamento básico, com o objetivo de avaliar a qualidade e os resultados da gestão estadual e municipal na vida da população paraibana, contextualizando-os com indicadores nacionais e regionais.

Para os **Indicadores da Saúde**, foram utilizados as plataformas do Ministério da Saúde, e-gestor e portal IGMA - Aquila, que mede o nível de excelência da gestão pública, além de consultas e diligências às referidas secretarias responsáveis.

Os **indicadores de população, renda e trabalho** tiveram como fontes principais os dados do Novo CAGED, PNAD Contínua (Pesquisa nacional por amostra de domicílios), Portal de Transparência, IBGE, SAGRES TCE-PB (Sistema de Acompanhamento da Gestão de Recursos da Sociedade), dentre outros. No que se refere à **Educação**, foram utilizados como fontes, o Censo Escolar - Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e a Plataforma QEDU¹.

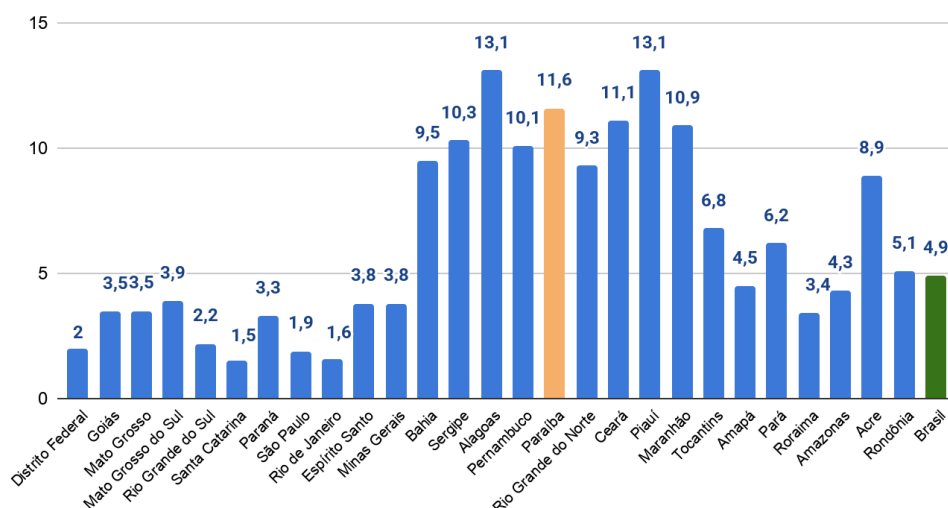
¹ <https://qedu.org.br/>



Segundo a plataforma **PNAD Contínua**², o **analfabetismo no Brasil diminuiu de 6,1% em 2019 para 4,9% em 2025**, mas ainda temos **10,4 milhões de analfabetos e analfabetas no país**. Neste mesmo ano o Nordeste tinha a taxa mais alta (10,6%), apesar da diminuição em relação a 2024, que foi de 11,1%, já o Sul, possui a mais baixa (2,4%). **A Paraíba é o 3º estado da federação com maior taxa de analfabetismo**.

Em maio de 2025, foi divulgado dados do **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**, segundo o qual 29% da população brasileira se encaixa nesse quesito. O maior percentual se encontra na faixa de 40 a 64 anos, atingindo 51%. Além disso, somente 31% das pessoas que se autodenominam pardos e pretos são alfabetizados no país³.

Gráfico 1.a - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) em 2025



Fonte: Painel IBGE - PNAD Contínua: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> (gráfico elaborado pelo ECD)

Um dado importante é que apesar do analfabetismo ter diminuído no cenário nacional, ele ainda continua alto no Nordeste, entre idosos, pretos e pardos. Segundo a **Agência IBGE**, a taxa de analfabetismo recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, o Nordeste tinha a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%), em 2022. No grupo dos idosos (60 anos ou mais) a diferença entre as taxas era ainda maior: 32,5% para o Nordeste e 8,8% para o Sudeste, além disso, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Já de acordo com os dados do **PNAD** a taxa de analfabetismo no Nordeste, em 2025 é contínua a maior do país, sendo esta de 10,6%; enquanto a do Brasil está em 4,9%.

Quanto à **Segurança Pública**, foram utilizados os Indicadores Chaves de Performance (ICP - desenvolvidos no âmbito do Programa Paraíba Unida pela Paz) desenvolvidos e

² <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

³ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/05/3-a-cada-10-brasileiros-sao-analfabetos-funcionais-indica-pesquisa.ghtml>



disponibilizados pela Secretaria de Segurança e de Defesa Social (SESDS), além de outras informações disponibilizados após realização de diligência *in loco* e apresentação no TCE, como também informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Além destes indicadores, informações do “**Ranking de Competitividade dos Estados - CLP (Centro de Liderança Pública)**”, edição 2025, indicou que a Paraíba se encontra em **11^a na colocação geral do país e 1^o colocado do Nordeste**, devido a avanços em Capital Humano, Inovação e Potencial de Mercado. Para mais informações sobre o ranking Inovação 2025, acessar o <<https://rankingdecompetitividade.org.br/estados/>>.

Figura 1.c - Ranking de competitividade dos Estados



Fonte: CLP

Outro método de análise é o **Ranking de Competitividade dos Municípios**⁴, uma ferramenta que auxilia os gestores e líderes na tomada de decisão, com foco nas cidades para um desenvolvimento sustentável, com participação de 418 municípios brasileiros. Na edição lançada em **2025**, algumas cidades paraibanas tiveram destaque:

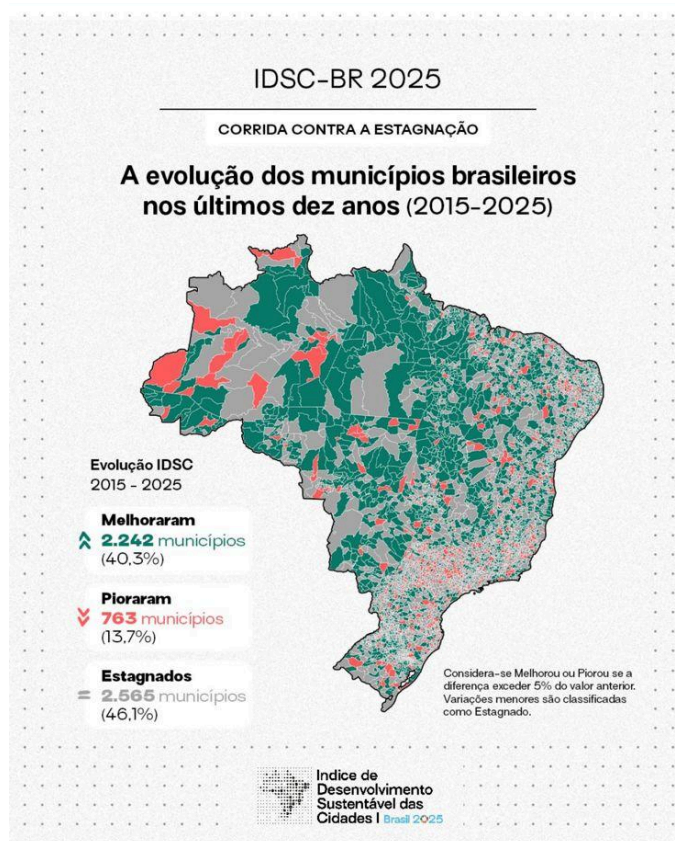
- **João Pessoa:** 157^a posição na colocação geral do país e 8^a posição na colocação do Nordeste.

⁴https://clp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/CLP-Relatorio-Ranking-dos-Municipios-2025_FINAL_V2-1-1.pdf

- **Campina Grande:** 237ª posição na colocação geral do país e 19ª posição na colocação do Nordeste.
- **Patos:** 243ª posição na colocação geral do país e 20ª posição na colocação do Nordeste.
- **Santa Rita:** 393ª posição na colocação geral do país e 87ª posição na colocação do Nordeste. Está presente nos 5 últimos colocados em Qualidade da Educação
- **Bayeux:** 413ª posição na colocação geral do país e 96ª posição na colocação do Nordeste. Está presente nos 5 últimos colocados em Qualidade da Saúde e da Educação, além de Inserção Econômica.

O **Índice de Desenvolvimento das Cidades Sustentáveis**⁵, tem metodologia adotada pela comunidade europeia, no qual avalia os 5.571⁶ municípios do Brasil, sob o prisma dos ODS. As duas cidades paraibanas que estão no topo da colocação neste índice são: Cabaceiras e Zabelê, entretanto, encontram-se em posições bem distintas no ranking geral, **803º e 848º**, respectivamente.

Figura 1.d - Evolução dos municípios brasileiros quanto aos ODS



Fonte: IDSC, Instagram: @programacidades sustentaveis

⁵ <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

⁶ O mais jovem município do Estado, **Boa Esperança do Norte**, foi oficializado após decisão do Supremo Tribunal Federal, no último dia 6 de outubro.



Figura 1.e - Municípios da Paraíba com melhor pontuação dos ODS (vinte primeiros)

Classificação↑	Cidade	Estado	Pontuação	Desempenho por ODS
803	Cabaceiras	PB	55,90	
848	Zabelê	PB	55,70	
867	Areia	PB	55,64	
921	Frei Martinho	PB	55,41	
979	Gurjão	PB	55,11	
1163	Vista Serrana	PB	54,44	
1172	Riachão	PB	54,40	
1193	Coxixola	PB	54,33	
1336	Várzea	PB	53,86	
1340	Riachão do Bacamarte	PB	53,86	
1381	Passagem	PB	53,72	
1418	Maturéia	PB	53,59	
1455	São Sebastião do Umbuzeiro	PB	53,48	
1537	Baraúna	PB	53,26	
1562	Curral de Cima	PB	53,19	
1631	Areia de Baraúnas	PB	52,96	
1659	Caraúbas	PB	52,90	
1713	São Bento	PB	52,75	
1717	Bernardino Batista	PB	52,73	
1738	Algodão de Jandaira	PB	52,68	

Fonte: IDSC BR

Além destes, há ainda, o **Ranking de Cidades Sustentáveis 2026⁷**, que avalia 388 cidades do país com mais de 100 mil habitantes, dentre parâmetros de Prosperidade, Gestão, Bem-estar, Segurança, Infraestrutura e Serviços Básicos oferecidos pela gestão.

No Nordeste, **a cidade de João Pessoa obteve destaque, estando na 5ª colocação**, enquanto na edição de 2025, a cidade de Campina Grande esteve em destaque como 4ª colocada da região.

A nível nacional, a primeira colocada foi São Caetano do Sul em São Paulo, já em relação a Paraíba, João Pessoa está na 127ª colocação no ranking geral; Campina Grande na 146ª colocação; Patos na 219ª colocação; e Santa Rita na 335ª colocação.

É importante citar que das cidades paraibanas: Cabaceiras, Caraúba, Parari, João Pessoa, Sumé, Malta, Congo, Carrapateira, Cajazeiras, Dona Inês, Soledade, Umbuzeiro, Serra Redonda,

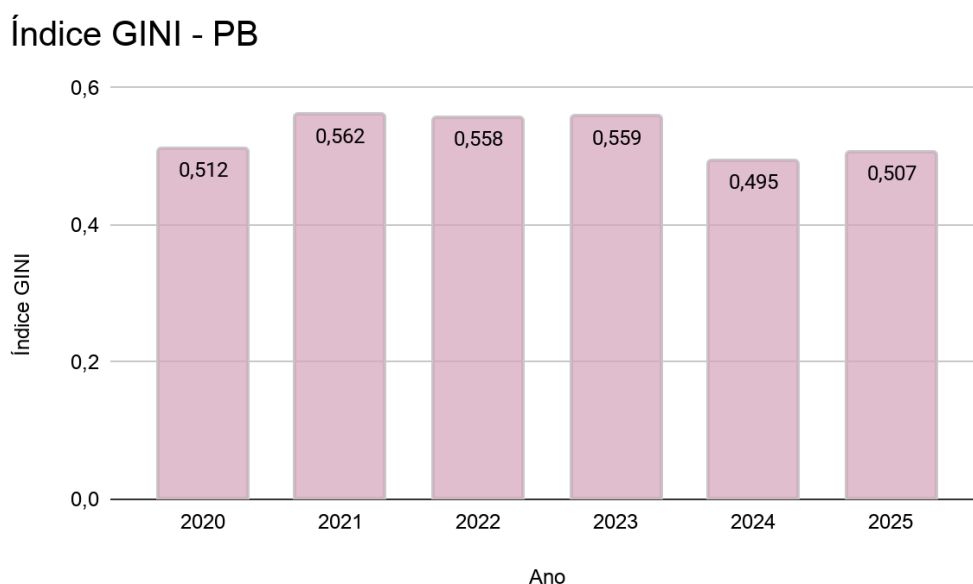
⁷ <https://blog.brightcities.city/pt-br/ranking-cidades-sustentaveis-2026/#resultado>



Amparo, Picuí e São José de Piranhas; são signatárias do **PCS - Programa Cidades Sustentáveis**⁸: “Esta é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.” **O PCS possui uma base de dados com 260 indicadores**, dentre eles: ações afirmativas para a redução da desigualdade; capacitação profissional e incentivo ao primeiro emprego; centro municipal de monitoramento e alertas de desastres naturais; divulgação de indicadores de sustentabilidade para o turismo, entre outros⁹.

Outro dado importante, divulgado pelo **IpeaData**¹⁰ (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), relativo ao ano de **2025**, mostra que a Paraíba registrou um **índice GINI de 0,507** (o índice GINI mede a concentração de renda e a desigualdade econômica, sendo que valores mais próximos de zero indicam maior igualdade de renda), valor acima do **índice nacional** no mesmo ano (**0,511**) e da do **Nordeste (0,503)**.

Gráfico 1.b - Índice Gini - série histórica - Paraíba



Fonte: IpeaData (gráfico elaborado pelo ECD)

⁸ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>

⁹ <https://www.cidadessustentaveis.org.br/indicadores>

¹⁰ <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>

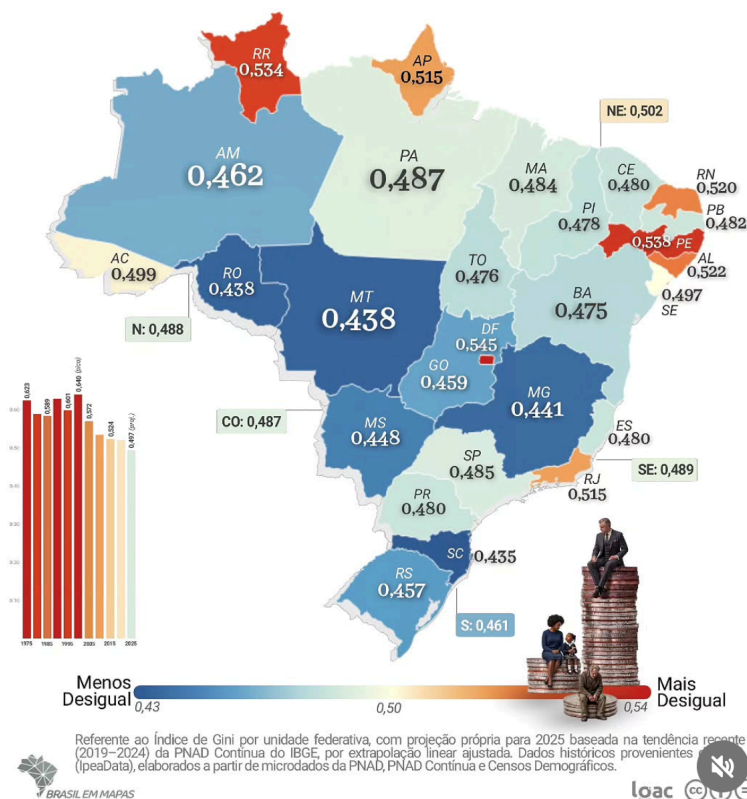


Figura 1.f - Desigualdade entre os Estados do Brasil - Índice GINI - com projeção do índice de 2025

DESIGUALDADE ENTRE OS ESTADOS DO BRASIL

Índice de GINI 2025

O Índice de Gini é um coeficiente que mede a distribuição da renda de uma população, permitindo avaliar a desigualdade social e comparar diferentes regiões. Seus valores variam de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda e a desigualdade.



Fonte: @brasilemmapas

Ainda neste trabalho, serão observadas questões relacionadas à **mobilidade urbana** no Estado e municípios, como frota de veículos, acidentes de trânsito, a existência de planos de mobilidade urbana, entre outras. Essas questões foram, inclusive, mais discutidas no estudo desenvolvido pelo ECD chamado “*Um Olhar do Controle Externo Sobre Planos Diretores e Urbanismo Sustentável*”, disponível para acesso no site <<https://tce.pb.gov.br/>>¹¹.

Vale ressaltar também, que em torno de 90% do território paraibano está localizado na região semiárida nordestina ou na área denominada Polígono das Secas¹². Isso implica que **198¹³** dos 223 municípios paraibanos estão **em áreas muito sensíveis à influência do clima e dos regimes pluviométricos constituindo o Semiárido Paraibano**.

Em relação aos indicadores de **saneamento básico e do meio ambiente**, foram usados dados do SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), SEEG (Sistema de

¹¹<https://tce.pb.gov.br/publicacoes/analises-e-desempenhos-de-gestoes/estudo-tecnico-02-2023>

¹² file:///C:/Users/alira/Downloads/relatorio_consolidado_hidrico_2022_06_29%20(2).pdf

¹³<https://www.letrasambientais.org.br/posts/semiario-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024>

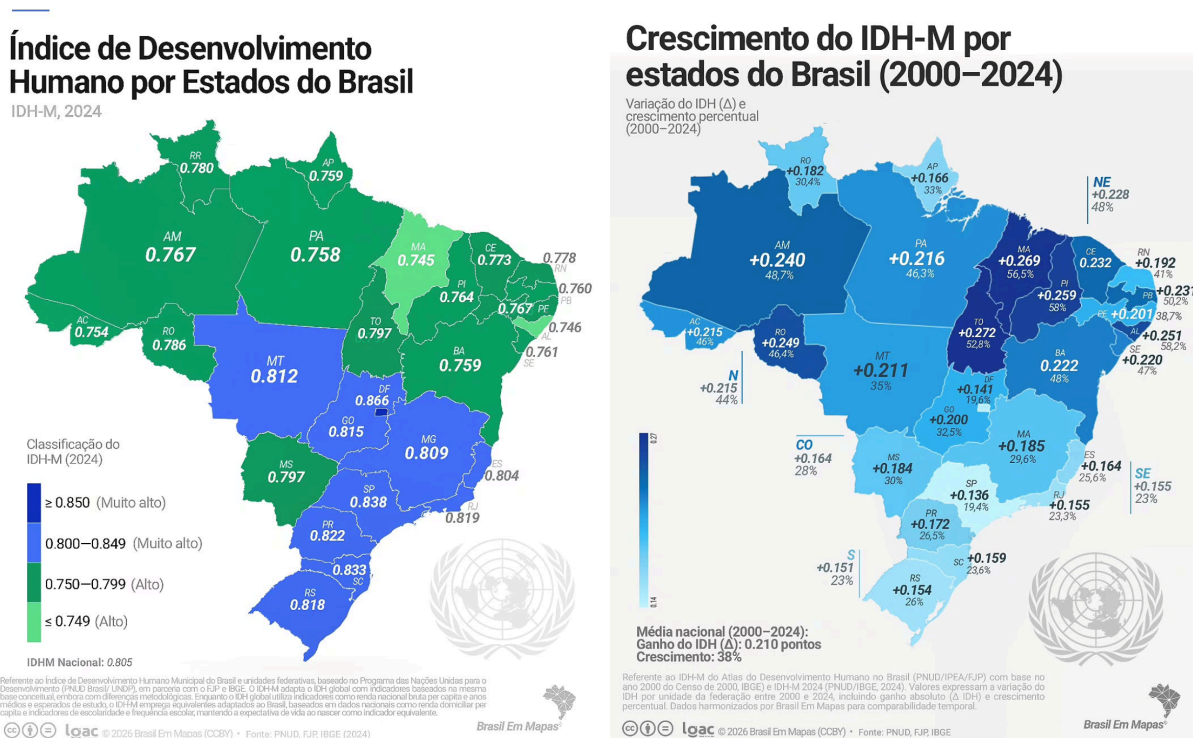


Estimativa de Emissão de Gases), o MAP Biomas Alerta e ABES PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** é um indicador criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o intuito de medir o nível de desenvolvimento de uma localidade. Ele indica que o índice de desenvolvimento não deve ser medido somente pela riqueza produzida, mas também pelo índice de longevidade de um local, a saúde, o acesso à educação, além de outros parâmetros que fornecem condições dignas de vida. Existe também o **IDH-M**, que é uma variação do IDH criada para monitorar o desenvolvimento de **municípios** e estados brasileiros, ainda avaliando a educação, a longevidade e a renda. Importante citar que o índice varia entre 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento da região. **No contexto das políticas públicas**, o IDH é utilizado para orientar decisões governamentais e avaliar resultados de programas sociais. Já que localidades com IDH mais baixo podem demandar mais acesso à educação, infraestrutura sanitária e urbana, além de melhorias na saúde pública.

Nos gráficos abaixo retirados do **Brasil em Mapas**, indica o IDH-M das unidades federativas no ano de 2024, como também o crescimento por estados em um período de 24 anos.

Figura 1.g - Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: @brasilemmapas (instagram)

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES-CHAVES



As **políticas públicas** são ações, programas e decisões governamentais destinadas a promover o bem-estar social e agir no enfrentamento dos problemas coletivos, através da alocação de recursos em determinadas áreas.¹⁴

Elas estão diretamente ligadas a existência dos indicadores-chaves de desempenho, que são fundamentais para a formulação das políticas públicas, visto que fornecem instrumentos para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das mesmas, fazendo com que as ações governamentais sejam orientadas por dados objetivos e demandas políticas reais. São tópicos interdependentes e devem ser analisados em conjunto.

Nesse contexto, o **Espaço Cidadania Digital do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**, sob a coordenação do Auditor de Controle Externo André Agra, encontra-se em fase de desenvolvimento de um **Curso de Inovação, Avaliação e Auditoria de Políticas Públicas**, iniciativa voltada ao fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais relacionadas ao monitoramento, à avaliação e ao aprimoramento da gestão pública orientada para resultados, com ênfase na análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e dos Indicadores de Desempenho.

Figura 2.a - Inovação, Avaliação e Auditoria de Políticas Públicas - Curso TCE/PB



Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

É importante levar em consideração que, a utilização de indicadores na avaliação de

¹⁴ Escrito com auxílio do chat gpt e revisado pela equipe do Espaço Cidadania Digital



políticas públicas está diretamente ligada à eficiência, eficácia e efetividade. Além disso, os indicadores assumem papel estratégico na transparência de dados e no controle social.

Dessa forma, pode-se afirmar que os indicadores-chave são elementos estruturantes do processo de formulação e avaliação das políticas públicas, transformando fenômenos sociais complexos em informações mensuráveis, permitindo que governos identifiquem problemas, definam prioridades, monitorem resultados e avaliem impactos. Em uma administração pública orientada por evidências, a qualidade das políticas implementadas depende, em grande medida, da qualidade, confiabilidade e relevância dos indicadores utilizados para subsidiar a ação governamental.

Levando em consideração os tipos de indicadores e suas políticas públicas relacionadas, tem-se¹⁵:

- **As políticas públicas de educação:** correspondem ao conjunto de princípios, diretrizes, normas, programas e ações estatais destinadas a garantir o direito fundamental à educação, assegurando acesso universal, permanência, qualidade e equidade em todos os níveis e modalidades de ensino.
- **As políticas públicas voltadas à Primeira Infância,** que é o período que compreende do nascimento aos seis anos de idade, ocupam posição estratégica no desenvolvimento humano e social. Evidências científicas demonstram que investimentos nessa fase geram impactos positivos duradouros na saúde, na educação, na redução das desigualdades e no desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a avaliação de políticas públicas e a auditoria realizada pelos Tribunais de Contas tornam-se instrumentos essenciais para assegurar que os recursos públicos destinados à Primeira Infância sejam aplicados de forma eficiente, eficaz, efetiva e equitativa.
- **As políticas públicas de saúde podem** ser definidas como o conjunto articulado de princípios, diretrizes, normas, instituições, programas e ações estatais destinadas a promover, proteger e recuperar a saúde da população, garantindo o acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde, sob a responsabilidade do Estado.
- **As políticas públicas de ação social** constituem o eixo central da proteção social brasileira, voltadas à redução das desigualdades, à promoção da inclusão social e à garantia de direitos fundamentais. Elas se fundamentam na Constituição Federal de 1988, que consagrou a assistência social como direito do cidadão e dever do

¹⁵ Informações retiradas do trabalho teórico do **Curso de Inovação, Avaliação e Auditoria de Políticas Públicas**.

Estado, integrando-a ao sistema de seguridade social. Essas políticas não se limitam somente a ações assistencialistas, mas estruturam um sistema de proteção social baseado na universalidade, na equidade e na participação social. Seu foco está no fortalecimento das capacidades das famílias e comunidades, na prevenção de riscos sociais e na promoção da autonomia.

- As **políticas de melhoria da infraestrutura urbana** compreendem o conjunto de ações estatais destinadas a garantir condições adequadas de mobilidade, saneamento, habitação, energia, conectividade, drenagem urbana e equipamentos públicos, impactando diretamente a qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento econômico. No contexto brasileiro, a infraestrutura urbana assume papel estratégico na redução das desigualdades territoriais, no enfrentamento da pobreza multidimensional e na promoção do direito à cidade.
- As **políticas públicas ambientais** no Brasil assumem centralidade diante da crise climática, da perda de biodiversidade, da escassez hídrica e da intensificação de eventos extremos, especialmente em territórios vulneráveis como o semiárido nordestino. O meio ambiente equilibrado é direito fundamental e condição para o desenvolvimento sustentável, a saúde pública, a segurança hídrica e a prosperidade econômica de longo prazo.
- A **segurança pública** constitui um direito fundamental e uma das principais demandas sociais no Brasil. Historicamente, as **políticas de segurança** foram orientadas por uma lógica repressiva, com baixa articulação com políticas sociais, urbanas e preventivas, o que limitou sua efetividade na redução da violência. O paradigma contemporâneo compreende a segurança pública como política pública transversal, baseada em: prevenção social da violência, atuação integrada entre entes federativos, inteligência, dados e evidências, e respeito aos direitos humanos.

3. INDICADORES-CHAVES DA POPULAÇÃO, FROTA, PIB, RENDA E TRABALHO

3.1. População, PIB e Renda

Com um território de 56.467 km², o Estado da Paraíba possui uma população estimada de, aproximadamente, **4,164 milhões em 2025¹⁶**, enquanto em 2024 era de 4,145 milhões¹⁷, já no Censo 2022 era de 3,974 milhões. A população da Paraíba representa cerca de **1,94%** da

¹⁶<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>

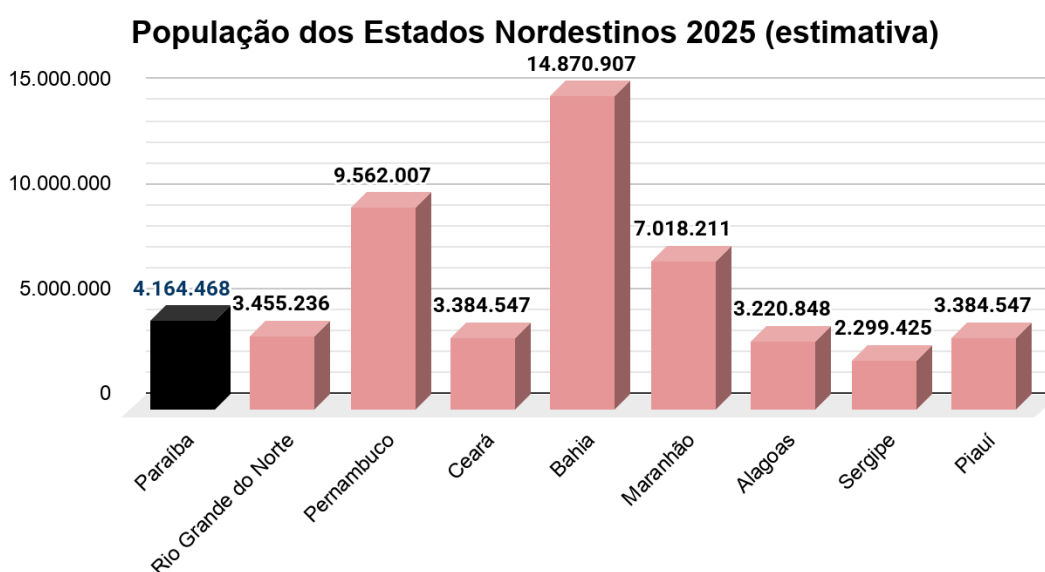
¹⁷Dados do Censo 2024 (<https://static.poder360.com.br/2024/08/dou-ibge-habitantes-brasil-29ago2024.pdf>)



população do país e cerca de **7,1%** da população da região Nordeste. Tem uma taxa de 73,40 habitantes/km² e de acordo com o relatório divulgado pelo **Sebrae**, indica que houve um crescimento de 10,04% da população, entre 2010 a 2024¹⁸.

A taxa de crescimento da Paraíba é de **0,45%** ao ano, enquanto a taxa nacional é de **0,52%**. A população brasileira, segundo estimativa do IBGE para 2025, atingiu **213.421.037**, enquanto a do Nordeste foi de **57.244.485**.

Gráfico 3.1.a - População dos Estados da Região Nordeste, estimativa 2025

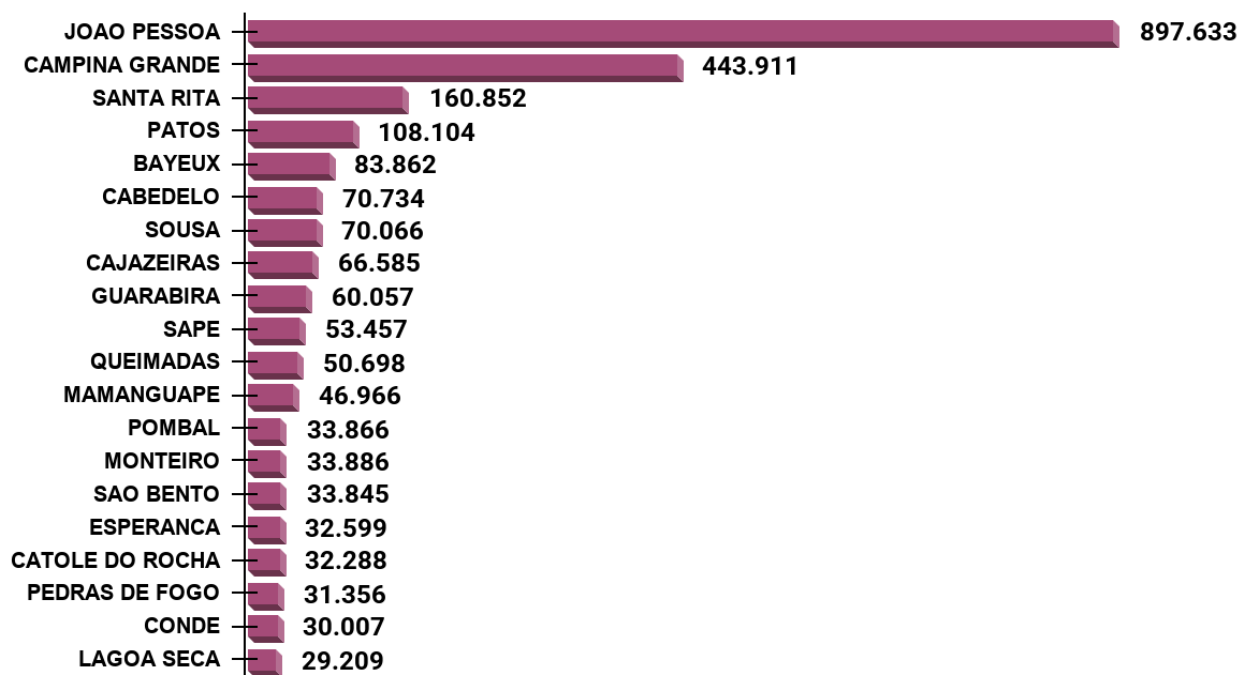


Fonte: IBGE (gráfico elaborado pelo ECD)

O Estado da Paraíba é composto por 223 unidades administrativas, nos quais 140 (62,78%), possuem uma população inferior a 10 mil habitantes e somente a capital, João Pessoa, possui mais de 500 mil habitantes.

¹⁸ Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB

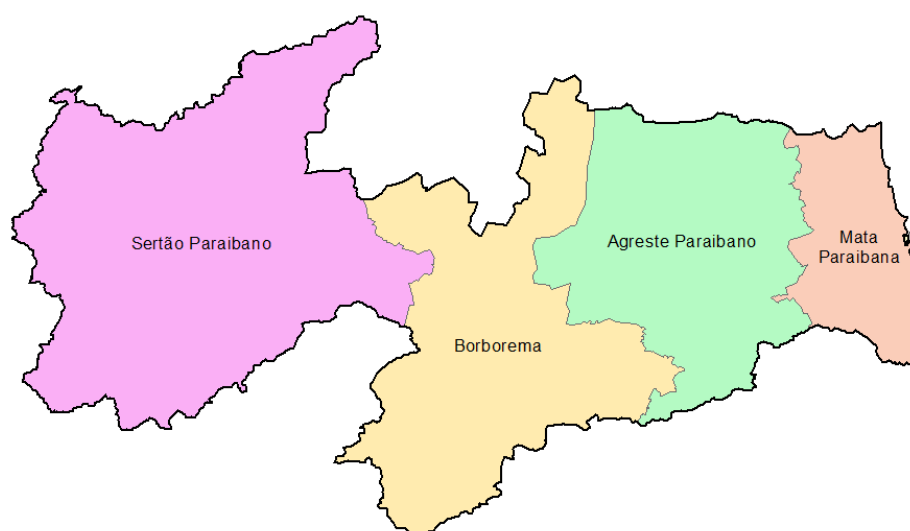
Gráfico 3.1.b - População das 20 maiores cidades da Paraíba - estimativa 2025



Fonte: IBGE (gráfico elaborado pelo ECD)

O Estado é distribuído em quatro mesorregiões denominadas de Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, onde a maior parte da população concentra-se nas região litorânea - zona da mata e borborema¹⁹.

Figura 3.1.a - Mapa do estado da Paraíba, com delimitação das mesorregiões



Fonte: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes/>

¹⁹[Regiões da Paraíba.](#)



Há uma **tendência ao envelhecimento da população** brasileira, apresenta-se como mais um desafio para que os municípios, seus gestores e lideranças se preparem para esse novo cenário demográfico, já presente, e que se intensificará no futuro, **com melhores instalações urbanísticas, acessibilidade e mercado de trabalho inclusivos**.

Segundo o **Censo 2022, a população com 65 anos ou mais representa 10,9% da população total**, um crescimento de 57,4% em relação ao Censo Demográfico 2010, quando representava 7,4% da população. Em 1980, o Brasil possuía 4% da população com 65 anos ou mais de idade²⁰, ou seja, a pirâmide etária está em plena transformação, vide figura abaixo.

Além disso, a Paraíba é o **“estado mais envelhecido do Nordeste”**, juntamente com o Rio Grande do Norte, conforme dados do Censo de 2022. Em João Pessoa, por exemplo, o número de idosos teve contribuição considerável para o seu aumento populacional, em 2010 a cidade tinha **74.635** idosos, e em 2022 esse número aumentou para **123.614**, um aumento de 65%²¹.

É importante mencionar que a **idade mediana da população aumentou 6 anos entre os Censos e atingiu os 35 anos**, sendo este um indicador que diferencia a população entre os 50% mais velhos e os 50% mais novos. De 2010 a 2022, no Brasil, a idade média cresceu de 29 para 35 anos, caracterizando o **envelhecimento da população**. Neste período, esse indicador aumentou na região Norte, de 24 para 29 anos; Nordeste, de 27 para 33 anos; Sudeste, de 31 para 37 anos; Sul, de 31 para 36 anos e Centro-Oeste, de 28 para 33 anos. Além disso, o número de idosos cresceu 57,4% nestes 12 anos.²²

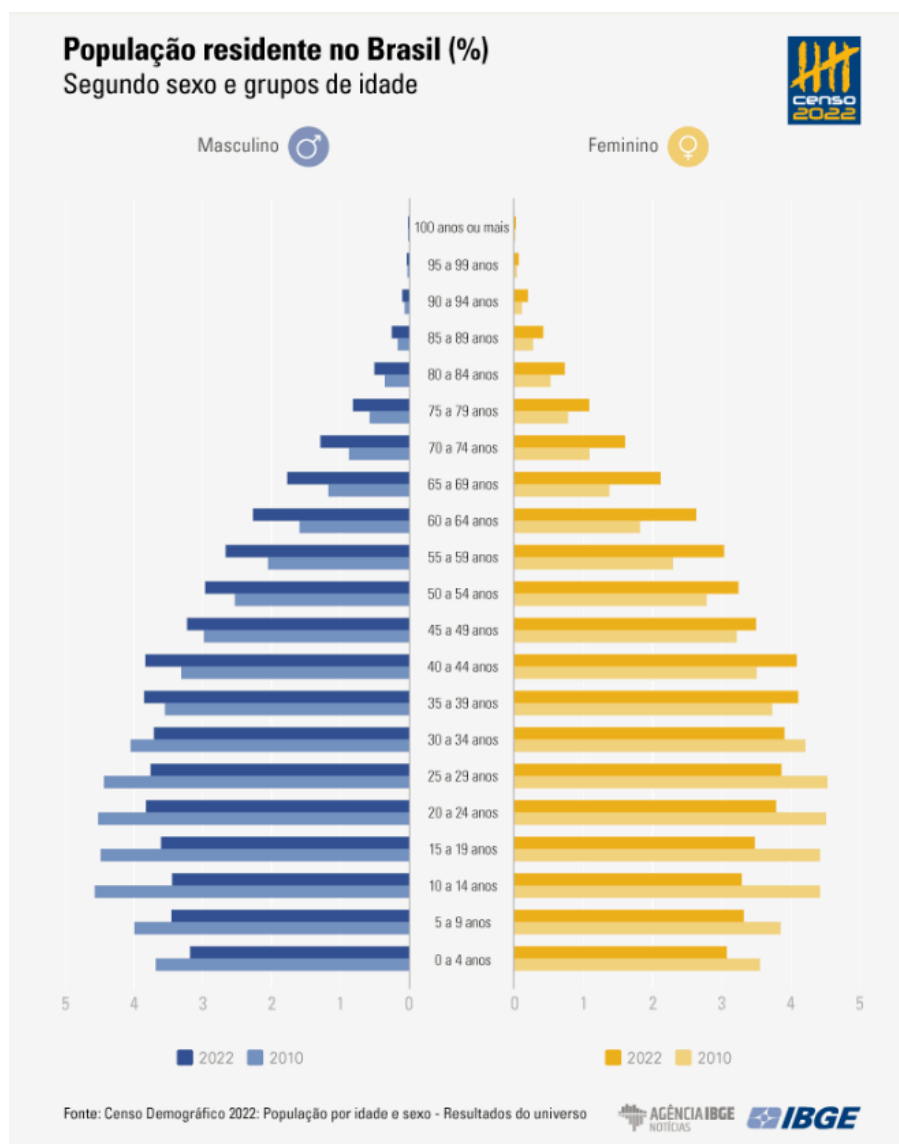
²⁰ Agência IBGE

²¹<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/10/27/paraiba-tem-o-maior-indice-de-envelhecimento-do-nordeste-apon-ta-censo-2022.ghtml>

²²<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cre-sceu-57-4-em-12-anos>



Figura 3.1.b - População residente no Brasil, segundo sexo e idade



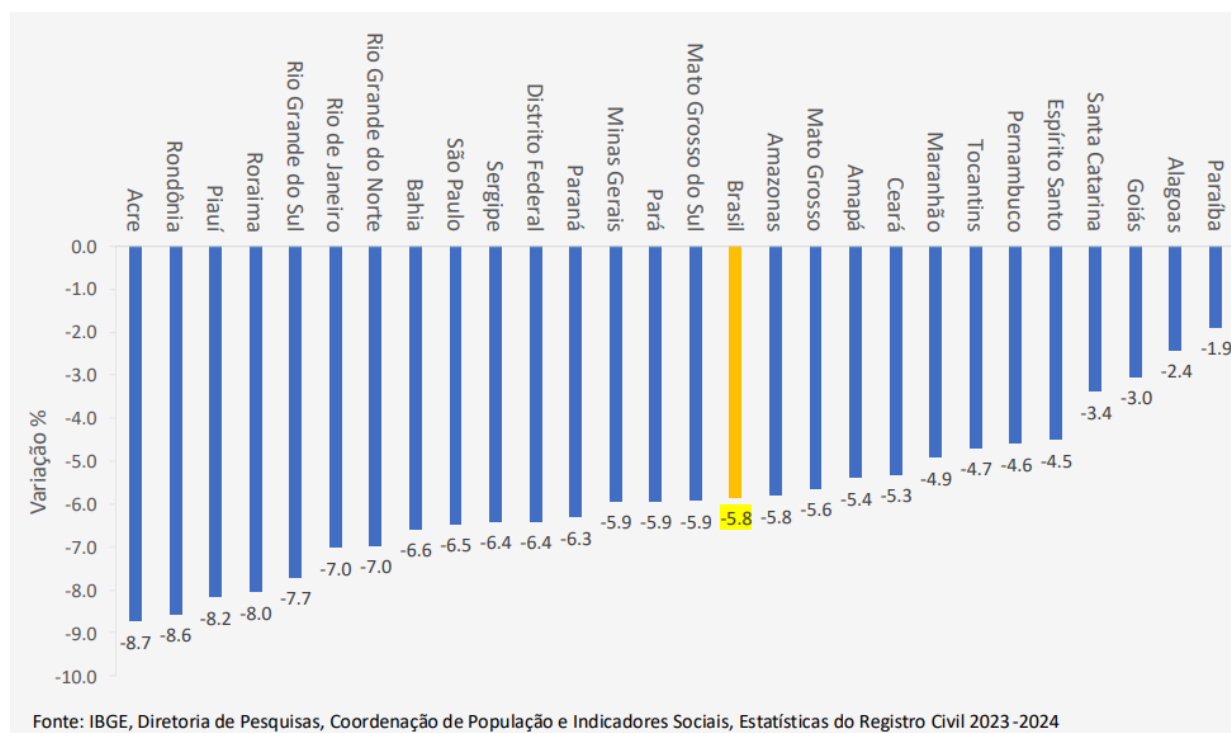
Fonte: IBGE²³

É importante frisar que a Paraíba teve a menor variação no número de nascidos vivos dentre todas as unidades federativas do Brasil, em termos de nascimentos no biênio 2023-2024. Em níveis estatísticos isso indica uma estabilidade, ou seja, a população não está crescendo e nem diminuindo.

²³ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-creceu-57-4-em-12-anos>



Gráfico 3.1.c - Variação no número de nascidos vivos nas Unidades da Federação 2023-2024



Fonte: IBGE²⁴

A quantidade de crianças, de 0 a 6 anos, na Paraíba, é de **aproximadamente 370.000**, cerca de 8,9% da estimativa da população total em 2025, informação obtida no **portal Primeira Infância Primeiro**, com iniciativa da **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal**²⁵.

Levando em conta o envelhecimento da população brasileira, é importante mencionar que somente 80 municípios brasileiros possuem o certificado **Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas**, oferecido pela Organização Mundial da Saúde, que impacta diretamente a meta 11.7 dos ODS : “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”²⁶. **Nenhuma cidade da Paraíba possui a certificação**, o que poderia ser um ponto essencial, visto que é o estado mais envelhecido do Nordeste²⁷.

Um aspecto interessante a se observar é que, apesar da taxa de crescimento populacional apresentar uma tendência ao declínio, o crescimento da frota de veículos no **Estado da Paraíba** continua a crescer num ritmo acelerado. Em **2025**, a frota atingiu o patamar de **1.792.957**, uma taxa **430,53 veículos por 1.000 habitantes**²⁸. O crescimento exacerbado da frota

²⁴ https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/031ad256f70356ed66b25e4ff01767cc.pdf

²⁵ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>

²⁶ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

²⁷ <https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas>

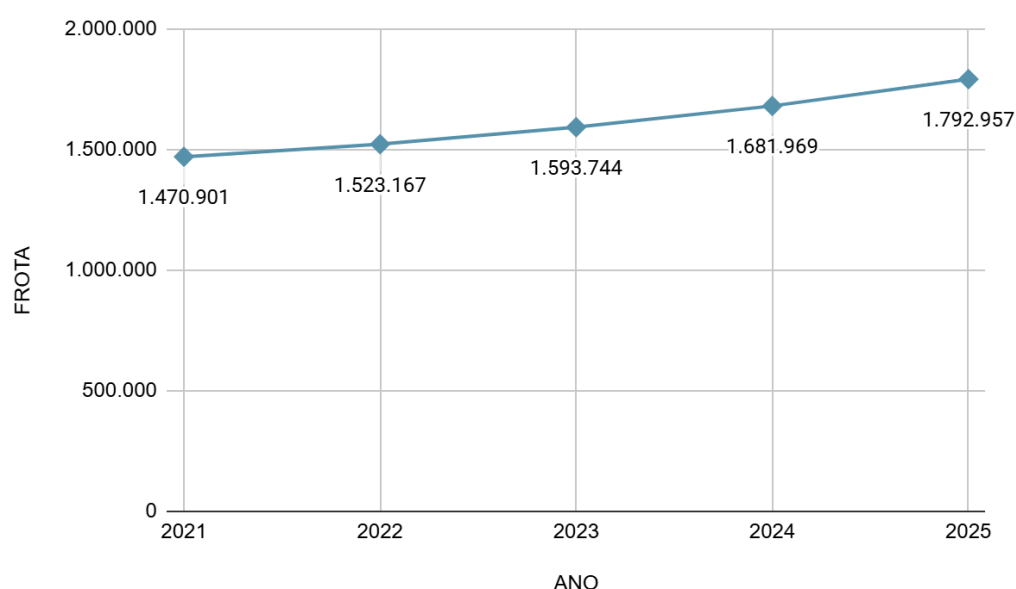
²⁸ <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2025>



indica uma situação crítica de mobilidade urbana e de transporte no Estado, que pode vir a ter implicações sérias nos setores ambientais e de saúde, em particular, para as regiões metropolitanas. **No Brasil o total de veículos, em 2025, foi cerca de 129 milhões e no Nordeste foi cerca de 23 milhões.**

De acordo com o 'IBGE Cidades²⁹', o Estado da Paraíba em 2025, estava na 17ª posição em maior quantidade de veículos no Brasil. Em 1º lugar estava o Estado de São Paulo³⁰.

Gráfico 3.1.d - Crescimento da frota de veículos na Paraíba de 2021 - 2025



Fonte: Ministério dos Transportes (gráfico elaborado pelo ECD)

A **taxa de motorização** é a relação entre a quantidade de veículos rodoviários e o número de habitantes de uma mesma região (x 1000 habitantes). Para o cálculo das taxas de motorização foram usados os dados populacionais de 2025 (estimativa IBGE) e a frota de veículos de 2025 (Senatran - Ministério dos Transportes).

Abaixo encontra-se o crescimento no biênio de 2024-2025 da frota veicular e a taxa de motorização em 2025, nas 20 maiores cidades do estado.

Tabela 3.1.a - Frota Veicular/ taxa de motorização (x 1000 hab.) nas 20 maiores cidades do Estado

Cidades	Frota de Veículos 2024	Frota de Veículos 2025	Crescimento	Taxa de motorização (2025)
João Pessoa	474339	497467	4,65%	554,20
Campina Grande	224788	235641	4,61%	530,83

²⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

³⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/22/28120?indicador=28120&tipo=ranking>





Santa Rita	62971	66673	5,55%	414,50
Patos	52633	56088	6,16%	518,83
Bayeux	40078	42784	6,32%	510,17
Sousa	38326	40911	6,32%	578,38
Cabedelo	38448	40796	5,76%	582,25
Cajazeiras	32831	35019	6,25%	525,93
Guarabira	28415	29837	4,77%	496,81
Sapé	21389	22891	6,56%	428,21
Queimadas	20176	21629	6,72%	426,62
Mamanguape	19307	20791	7,14%	442,68
Pombal	18636	20076	7,17%	592,81
Monteiro	17466	18629	6,24%	549,76
São Bento	16762	17784	5,75%	525,45
Esperança	14222	15790	9,93%	484,37
Catolé do Rocha	13131	14096	6,85%	436,57
Pedras de Fogo	11594	13113	11,58%	418,20
Conde	10669	11526	7,44%	384,11
Lagoa Seca	9598	10699	10,29%	366,29

Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ IBGE 2024 (tabela elaborada pelo ECD)

**Para mais informações
sobre os 223
municípios da Paraíba,
acesse o QR Code ao
lado.**



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



31

³¹ Para visualizar informações dos 223 municípios da Paraíba acesse o QR Code. Informações nas áreas de Economia, Educação, Saúde, Saneamento, Meio Ambiente, Frota de Veículos, dentre outras.

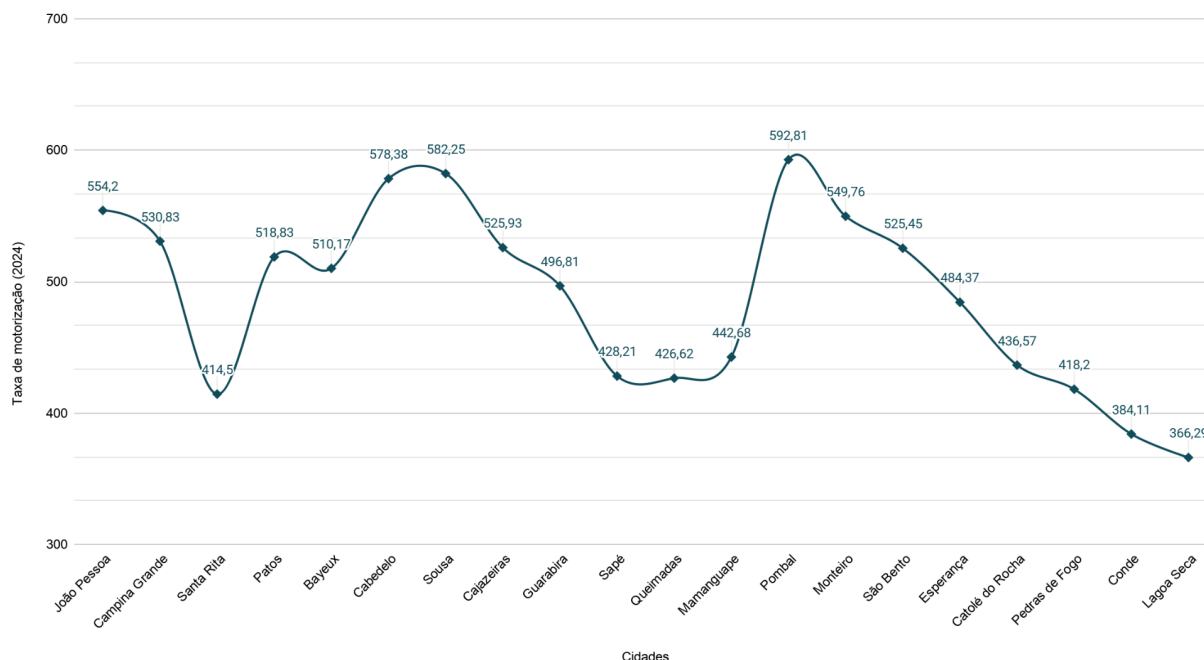


Tabela 3.1.b - Relação PIB e taxa de motorização nos 20 maiores municípios do estado

Cidades	PIB por município 2023	PIB per capita 2023	Taxa de motorização (2025)
João Pessoa	R\$ 28.442.000.000,00	R\$ 34.106,06	554,20
Campina Grande	R\$ 12.909.000.000,00	R\$ 30.780,61	530,83
Santa Rita	R\$ 3.164.000.000,00	R\$ 21.102,95	414,50
Patos	R\$ 2.555.000.000,00	R\$ 24.768,23	518,83
Bayeux	R\$ 1.899.000.000,00	R\$ 22.950,86	510,17
Cabedelo	R\$ 4.093.000.000,00	R\$ 61.527,94	578,38
Sousa	R\$ 1.715.000.000,00	R\$ 25.495,02	582,25
Cajazeiras	R\$ 1.808.000.000,00	R\$ 28.597,01	525,93
Guarabira	R\$ 1.489.000.000,00	R\$ 25.907,88	496,81
Sapé	R\$ 852.000.000,00	R\$ 16.615,42	428,21
Queimadas	R\$ 789.000.000,00	R\$ 16.549,83	426,62
Mamanguape	R\$ 1.087.000.000,00	R\$ 24.368,26	442,68
Pombal	R\$ 594.000.000,00	R\$ 18.301,05	592,81
Monteiro	R\$ 842.000.000,00	R\$ 26.099,62	549,76
São Bento	R\$ 724.000.000,00	R\$ 22.470,81	525,45
Esperança	R\$ 852.000.000,00	R\$ 27.269,39	484,37
Catolé do Rocha	R\$ 623.000.000,00	R\$ 20.309,65	436,57
Pedras de Fogo	R\$ 837.000.000,00	R\$ 28.216,86	418,20
Conde	R\$ 1.648.000.000,00	R\$ 59.710,20	384,11
Lagoa Seca	R\$ 417.000.000,00	R\$ 15.030,45	366,29

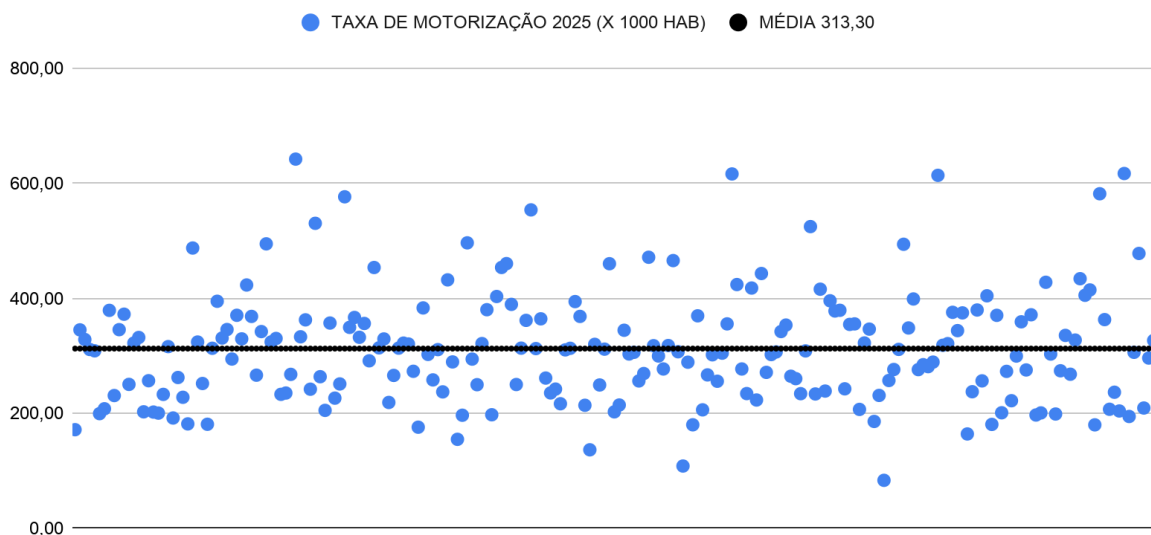
Fonte: Ministério dos Transportes Senatran/ IBGE (tabela elaborada pelo ECD)

Gráfico 3.1.e - Taxa de motorização 2025 (veículo/1000 habitantes) nas 20 maiores cidades do Estado



Fonte: Ministério dos Transportes Senatran 2025/ IBGE (gráfico elaborada pelo ECD)

Gráfico 3.1.f - Taxa de motorização 2025 (veículo/1000 habitantes) das 223 cidades do estado



Fonte: Ministério dos Transportes Senatran 2025/ IBGE (gráfico elaborada pelo ECD)

No tocante ao **Produto Interno Bruto (PIB)**, que é a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano”³², no ano de 2023, na Paraíba, foi de **R\$96,963 bilhões**, enquanto no ano de 2022, foi de **R\$86,094 bilhões**.

³² <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>



Levando em consideração os dados de 2023, o **PIB da Paraíba**³³, representou **0,88% do PIB Brasil**, que foi de **R\$ 10,9 trilhões**³⁴ (2023), de acordo com o IBGE. Já em **2024 o PIB nacional** foi de **R\$11,8 trilhões**. O PIB da Paraíba também equivale a aproximadamente **6,5% do PIB Nordeste**, que foi de **R\$1,51 trilhões** (2023). Em 2022 esse montante era de **1,38 trilhões** (2022)³⁵. Observa-se um aumento de 2,9% entre 2022 e 2023.

O **PIB per capita** da Paraíba, em 2023, foi de, aproximadamente³⁶, **R\$23.392**, um **crescimento** de 7,3% em relação ao dado do ano anterior (em 2022, era de **R\$21.662**).

Ainda sobre o **crescimento do PIB paraibano**, uma pesquisa divulgada pela **Resenha Regional de Assessoramento Econômico do Banco do Brasil**, publicado em dezembro de 2025, indicou que a Paraíba apresentou a 3ª maior taxa do país e lidera os estados nordestinos³⁷.

As 20 maiores cidades da Paraíba, em relação ao PIB e PIB *per capita* (referência: ano de 2023), estão listadas no gráfico e na tabela a seguir. Os valores apresentados estão a preços correntes. Os **três maiores PIB** são respectivamente: **João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo**.

Com relação aos dois maiores PIB municipais, **João Pessoa e Campina Grande tiveram participação de 29,33% e 13,31%, respectivamente, no PIB do Estado** (2023). O **PIB da Paraíba é o sexto** entre os nove do Nordeste.

³³<https://www.auniao.pb.gov.br/noticias/economia/pib-da-paraiba-cresce-3-em-2023#:~:text=Na%20compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20os%20estados,15%20de%20novembro%20de%202025>.

³⁴<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes>

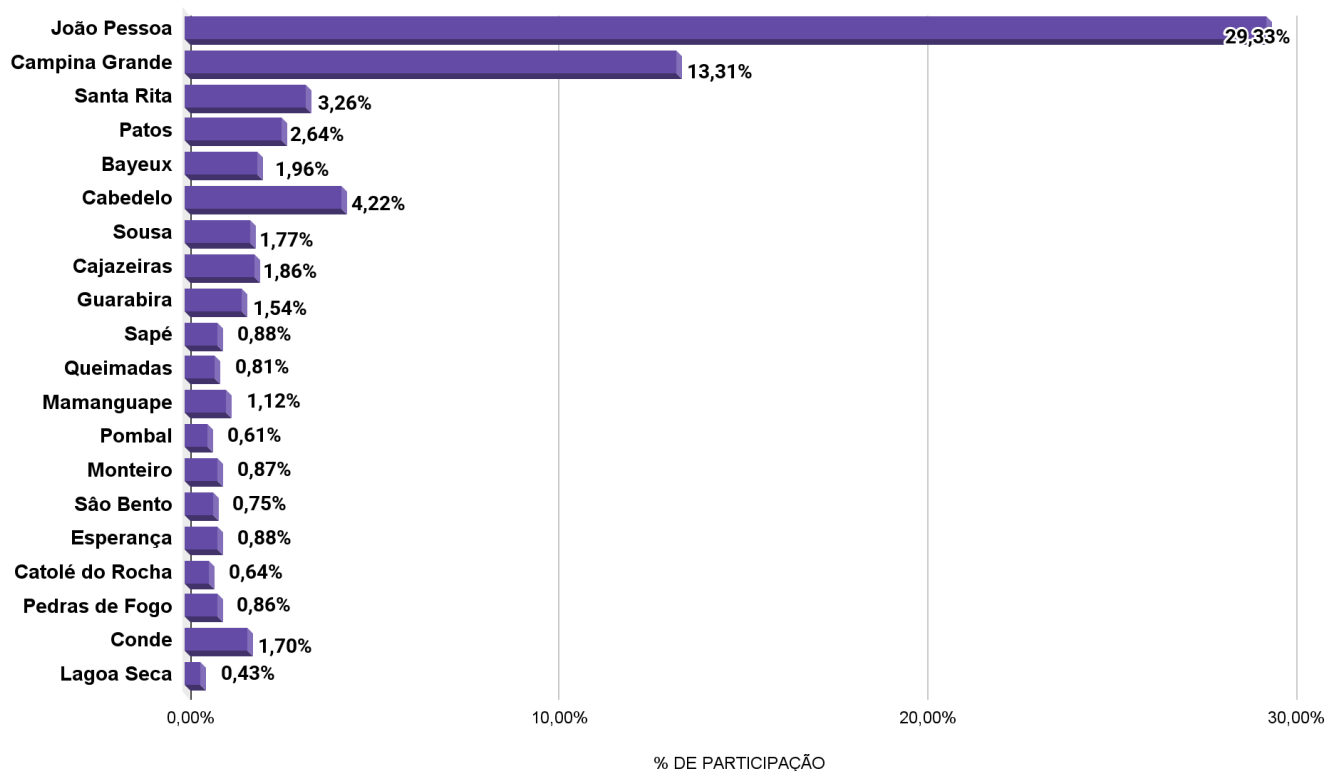
³⁵<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=s-series-historicas&c=2500601>

³⁶ Até a presente data não foi divulgado o PIB per capita, mas foi realizado a divisão do resultado final do PIB 2023 e da população 2024, para se ter um valor aproximado.

³⁷<https://www.sefaz.pb.gov.br/announcements/17159-paraiba-acelera-crescimento-do-pib-no-2-semester-e-alcanca-3-maior-taxa-do-pais-em-2025-revela-banco-do-brasil>



Gráfico 3.1.g - Participação dos municípios no PIB estadual - 2023



Fonte: IBGE (gráfico produzido pelo ECD)

Tabela 3.1.c - 20 maiores cidades da PB em relação ao Produto Interno Bruto (a preços correntes)

Municípios	PIB por município 2021	PIB per capita 2021	PIB por município 2023	PIB per capita 2023	Crescimento bruto PIB 2023/2021
João Pessoa	R\$ 22.244.000.000,00	R\$ 26.936,78	R\$ 28.442.000.000,00	R\$ 34.106,06	27,86%
Campina Grande	R\$ 10.373.000.000,00	R\$ 25.066,11	R\$ 12.909.000.000,00	R\$ 30.780,61	24,45%
Santa Rita	R\$ 2.617.000.000,00	R\$ 18.949,73	R\$ 3.164.000.000,00	R\$ 21.102,95	20,90%
Patos	R\$ 1.994.000.000,00	R\$ 18.329,13	R\$ 2.555.000.000,00	R\$ 24.768,23	28,13%
Bayeux	R\$ 1.367.000.000,00	R\$ 14.016,16	R\$ 1.899.000.000,00	R\$ 22.950,86	38,92%
Cabedelo	R\$ 3.153.000.000,00	R\$ 45.182,89	R\$ 4.093.000.000,00	R\$ 61.527,94	29,81%
Sousa	R\$ 1.319.000.000,00	R\$ 18.836,93	R\$ 1.715.000.000,00	R\$ 25.495,02	30,02%
Cajazeiras	R\$ 1.232.000.000,00	R\$ 19.683,90	R\$ 1.808.000.000,00	R\$ 28.597,01	46,75%
Guarabira	R\$ 1.790.000.000,00	R\$ 30.143,08	R\$ 1.489.000.000,00	R\$ 25.907,88	-16,82%
Sapé	R\$ 676.000.000,00	R\$ 12.756,07	R\$ 852.000.000,00	R\$ 16.615,42	26,04%
Queimadas	R\$ 606.000.000,00	R\$ 13.646,91	R\$ 789.000.000,00	R\$ 16.549,83	30,20%
Mamanguape	R\$ 805.000.000,00	R\$ 17.737,30	R\$ 1.087.000.000,00	R\$ 24.368,26	35,03%





Pombal	R\$ 465.000.000,00	R\$ 14.177,59	R\$ 594.000.000,00	R\$ 18.301,05	27,74%
Monteiro	R\$ 635.000.000,00	R\$ 18.888,75	R\$ 842.000.000,00	R\$ 26.099,62	32,60%
São Bento	R\$ 567.000.000,00	R\$ 16.364,14	R\$ 724.000.000,00	R\$ 22.470,81	27,69%
Esperança	R\$ 507.000.000,00	R\$ 15.193,67	R\$ 852.000.000,00	R\$ 27.269,39	68,05%
Catolé do Rocha	R\$ 506.000.000,00	R\$ 16.405,68	R\$ 623.000.000,00	R\$ 20.309,65	23,12%
Pedras de Fogo	R\$ 556.000.000,00	R\$ 19.452,45	R\$ 837.000.000,00	R\$ 28.216,86	50,54%
Conde	R\$ 1.287.000.000,00	R\$ 50.786,89	R\$ 1.648.000.000,00	R\$ 59.710,20	28,05%
Lagoa Seca	R\$ 310.000.000,00	R\$ 11.171,49	R\$ 417.000.000,00	R\$ 15.030,45	34,52%

Fonte: IBGE (tabela produzida pelo ECD)

Tabela 3.1.d - Despesa per capita em Saúde (exercício de 2025)

Cidades	Despesa liquidada (Função Saúde)	População	Desp Saúde per capita
João Pessoa	R\$ 1.269.515.158	897.633	R\$ 1.414
Campina Grande	R\$ 768.863.324	443.911	R\$ 1.732
Santa Rita	R\$ 158.165.139	160.852	R\$ 983
Patos	R\$ 128.130.218	108.104	R\$ 1.185
Bayeux	R\$ 90.987.720	83.862	R\$ 1.085
Cabedelo	R\$ 117.827.244	70.734	R\$ 1.666
Sousa	R\$ 94.228.523	70.066	R\$ 1.345
Cajazeiras	R\$ 81.177.948	66.585	R\$ 1.219
Guarabira	R\$ 61.556.167	60.057	R\$ 1.025
Sapé	R\$ 62.294.666	53.457	R\$ 1.165
Queimadas	R\$ 53.274.549	50.698	R\$ 1.051
Mamanguape	R\$ 54.091.975	46.966	R\$ 1.152
Pombal	R\$ 46.010.025	33.866	R\$ 1.359
Monteiro	R\$ 60.236.832	33.886	R\$ 1.778
São Bento	R\$ 51.290.563	33.845	R\$ 1.515
Esperança	R\$ 48.029.999	32.599	R\$ 1.473
Catolé do Rocha	R\$ 40.052.218	32.288	R\$ 1.240
Pedras de Fogo	R\$ 41.660.986	31.356	R\$ 1.329
Conde	R\$ 42.487.779	30.007	R\$ 1.416
Lagoa Seca	R\$ 43.533.291	29.209	R\$ 1.490

Fonte: SAGRES - TCE/PB (tabela elaborada pelo ECD) atualizada dia 04/05/2026





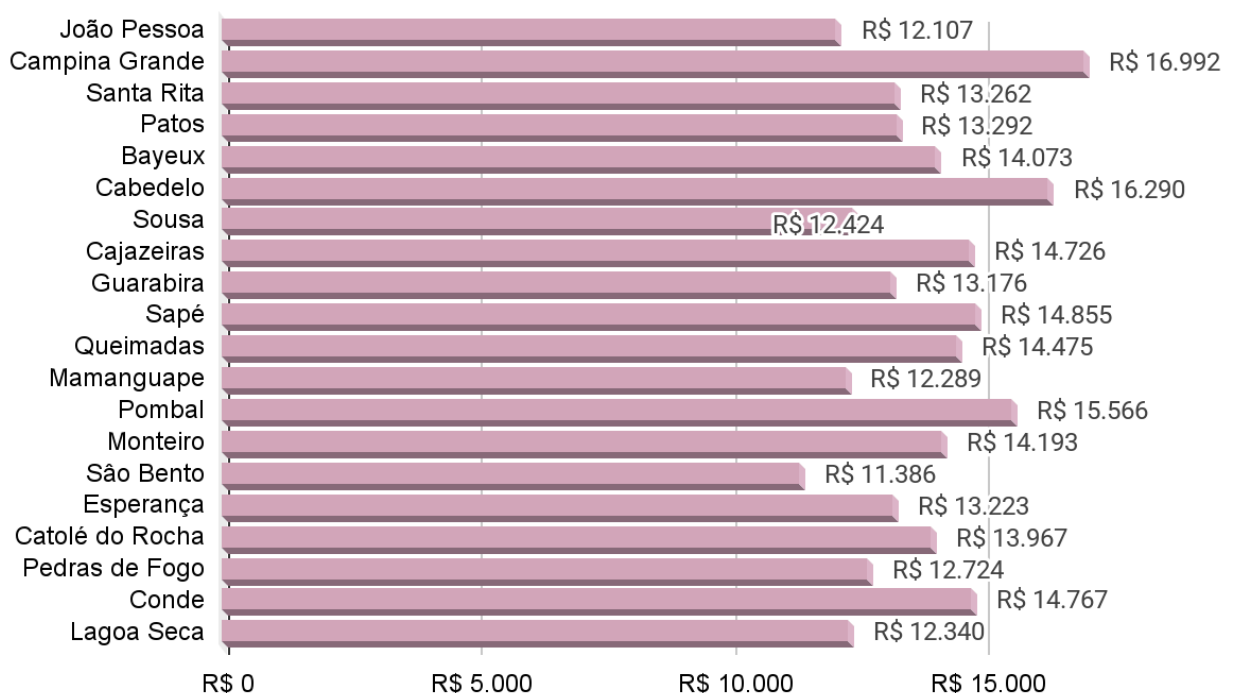
Tabela 3.1.e - Despesa per capita em Educação (exercício de 2025)

Cidades	Despesa liquidada (Função Educação)	População (estimativa 2025)	Desp Educação per capita (população)	Matrículas na rede municipal (regular e especial) 2025	Desp Educação por matrícula municipal
João Pessoa	R\$ 931.655.357,67	897.633	R\$ 1.037,90	76.947	R\$ 12.107
Campina Grande	R\$ 486.050.310,17	443.911	R\$ 1.094,93	28.603	R\$ 16.992
Santa Rita	R\$ 178.406.196,68	160.852	R\$ 1.109,13	13.452	R\$ 13.262
Patos	R\$ 153.805.834,68	108.104	R\$ 1.422,76	11.571	R\$ 13.292
Bayeux	R\$ 108.490.554,40	83.862	R\$ 1.293,68	7.709	R\$ 14.073
Cabedelo	R\$ 126.168.233,16	70.734	R\$ 1.783,70	7.745	R\$ 16.290
Sousa	R\$ 71.950.566,88	70.066	R\$ 1.026,90	5.791	R\$ 12.424
Cajazeiras	R\$ 119.007.977,34	66.585	R\$ 1.787,31	8.081	R\$ 14.726
Guarabira	R\$ 86.016.420,57	60.057	R\$ 1.432,25	6.528	R\$ 13.176
Sapé	R\$ 96.825.031,80	53.457	R\$ 1.811,27	6.518	R\$ 14.855
Queimadas	R\$ 125.794.352,21	50.698	R\$ 2.481,25	8.690	R\$ 14.475
Mamanguape	R\$ 67.902.105,76	46.966	R\$ 1.445,77	5.525	R\$ 12.289
Pombal	R\$ 71.247.233,81	33.866	R\$ 2.103,80	4.577	R\$ 15.566
Monteiro	R\$ 72.200.219,89	33.886	R\$ 2.130,68	5.087	R\$ 14.193
São Bento	R\$ 108.650.636,97	33.845	R\$ 3.210,24	9.542	R\$ 11.386
Esperança	R\$ 74.237.108,48	32.599	R\$ 2.277,28	5.614	R\$ 13.223
Catolé do Rocha	R\$ 49.221.340,08	32.288	R\$ 1.524,45	3.524	R\$ 13.967
Pedras de Fogo	R\$ 77.086.422,45	31.356	R\$ 2.458,43	6.058	R\$ 12.724
Conde	R\$ 92.147.629,70	30.007	R\$ 3.070,87	6.240	R\$ 14.767
Lagoa Seca	R\$ 53.298.614,02	29.209	R\$ 1.824,73	4.319	R\$ 12.340

Fonte: SAGRES - TCE PB/ IBGE 2024/ Inep (tabela elaborada pelo ECD)

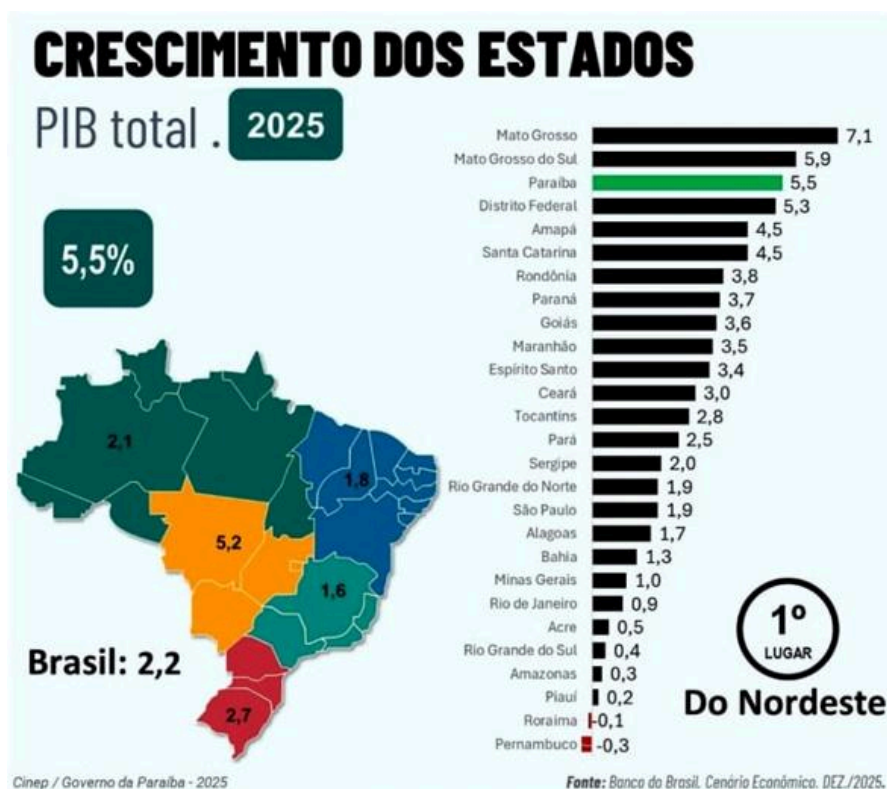


Gráfico 3.1.h - Despesa em Educação por aluno matriculado na rede municipal (2025)



Fonte: SAGRES - TCE/PB (gráfico elaborado pelo ECD)

Figura 3.1.d - Crescimento dos Estados em relação ao PIB total - 2025



Fonte: SEFAZ PB - Secretaria do Estado da Fazenda



Considerando ainda a **Dívida Pública Consolidada** (é aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, de acordo com o Decreto Federal 93.872/86, Art.115, § 2º) da Paraíba em 2023, a qual totalizou aproximadamente R\$6,97 bilhões (45,29% da Receita Líquida)³⁸³⁹, já em 2024 foi de aproximadamente **R\$6,47 bilhões**⁴⁰ o que equivale a aproximadamente **41,60% da Receita Líquida**. O valor fixado no anexo de metas fiscais - AMF da **Lei de Diretrizes Orçamentárias** para 2023 apontava R\$ 157.647 milhões positivos, enquanto que em 2024, o valor fixado (valores a preços concorrentes⁴¹) apontava **R\$1.079 bilhões**.

Tabela 3.1.f - PIB dos Estados do Nordeste 2023

Estado	PIB por Estado	PIB Estado/NE %
<i>Bahia</i>	R\$ 430.987.853.000	28,48%
<i>Pernambuco</i>	R\$ 270.474.919.000	17,88%
<i>Ceará</i>	R\$ 232.239.257.000	15,35%
<i>Maranhão</i>	R\$ 149.227.195.000	9,86%
<i>Rio Grande do Norte</i>	R\$ 101.740.275.000	6,72%
<i>Paraíba</i>	R\$ 96.963.174.000	6,41%
<i>Alagoas</i>	R\$ 89.688.932.000	5,93%
<i>Piauí</i>	R\$ 80.916.856.000	5,35%
<i>Sergipe</i>	R\$ 60.816.662.000	4,02%
Total Nordeste	R\$ 1.513.055.123.000	100,00%

Fonte: IBGE - PIB (tabela elaborada pelo ECD)

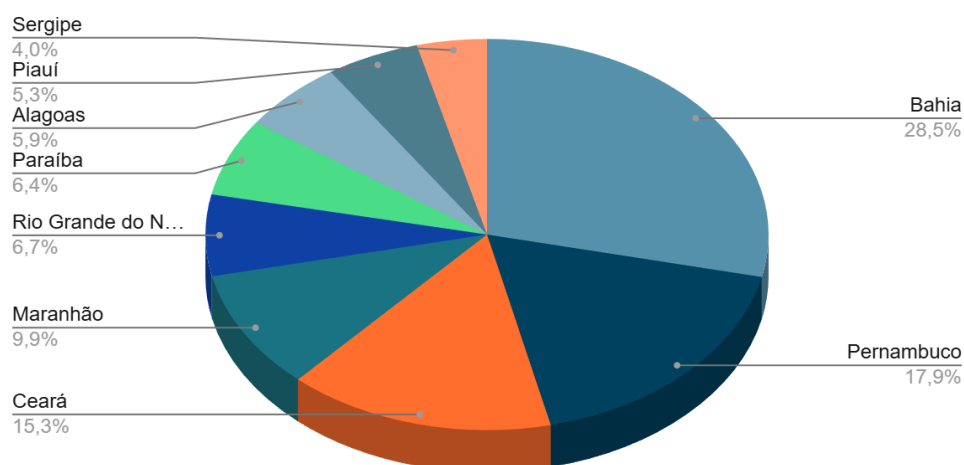
³⁸RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - 3º QUADRIMESTRE DE 2023 - Processo TC nº 01952/24

³⁹Doc nº 52769/24 - Processo TC nº 01952/24

⁴⁰Processo TC nº 02173/25 - Prestação de Contas Anuais 2024

⁴¹Também chamado de **valor nominal**. É o valor **registrado na época em que o dado foi coletado, sem ajuste pela inflação**.

Gráfico 3.1.i - Participação dos Estados no PIB do Nordeste 2023



Fonte: IBGE - PIB (gráfico elaborado pelo ECD)

A composição do **PIB do Estado da Paraíba** possui três bases: os Serviços (72%), a Indústria (22,4%) e a Agropecuária (5,6%)⁴².

De acordo com o **Boletim Macro regional da FGV, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste**⁴³, divulgado em dezembro de 2025, o desempenho nordestino no setor econômico teve um crescimento de 2,4% no terceiro trimestre do ano. Em relação ao volume de **serviços do Nordeste (NE)**, a **Paraíba teve o destaque positivo, com crescimento de 4,7%** e o Piauí teve o destaque negativo, com queda de 6,1%. O comércio varejista desempenhou papel fundamental nos serviços, com crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Além disso, é importante destacar que as exportações aumentaram 49% no estado, em açúcares, calçados e sucos de fruta, em contrapartida, as importações recuaram 73%, devido a redução na compra de combustíveis e petróleo bruto.

De acordo com o **documento liberado pelo Sebrae**⁴⁴, há 297.395 empresas ativas no estado (dado de maio/2025), com predomínio dos pequenos negócios (95,3%) e com maior crescimento na mesorregião da Mata paraibana. Houve um crescimento de empresas de 9,96% em relação ao ano anterior, no qual havia 267.771 empresas ativas⁴⁵. **Na Paraíba, o setor de serviços é o que se destaca, principalmente no segmento de Comércio Varejista do Vestuário e Acessórios, totalizando 46,4% das empresas ativas.**

⁴² <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/conheca-paraiba/>

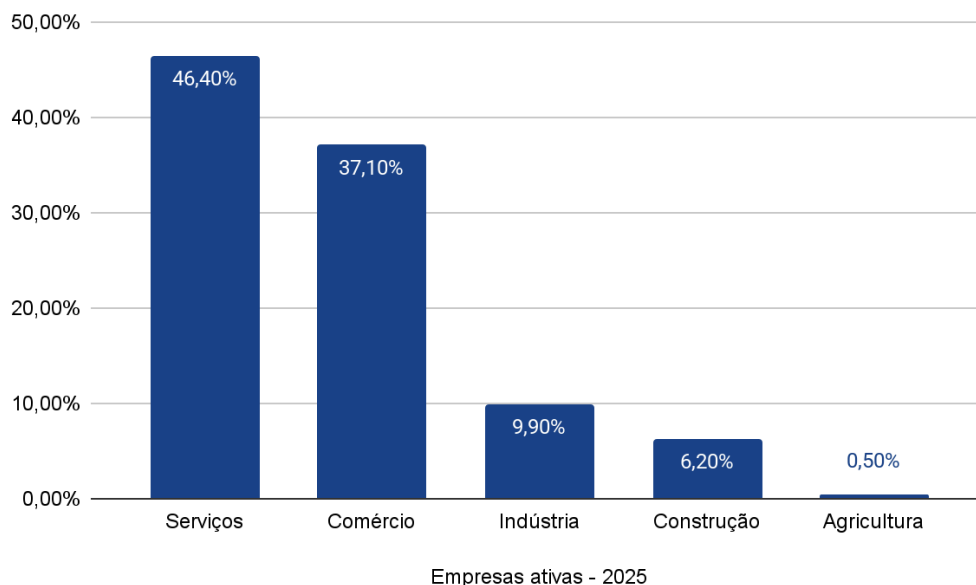
⁴³ <https://portalibre.fgv.br/boletim-macro-regional>

⁴⁴ Proposta Plano Anual 2026 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB

⁴⁵ Proposta Plano Anual 2025 - Jornada Estratégica Ruma a +50 SEBRAE PB



Gráfico 3.1.j - Distribuição de empresas ativas por setor



Fonte: Proposta Plano Anual 2026 - Jornada Estratégica Ruma a +50 - SEBRAE PB (gráfico elaborado pelo ECD)

Observar que no **cenário nacional**, dos últimos anos, em função da Pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil que tinha reduzido 3,3% no ano de 2020, apresentou crescimento de **5%** em 2021, passando a totalizar R\$8,9 trilhões. E, em 2022, cresceu 2,9% passando para R\$9,9 trilhões. Já em **2023, houve crescimento de R\$10,9 trilhões, com destaque para o setor da agricultura. E em 2024 atingiu o montante de R\$11,8 trilhões.**

No que refere às **despesas**⁴⁶, **segundo o SAGRES ONLINE**, dos 223 municípios, em **2025**, foi realizado (pago) R\$24,96 bilhões. E no **ano de 2024, R\$24,80 bilhões**, um crescimento nominal de **0,64%**. Observa-se, ainda, que 74,05% das **receitas** dos municípios são de **Transferências Correntes**⁴⁷ (R\$19,14 bilhões), conforme figura a seguir⁴⁸:

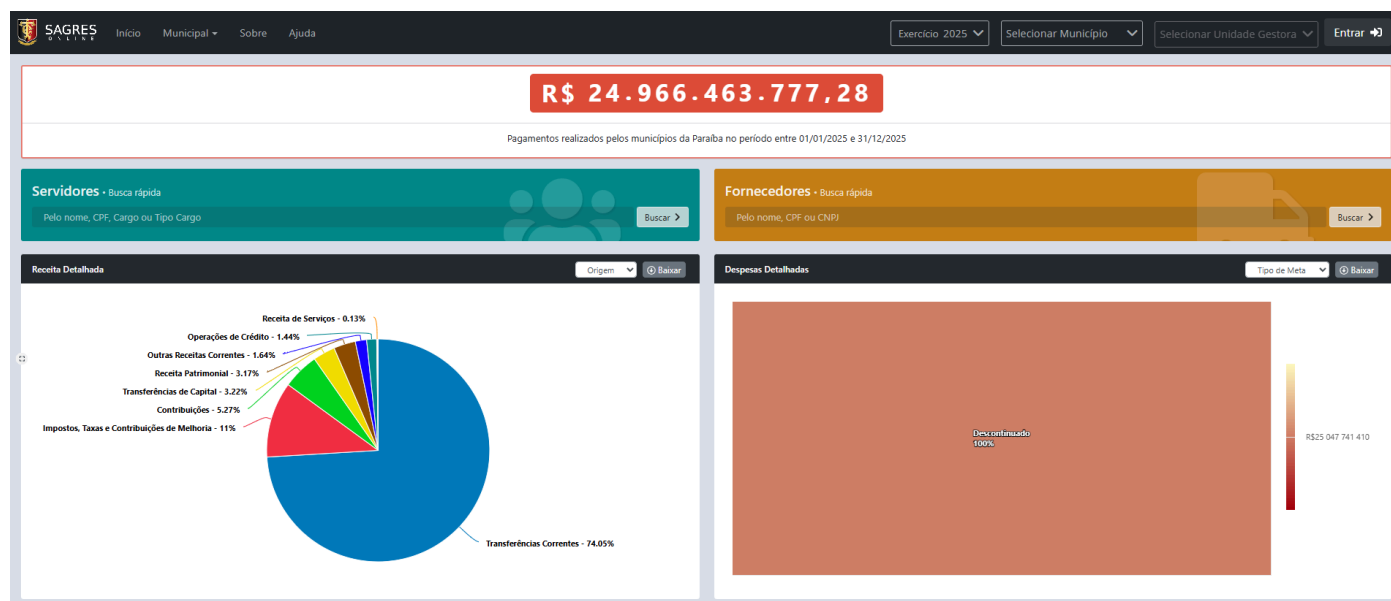
⁴⁶ Despesas são gastos com a aquisição de produtos e serviços, com contratação de obras e compras governamentais.

⁴⁷ **Receita de Transferências Correntes:** são provenientes do recebimento de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento que não impliquem contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou essa transferência (Site do Congresso Nacional)

⁴⁸ Fonte: SAGRES (Dados disponíveis até 22/04/2026)

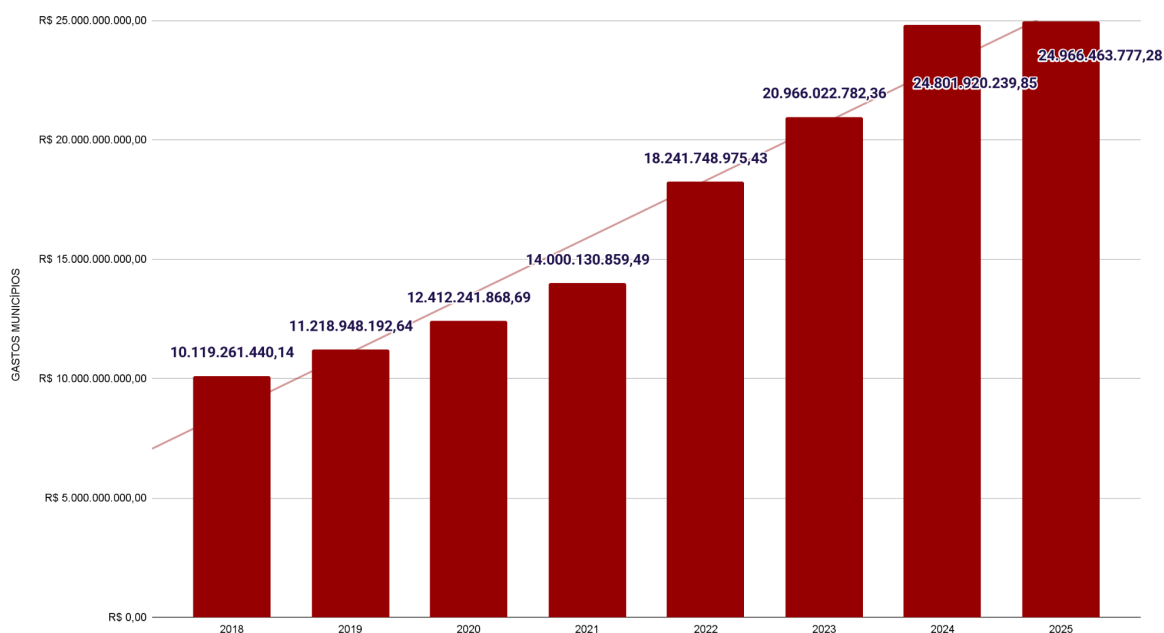


Figura 3.1.e - Pagamentos realizados pelos municípios da Paraíba no período entre 01/01/2025 e 31/12/2025 (acesso 22/04/2026)



Fonte: SAGRES TCE PB (<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>)

Gráfico 3.1.k - Gastos municipais a preços concorrentes (2018 - 2025)



Fonte: SAGRES ONLINE acesso 22/04/2026

Quanto ao **valor investido** em obras e instalações/ equipamentos e material permanente, no ano de 2025, o **Portal de Transparência da Secretaria de Estado**⁴⁹, indicou que o valor da despesa foi de **R\$2,03 bilhões**, o que equivale a **9,46%** das despesas.

No que se refere às despesas na **Função Saúde** (acesso em 04/05/2026), segundo o **SAGRES**⁵⁰, os **223** municípios, em **2025**, gastaram em torno de **R\$6,53 bilhões**. Já em **2024**, esse montante foi de **R\$6,16 bilhões**. Com relação às duas maiores, em 2025, João Pessoa teve despesa de (valor liquidado) **R\$1,27 bilhões** e Campina Grande, **R\$768,86 milhões**. Um gasto *per capita* que gira em torno de **R\$1.429/habitante** e **R\$1.744/habitante**, respectivamente. Interessante perceber que as duas cidades são as que mais pactuam na saúde para atendimento de pacientes de outros municípios paraibanos.

Em relação ao **governo do Estado** o gasto com a **saúde** foi de **R\$4.079.451.780,85** (valor empenhado) de acordo com o **Portal de Transparência do Governo do Estado**⁵¹, um gasto *per capita* de **R\$984,17** (considerando IBGE 2024).

Quanto às aplicações em **ASPS - Aplicações em Serviços Públicos de Saúde**, em **2025**, nos vinte maiores municípios, a média foi em torno de **20,77%**.

⁴⁹ <https://transparencia.pb.gov.br/despesas/notas-de-empenho>

⁵⁰ <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>

⁵¹ <https://transparencia.pb.gov.br/despesas/despesa-orcamentaria?funcao=EDUCACAO>



Figura 3.1.f - Aplicações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no ano de 2025

Município	Base de Cálculo ASPS	Despesas com ASPS	Percentual de Aplicação
João Pessoa	R\$ 2.863.056.972,59	R\$ 545.526.397,87	19,05
Campina Grande	R\$ 957.401.962,96	R\$ 260.887.563,19	27,24
Santa Rita	R\$ 363.719.671,04	R\$ 91.648.088,93	25,19
Cabedelo	R\$ 354.520.392,36	R\$ 81.456.141,71	22,97
Patos	R\$ 225.015.082,20	R\$ 57.539.227,83	25,57
Bayeux	R\$ 165.579.180,79	R\$ 37.363.271,98	22,56
Cajazeiras	R\$ 149.491.786,44	R\$ 25.348.743,17	16,95
Sousa	R\$ 141.474.024,84	R\$ 26.758.156,18	18,91
Conde	R\$ 128.372.821,93	R\$ 22.787.010,83	17,75
Guarabira	R\$ 127.657.735,67	R\$ 22.640.371,90	17,73
Mamanguape	R\$ 107.505.939,52	R\$ 18.344.748,61	17,06
Sapé	R\$ 104.815.629,31	R\$ 22.945.200,40	21,89
Queimadas	R\$ 104.099.873,28	R\$ 29.511.601,45	28,34
Pedras de Fogo	R\$ 84.957.037,77	R\$ 20.091.728,80	23,64
São Bento	R\$ 80.608.917,54	R\$ 20.319.449,42	25,20
Monteiro	R\$ 78.748.367,14	R\$ 20.554.562,88	26,10
Esperança	R\$ 75.857.730,97	R\$ 19.477.777,79	25,67
Pombal	R\$ 74.883.497,97	R\$ 17.138.796,45	22,88
Catolé do Rocha	R\$ 74.632.120,83	R\$ 18.699.630,05	25,05
Lagoa Seca	R\$ 62.230.154,48	R\$ 17.054.606,86	27,40
Totalizadores	R\$ 6.324.628.899,63	R\$ 1.376.093.076,30	22,86

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 13/04/26 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

No que se refere às despesas na **Função Educação** (acesso em 04/05/2026), segundo o SAGRES⁵², os **223** municípios, em **2025**, gastaram **R\$7,98 bilhões**. Já em **2024**, o montante gasto foi de **R\$7,05 bilhões**. Com relação às duas maiores, em 2025, João Pessoa teve uma despesa de (valor liquidado) **R\$931,65 milhões** e Campina Grande, **R\$486,05 milhões**. Um gasto *per capita* de aproximadamente **R\$1.048/habitante** e **R\$1.102/habitante**, respectivamente.

Em relação ao **governo do Estado** o gasto com a **educação** foi de **R\$4.226.847.614,78** (valor empenhado) de acordo com o **Portal de Transparência do Governo do Estado**⁵³, um gasto *per capita* de **R\$1.019,73** (considerando IBGE 2024).

Quanto às aplicações em **MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, em **2025**, nos vinte maiores municípios, a média está em 27,71%.

⁵² <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>

⁵³ <https://transparencia.pb.gov.br/despesas/despesa-orcamentaria?funcao=EDUCACAO>



Figura 3.1.g - Aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) 2025

Município	Aplicações em MDE	Receitas Impostos e Transferências	Percentual Aplicação MDE
João Pessoa	R\$ 756.527.914,98	R\$ 2.977.234.410,52	25,41
Campina Grande	R\$ 256.210.383,64	R\$ 983.228.854,81	26,06
Santa Rita	R\$ 104.107.653,32	R\$ 389.546.563,21	26,73
Cabedelo	R\$ 103.176.418,66	R\$ 363.516.870,41	28,38
Patos	R\$ 60.669.408,10	R\$ 237.010.386,28	25,60
Bayeux	R\$ 51.656.913,86	R\$ 176.795.132,68	29,22
Cajazeiras	R\$ 41.012.685,79	R\$ 158.488.264,49	25,88
Sousa	R\$ 38.747.535,40	R\$ 150.470.502,89	25,75
Conde	R\$ 36.543.563,20	R\$ 133.620.767,47	27,35
Guarabira	R\$ 35.397.576,62	R\$ 135.904.507,22	26,05
Mamanguape	R\$ 31.407.691,14	R\$ 115.003.004,58	27,31
Queimadas	R\$ 29.404.166,05	R\$ 111.596.938,34	26,35
Sapé	R\$ 28.431.118,84	R\$ 113.062.400,86	25,15
Pedras de Fogo	R\$ 23.624.914,81	R\$ 90.954.689,81	25,97
São Bento	R\$ 23.332.406,17	R\$ 86.606.569,58	26,94
Catolé do Rocha	R\$ 22.540.178,16	R\$ 80.629.772,87	27,96
Esperança	R\$ 21.977.261,19	R\$ 81.855.383,01	26,85
Monteiro	R\$ 21.048.374,67	R\$ 84.746.019,18	24,84
Pombal	R\$ 20.986.738,36	R\$ 80.881.150,01	25,95
Lagoa Seca	R\$ 18.933.043,63	R\$ 67.478.100,02	28,06
Totalizadores	R\$ 1.725.735.946,59	R\$ 6.618.630.288,24	26,59

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 13/04/26 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

Quanto à **execução orçamentária**, para os vinte maiores municípios do estado, vide figura a seguir:

Figura 3.1.h - Execução Orçamentária do ano de 2025

Município	Receita Orçamentária	Despesa Orçamentária	Resultado	Índice
João Pessoa	R\$ 4.989.395.753,74	R\$ 4.721.994.308,61	R\$ 263.387.524,08	1,06
Campina Grande	R\$ 1.961.918.417,23	R\$ 2.013.391.580,03	-R\$ 107.860.822,10	0,97
Santa Rita	R\$ 628.061.583,95	R\$ 593.107.345,99	R\$ 34.079.079,44	1,06
Cabedelo	R\$ 605.338.324,87	R\$ 548.618.558,23	R\$ 46.547.609,48	1,10
Patos	R\$ 479.255.062,60	R\$ 481.760.434,18	-R\$ 2.611.417,19	1,00
Bayeux	R\$ 348.668.858,98	R\$ 344.406.970,12	R\$ 4.261.888,86	1,01
Cajazeiras	R\$ 331.500.266,35	R\$ 322.445.002,65	R\$ 7.760.952,49	1,03
Queimadas	R\$ 283.384.723,06	R\$ 244.152.328,54	R\$ 37.516.732,48	1,16
Guarabira	R\$ 279.292.091,57	R\$ 239.965.545,75	R\$ 39.063.328,48	1,16
Sousa	R\$ 272.737.260,03	R\$ 282.137.502,73	-R\$ 11.340.272,68	0,97
Sapé	R\$ 242.078.700,03	R\$ 242.911.741,11	-R\$ 1.130.718,68	1,00
Conde	R\$ 232.583.232,27	R\$ 220.320.506,18	R\$ 11.371.078,51	1,06
São Bento	R\$ 228.487.175,55	R\$ 216.813.815,85	R\$ 10.526.720,79	1,05
Mamanguape	R\$ 225.417.716,99	R\$ 221.867.192,78	R\$ 3.550.524,21	1,02
Pedras de Fogo	R\$ 201.470.659,60	R\$ 185.710.259,25	R\$ 14.366.847,95	1,09
Monteiro	R\$ 190.826.558,35	R\$ 188.832.062,61	-R\$ 2.038.546,48	1,01
Esperança	R\$ 186.392.100,05	R\$ 186.774.012,92	-R\$ 381.912,87	1,00
Pombal	R\$ 176.814.113,33	R\$ 169.644.619,25	R\$ 6.742.252,04	1,04
Lagoa Seca	R\$ 151.151.752,85	R\$ 154.120.973,95	-R\$ 3.485.758,21	0,98
Catolé do Rocha	R\$ 143.184.902,52	R\$ 143.806.019,78	-R\$ 621.117,26	1,00
Totalizadores	R\$ 12.157.959.253,92	R\$ 11.722.780.780,51	R\$ 349.703.973,33	

Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 13/04/26 ([TCE PB - Observatório de Dados](#))

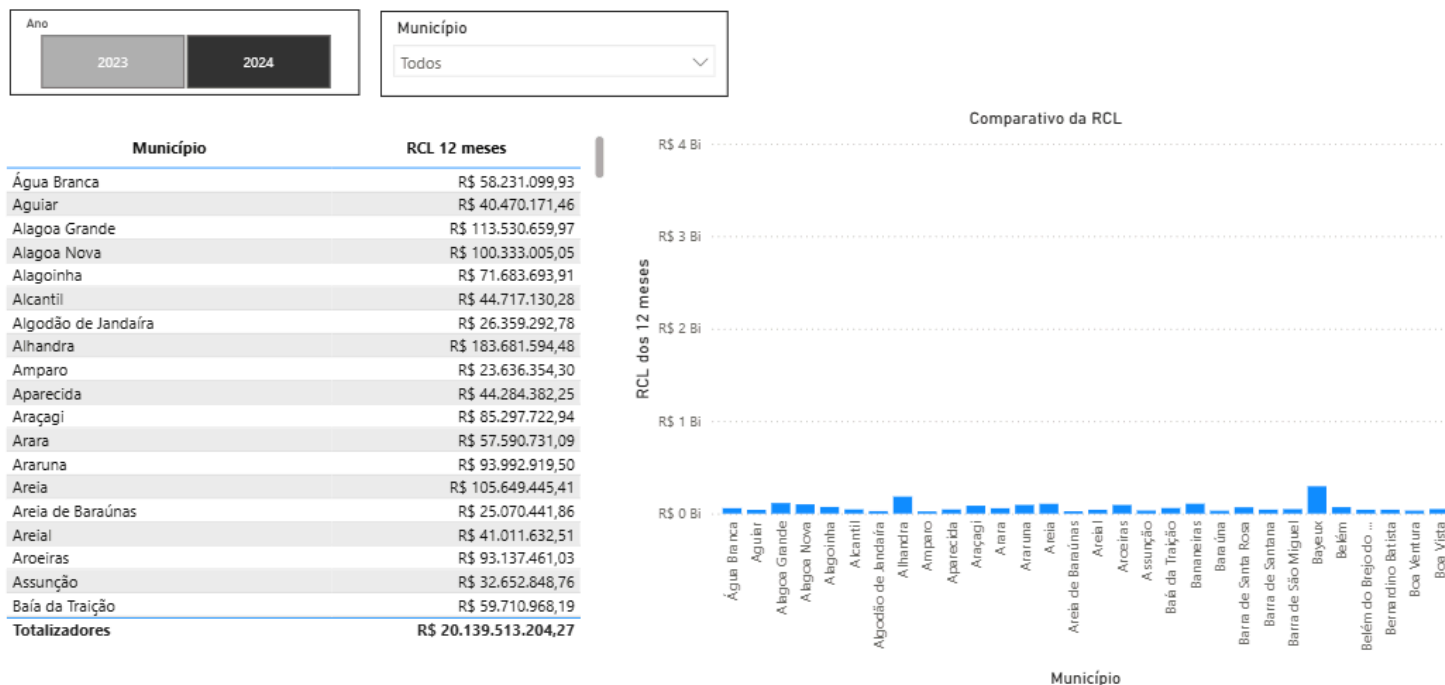


Quanto aos limites com gastos de pessoal, segundo a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) do município, que é de no máximo **60%**, para os municípios, segundo os critérios a seguir:

- **Limite Prudencial:** Quando os gastos atingem **95%** do limite estabelecido, o município precisa tomar medidas para reduzir esses gastos, como diminuir despesas com cargos em comissão e funções de confiança, entre outras ações.
- **Limite de Alerta:** Quando os gastos atingem **90%** do limite estabelecido, o município deve ficar em alerta, pois está se aproximando do limite prudencial.
- **Limite Máximo:** O limite máximo de gastos com pessoal é de **60%** da RCL para os municípios. Se ultrapassado, o município está em desacordo com a LRF e pode sofrer sanções, como a impossibilidade de realizar novas despesas com pessoal, contratar pessoal, entre outras restrições.

Segundo o Observatório de Dados, os 223 municípios paraibanos, gastaram em média **51,29%** com pessoal em 2024 (dados de 2025 ainda não estão disponíveis no Observatório de Dados), em relação à Receita Corrente Líquida, vide quadro a seguir:

Figura 3.1.i - RCL dos municípios paraibanos em 2024



Fonte: Observatório de Dados TCE PB, acesso em 06/07/26⁵⁴

⁵⁴ <https://tce.pb.gov.br/observatorio-sagres/>

Ainda em relação a Pessoal, em 2025, os 223 municípios tinham **em seus quadros: 96.110** funcionários Efetivos; **78.036** contratados por excepcional interesse; **39.077** comissionados e **32.306** Inativos/Pensionista; **4.706** Eletivos (e outros), totalizando **250.235** vínculos.

Quanto aos municípios com **Regime Próprio de Previdência (RPPS)**, na Paraíba o montante chega a 70, o TCE disponibiliza o acompanhamento da evolução do saldo previdenciário e **índice de sustentabilidade previdenciária**, de acordo com o Observatório de Dados.⁵⁵

A seguir, apresenta-se o resumo das **Emendas Finalidade Definida (CFD) pela União e Transferências Especiais pela União do ano de 2024 (dados de 2025 ainda não estão disponíveis no Observatório de Dados)**, para os 20 municípios em destaque nesse estudo.

Figura 3.1.j - Panorama das emendas com finalidade definida (CFD) em 2024

Nome do Município	Emendas CFD STN	Emendas CFD Sagres	Diferença CFD	Gastos Registrados	Diferença entre Recursos Transferidos (STN) e Gastos (SAGRES)
João Pessoa	32.630.493,32	31.805.115,56	825.377,76	24.034.112,58	8.596.380,74
Campina Grande	27.242.755,81	27.242.755,81	0,00	5.806.723,32	21.436.032,49
Cabedelo	12.505.918,00	0,00	12.505.918,00	0,00	12.505.918,00
Lagoa Seca	7.380.589,46	7.380.589,46	0,00	0,00	7.380.589,46
Bayeux	7.214.433,00	10.234.433,00	-3.020.000,00	9.564.351,78	-2.349.918,78
Patos	6.850.000,00	6.850.000,00	0,00	1.976.240,60	4.873.759,40
Cajazeiras	6.142.753,14	6.142.753,14	0,00	0,00	6.142.753,14
Mamanguape	5.789.000,00	3.539.000,00	2.250.000,00	139.000,00	5.650.000,00
Monteiro	5.416.424,00	5.416.424,00	0,00	0,00	5.416.424,00
Conde	4.928.824,00	7.528.824,00	-2.600.000,00	0,00	4.928.824,00
São Bento	4.912.415,75	4.912.415,75	0,00	0,00	4.912.415,75
Sapé	4.388.752,83	2.332.592,59	2.056.160,24	114.260,61	4.274.492,22
Catolé do Rocha	4.304.029,00	100.000,00	4.204.029,00	0,00	4.304.029,00
Santa Rita	3.950.000,00	300.000,00	3.650.000,00	524.159,33	3.425.840,67
Esperança	3.665.762,44	0,00	3.665.762,44	268,49	3.665.493,95
Sousa	2.888.352,00	0,00	2.888.352,00	0,00	2.888.352,00
Queimadas	2.388.856,00	2.388.856,00	0,00	181.006,09	2.207.849,91
Pombal	2.250.000,00	2.250.000,00	0,00	1.440.932,30	809.067,70
Pedras de Fogo	1.409.120,00	1.409.120,00	0,00	851.824,00	557.296,00
Guarabira	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	867.523,85	382.476,15
Totalizadores	147.508.478,75	121.082.879,31	26.425.599,44	45.500.402,95	102.008.075,80

Fonte: Observatório de Dados TCE PB⁵⁶

⁵⁵ <https://tce.pb.gov.br/observatorio-sagres/>

⁵⁶ <https://tce.pb.gov.br/observatorio-sagres/>



Figura 3.1.k - Panorama das transferências especiais da união 2024

Nome do Município	Transf. Especiais STN	Transf. Especiais Sagres	Dif. Transf. Especial	Gastos Registrados	Diferença entre Recursos Transferidos (STN) e Gastos (SAGRES)
Patos	4.300.585,00	4.300.585,00	0,00	5.331.035,72	-1.030.450,72
Cabedelo	3.135.585,00	3.135.585,00	0,00	100.000,00	3.035.585,00
Campina Grande	2.900.000,00	2.900.000,00	0,00	105.209,17	2.794.790,83
Conde	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	1.275.243,96	24.756,04
Cajazeiras	1.005.000,00	1.005.000,00	0,00	1.617.440,26	-612.440,26
Bayeux	1.000.000,00	1.340.290,85	-340.290,85	1.202.989,64	-202.989,64
Guarabira	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	312.773,02	687.226,98
Pombal	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	498.717,39	501.282,61
São Bento	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Catolé do Rocha	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00
Esperança	700.000,00	900.000,00	-200.000,00	0,00	700.000,00
Mamanguape	600.000,00	600.000,00	0,00	1.268.280,56	-668.280,56
Monteiro	500.000,00	500.000,00	0,00	221.918,12	278.081,88
Sapé	500.000,00	1.440.000,00	-940.000,00	3.215.795,10	-2.715.795,10
João Pessoa	480.000,00	1.255.377,76	-775.377,76	3.088.906,78	-2.608.906,78
Lagoa Seca	400.000,00	400.000,00	0,00	1.321.666,71	-921.666,71
Santa Luzia	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Sousa	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Pedras de Fogo	0,00	0,00	0,00	510.301,05	-510.301,05
Queimadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totalizadores	21.201.170,00	23.376.838,61	-2.175.668,61	20.070.277,48	1.130.892,52

Fonte: Observatório de Dados TCE PB

3.2. Trabalho - Empregos formais

Quanto ao **estoque de empregos formais, em 2025**, a Paraíba fechou o ano com **545.915 postos com carteira assinada** e com saldo de **31.043**, segundo dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (**Novo Caged**)⁵⁷, uma alta de **13% de admissões** em relação ao ano anterior. No ano de 2024, o Estado criou **230.111** empregos contra **202.544** desligamentos, que totalizou em estoque de **514.872**. Já o estoque de **empregos no Brasil** foi cerca de **48 milhões**, com cerca de 26 milhões de admissões e 25 milhões de desligamentos.

⁵⁷<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWU0Y2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTlhNTFtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>



Figura 3.2.a - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2025)

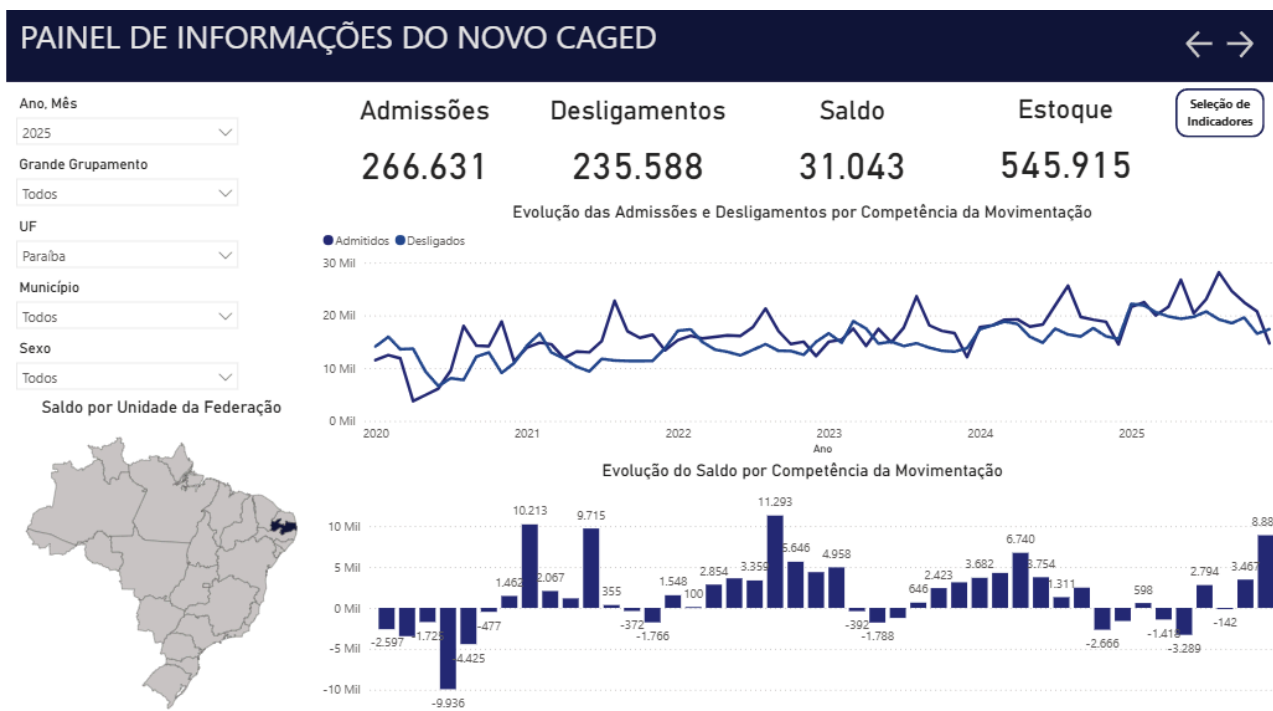


Figura 3.2.b - Estoque de Saldo de Empregos Formais na Paraíba (2024)

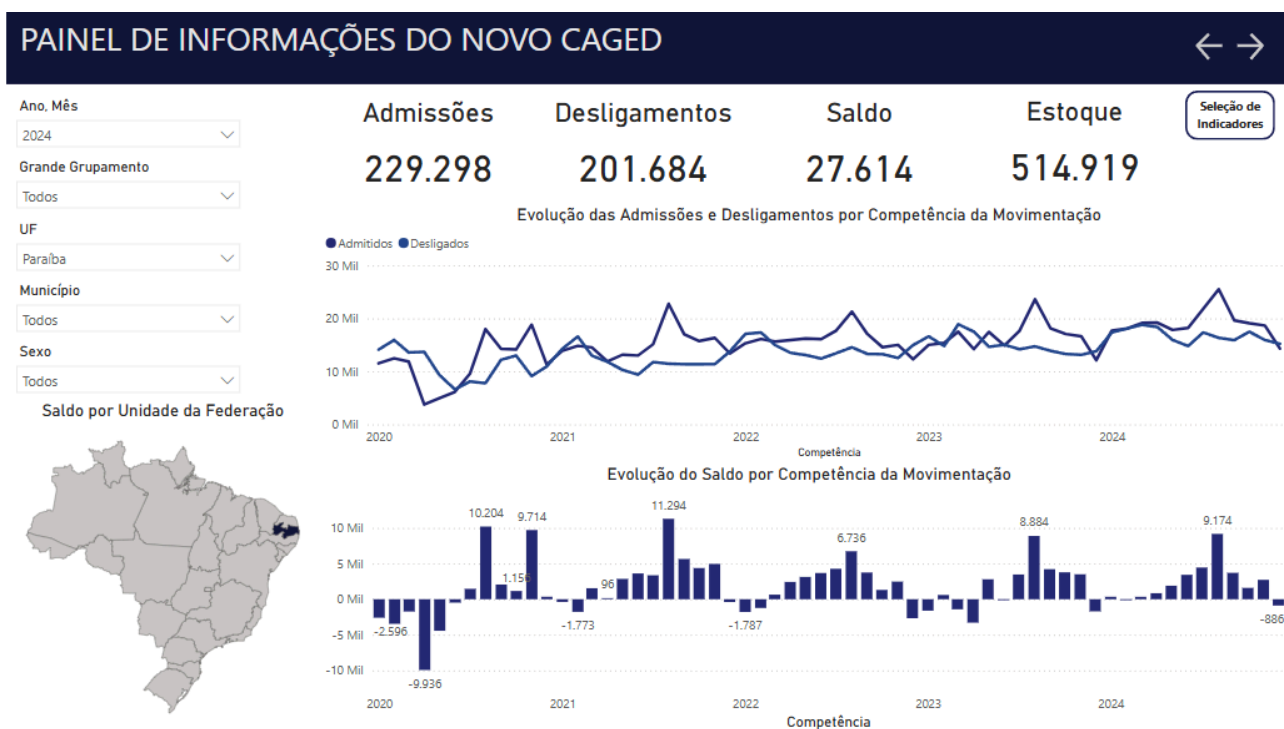
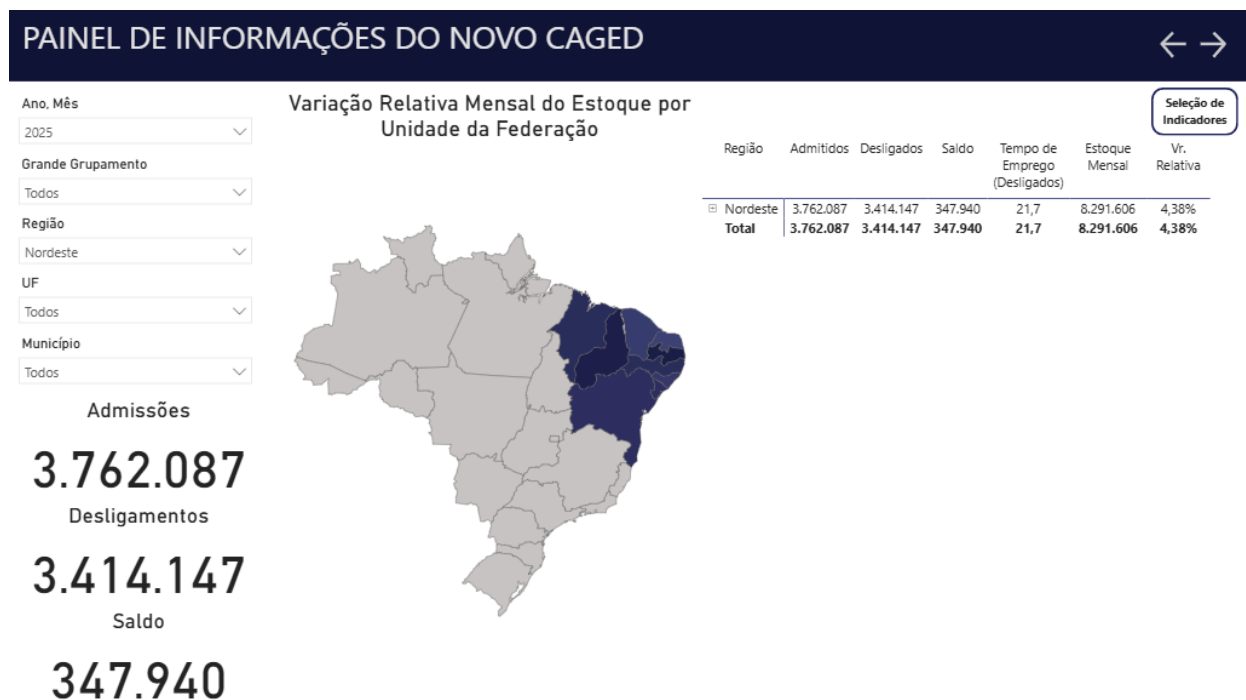


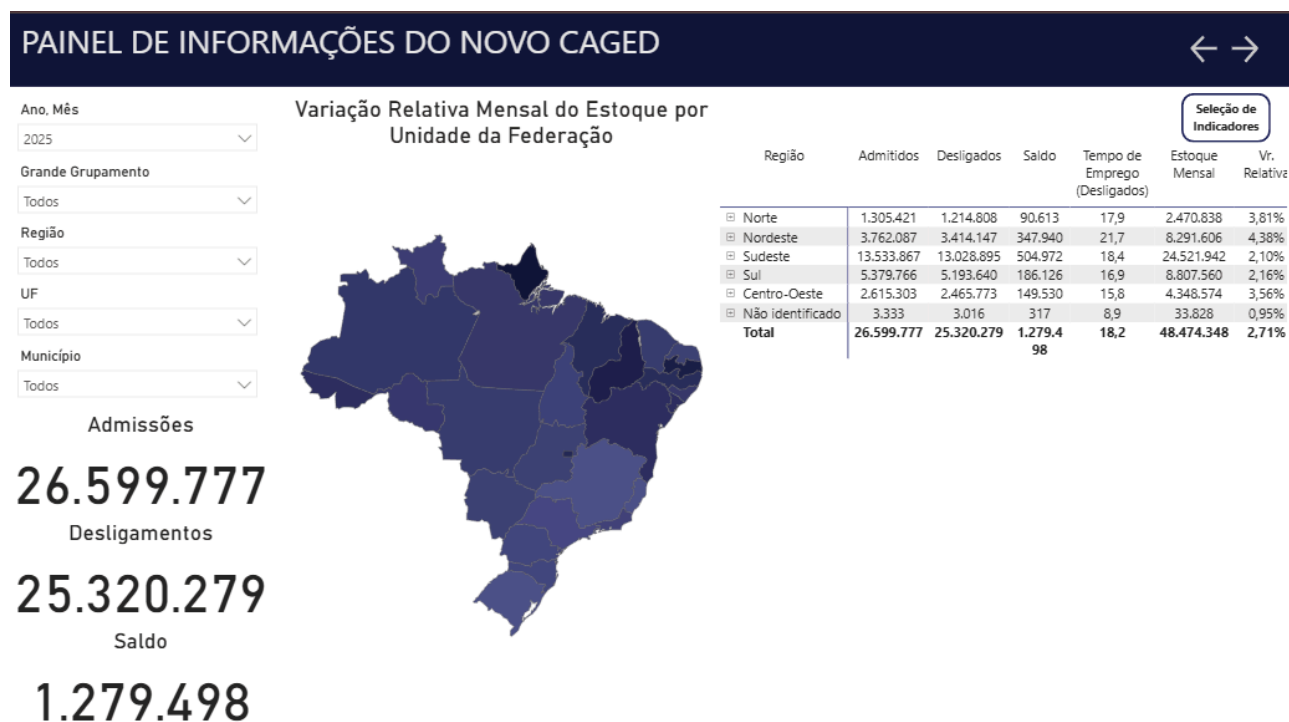
Figura 3.2.c - Estoque de Saldo de Empregos Formais no Nordeste (2025)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

Vale ressaltar que o Estoque de Empregos Formais da Paraíba representa 6,53% do estoque da Região Nordeste, em 2025, que foi de 8.291.606.

Figura 3.2.d - Estoque de Saldo de Empregos Formais Brasil (2025)



Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>



Quanto à tipologia do Estoque de Empregos Formais e seus saldos respectivos, vide **figura a seguir**.

Figura 3.2.e - Estoque e Saldo de Empregos Formais, por área, na Paraíba, 2025

Grande Grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)	Estoque Mensal	Vr. Relativa
Agropecuária	6.718	6.997	-279	17,1	14.825	-1,85%
Indústria	32.262	30.333	1.929	26,4	88.794	2,22%
Construção	46.764	46.202	562	15,1	52.231	1,09%
Comércio	61.595	56.699	4.896	22,1	135.316	3,75%
Serviços	119.292	95.357	23.935	22,3	254.759	10,37%
Total	266.631	235.588	31.043	21,2	545.915	6,03%

Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>

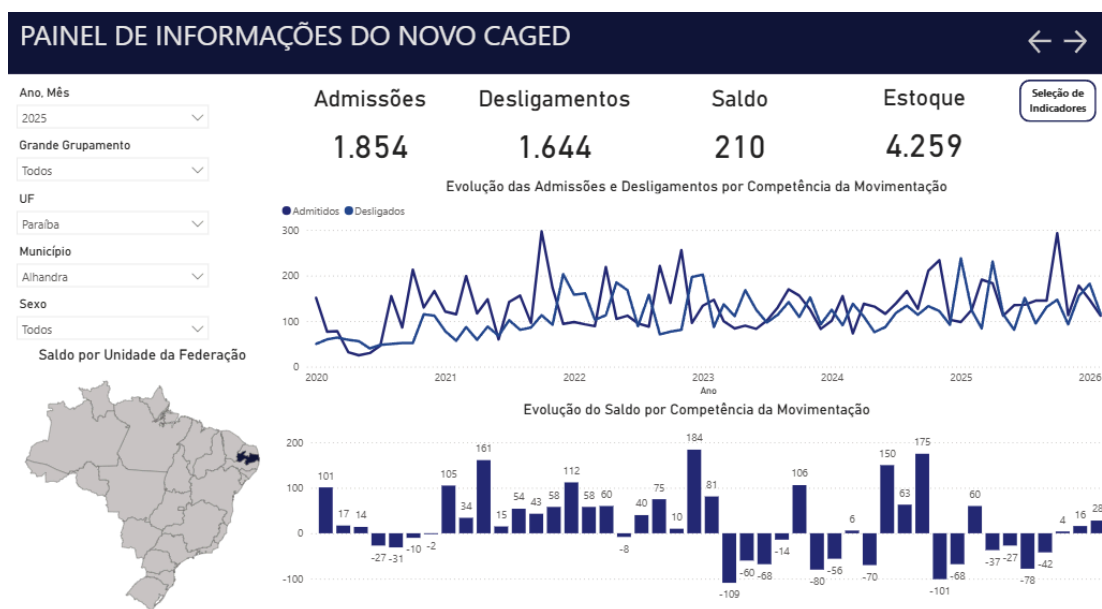
Tabela 3.2.a - Relação dos empregos nas 20 maiores cidades do Estado, no ano de 2025

MUNICÍPIOS	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO	ESTOQUE
João Pessoa	126.103	111.194	14.909	227.608
Campina Grande	52.780	45.170	7.610	115.781
Santa Rita	8.463	7.941	522	21.128
Patos	7.295	5.911	1.384	15.334
Bayeux	3.852	3.822	30	9.734
Sousa	3.322	2.987	335	9.443
Cabedelo	11.094	10.538	556	20.475
Cajazeiras	3.517	3.238	279	9.315
Guarabira	3.642	3.295	347	10.795
Sapé	1.201	1.074	127	3.307
Queimadas	1.059	927	132	3.432
Mamanguape	3.854	3.508	348	7.930
Pombal	585	463	122	1.665
Monteiro	1.763	988	775	3.297
São Bento	1.283	1.084	199	2.666
Esperança	1.158	996	162	3.442
Catolé do Rocha	1.319	1.275	44	3.308
Pedras de Fogo	2.057	1.859	198	4.426
Conde	3.382	2.915	467	6.555
Lagoa Seca	608	458	150	1.443

Fonte: Novo CAGED (tabela produzida pelo ECD)

Vale citar a cidade de **Alhandra**, com somente **22.797 habitantes**, no entanto seu **PIB per capita** é o maior da Paraíba, equivalente a **R\$144.880,45**. Quanto ao seu estoque de empregos formais com carteira assinada foi de **4.059** vagas, em 2025.

Figura 3.2.f - Informações sobre Alhandra (2025)

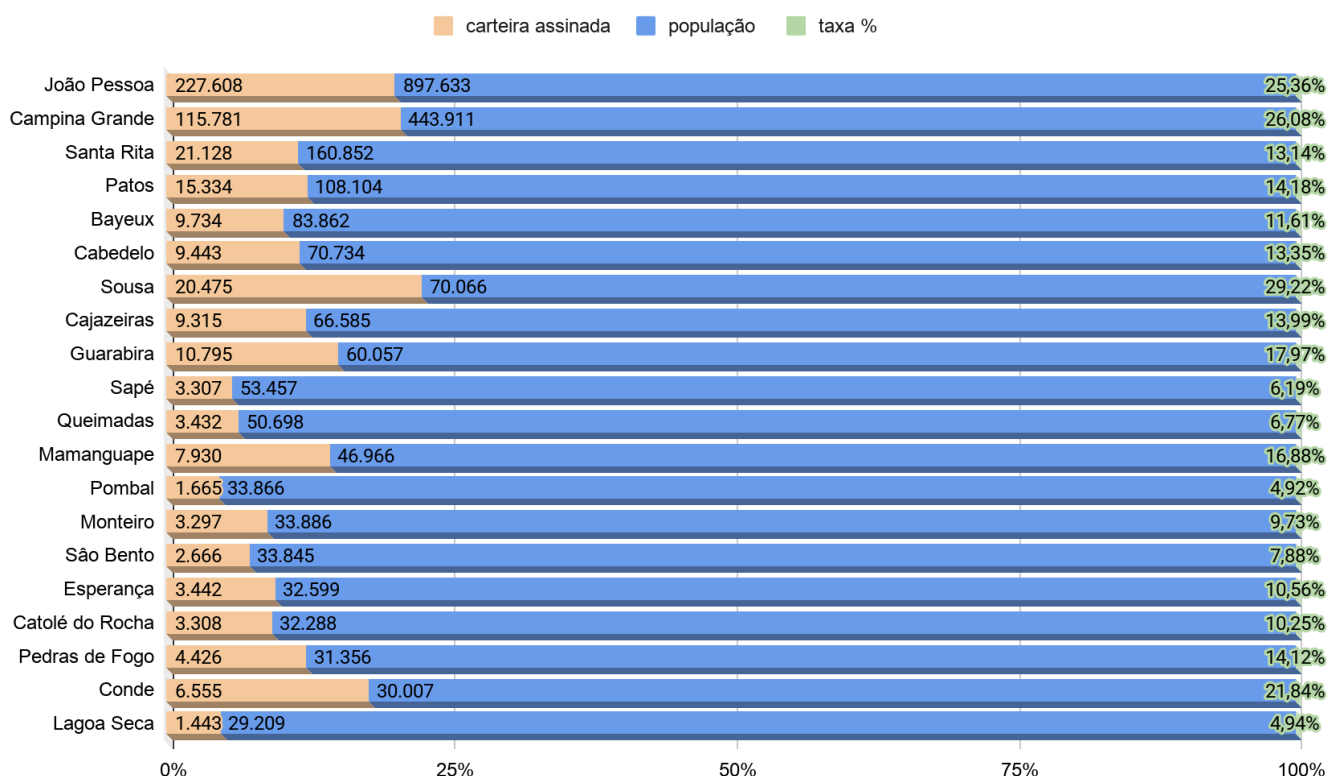


Fonte: Novo Caged

O gráfico abaixo indica o quantitativo de carteiras assinadas (Novo caged), em relação a quantidade de pessoas residentes em cada município (IBGE), no ano de 2025. A cidade que apresentou a maior taxa de carteiras assinadas foi Sousa, em contrapartida, a que possui a menor taxa foi Pombal.

Gráfico 3.2.a - Quantitativo de carteiras assinadas / população nas 20 maiores cidades do estado (2025)





Fonte: Novo Caged/ IBGE 2025 (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 3.2.b - Salários médios de Admissão por Região e Unidade da Federação

Unidade da Federação	Salário Médio de Admissão (R\$)	Variação Relativa (%) 2024-2025
Nordeste	1.979,02	1,93
Maranhão	2.025,64	1,17
Piauí	2.028,09	5,09
Ceará	2.019,48	0,85
Rio Grande do Norte	1.835,88	0,38
Paraíba	1.845,59	-0,88
Pernambuco	2.007,21	3,45
Alagoas	1.831,18	0,55
Sergipe	1.972,70	6,40
Bahia	2.012,00	2,00
Brasil	2.294,62	1,40

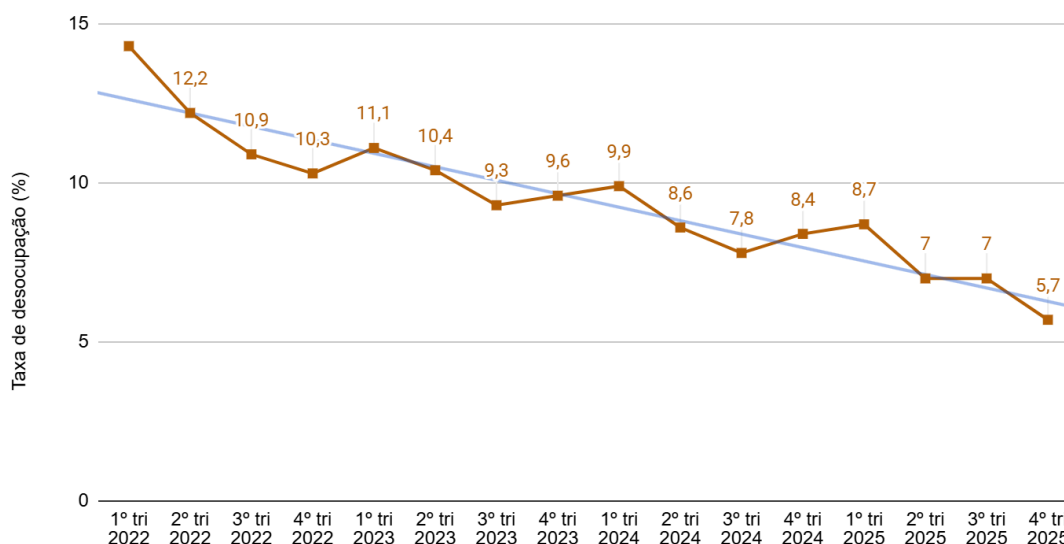
Fonte: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2025/dezembro/sumario-executivo-acumulado-e-dezembro-2025.pdf/view>

De acordo com o Painel **PNAD Contínua**, no 4º trimestre de 2025, a taxa de desocupação no estado fechou em 5,7%, em comparação com o 4º trimestre de 2024 que foi de 8,4%. Com nível de



ocupação pela força de trabalho (percentual de pessoas ocupadas) de 51,2% no quarto trimestre de 2025. **A taxa de desocupação na Paraíba em 2025 (4º trimestre), foi acima do indicador brasileiro, que foi de 5,1%; de acordo com o Painel PNAD Contínua.**⁵⁸

Gráfico 3.2.b - Taxa de desocupação na Paraíba (%) 2022 - 2025



Fonte: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> (gráfico elaborado pelo ECD)

De acordo com o **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁵⁹, o Brasil tem um problema endêmico com o trabalho informal que vem obtendo pouca variação desde 2016, sendo as mulheres negras as mais atingidas. Isso se deve também ao afrouxamento nas leis trabalhistas em 2017 e o aumento dos “trabalhos por aplicativo”, mantendo um contingente de pessoas sem os direitos garantidos por lei.

Tabela 3.2.c - Mercado de Trabalho no Estado da Paraíba (2022, 2023, 2024 e 2025)

Mercado de Trabalho	2022 (4º trim.)	2023 (4º trim.)	2024 (4º trim.)	2025 (4º trim.)
Pessoas em idade de trabalhar (>14 anos)	3.229.000	3.249.000	3.270.000	3.329.000
Pessoas ocupadas	1.515.000	1.565.000	1.651.000	1.704.000
Pessoas ocupadas informalmente	771.000	796.000	828.000	825.000

Fonte: IBGE - PNAD (tabela criada pelo ECD)

⁵⁸ <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

⁵⁹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>



Para mais informações sobre os 223 municípios da Paraíba, acesse o QR Code ao lado.



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



3.3 - Programas Sociais

No tocante aos programas sociais, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, para o Estado da **Paraíba**, em 2025, foram disponibilizados recursos destinados **ao Novo Bolsa Família de aproximadamente R\$5,15 bilhões**⁶⁰ (em 2024 foram R\$5,23 bilhões) e ao pagamento do **BPC (Benefício de Prestação Continuada) R\$3,14 bilhões** (em 2024 foram R\$2,63 bilhões). Esses dois programas beneficiaram 877.421 pessoas em 2024, já **em 2025, beneficiaram 869.511 pessoas**. De acordo com o portal do Governo Federal, **em 2025**, o número de beneficiários do Programa Novo Bolsa Família, **na Paraíba, era de 714.623 pessoas**, enquanto fechou o ano de 2024 com 733.174.⁶¹ No **Nordeste**, a quantidade de beneficiários do bolsa família foi de **10.060.816** pessoas, enquanto **no Brasil foi de 22.287.604** pessoas.

Dentre os estados da região Nordeste, de acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, **o Piauí é o que tem a maior porcentagem da população que recebe o benefício do Bolsa Família**, cerca de 19% da população foi contemplada em 2025, enquanto a Paraíba possui cerca de 17,7% da população contemplada, estando em 7º lugar, dentre os 9 estados.

O **VIII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁶² destaca que com a retomada do Bolsa Família em 2023, a correção do salário-mínimo, a redução do desemprego e o reajuste do repasse do Programa Nacional de Alimentação Escolar, houve um crescimento na segurança alimentar do país, que ao todo 13 milhões de pessoas deixaram de passar fome.

No entanto, de acordo com o **IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**⁶³, ainda 8,1% da população de crianças e adolescentes vivem em famílias com renda inferior à linha da

⁶⁰<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios>

⁶¹<https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2024>

⁶²<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

⁶³<https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2025-2/>



pobreza, consequentemente lutando contra a falta de acesso e a insegurança alimentar, mesmo que 4 milhões de famílias tenham deixado a pobreza devido ao Bolsa Família.

Figura 3.3.a - Programa Bolsa Família, dezembro de 2025, na Paraíba

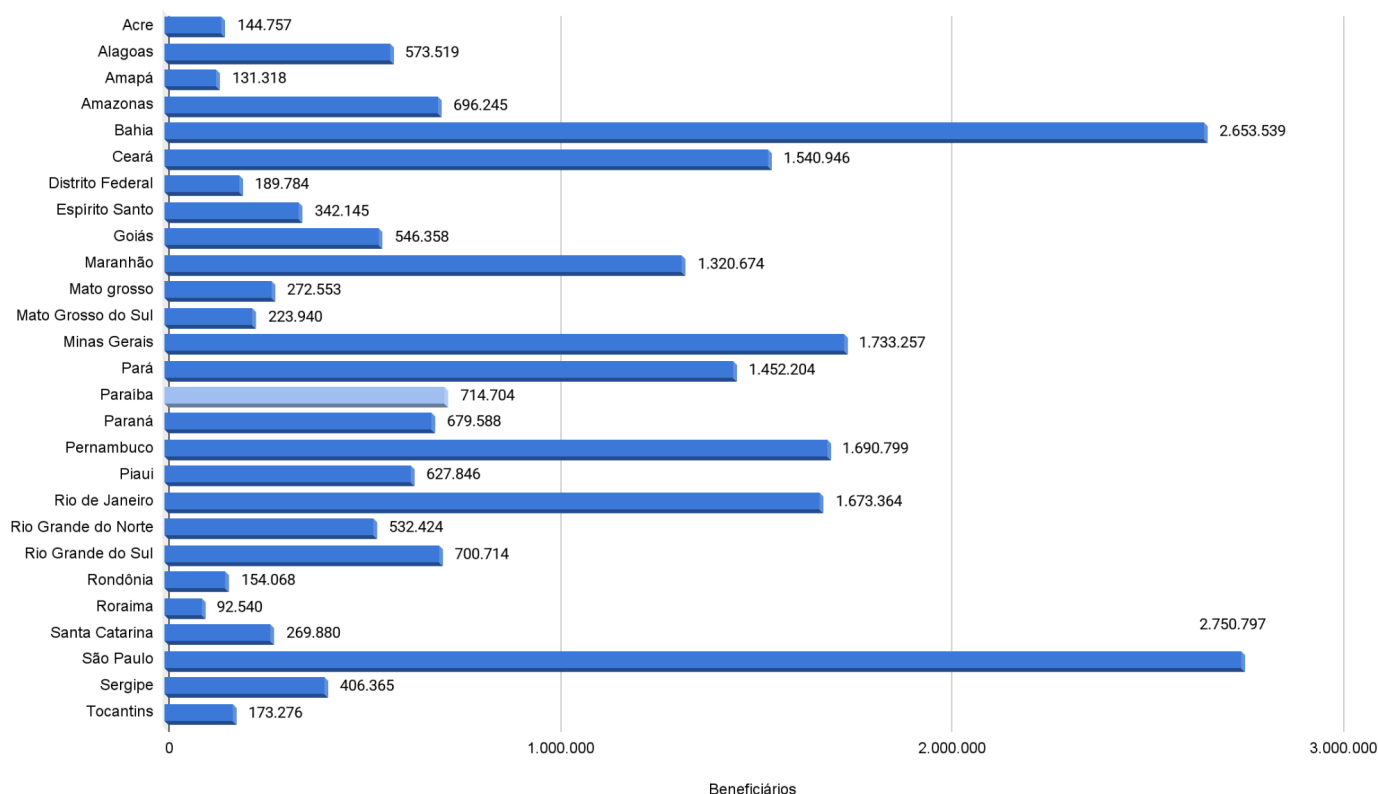


Fonte: Plataforma do Governo Federal - Secretaria de Comunicação Social⁶⁴

⁶⁴<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/novo-bolsa-familia>



Gráfico 3.3.a - Quantidade de beneficiários por Estado no programa Bolsa Família em 2025



Fonte: Plataforma do Governo Federal - Portal da Transparência⁶⁵ (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 3.3.a - Quantidade de beneficiários e percentual em relação à população por Estado, no Programa Bolsa Família em 2025

Unidades da Federação	Beneficiários	População	Relação
Acre	144.757	884.372	16,37%
Alagoas	573.519	3.220.848	17,81%
Amapá	131.318	806.517	16,28%
Amazonas	696.245	4.321.616	16,11%
Bahia	2.653.539	14.870.907	17,84%
Ceará	1.540.946	9.268.836	16,63%
Distrito Federal	189.784	2.996.899	6,33%
Espírito Santo	342.145	4.126.854	8,29%
Goiás	546.358	7.423.629	7,36%
Maranhão	1.320.674	7.018.211	18,82%
Mato grosso	272.553	3.893.659	7,00%
Mato Grosso do Sul	223.940	2.924.631	7,66%
Minas Gerais	1.733.257	21.393.441	8,10%

⁶⁵ <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2025>





Pará	1.452.204	8.711.196	16,67%
Paraíba	714.704	4.164.468	17,16%
Paraná	679.588	11.890.517	5,72%
Pernambuco	1.690.799	9.562.007	17,68%
Piauí	627.846	3.384.547	18,55%
Rio de Janeiro	1.673.364	17.223.547	9,72%
Rio Grande do Norte	532.424	3.455.236	15,41%
Rio Grande do Sul	700.714	11.233.263	6,24%
Rondônia	154.068	1.751.950	8,79%
Roraima	92.540	738.772	12,53%
Santa Catarina	269.880	8.187.029	3,30%
São Paulo	2.750.797	46.081.801	5,97%

Fonte: Plataforma do Governo Federal - Portal da Transparência (tabela elaborada pelo ECD)

Ainda sobre os benefícios sociais, **à nível municipal, em 2025**, a quantidade de beneficiários no Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada) estão detalhados na tabela a seguir.

Tabela 3.3.b - Montante da população que recebeu Bolsa Família e BPC em 2025

MUNICÍPIOS	BOLSA FAMÍLIA	BPC
João Pessoa	94.540	36.055
Campina Grande	43.040	22.436
Santa Rita	20.093	7.456
Patos	15.664	7.391
Bayeux	17.160	6.611
Cabedelo	10.181	2.347
Sousa	14.776	4.666
Cajazeiras	14.241	2.729
Guarabira	9.715	4.465
Sapé	12.897	5.216
Queimadas	9.191	2.074
Mamanguape	9.003	4.169
Pombal	5.730	1.944
Monteiro	7.558	1.456
São Bento	6.629	1.302
Esperança	5.737	1.979
Catolé do Rocha	5.997	1.741
Pedras de Fogo	6.271	2.254
Conde	5.975	757
Lagoa Seca	4.957	671

Fonte: [Portal da Transparência - Benefícios](#) (tabela produzida pelo ECD)



Nota-se que só no **CECAD 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico)**, a Paraíba teve mais de **1,12 milhões** de famílias inscritas em dez/2025. Em dez/2024, tinha pouco mais de **1,10 milhões**, observa-se, portanto, um aumento no número de inscritos. Já em relação a quantidade de pessoas, até dezembro/25, totalizou **2.533.937 pessoas**.⁶⁶ Já na escala regional, o **Nordeste totalizou 35.500.329 pessoas**, enquanto no **Brasil foi de 95.075.521 pessoas**.

A tabela abaixo indica a quantidade de famílias e pessoas cadastradas no **CADÚNICO** em 2025. **Indicando que havia 61,13% da população paraibana inserida na plataforma, ao contrário do último mês do ano anterior (dez/2024), que totalizou 56,96% da população**. Importante lembrar que a composição do CadÚnico é composta por pessoas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo e daquelas que possuem renda acima disso, mas que estão vinculadas a algum programa ou benefício do governo que utilize este sistema.⁶⁷

Tabela 3.3.c - N° de pessoas cadastradas no CADÚNICO na Paraíba em 2025

Mês	Pessoas inscritas
Jan	2.489.569
Fev	2.485.870
Mar	2.493.376
Abr	-
Mai	2.519.180
Jun	2.530.744
Jul	2.529.152
Ago	2.509.862
Set	2.521.140
Out	2.527.839
Nov	2.533.711
Dez	2.533.937

Fonte: Cead 2.0 - Portal do Governo Federal (<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>)

Ainda sobre o CADÚNICO, a relação da quantidade de pessoas cadastradas no CADÚNICO, nas 20 maiores cidades do estado, estão dispostas no gráfico abaixo.

⁶⁶ <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>

⁶⁷ Visualizar em

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/avaliacao-e-gestao-da-informacao-e-cadastro-unico/cadastro-unico#:~:text=%C3%89%20a%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20no%20Cadastro.n%C3%A3o%20significa%20a%20entrada%20autom%C3%A1tica> para identificar os programas que atendem os inscritos.



Gráfico 3.3.b - Pessoas cadastradas no CADÚNICO (dez/2025)



Fonte: CECAD (gráfico produzido pelo ECD)⁶⁸

Levando em consideração o **ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**, é importante levantar informações sobre a quantidade de favelas ou comunidades urbanas existentes, sendo uma causa social de extrema importância, visto que essas localidades se encontram, em sua maioria, em áreas de risco. De acordo com o **Panorama Censo 2022**, o Brasil possuía um quantitativo de 12.348 favelas, sendo o estado de São Paulo o 1º colocado no ranking nacional. Enquanto na **Paraíba**, o quantitativo passa a ser de 282 favelas, posição 12ª do ranking nacional. Está atrás dos estados nordestinos de Pernambuco (3ª posição), Ceará (5ª posição) e Bahia (8ª posição). Com uma população residente que soma 210.485 pessoas⁶⁹.

Para mais informações sobre os 223 municípios da Paraíba, acesse o QR Code ao lado.



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



⁶⁸ <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>

⁶⁹ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=7>



4. INDICADORES-CHAVES DA EDUCAÇÃO

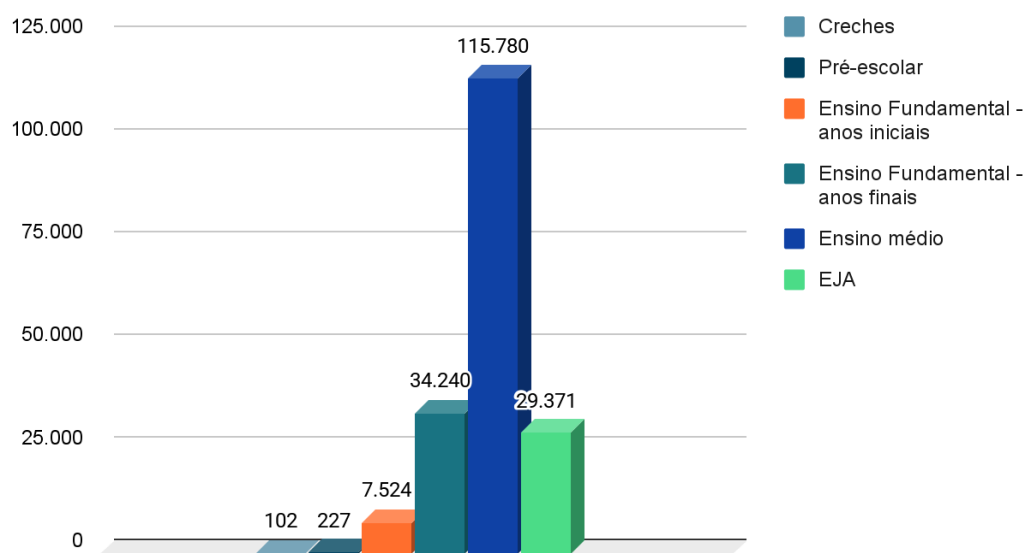
4.1. Indicadores Gerais da Educação

Os indicadores educacionais são parâmetros usados para avaliar a eficiência do sistema educacional, e a partir deles, avaliar o quadro geral e implementar as melhorias necessárias. **Serão avaliados os indicadores através dos dados do QEdu e INEP.**

A partir do estudo dos indicadores pode-se entender a sua importância para a **avaliação e implementação de políticas públicas no estado da Paraíba**, que tem como objetivos, garantir o acesso universal e igualitário à educação; assegurar a permanência e o sucesso escolar, reduzindo evasão e reprovação; promover a educação de qualidade, com foco em aprendizagem desenvolvimento integral; reduzir desigualdades educacionais, sociais e regionais; valorizar os profissionais da educação; fortalecer a gestão democrática e o controle social; alinhar a educação ao desenvolvimento sustentável, à inovação e à cidadania digital.

A Rede de Ensino Pública da Paraíba (Ensino Regular e Especial) teve **1.460.870 alunos matriculados em 2025⁷⁰**, sendo **187.244 da rede estadual**, em contrapartida teve 197.534 alunos matriculados na rede estadual em 2024, uma queda de 5,2%.

Gráfico 4.1.a - Alunos matriculados na **Rede Estadual** da Paraíba em 2025 (Ensino Regular e Especial)



Fonte: INEP - Ministério da Educação (gráfico criado pelo ECD)

Na tabela a seguir está disponível o **número de alunos matriculados na Rede Municipal da Educação Básica (educação regular e especial)**, nas 20 maiores cidades do Estado, referentes

⁷⁰ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

a Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais (ensino fundamental I), Anos Finais (ensino fundamental II) e EJA (Educação Jovens e Adultos). **Para acessar as matrículas das demais cidades paraibanas, acessar:** [Pesquisas Estatísticas e Indicadores - Censo Escolar](https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados) <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>

É importante citar que o ensino regular também inclui as matrículas no Ensino Médio (parcial e integral), mas que não estão dispostas na tabela, visto que não estão incluídas na rede municipal de ensino.

O **Ensino Especial**, que está proposto na **LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - 1996**, é uma modalidade de ensino escolar destinada a pessoas com necessidades especiais. Pessoas com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Este é oferecido na rede regular de ensino, mas também pode ser ofertado em escolas específicas.

Tabela 4.1.a - Matrículas Rede Municipal (ensino regular e especial) ano 2025 - 20 maiores cidades

MUNICÍPIO	Rede Municipal (total)	INFANTIL (Creches/Pré-escola)	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA
João Pessoa	76947	18944	30355	22821	4.827
Campina Grande	28603	2743	16521	7915	1.424
Santa Rita	13452	2488	5813	4229	922
Patos	11571	3145	4854	3436	136
Bayeux	7.709	1378	3206	2.361	764
Cabedelo	7.745	1.717	3123	2573	332
Sousa	5791	1389	2994	1387	21
Cajazeiras	8081	2361	2693	2357	670
Guarabira	6528	1744	2622	1874	288
Sapé	6518	1602	2546	1690	680
Queimadas	8690	2258	3274	2447	711
Mamanguape	5525	1043	2610	1642	230
Pombal	4577	1206	1662	1368	341
Monteiro	5087	1381	1998	1674	34
São Bento	9542	1176	1835	1664	4867
Esperança	5614	1225	1967	1500	922
Catolé do Rocha	3524	876	1370	1178	100



Pedras de Fogo	6058	1346	2352	1947	413
Conde	6240	1375	2425	1969	471
Lagoa Seca	4319	1061	1731	1225	302

Fonte: INEP - [Pesquisas Estatísticas e Indicadores - Censo Escolar](#) (tabela produzida pelo ECD)

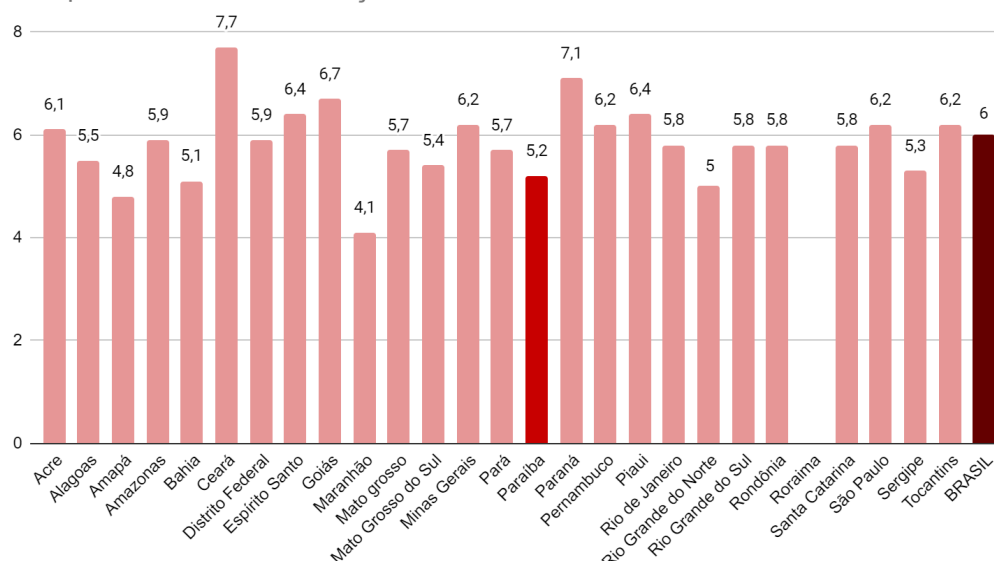
Com relação ao **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**, que é um componente do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, criado em 2007 e desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ele **passa a ser o principal indicador para monitorar a qualidade da educação básica no Brasil**, a partir da combinação de dados do fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e das médias de desempenho dos estudantes em testes padronizados, seguindo o princípio da avaliação em larga escala, ou seja, o **IDEB mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da análise da proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (SAEB) e a taxa de aprovação.**

As metas nacionais do IDEB nacional para 2023, na rede geral de ensino foram de **6,0; 5,5; e 5,2, para os anos iniciais, anos finais e para o ensino médio**, respectivamente, já as metas para o estado paraibano, na rede geral de ensino foram **5,3; 4,8; e 4,8**, respectivamente.

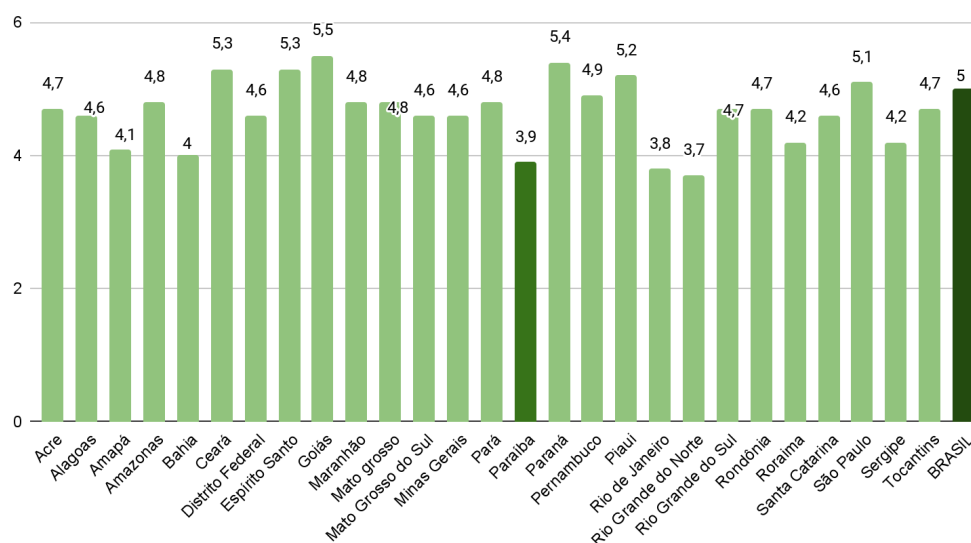
O Brasil alcançou IDEB (rede geral) de **6,0 (anos iniciais), 5,0 (anos finais) e 4,3 (ensino médio)**. A Paraíba alcançou as seguintes notas (rede geral): **5,4 anos iniciais, 4,5 anos finais e 4,0 ensino médio**. Já com relação à rede estadual paraibana, o **IDEB foi de 5,2 (anos iniciais); 3,9 (anos finais); 3,6 (ensino médio)**, tendo como metas da rede estadual de ensino 5,3; 4,5; 4,4.

Gráfico 4.1.b - IDEB Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Médio 2023 - rede Estadual

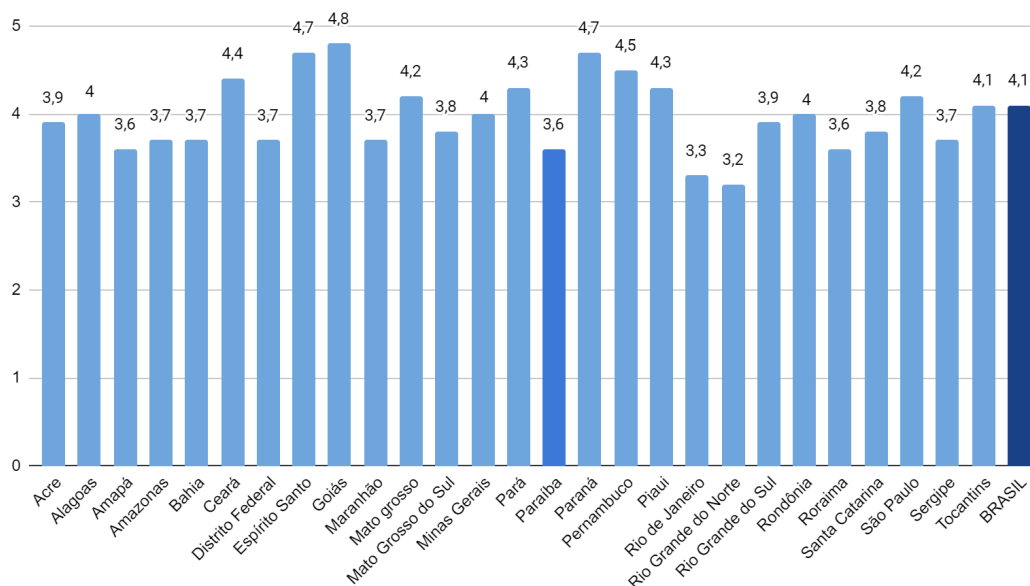
IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Anos iniciais do ensino fundamental



IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Anos finais do ensino fundamental



IDEB por Unidade da Federação - 2023 - Ensino Médio



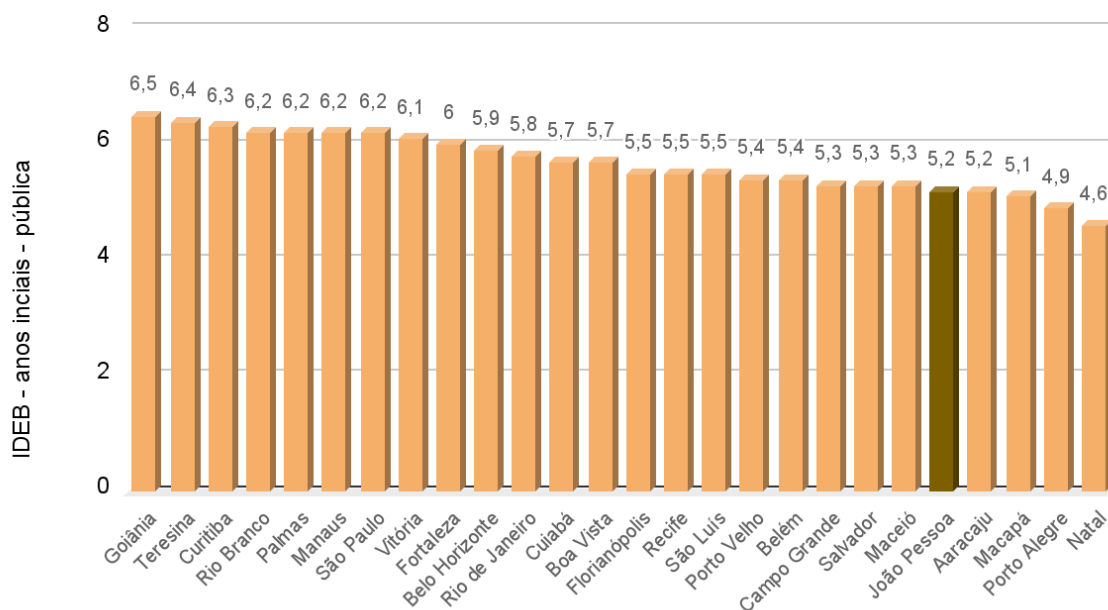
Fonte: [Ideb Resultados - INEP](#)

O gráfico abaixo indica o resultado do IDEB dos **anos iniciais (rede pública)**, das capitais de cada estado do país, em 2023. No qual indica que Goiânia, capital do Goiás, foi a capital com maior desempenho.



Gráfico 4.1.c - IDEB das capitais brasileiras - anos iniciais - rede pública

IDEB - anos iniciais - rede pública - 2023



Fonte: [Ideb Resultados - INEP](#)

Tabela 4.1.b - Número de matrículas da Educação básica nas redes Estaduais e Municipais da Paraíba 2025

Ensino regular + educação especial	ESTADUAL	MUNICIPAL
CRECHE	102	60.605
PRÉ-ESCOLA	227	72.054
ANOS INICIAIS	7.524	205.860
ANOS FINAIS	34.240	150.605
MÉDIO	115.780	185
EJA PRESENCIAL	29.371	53.882

Fonte: INEP - Ministério da Educação (tabela elaborada pelo ECD)

Haverá uma prioridade maior em apresentar os resultados do ensino médio por se tratar de indicadores mais relacionados às Contas do Governador, o que não significa que o Governo não possa e nem deva contribuir na educação infantil e fundamental, até porque a qualidade nesses anos anteriores contribuem para o melhor resultado do ensino médio. No Brasil ocorreu um aumento de 1,5% das matrículas no ensino médio, entre 2024 e 2023, de acordo com o

Relatório Luz 2025. Entretanto, mesmo com esse aumento, o abandono escolar é mais evidente nesta etapa do ensino⁷¹.

Em termos de **infraestrutura**, segundo a plataforma **Novo Qedu** da Fundação Lemann⁷², observa-se que apenas **38% das escolas públicas paraibanas** têm rede pública de esgoto e 60% delas tem água tratada, assim como somente **29% tem biblioteca** e 8% dispõe de laboratórios de **Ciências**, no ano de 2023, vide **figura a seguir**.

Figura 4.1.a - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2023



Fonte: Qedu

Levando em conta a porcentagem de **escolas públicas que possuem bibliotecas**, sendo essas consideradas pelo Inep como “um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário”, é importante realizar um comparativo quanto a outros estados do Nordeste. Na tabela abaixo é possível correlacionar o IDEB da rede pública a quantidade de bibliotecas existentes.

Tabela 4.1.c - Porcentagem de bibliotecas e IDEB da rede pública de ensino (anos iniciais)
nos Estados do Nordeste

Estado	% bibliotecas em escola pública - ano 2023	IDEB - anos iniciais - rede pública 2023
Paraíba	29	5,3
Rio Grande do Norte	39	4,8
Pernambuco	37	5,3
Alagoas	21	5,7
Sergipe	20	4,9
Ceará	35	6,5
Maranhão	13	5,1
Piauí	19	5,7
Bahia	21	4,9

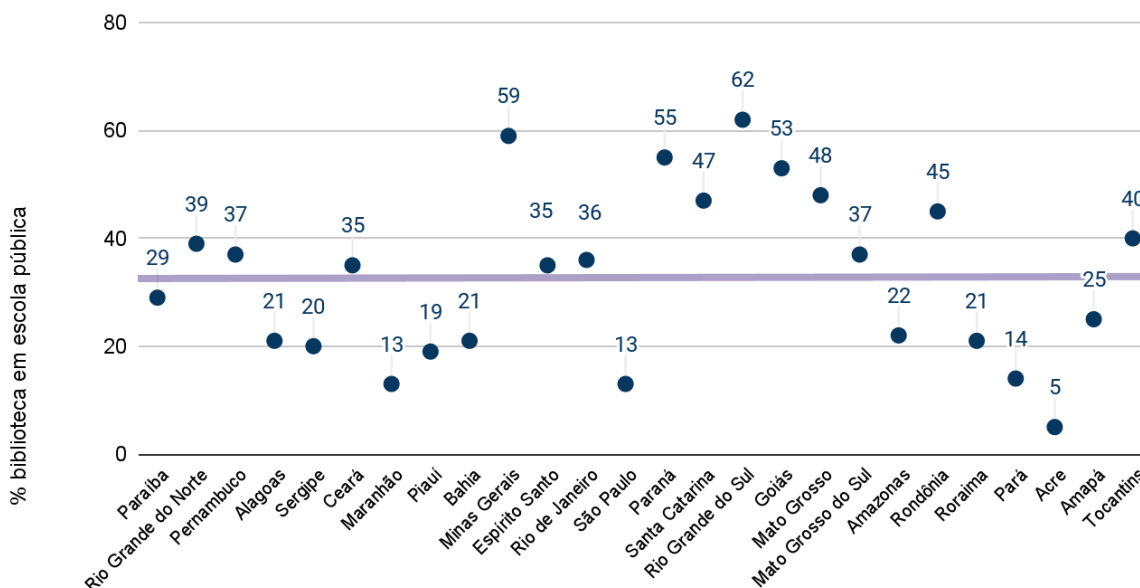
Fonte: Qedu (tabela elaborada pelo ECD)

⁷¹ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2025-2/>

⁷² <https://qedu.org.br/>



Gráfico 4.1.d - Percentual de Escolas da rede Pública com bibliotecas, por unidade da Federação (2023)



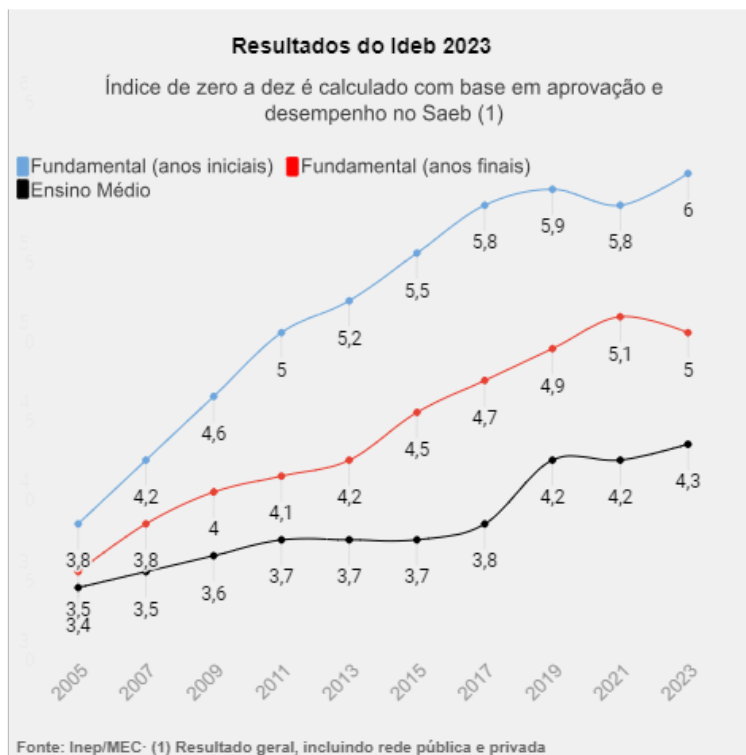
Fonte: Qedu (gráfico elaborado pelo ECD)

Já em relação às escolas da **rede estadual da Paraíba em 2023** (Fonte Novo Qedu), 36% das escolas apresentam laboratório de ciências, 74% tem biblioteca, 53% apresentam rede de esgoto vinculada à rede pública de tratamento e 90% apresentam tratamento de água adequado. **Um dado interessante a ser veiculado é que 95% das escolas estaduais paraibanas apresentam coleta periódica de lixo, mas somente 2% delas encaminham para reciclagem.**

Os resultados do IDEB 2023 (Nacional) incluindo Rede Pública e Privada são:

- Os anos iniciais do ensino fundamental foram de **5,8** em **2021** para **6,0** em **2023**;
- Os anos finais do ensino fundamental foram de **5,1** em **2021** para **5,0** em **2023**;
- O ensino foi de **4,2** em **2021** para **4,3** em **2023**.

Figura 4.1.b - IDEB 2023



Fonte: INEP (Gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 4.1.d - IDEB Educação Básica - Ensino Fundamental Rede Municipal de Ensino (Anos finais e anos iniciais) das 20 maiores cidades do Estado (2023)

MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
João Pessoa	5,2	4,1
Campina Grande	5,4	4,2
Santa Rita	4,1	3,8
Patos	6,0	4,5
Bayeux	4,7	3,5
Cabedelo	5,7	4,5
Sousa	6,2	5,2
Cajazeiras	5,7	4,8
Guarabira	5,1	4,2
Sapé	4,3	3,5
Queimadas	7,9	5,8
Mamanguape	6,2	4,7
Pombal	7,0	5,5
Monteiro	6,8	5,2
São Bento	5,7	4,7
Esperança	5,8	4,6

Catolé do Rocha	5,1	4,6
Pedras de Fogo	5,1	4,3
Conde	6,4	4,4
Lagoa Seca	5,4	4,5

Fonte: QEdU/INEP 2023 - últimos dados liberados (tabela produzida pelo ECD)

Os **10 melhores IDEBs (anos iniciais - Rede Pública)** do Estado, estão na cidade de Coxixola: 8.2; São Domingos do Cariri: 8.0; Queimadas: 7.9; Cabaceiras: 7.7; Princesa Isabel: 7.4; Cubati: 7.1; São Bentinho: 7.1; Várzea: 7.1; Água Branca: 7.0 e Pombal: 7.0.

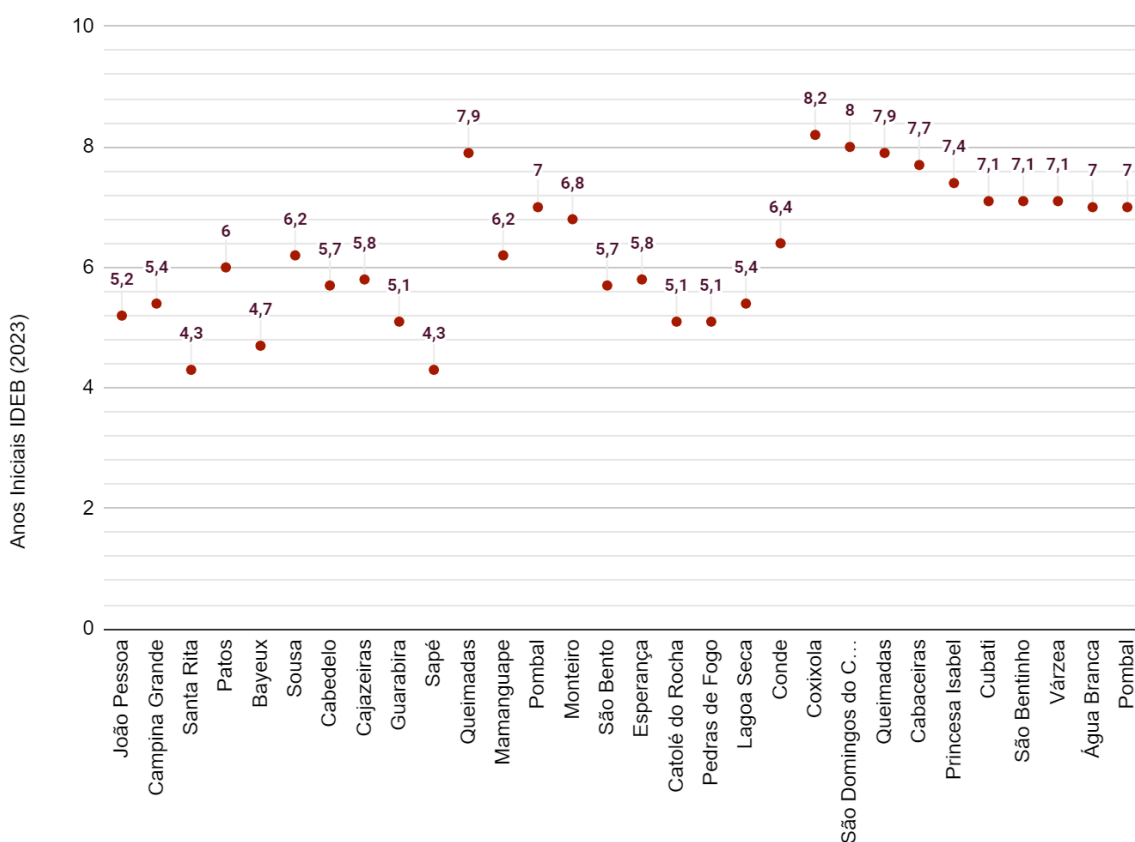
Tabela 4.1.e - Melhores e piores IDEB do Estado nos Anos Iniciais (Rede Pública)

MELHORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023		PIORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023	
MUNICÍPIOS	IDEB	MUNICÍPIOS	IDEB
Coxixola	8,2	Riachão do Poço	3,6
São Domingos do Cariri	8,0	Riacho de Santo Antônio	3,9
Queimadas	7,9	Pedro Régis	3,9
Cabaceiras	7,7	Serraria	4,0
Princesa Isabel	7,4	Marcação	4,0
Cubati	7,1	Fagundes	4,0
São Bentinho	7,1	Borborema	4,0
Várzea	7,1	Boa Ventura	4,0
Água Branca	7,0	São Miguel de Taipu	4,1
Pombal	7,0	Riachão do Bacamarte	4,1

Fonte: QEdU (tabela elaborada pelo ECD)

Observar que na **comparação** do IDEB (anos iniciais) dos 20 maiores municípios da Paraíba com relação aos 10 melhores municípios mais bem posicionados, **aparecem duas das maiores cidades do Estado, Queimadas e Pombal**.

Gráfico 4.1.e - Comparativo IDEB anos iniciais dos 20 maiores municípios em relação aos 10 municípios com melhores resultados.



Fonte: IDEB - QEdU (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 4.1.f - Melhores e piores IDEBs do Estado nos Anos Finais (Rede Pública)

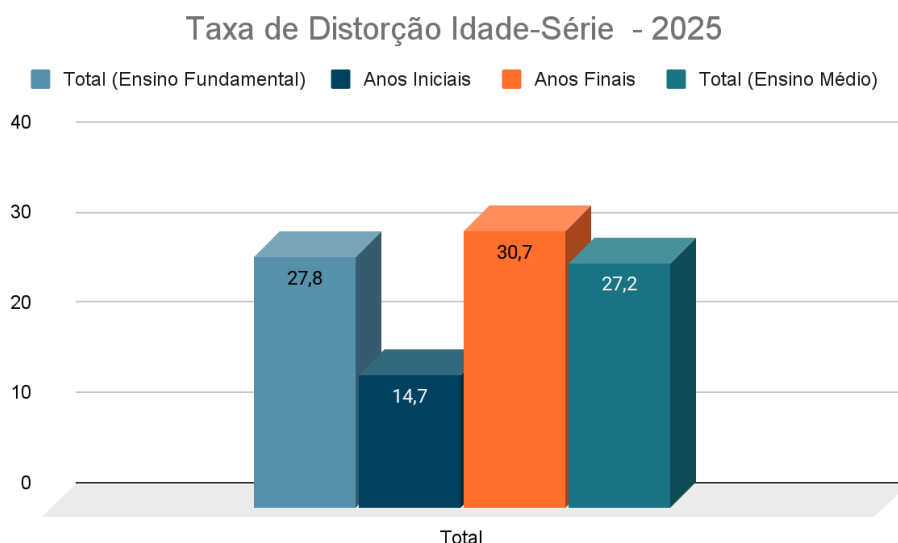
MELHORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023		PIORES IDEBs DA PARAÍBA - 2023	
MUNICÍPIOS	IDEB	MUNICÍPIOS	IDEB
São Domingos do Cariri	6,4	Cruz do Espírito Santo	2,8
Água Branca	5,7	Lagoa de Dentro	2,9
Queimadas	5,7	Riacho de Santo Antônio	2,9
Cabaceiras	5,6	Mari	3,1
Vieirópolis	5,6	Serra Redonda	3,1
Coxixola	5,5	Borborema	3,2
Cubati	5,5	Fagundes	3,2
Juru	5,5	Riachão do Poço	3,2
Picuí	5,4	Sapé	3,2
Santo André	5,4	Massaranduba	3,3

Fonte: QEdU (tabela elaborada pelo ECD)

É importante citar que a rede pública (anos finais do ensino fundamental) do **estado do Ceará é destaque nacional em educação**. De 10 municípios que foram listados com melhores desempenhos no IDEB, 7 deles estão localizados no Ceará, com nota do IDEB entre 8,1 e 7,0⁷³.

Outro tema importante a ser levado em consideração de acordo com a legislação educacional do país é que, quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais anos e retorna à escola, a partir daí ele precisa repetir uma mesma série para não prejudicar a progressão dos conteúdos. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série⁷⁴. **O cálculo da distorção idade-série** (que corresponde a quantidade de alunos matriculados em cada série com idade superior à idade recomendada) **é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles**⁷⁵. De acordo com o Inep, na **Paraíba**, em **2025**, a **distorção idade-série no ensino médio chegou a 23,1%**, enquanto a **nível nacional foi de 16%** e a **nível regional foi 19,4%**.

Gráfico 4.1.f - Distorção Idade-Série - Rede Estadual da Paraíba 2025



Fonte: INEP 2025 - (gráfico elaborado pelo ECD)

Em relação às taxas das 20 maiores cidades paraibanas, a cidade de **Esperança** **apresentou uma menor taxa de distorção no Ensino Fundamental**.

⁷³ https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Brasil_por_IDEB / <https://www.seduc.ce.gov.br/2024/04/02/avanco-na-educacao-ceara-lidera-ioeb-e-tem-31-municipios-entre-os-50-melhores-do-ranking/#:~:text=O%20Cear%C3%A1%20segue%20como%20destaque.%2C%20com%20nota%205%2C5>

⁷⁴ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>

⁷⁵ <https://conteudos.qedu.org.br/academia/distorcao-idade-serie/>



Tabela 4.1.g - Taxa de Distorção Idade - Série 2025 - (Rede Municipal de Ensino)

MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL
<i>João Pessoa</i>	25,4	29,4	21,4
<i>Campina Grande</i>	11,1	28,9	16,9
<i>Santa Rita</i>	22,8	32,4	26,9
<i>Patos</i>	5,5	20,3	11,7
<i>Bayeux</i>	22,1	39,4	29,5
<i>Cabedelo</i>	10,4	27,6	18,2
<i>Sousa</i>	5,5	20,2	10,1
<i>Cajazeiras</i>	3,9	16,2	9,9
<i>Guarabira</i>	10,1	24,5	16,1
<i>Sapé</i>	9,1	27,7	16,5
<i>Queimadas</i>	3	12,6	7,1
<i>Mamanguape</i>	7,9	20,8	12,8
<i>Pombal</i>	2,5	8,4	5,1
<i>Monteiro</i>	1,8	6,3	3,9
<i>São Bento</i>	10,2	28,1	18,7
<i>Esperança</i>	1,6	7,7	4,3
<i>Catolé do Rocha</i>	4,6	24,3	13,7
<i>Pedras de Fogo</i>	5,6	20	12,1
<i>Conde</i>	7,5	24,1	15
<i>Lagoa Seca</i>	4,2	23,8	12,6

Fonte: INEP (tabela produzida pelo ECD)

A **alfabetização** é um indicador essencial do desenvolvimento humano e social, sendo frequentemente utilizada como parâmetro para avaliar o acesso à educação básica, a inclusão social e o exercício pleno da cidadania. De acordo com a definição da UNESCO, uma pessoa alfabetizada é aquela capaz de ler e escrever um texto simples e breve sobre sua própria vida. No entanto, no contexto contemporâneo, a alfabetização transcende a mera decodificação de palavras, abrangendo competências de leitura crítica, interpretação e produção de sentidos.

O **Governo da Paraíba - Secretaria de Estado da Educação**, através da Gerência Executiva de Desenvolvimento Escolar, Acompanhamento e Apoio à Gestão para Resultados de Aprendizagem (GEDRA), realizou a avaliação da alfabetização nos anos de 2023 a 2025, no qual obteve alguns municípios que atingiram a meta e outros não. Os resultados dos 20 maiores municípios estão dispostos na **tabela a seguir**.



Tabela 4.1.h - Porcentagem de alfabetização dos 20 maiores municípios da Paraíba

Município	% ALFA 2023	% ALFA 2024	% ALFA 2025	META 2025
João Pessoa	46,7	55,87	66	57
Campina Grande	42,4	47,92	69	54
Santa Rita	40,8	35,79	45	53
Patos	43,6	67,47	84	55
Bayeux	33,9	36,71	50	48
Sousa	44,1	66,52	72	56
Cabedelo	48,9	57,26	76	59
Cajazeiras	51,7	50,91	69	61
Guarabira	36,1	59,62	75	50
Sapé	33,9	39	64	48
Queimadas	85	92,65	96	80
Mamanguape	46,2	68,65	81	57
Pombal	58,7	65,57	74	66
Monteiro	55	61,09	86	63
São Bento	42,5	46,87	72	54
Esperança	61,5	64,21	88	67
Catolé do Rocha	55,2	45,82	51	63
Pedras de Fogo	37,3	48,58	57	51
Lagoa Seca	66,5	46,71	79	71
Conde	62,4	69,48	91	68

Fonte: Gerência Executiva de Desenvolvimento Escolar, Acompanhamento e Apoio à Gestão para Resultados de Aprendizagem (GEDRA) - Secretaria de Estado da Educação e Inep (tabela produzida pelo ECD)

O **Decreto nº 12.191, de 20 de setembro de 2024** instituiu o **Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização** e de acordo com a página do Ministério da Educação⁷⁶ “é um reconhecimento aos esforços e iniciativas exitosas das secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias que assegurem o direito à alfabetização das crianças”. Os critérios avaliados foram: a colaboração entre os entes federativos, a institucionalização e implementação da política de alfabetização, assim como ações para formação de gestores e professores; e a distribuição de materiais de apoio à alfabetização.

⁷⁶ <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/selo-nacional-compromisso-com-alfabetizacao>



A sua primeira edição contou com a premiação de 2.592 municípios e 13 estados com o Selo Ouro, a mais alta avaliação. Assim como, nove estados e 1.062 municípios com o Selo Prata; por fim, três estados e 533 municípios com o Selo Bronze. A pontuação ouro é recebida quando obtém-se 85 a 100 pontos, selo prata entre 65 a 84 pontos e selo bronze, entre 45 e 64 pontos⁷⁷.

A **rede estadual da Paraíba** recebeu o selo **ouro**, já **em relação a** rede municipal, 101 municípios receberam o selo **ouro**.

A tabela abaixo indica a classificação do selo de todos os estados. A **Paraíba**, em **2025 atingiu o selo Ouro**, ao contrário do ano de 2024, que era Prata. Importante mencionar que os estados que não possuem resultados não tiveram inscrições da rede estadual de ensino em 2025, portanto não foi concedido a estes nenhuma classificação do selo.

Tabela 4.1.i - Unidades federativas e respectivos selos - resultado Estadual 2025

Unidades da Federação	SELO
<i>Acre</i>	-
<i>Alagoas</i>	prata
<i>Amapá</i>	-
<i>Amazonas</i>	-
<i>Bahia</i>	-
<i>Ceará</i>	ouro
<i>Distrito Federal</i>	-
<i>Espírito Santo</i>	ouro
<i>Goiás</i>	ouro
<i>Maranhão</i>	prata
<i>Mato grosso</i>	ouro
<i>Mato Grosso do Sul</i>	ouro
<i>Minas Gerais</i>	ouro
<i>Pará</i>	prata
Paraíba	ouro
<i>Paraná</i>	-
<i>Pernambuco</i>	-
<i>Piauí</i>	ouro
<i>Rio de Janeiro</i>	prata
<i>Rio Grande do Norte</i>	prata
<i>Rio Grande do Sul</i>	-
<i>Rondônia</i>	prata
<i>Roraima</i>	bronze
<i>Santa Catarina</i>	-
<i>São Paulo</i>	ouro

⁷⁷ <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/pdf/guiaparticipanteed.pdf>

Sergipe	prata
Tocantins	ouro

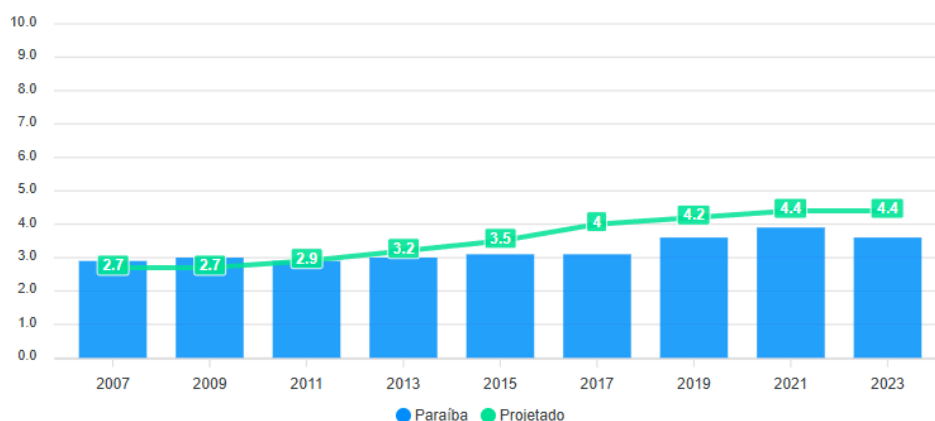
Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/selo-nacional-compromisso-com-alfabetizacao> (tabela elaborada pelo ECD)⁷⁸

O IDEB do **Ensino Médio do Estado da Paraíba** (Rede Estadual), no ano de 2023, foi de **3,6 pontos**. O IDEB da Paraíba é superior à média dos estados com condições populacionais e socioeconômicas similares. No entanto, não atingiu a meta para o exercício de 2023, que era de **4,4 pontos**.

Figura 4.1.c - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Português e Matemática, dados do QEDU, 2023 (Paraíba) - rede estadual



Evolução do Ideb



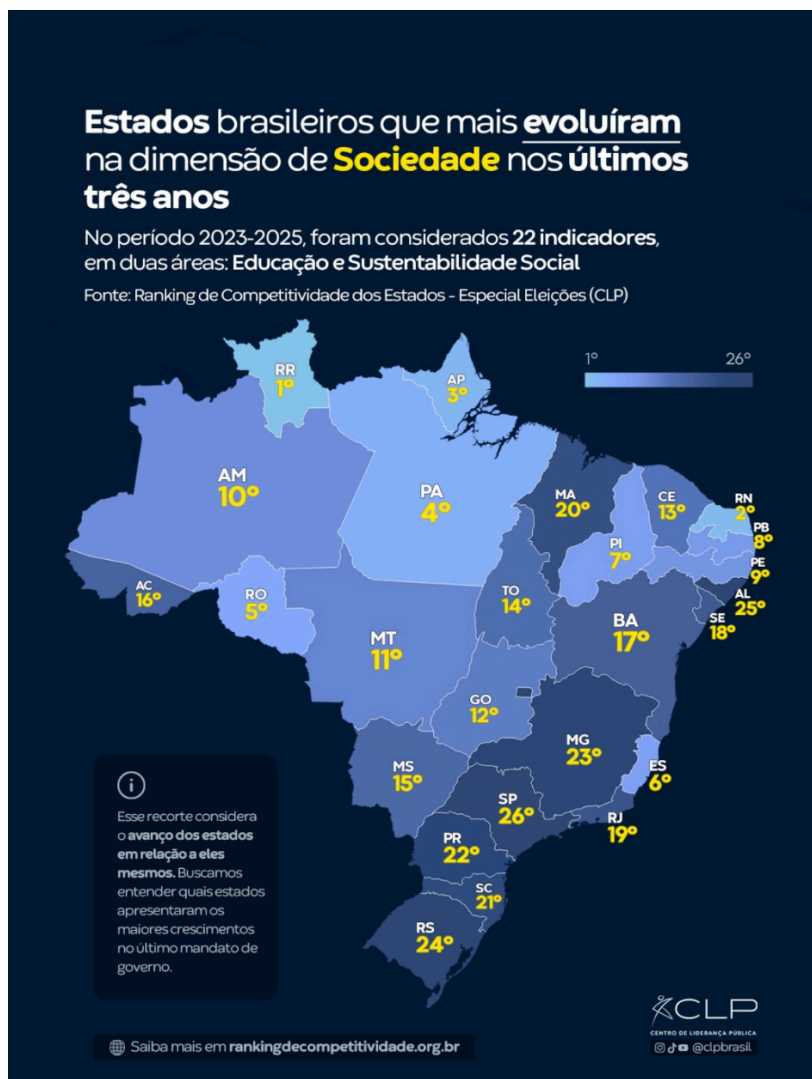
Fonte: QEDU

Na imagem abaixo há o ranking dos estados brasileiros com base na evolução da dimensão Sociedade dos indicadores do **Centro de Liderança Pública**. Esse indicador considera evolução nas áreas de **Educação e Sustentabilidade Social**, no qual a Paraíba encontra-se em 8ª colocação. O estado de Roraima ocupa o 1º lugar.

⁷⁸ Obs.: Os Estados que não possuem resultados não tiveram inscrições da rede estadual de ensino em 2025, portanto não foi concedido a estes nenhuma classificação do selo.



Figura 4.1.d - Ranking de Competitividade dos Estados



Fonte: instagram @clpbrasil

Para mais informações sobre os 223 municípios da Paraíba, acesse o QR Code ao lado.

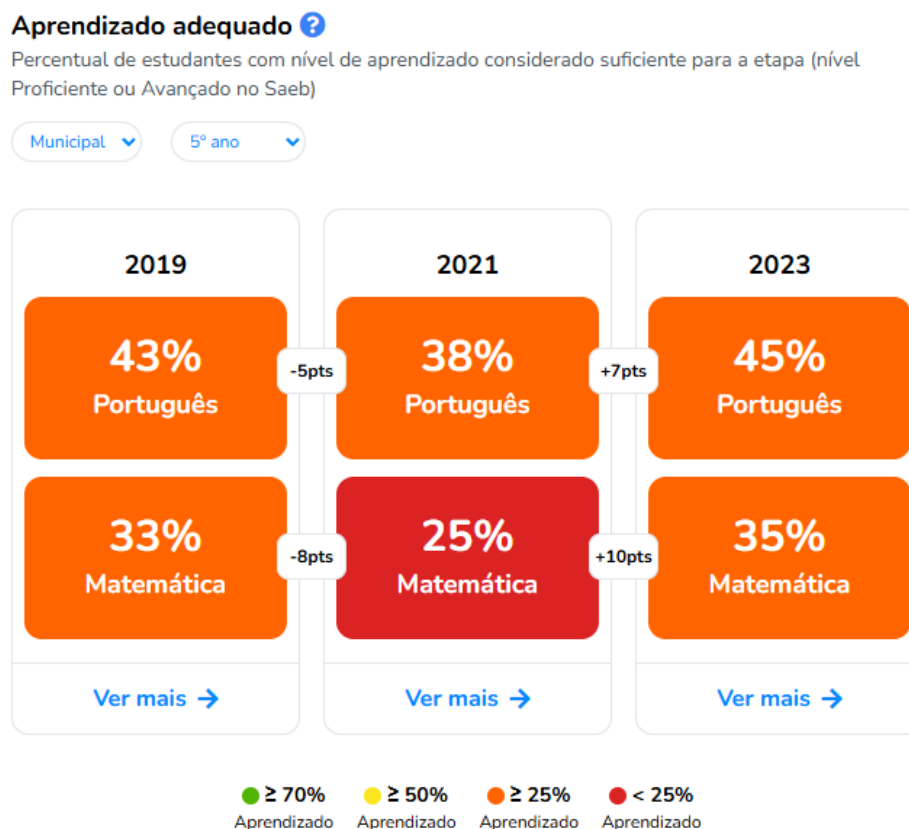


4.2. Indicadores de Proficiência em Português e Matemática

Outro indicador educacional de extrema importância é a avaliação do nível de **proficiência em Português e Matemática**, que faz parte do **Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb**, considerado um parâmetro de extrema importância para verificação da aprendizagem do ensino e até para a avaliação do IDEB. Existem diferentes porcentagens a se alcançar, mas a meta geral é que os alunos obtenham proficiência nessas matérias com porcentagem igual ou acima de 50%. O nível básico fica acima de 25% e abaixo dessa porcentagem é caracterizado como insuficiente.

Na **Paraíba**, nos **anos iniciais do Ensino Fundamental**, o nível de proficiência se encontra em **nível Básico em Português e Matemática**, e nos **anos finais encontra-se Básico em Português e Insuficiente em Matemática**, vide **figura e tabela** a seguir.

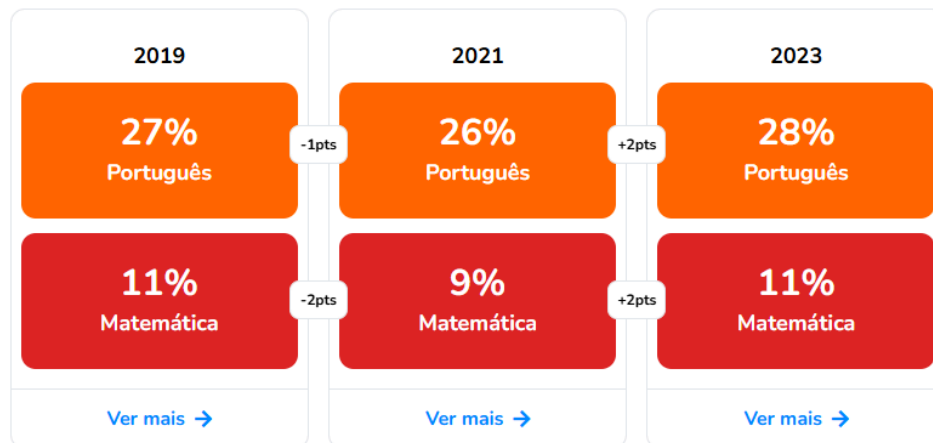
Figura 4.2.a - Proficiência em Português e Matemática na Paraíba (Rede Municipal - Anos Iniciais)



Aprendizado adequado ?

Percentual de estudantes com nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb)

Pública 9º ano



● ≥ 70% Aprendizado
 ● ≥ 50% Aprendizado
 ● ≥ 25% Aprendizado
 ● < 25% Aprendizado

Fonte: QEdu

Tabela 4.2.a - Percentual do aprendizado em Português e Matemática nas 20 maiores cidades da Paraíba, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede Municipal - 2023)

MUNICÍPIOS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
João Pessoa	49%	35%
Campina Grande	49%	34%
Santa Rita	25%	13%
Patos	56%	48%
Bayeux	39%	25%
Cabedelo	51%	39%
Sousa	63%	54%
Cajazeiras	48%	39%
Guarabira	34%	23%
Sapé	23%	13%
Queimadas	85%	83%
Mamanguape	61%	49%
Pombal	70%	70%
Monteiro	69%	64%
São Bento	52%	43%



Esperança	53%	46%
Catolé do Rocha	44%	29%
Pedras de Fogo	38%	30%
Conde	66%	55%
Lagoa Seca	43%	35%

Fonte: QEdu (tabela produzida pelo ECD)

Tabela 4.2.b - Percentual do aprendizado em Português e Matemática nas 20 maiores cidades da Paraíba, nos anos finais do Ensino Fundamental (Rede Municipal - 2023)

MUNICÍPIOS	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
João Pessoa	32%	10%
Campina Grande	31%	11%
Santa Rita	21%	5%
Patos	33%	16%
Bayeux	23%	4%
Cabedelo	38%	12%
Sousa	45%	26%
Cajazeiras	33%	14%
Guarabira	29%	8%
Sapé	24%	7%
Queimadas	49%	32%
Mamanguape	33%	14%
Pombal	47%	22%
Monteiro	38%	21%
São Bento	34%	16%
Esperança	29%	12%
Catolé do Rocha	32%	13%
Pedras de Fogo	26%	11%
Conde	31%	12%
Lagoa Seca	30%	10%

Fonte: QEdu (tabela produzida pelo ECD)

Figura 4.2.b - Proficiência em Português e Matemática - Rede Estadual Ensino Médio - 2017 a 2023 (Paraíba)

Indicador de Aprendizado

O indicador de aprendizagem varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado.

2023 Ensino Médio Estadual

4,29

Nota padronizada em português e matemática de acordo com a Prova Saeb/2023

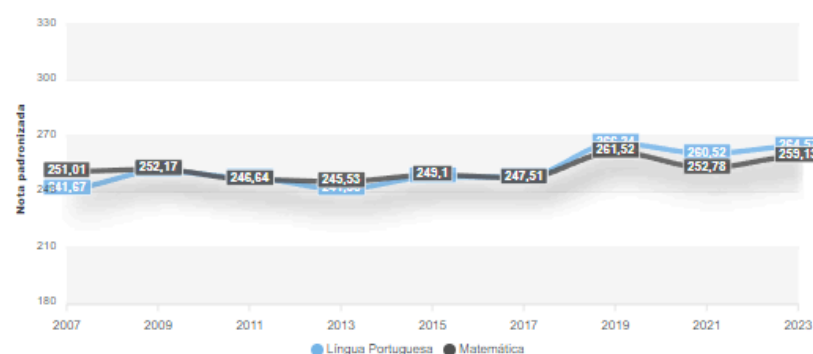
Português
264,57

Média de proficiência

Matemática
259,13

Média de proficiência

Evolução nota SAEB

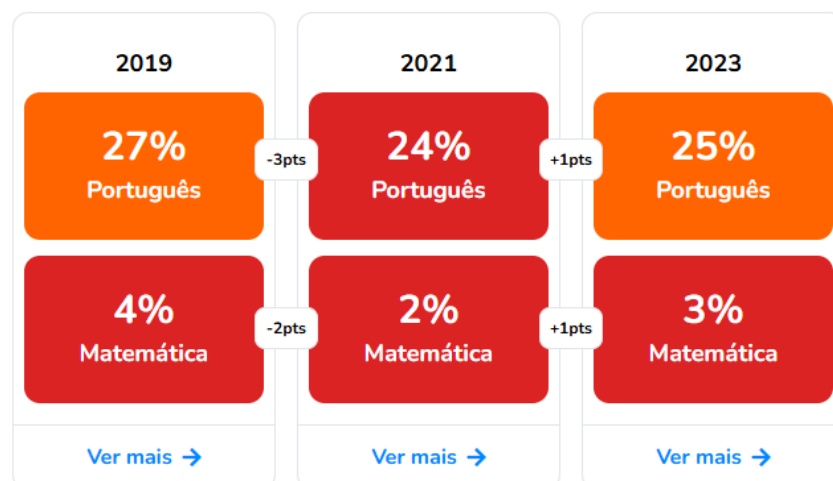


Fonte: IDEB 2023, INEP.

Aprendizado adequado ?

Percentual de estudantes com nível de aprendizagem considerado suficiente para a etapa (nível Proficiente ou Avançado no Saeb)

Estadual 3º ano EM



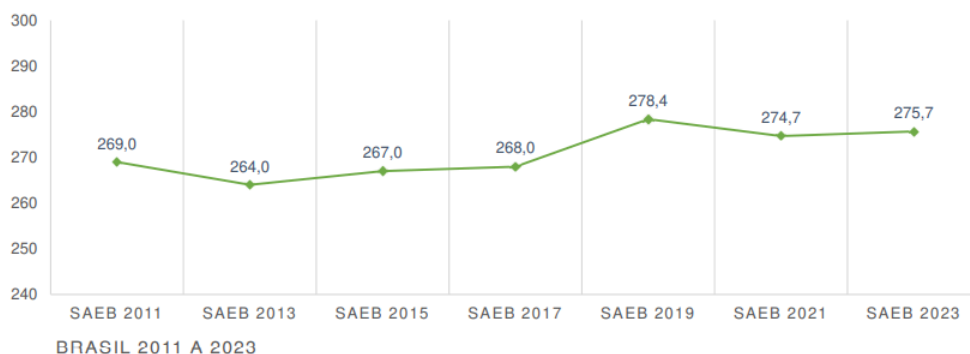
● ≥ 70% Aprendizado
 ● ≥ 50% Aprendizado
 ● ≥ 25% Aprendizado
 ● < 25% Aprendizado

Fonte: Qedu

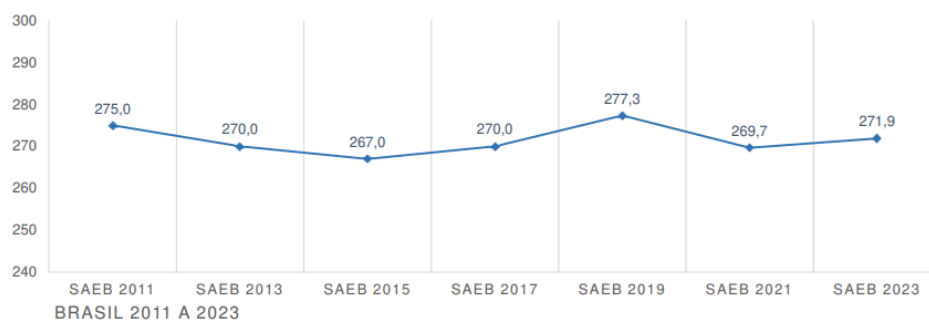


Gráfico 4.2.a - Saeb - Matemática/Português no Ensino Médio 2011 a 2023 (Brasil)

Evolução das proficiências médias no Saeb em
Língua Portuguesa no 3ª série do Ensino Médio Tradicional



Evolução das proficiências médias no Saeb em
Matemática no 3ª série do Ensino Médio Tradicional

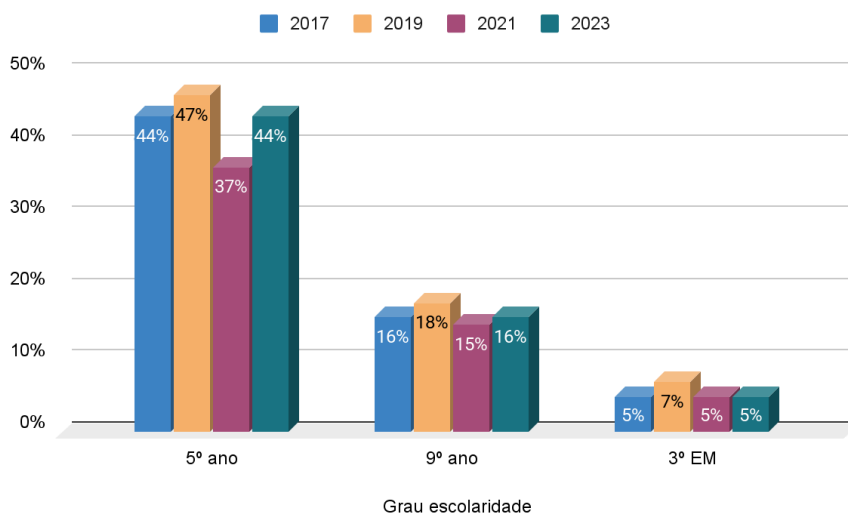


Fonte: Inep

Importante destacar também o aprendizado em matemática nos diferentes níveis de ensino no Brasil, na rede pública. Em 2023 houve um aumento nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.



Gráfico 4.2.b - Aprendizado Matemática no Brasil 2017 a 2023 - Rede Pública



Fonte: QEdú (gráfico elaborado pelo ECD)

Para verificar **informações sobre a educação**, referente aos **223 municípios da Paraíba**, recomenda-se acessar o portal do **INEP** (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas Anísio Teixeira) através do QR Code ao lado.



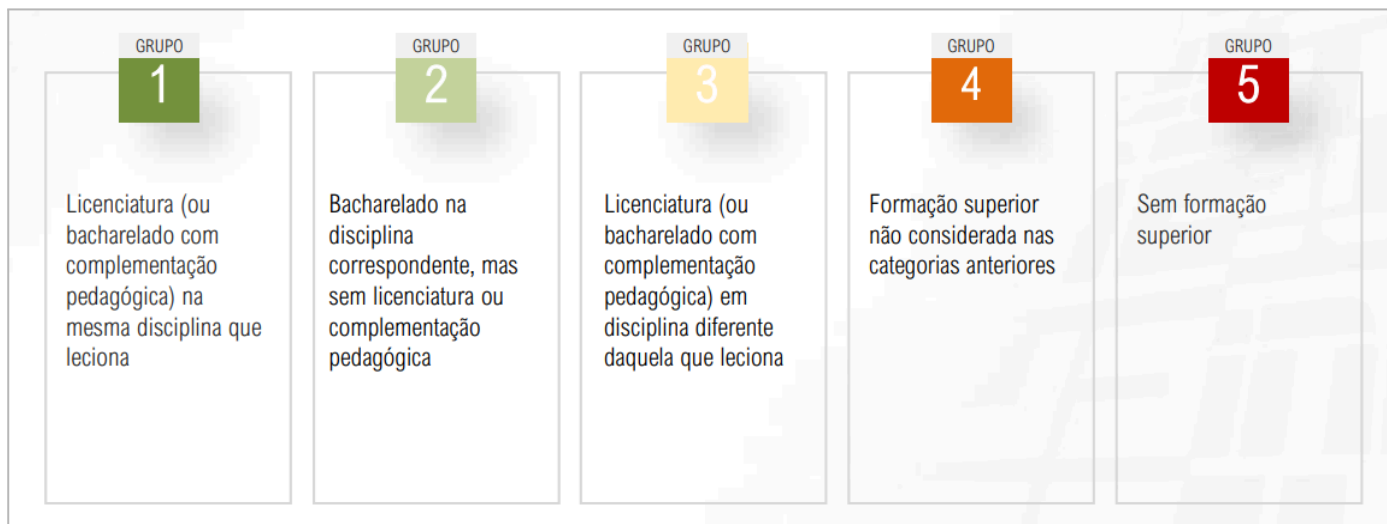
4.3. Taxa de Adequação de Formação Docente

A Taxa de Adequação de Formação do Docente é o indicador-chave que revela a proporção de docentes cuja formação superior tem adequação com a área de conhecimento lecionada, **com fundamento no disposto nos arts. 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Esse indicador leva em conta apenas os docentes com formação superior em licenciatura ou bacharelado e neste último que haja um curso de complementação pedagógica.

É importante levar em consideração as categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:



Figura 4.3.a - Grupos de formação dos docentes



Fonte: Censo Escolar 2022

O **Estado da Paraíba** no **Ensino Médio**, possui **79,8%** dos professores no grupo 1; **1,6%** no grupo 2; **15,7%** no grupo 3; **1,4%** no grupo 4 e **1,5%** no grupo 5, em 2025⁷⁹. Ademais, o Estado da Paraíba **não** atingiu a meta que é de **100% da adequação da formação docente**, de acordo com o Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE - PB) - Avaliação dos Indicadores das Metas 2015-2020 (até a data de divulgação do estudo, dados sobre as metas dos últimos anos não foram liberados)⁸⁰. **A nível Nacional possui 65,5%** dos professores no grupo 1; **1,8%** no grupo 2; **26,6%** no grupo 3; **3%** no grupo 4 e **3,1%** no grupo 5, em 2025. **E a nível regional, o Nordeste possui 65,8%** dos professores no grupo 1; **1,8%** no grupo 2; **25,6%** no grupo 3; **3,1%** no grupo 4 e **3,7%** no grupo 5, em 2025.

É importante destacar, que de acordo com um dado liberado no ano de **2023**, a maior parte dos docentes na educação básica são formados por pessoas do **gênero feminino**, equivalente a **79,5%** do pessoal.

Já a **Nível municipal**, destaca-se a taxa de adequação do docente no ensino **Fundamental**, em anos iniciais e finais, descritos na tabela abaixo:

Tabela 4.3.a - Percentual da taxa de adequação do docente em 2025, dos grupos 1 a 5

MUNICÍPIOS	ANOS INICIAIS - grupos					ANOS FINAIS - grupos				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
João Pessoa	81,8	3	6,8	1,1	7,3	85,8	1,9	9	0,7	2,6
Campina Grande	81,7	1,5	5,1	2,4	9,3	78,6	0,4	17	1,4	2,6

⁷⁹<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente>

⁸⁰https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/relatorio_de-avaliacao-seect_pee-final.pdf



Santa Rita	61,6	3,6	11,4	3,1	20,3	77,1	1,4	13,5	3,4	4,6
Patos	68,2	0,4	4,8	3,6	23,0	70,1	2,0	20,8	2,6	4,5
Bayeux	55,3	1,5	4,6	2,6	36	73,3	1,8	10,3	2,6	12
Cabedelo	90,4	0,0	7	2,1	0,5	94,8	2,2	2	1	0
Sousa	75,2	2,2	11,7	3,7	7,2	53,8	0,0	35,7	3,0	7,5
Cajazeiras	47,1	1,6	16,8	5,2	29,3	57,6	1,6	34,3	1	5,5
Guarabira	49,9	1,9	25,8	3	19,4	48,6	0	45,9	2,9	2,6
Sapé	72,0	1,0	16,4	3,5	7,1	50,6	2,1	35,2	3,2	8,9
Queimadas	81,6	2,3	6,0	6,2	3,9	70,7	0,6	18,2	2,8	7,7
Mamanguape	61,1	11,8	9,9	9,2	8	64,7	0	26	5,9	3,4
Pombal	62,6	2,7	20,4	4,1	10,2	65,5	1,0	28,5	2,9	2,1
Monteiro	74	0	14,9	1,4	9,7	64,2	1,6	25,9	3,6	4,7
São Bento	84,0	0,0	7,8	0,0	8,2	37,2	0,0	56,4	0,3	6,1
Esperança	77,6	2,7	6	0	13,7	55,4	0	36,6	2,9	5,1
Catolé do Rocha	83,5	11,2	1,6	0	3,7	63	0	32,5	2,2	2,3
Pedras de Fogo	82,2	0,0	13,7	3,1	1,0	45,4	0,0	49,2	5,4	0,0
Conde	83,1	1	15,1	0,8	0	78,1	0,5	21	0,4	0
Lagoa Seca	92,8	1,2	1,6	1,4	3	46,4	0,7	50	2	0,9

Fonte: Inep

4.4. Taxas de Rendimento por Etapa Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono⁸¹

As taxas de rendimento são fatores que indicam o desempenho dos estudantes quanto ao conhecimento, assim como sua habilidade em aplicá-lo. Vários fatores podem influenciar o rendimento como fatores intrínsecos aos alunos, assim como extrínsecos.

A **Taxa de Abandono** é um indicador que demonstra o percentual de alunos que deixaram de frequentar a escola após o Censo Escolar. O Estado da Paraíba, **no ano de 2025** teve uma **taxa de abandono escolar de 0,8% no ensino fundamental e 3,4% no ensino médio, já na rede estadual esse valor foi para 2,5% e 4,1%, respectivamente**. No **Brasil**, a taxa de abandono foi de 0,5% no ensino fundamental e 2,2%, no ensino médio, enquanto no **Nordeste** foi de 0,6% e 1,9%, respectivamente.

As diferenças entre escolas do meio rural e do meio urbano se mantêm estáveis, com discreta diferenciação. **O grau de evasão escolar da educação básica pública paraibana** é maior em estudantes que cursam o ensino médio em escolas municipais urbanas, **com uma taxa de**

⁸¹<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>



17,3%, no ano de 2025, enquanto o menor grau de evasão está em escolas da rede municipal, com estudantes que cursam o ensino fundamental no meio rural, 0,5%.

Tabela 4.4.a - Taxas de Abandono % (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas - 2025

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	0,4%	1,3%
Bahia	1,1%	2,7%
Ceará	0,2%	1,4%
Maranhão	0,6%	3%
Paraíba	0,8%	3,4%
Pernambuco	0,3%	0,6%
Piauí	0,2%	0,4%
Rio Grande do Norte	0,9%	2,7%
Sergipe	0,6%	1,6%
Nordeste	0,6%	1,9%
Brasil	0,5%	2,2%

Fonte: INEP

Já a taxa da rede municipal de ensino das 20 maiores cidades do Estado, estão dispostas na tabela abaixo:

Tabela 4.4.b - Taxas de Abandono das 20 maiores cidades do estado - rede municipal 2025

Cidades	Anos iniciais	Anos finais
João Pessoa	0,7	1,7
Campina Grande	0,2	1,3
Santa Rita	2,4	3,3
Patos	0	0
Bayeux	0,8	2,7
Cabedelo	0	0,7
Sousa	0,2	0,1
Cajazeiras	0,3	1
Guarabira	0,1	2,2
Sapé	0,4	1,4
Queimadas	0	0
Mamanguape	0,2	1,2
Pombal	0	0
Monteiro	0	0
São Bento	0	0,6
Esperança	0	0,2



Catolé do Rocha	0	0
Pedras de Fogo	0,1	2,6
Conde	0	0,9
Lagoa Seca	0	0

Fonte: INEP

Quanto ao indicador-chave **Taxa de Aprovação** revela o percentual de alunos que alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da sua série. **A Paraíba, em 2025, teve uma taxa total de 97% no ensino fundamental e 93,9% no ensino médio, enquanto na rede estadual foi de 95,3% e 93,1%, respectivamente.** Já o **Brasil**, também em 2025, teve uma taxa de aprovação de 97,4% no ensino fundamental e 94,8%, no ensino médio, enquanto o **Nordeste** teve uma taxa de 96,7% e 95,3%, respectivamente.

A maior aprovação nas redes da educação pública paraibana está na rede municipal, em escolas do meio rural, enquanto a menor aprovação está no ensino médio, em escolas do meio urbano.

Tabela 4.4.c - Taxas de Aprovação (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas NE - 2025

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	98,5%	96,1%
Bahia	94,3%	92,9%
Ceará	99,5%	97,6%
Maranhão	97%	93,4%
Paraíba	97%	93,9%
Pernambuco	97,7%	97,2%
Piauí	98,5%	98,9%
Rio Grande do Norte	93%	93,9%
Sergipe	95,7%	94,5%
Nordeste	96,7%	95,3%
Brasil	97,4%	94,8%

Fonte: INEP

Já a taxa da **rede municipal de ensino das 20 maiores cidades do Estado**, estão dispostas na tabela abaixo:



Tabela 4.4.d - Taxas de Aprovação das 20 maiores cidades do estado - rede municipal 2025

Cidades	Anos iniciais	Anos finais
João Pessoa	97,4	92,2
Campina Grande	99,1	94,1
Santa Rita	94,2	90
Patos	100	98
Bayeux	95,5	82,2
Cabedelo	99,2	91,8
Sousa	99,5	96,6
Cajazeiras	99,7	98,8
Guarabira	98,6	94,4
Sapé	98,7	93,2
Queimadas	100	100
Mamanguape	99,8	96,7
Pombal	100	99,4
Monteiro	100	99,9
São Bento	96,1	93,9
Esperança	99,9	99,2
Catolé do Rocha	100	96
Pedras de Fogo	99,2	92,4
Conde	99,9	95,6
Lagoa Seca	100	98,9

Fonte: INEP

A **Taxa de Reprovação** é um indicador que evidencia o percentual de alunos que não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da série. **O Estado da Paraíba** tem uma taxa de reprovação, no Ensino Fundamental, de 2,2% e no ensino médio de 2,7%, já na **rede estadual de ensino** esse número se mantém 2,2% e 2,8%, respectivamente.

Já no **Brasil** a taxa de reprovação foi de 2,1% no ensino fundamental, e 3% no ensino médio, enquanto no **Nordeste** foi de 2,7% e 2,8%, respectivamente.

Tabela 4.4.e - Taxas de Reprovação (de todas as dependências administrativas) do Brasil, Região Nordeste e Unidades federativas NE - 2025

Unidades	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Alagoas	1,1%	2,6%
Bahia	4,6%	4,4%
Ceará	0,3%	1%
Maranhão	2,4%	3,6%
Paraíba	2,2%	2,7%



Pernambuco	2%	2,2%
Piauí	1,3%	0,7%
Rio Grande do Norte	6,1%	3,4%
Sergipe	3,7%	3,9%
Nordeste	2,7%	2,8%
Brasil	2,1%	3%

Fonte: INEP

Já a taxa da **rede municipal de ensino das 20 maiores cidades do Estado**, estão dispostas na tabela abaixo:

Tabela 4.4.f - Taxas de reprovação das 20 maiores cidades do estado - rede municipal 2025

Cidades	Anos iniciais	Anos finais
João Pessoa	1,9	6,1
Campina Grande	0,7	4,6
Santa Rita	3,4	6,7
Patos	0	2
Bayeux	3,7	15,1
Cabedelo	0,8	7,5
Sousa	0,3	3,3
Cajazeiras	0	0,2
Guarabira	1,3	3,4
Sapé	0,9	5,4
Queimadas	0	0
Mamanguape	0	2,1
Pombal	0	0,6
Monteiro	0	0,1
São Bento	3,9	5,5
Esperança	0,1	0,6
Catolé do Rocha	0	4
Pedras de Fogo	0,7	5
Conde	0,1	3,5
Lagoa Seca	0	1,1

Fonte: INEP

5. INDICADORES-CHAVES DA SAÚDE

Os indicadores de saúde são importantes medidas que servem como “termômetros” que auxiliam governos e gestores a identificar problemas e promover melhorias para que haja a implementação de políticas públicas e decisões conscientes e eficientes, **visto que a Saúde é um direito fundamental do cidadão brasileiro.**

Neste trabalho serão utilizados alguns dos novos indicadores da saúde, lançados em maio de 2025, pelo Ministério da Saúde, que tem como base as boas práticas para a Atenção Primária. Anteriormente, utilizavam-se os indicadores demonstrados no SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica), mas essa plataforma foi descontinuada no primeiro quadrimestre de 2025.

Consequentemente ao estudo destes indicadores, o Estado pode buscar auxílio na elaboração de **políticas públicas** importantes para a sociedade, no qual envolve prioridades sanitárias, de alocação de recursos públicos, na regulação de serviços e tecnologias, provisão direta ou indireta de serviços e monitoramento, avaliação e controle social. Além disso, os objetivos das políticas públicas de saúde são: promoção do bem-estar físico, mental e social da população, prevenção das mais variadas doenças, garantia ao acesso universal e equitativo dos serviços de saúde e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Importante frisar que o Sistema Único de Saúde consegue operacionalizar todos esses objetivos, cujos princípios fundamentais são a universalidade, a integralidade e a equidade.

De acordo com o ranking liderado pelo **Centro de Liderança Pública**, a capital, João Pessoa, está na 22ª colocação no ranking das capitais com os melhores indicadores de acesso à saúde. Dentre as capitais nordestinas, Tocantins (5º colocado), Recife (7º colocado) e Aracaju (8º colocado) estão dentre as 10 melhores no país.



Figura 5.a - Ranking das Capitais no Acesso à Saúde



Fonte: instagram @clpbrasil

Para mais informações sobre os 223 municípios da Paraíba, acesse o QR Code ao lado.



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



5.1. Índice de Equidade e Dimensionamento dos Municípios (IED)

O IED é um índice criado pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, para direcionar recursos da Atenção Primária. Ele avalia os municípios e faz uma



correlação entre a vulnerabilidade social (Índice de Vulnerabilidade Social - IVS Ipea) e o tamanho populacional de cada cidade (IBGE), para que haja um repasse mais justo e essas cidades invistam mais em saúde. Ele foi detalhado na **Portaria 3.493, de 10 de abril de 2024**⁸².

Esse índice é classificado em 4 estratos, o **1 classifica municípios mais vulneráveis** e de menor porte populacional, que possuem maior dificuldade e precisam de mais apoio financeiro; o **2 indica municípios com vulnerabilidade e porte intermediário-baixo**; o **3 àqueles com melhor infraestrutura, porte populacional maior e menor vulnerabilidade**; o **4 representam grandes centros urbanos e menor vulnerabilidade social**.

Dentre os municípios paraibanos, 53 deles encontram-se com estratificação 1 e somente 5 municípios com estratificação 4, dentre eles: Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Patos.

5.2. Cobertura de Agentes Comunitários de Saúde (ACS)

O indicador de **cobertura de agentes comunitários de saúde** tem como objetivo, medir o percentual da população assistida por esses profissionais, em suas visitas domiciliares. Os dados a seguir foram extraídos do **e-gestor Atenção Primária à Saúde**⁸³, com competência de dezembro/2025.

A **Paraíba, em dezembro de 2025**, apresentou um índice de **92.90%** de cobertura de ACS, enquanto na **região Nordeste** foi de **84.88%**, já a **nível nacional** essa porcentagem caiu para **66.95%**. **A meta é de cobertura de 100% da população em cada localidade.**

Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar os resultados na tabela a seguir.

Tabela 5.2.a - Cobertura ACS dez/2025

Cidades	Cobertura ACS
João Pessoa	81.91 %
Campina Grande	73.29 %
Santa Rita	90.34 %
Patos	100 %
Bayeux	100 %
Cabedelo	100 %
Sousa	100 %
Cajazeiras	100 %

⁸²<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.493-de-10-de-abril-de-2024-553573811> e <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/esf/faq-novo-modelo-de-cofinanciamento-federal-da-aps/indice-de-equidade-e-dimensionamento-ied/como-saber-a-classificacao-do-municipio-pelo-indice-de-equidade>

⁸³ <https://relatorioaps.saude.gov.br/cobertura/acs>



Guarabira	100 %
Sapé	100 %
Queimadas	100 %
Mamanguape	100 %
Pombal	100 %
Monteiro	100 %
São Bento	100 %
Esperança	100 %
Catolé do Rocha	100 %
Pedras de Fogo	100 %
Conde	100 %
Lagoa Seca	100 %

Fonte: e-Gestor Atenção Primária à Saúde

5.3. Cobertura de Saúde Bucal

O indicador de **cobertura de saúde bucal** tem como objetivo, monitorar o acesso aos serviços de saúde bucal oferecidos pela atenção primária à saúde, no qual expressa o percentual da população que tem acesso a esses serviços, ou seja, quanto maior a porcentagem, melhor é o indicador naquele determinado local. Os dados a seguir foram extraídos da plataforma **IGMA**⁸⁴ (**Índice de Gestão Municipal Aquila**), que contempla 98 indicadores distribuídos em 6 pilares. O IGMA obtém seus dados a partir de plataformas de dados abertos do governo federal.

No quesito Saúde esses dados são obtidos de plataformas como: E-gestor APS (Atenção Primária à Saúde), DATASUS, SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), entre outros.

A Paraíba, em 2025, apresentou um índice de **97,65%** de cobertura de saúde bucal, enquanto na **região Nordeste** foi de **91,65%**. A **nível nacional** essa porcentagem caiu para **77,24%**. A meta estabelecida pelo Governo Federal através da Política Nacional de Saúde Bucal é **atingir pelo menos 70%** de cobertura na Atenção Primária⁸⁵.

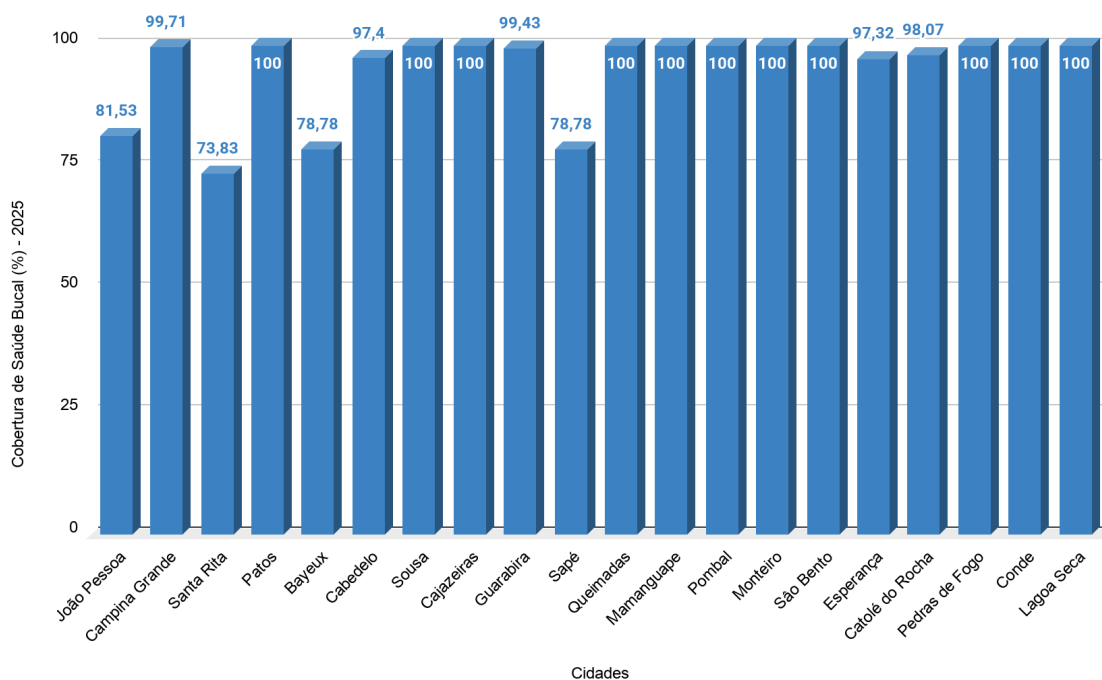
Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar os resultados na gráfico a seguir.

⁸⁴ <https://igma.aquila.com.br/pillar-e-indicadores>

⁸⁵ <https://www.seconci-df.org.br/brasil-tem-45-de-cobertura-em-saude-bucal-meta-e-chegar-a-70/>



Gráfico 5.3.a - Cobertura de Saúde Bucal 2025



Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.4. Tratamento oncológico no prazo

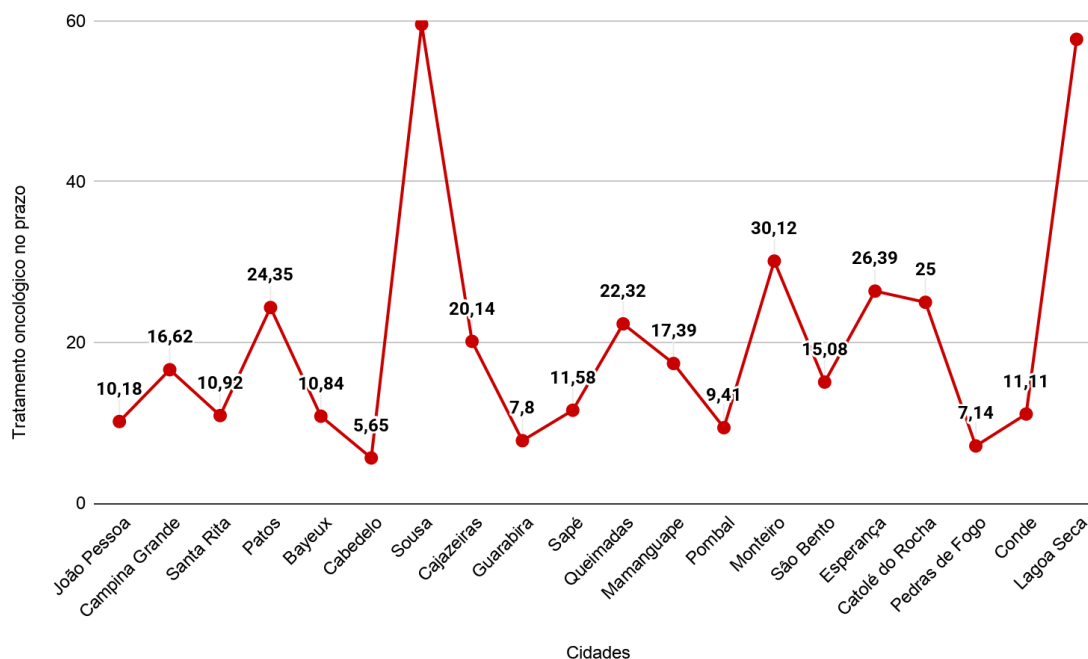
O indicador de **tratamento oncológico no prazo** tem como objetivo, verificar o cumprimento do prazo para o tratamento oncológico, no qual ele mede o percentual de casos oncológicos que iniciaram o tratamento em até 60 dias, ou seja, quanto maior a porcentagem, melhor é o indicador naquele determinado local. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados do DATASUS.

A Paraíba, em 2025, apresentou um índice de **34,10%** de cobertura de tratamento oncológico, enquanto na **região Nordeste** foi de **31,02%**, já a **nível nacional** essa porcentagem caiu para **28,94%**. **A meta nacional para o indicador de tratamento oncológico no prazo**, determinada pela Lei Federal n.º 12.732/2012, **é de 100%**.

Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar os resultados na gráfico a seguir.



Gráfico 5.4.a - Tratamento oncológico no prazo 2025



Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.5. Cobertura potencial de saúde primária

O indicador de **cobertura potencial de saúde primária** tem como objetivo, estimar o percentual da quantidade de pessoas que podem ser atendidas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com base na quantidade de equipes de saúde da família (eSF) instaladas no município, ou seja, quanto maior a porcentagem, melhor é o indicador naquele determinado local, mais pessoas estão sendo atendidas por eSF. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados do E-gestor APS.

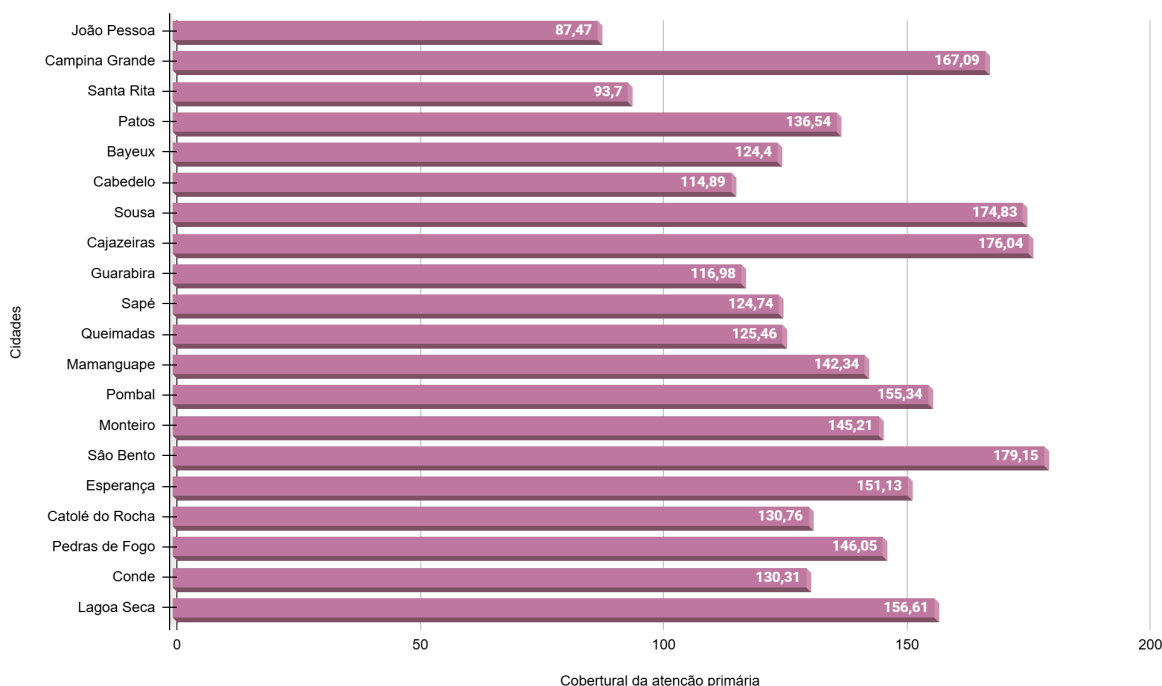
A Paraíba, em 2025, apresentou um índice de **171,97%** de cobertura potencial de saúde primária, enquanto na **região Nordeste** foi de **162,08%** e no **Brasil** essa porcentagem caiu para **147,65%**.

O fato de os percentuais serem maiores que 100% não significa que toda a população receba atendimento efetivo integral, mas sim que o número de equipes cadastradas e financiadas é suficiente, em tese, para cobrir toda a população e até ultrapassar esse limite. **Assim, um índice acima de 100% pode indicar:** alta capilaridade da rede básica, maior presença de equipes em áreas vulneráveis, priorização histórica da APS, ou até sobreposição estatística de cobertura. Contudo, isso não necessariamente significa, qualidade elevada do serviço, sendo necessária a análise complementar de indicadores estruturais, operacionais e de resultados em saúde.



Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar os resultados na gráfico a seguir.

Gráfico 5.5.a - Cobertura potencial da atenção primária 2025



Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.6. Óbitos por causas evitáveis

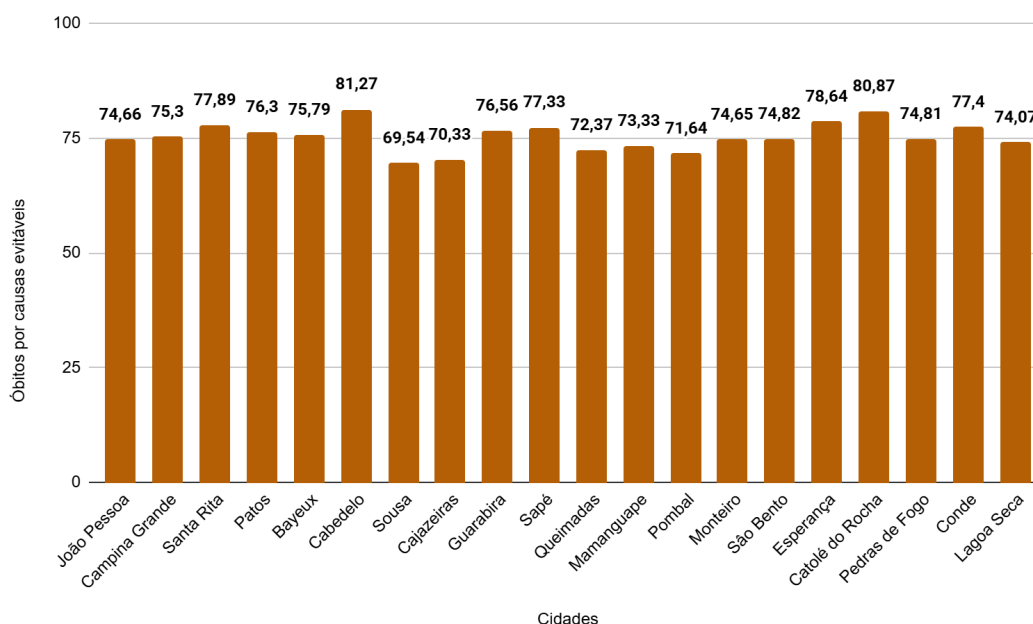
O indicador de **óbitos por causas evitáveis** tem como objetivo, estimar o percentual de óbitos que poderiam ter sido evitados, caso a prestação de serviços de saúde tivesse sido eficiente, ou seja, quanto menor a porcentagem, melhor é o indicador naquele determinado local, já que há uma menor quantidade de óbitos. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados do DATASUS.

A Paraíba, em 2024 (últimos dados liberados), apresentou um índice de **72,76%** de óbitos por causas evitáveis, enquanto na **região Nordeste** foi de **73,96%** e no **Brasil** essa porcentagem caiu para **72,33%**.

Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar na gráfico a seguir.



Gráfico 5.6.a - Óbitos por causas evitáveis 2024



Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.7. Vacinações - Imunizações

O indicador de cobertura **vacinal** é de extrema importância para avaliar a proteção infantil, assim como para contribuir para a imunidade coletiva de uma cidade, estado ou país. Quando há o cumprimento da meta, há uma consequente redução na propagação de doenças infectocontagiosas.

Apesar de muitas doenças como sarampo, poliomielite e rubéola estarem controladas devido à vacinação em massa, elas ainda oferecem um risco real caso o número de não vacinados aumente.

Nas tabelas a seguir, o indicador **Cobertura Vacinal - por Ocorrência (considera o local de administração das doses)**, da plataforma do Ministério da Saúde foi utilizado, explicitando dados do ano de **2025**, com informações do País, Estado e dos 20 maiores municípios do Estado. As informações sobre os demais municípios podem ser encontradas ao acessar: < https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html>

No que se refere a **vacinação por ocorrência, pode haver a possibilidade da porcentagem de determinadas cepas vacinais estarem acima de 100%**. Isto indica que mais doses foram aplicadas do que o número de pessoas estimadas da população daquele local, ou seja, moradores



de outros municípios ou estados podem ser residentes naquele local ou pode ter ocorrido o deslocamento para o recebimento da vacinação, além de erros de registro também. Assim como, é importante considerar também, além de outros vieses, que quando há porcentagem baixa de vacinação de determinada cepa vacinal, que os moradores desta determinada localidade, pode ter migrado para cidades centrais ou vizinhas.

Para obter informações sobre **Cobertura Vacinal - por Residência** (outro viés a ser analisado, que considera as informações do endereço cadastrado no cartão nacional de saúde do cidadão) pode-se acessar o portal do Ministério da Saúde:<https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCIA.html>.

Em relação aos **tipos vacinais** levados em consideração, neste estudo, tem-se⁸⁶:

- **BCG:** é administrada ao nascer e protege contra formas graves de tuberculose;
- **Hepatite B:** é administrada ao nascer e protege contra um vírus que provoca uma doença infecciosa hepática crônica;
- **Febre amarela:** pode ser aplicada em qualquer fase da vida (quando há risco iminente). No presente estudo leva-se em consideração àquelas doses aplicadas em crianças com idade superior a 1 ano de vida. Protege contra o vírus da febre amarela, uma zoonose;
- **Polio:** vacina contra a poliomielite (paralisia infantil), crianças podem ser vacinadas a partir dos 15 meses até os 4 anos de idade;
- **DTP:** vacina Tríplice Bacteriana Infantil. A primeira dose deve ser aplicada em crianças até 1 ano de vida, e protege contra a difteria, tétano e coqueluche;
- **Tríplice Viral:** a primeira dose deve ser aplicada em crianças até 1 ano de vida, e protege contra sarampo, caxumba e rubéola.

Tabela 5.7.a - Cobertura vacinal da Paraíba x Brasil 2025

Tipo de vacina	Cobertura Vacinal por ocorrência (PB)	Cobertura Vacinal por ocorrência (BR)	Meta
BCG (ao nascer)	106,70%	98,99%	90,00%
Hepatite B (ao nascer)	107,71%	99,23%	95,00%

⁸⁶ Informações sobre os tipos vacinais foram retiradas da página oficial do Ministério da Saúde: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z> e <https://www.gov.br/pt-br/servicos/vacinar-contra-poliomielite-oral-vop-vacina-oral-poliomielite-fiocruz-rj#:~:text=A%20vacina%20contra%20a%20Poliomielite,11%20meses%20e%2029%20dias.>



Febre amarela (<1 ano)	69,53%	73,90%	95,00%
Polio (<1 ano)	83,98%	87,81%	95,00%
DTP (1 ano)	84,01%	86,95%	95,00%
Tríplice Viral 1ªdose (1 ano)	91,83%	92,74%	95,00%

Fonte: Ministério da Saúde⁸⁷ (acesso em 24/04/2026) - tabela elaborada pelo ECD

Tabela 5.7.b - Cobertura vacinal - por residência - das 20 maiores cidades paraibanas em 2025

Cidades	BCG	Hepatite B	Febre amarela	Polio	DTP	Tríplice Viral 1ªdose
João Pessoa	153,74%	154,56%	43,76%	63,19%	60,57%	76,93%
Campina Grande	162,01%	151,27%	56,75%	80%	77,08%	85,63%
Santa Rita	110,47%	109,39%	55,69%	74,10%	73,29%	85,21%
Patos	274,28%	283,14%	71,10%	87,41%	83,61%	85,86%
Bayeux	19,24%	30,62%	50,81%	68,44%	80,47%	81,90%
Cabedelo	56,35%	55,47%	64,53%	83,14%	78,49%	88,68%
Sousa	137,66%	136,39%	64,52%	82,09%	75,89%	90,24%
Cajazeiras	188,59%	186,41%	75,95%	93,07%	97,55%	102,85%
Guarabira	280,79%	277,22%	68,87%	93,39%	86,36%	90,20%
Sapé	21,31%	22,13%	59,51%	85,08%	78,03%	95,90%
Queimadas	185,15%	184,30%	66,21%	87,03%	87,37%	102,56%
Mamanguape	250,42%	254,75%	73,46%	85,89%	89,53%	95,53%
Pombal	120,48%	118,37%	76,20%	82,83%	79,22%	93,98%
Monteiro	126,60%	121,14%	80,76%	87,17%	94,06%	93,82%
São Bento	53,83%	49,23%	73,98%	93,37%	93,88%	94,64%
Esperança	63,70%	62,96%	86,91%	95,56%	99,51%	99,01%
Catolé do Rocha	121,18%	117,35%	81,18%	94,12%	86,18%	88,82%
Pedras de Fogo	33,33%	34,13%	82,54%	89,95%	95,77%	94,97%
Conde	36,45%	37,13%	81,09%	92,94%	98,41%	106,15%
Lagoa Seca	31,87%	29,24%	84,80%	91,81%	79,82%	89,47%

Fonte: Ministério da Saúde (acesso em 29/04/2026) - tabela elaborada pelo ECD

Em relação à vacinação contra a **Influenza**, em 2025, tem-se dados disponibilizados no painel do **Ministério da Saúde - estratégia de vacinação contra a Influenza - Ocorrência**⁸⁸.

Na **Paraíba**, a quantidade de doses aplicadas foi de **1,04 milhões de doses, destas, 53,90% foram aplicadas em grupos prioritários**, que incluem: idosos com mais de 60 anos, crianças de 6 meses a 6 anos, e gestantes. Já no **Nordeste** a quantidade de doses foi de **15,29**

⁸⁷https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_OCORRENCIA.html

⁸⁸https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS ESTRATEGIA INFLUENZA_OCORRENCIA/index.html?regiao=nacional



milhões, sendo 52,54% aplicadas em grupos prioritários. E em escala nacional a quantidade de pessoas vacinadas contabilizou cerca de 62,38 milhões, sendo 43,24% destas participantes dos grupos prioritários. Já em relação as 20 maiores cidades do Estado, as informações estão disponíveis na tabela a seguir:

Tabela 5.7.c - Cobertura vacinal contra Influenza - por ocorrência - das 20 maiores cidades em 2025

Cidades	Doses aplicadas	% vacinação de grupos prioritários
João Pessoa	183.091	39,76%
Campina Grande	96.038	42,81%
Santa Rita	24.005	30,10%
Patos	29.866	52,45%
Bayeux	16.777	38,52%
Cabedelo	15.880	43,98%
Sousa	19.528	60,37%
Cajazeiras	22.203	65,90%
Guarabira	14.659	49,24%
Sapé	9.932	36,95%
Queimadas	10.248	48,35%
Mamanguape	10.865	49,73%
Pombal	7.078	53,41%
Monteiro	11.851	77,68%
São Bento	6.477	46,51%
Esperança	9.703	66,79%
Catolé do Rocha	9.292	57,97%
Pedras de Fogo	6.655	43,95%
Conde	8.343	58,41%
Lagoa Seca	5.991	48,23%

Fonte: Ministério da Saúde (acesso em 29/04/2026) - tabela elaborada pelo ECD

5.8. Profissionais de saúde SUS

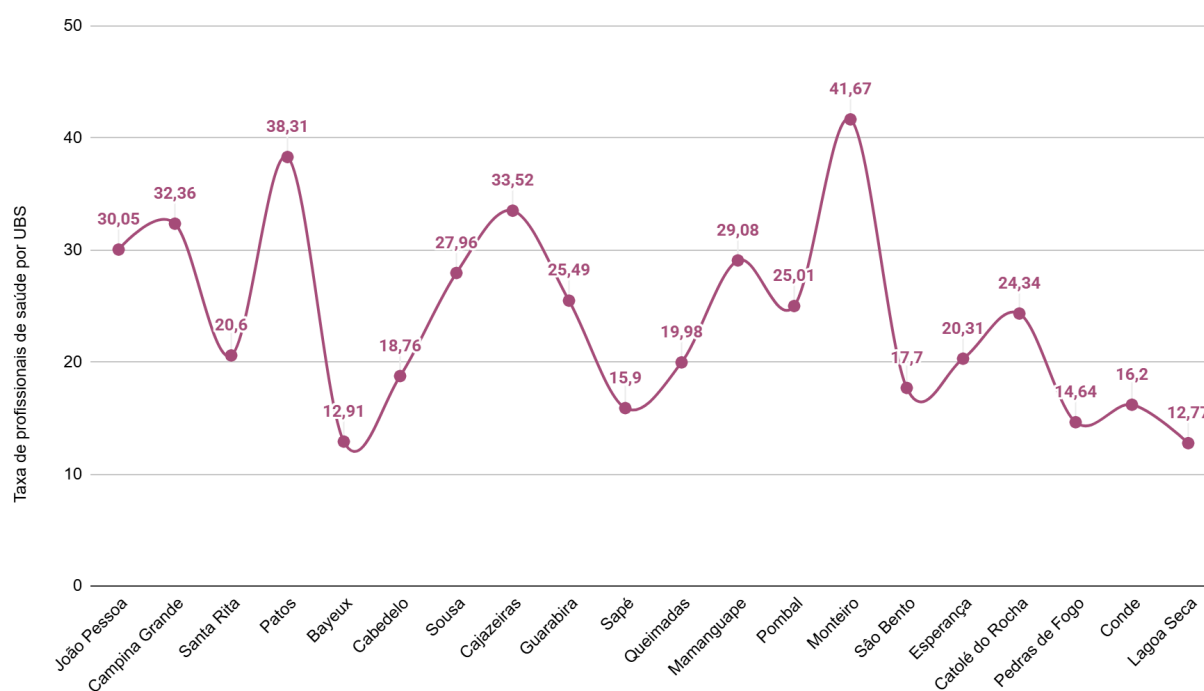
O indicador de **profissionais de saúde** tem como objetivo, mensurar o número de profissionais no sistema único de saúde por mil habitantes, em determinada localidade. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados do DATASUS e IBGE.

A **Paraíba, em 2025**, apresentou um índice de **21,50 profissionais de saúde a cada mil habitantes**, enquanto na **região Nordeste** foi de **19,19** e a **nível nacional** essa porcentagem caiu para **20,93**. A meta desse indicador leva em consideração o nível municipal da Estratégia Saúde da Família (ESF), no qual a meta estabelecida é de que esteja disponível 1 equipe para cada 3.000



peçoas, em média. Cada equipe é formada, no mínimo, por 1 médica (o), 1 enfermeira (o) técnica (o) ou auxiliar da enfermagem e por agentes comunitários da saúde (em média 1 agente deve atender por volta de 750 peçoas⁸⁹). Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar na gráfico a seguir.

Gráfico 5.8.a - Taxa de profissionais de saúde nos 20 maiores municípios do estado



Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.9. Mortalidade Materna e Infantil

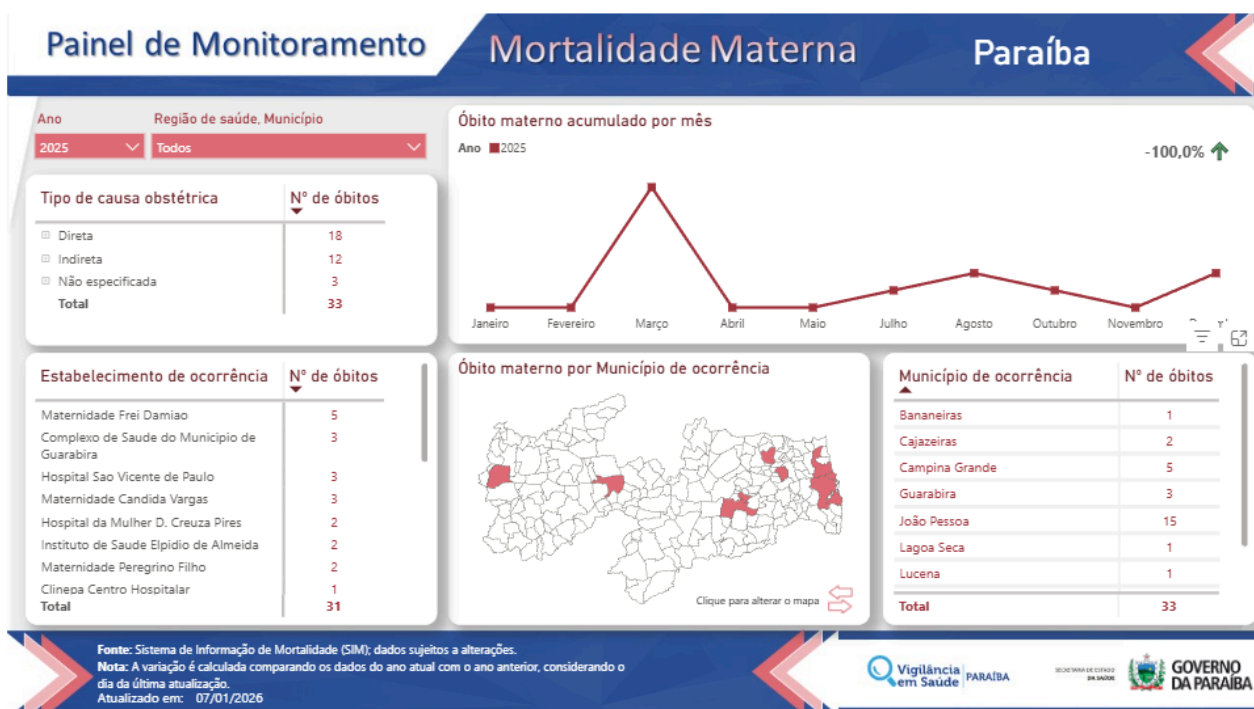
De acordo com o **Painel de Monitoramento da Secretaria de Saúde do Estado sobre Mortalidade Materna**, houve um aumento de 18,18%⁹⁰ nos casos de mortalidade materna entre 2024 e 2025, de 27 a 33 óbitos, respectivamente. Estes são causados, principalmente, por doenças da mãe que complicaram a gravidez, durante o parto ou o puerpério. Em 2025, houve 15 casos na capital do Estado e 5 casos em Campina Grande, as demais cidades variaram entre 1 a 3 óbitos, com casos em Bananeiras, Cajazeiras, Guarabira, Lagoa Seca, Lucena, Patos, Rio Tinto e Santa Rita.

⁸⁹ https://cnm.org.br/storage/biblioteca/ET_Vol_9_17.Com_reducao_dos_precos_internacionais_do_petroleo_desvalorizacao_do_cambio_e_dificuldades_na_producao_o_montante_de_royalties_em_mar_caiu_32_por_cento_em_2015.pdf

⁹⁰ Acesso em 07/01/2026



Figura 5.9.a - Painel de Monitoramento Mortalidade Materna 2025



Fonte: Painel de Mortalidade Materna - Vigilância em Saúde

O indicador de **mortalidade infantil** tem como objetivo expressar o número de óbitos em crianças menores de um ano de idade, em relação a cada mil nascidos vivos. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados a partir do DATASUS.

A Paraíba, em 2024 (últimas informações disponibilizadas), apresentou uma taxa de **12,60 óbitos a cada mil nascidos vivos**, enquanto na região Nordeste foi de **13,92** e no Brasil essa porcentagem caiu para **12,76**. Já em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 5.9.a - Taxa de mortalidade infantil, nas 20 maiores cidades do estado - 2024

Cidades	Mortalidade infantil
João Pessoa	11,62
Campina Grande	9,05
Santa Rita	17,27
Patos	22,53
Bayeux	11,37
Cabedelo	8,81
Sousa	16,07
Cajazeiras	23,10
Guarabira	15,89
Sapé	9,84
Queimadas	18,77



Mamanguape	6,98
Pombal	6,02
Monteiro	9,50
São Bento	17,86
Esperança	17,28
Catolé do Rocha	8,82
Pedras de Fogo	7,94
Conde	13,67
Lagoa Seca	11,70

Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.10. Desnutrição Infantil

O indicador de **desnutrição infantil** tem como objetivo, medir o percentual de crianças menores de 5 anos com Índice de Massa Corporal (IMC) menor que 0,10%, o que indica magreza acentuada. Os dados foram extraídos do IGMA, que obteve os dados a partir do SISVAN.

A Paraíba, em 2025, apresentou um índice de **1,76%** de desnutrição infantil, enquanto na **região Nordeste** foi de **13,92%**, já a **nível nacional**, essa porcentagem caiu para **1,80%**. **A meta 2.2, do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2**, indica que “até 2030, erradicar as formas de má-nutrição relacionadas à desnutrição, reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade, prevendo o alcance até 2025 das metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição aguda em crianças menores de cinco anos de idade, e garantir a segurança alimentar e nutricional de meninas adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, pessoas idosas e povos e comunidades tradicionais” é de extrema importância.

Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 5.10.a - Porcentagem de desnutrição infantil, nas 20 maiores cidades do estado - 2025

Cidades	Desnutrição infantil %
João Pessoa	3,52
Campina Grande	0,91
Santa Rita	3,69
Patos	1,09
Bayeux	5,42
Cabedelo	0,81
Sousa	2,02
Cajazeiras	1,62
Guarabira	0,48
Sapé	1,68
Queimadas	2,27



Mamanguape	1,7
Pombal	1,5
Monteiro	1,47
São Bento	1,09
Esperança	1,34
Catolé do Rocha	0,8
Pedras de Fogo	1,85
Conde	1,73
Lagoa Seca	1,7

Fonte: Plataforma IGMA - Aquila

5.11. Número de óbitos prematuros (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas não-transmissíveis (DCNT)

No estado da **Paraíba** a mortalidade prematura atingiu **5.930 pessoas, no ano de 2025⁹¹**, um aumento, em torno de 39% em relação a 2024, que finalizou o ano com um total de 5.556 pessoas⁹², de acordo com a **Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde (IVISQ) do Ministério da Saúde**. Os óbitos, em sua maioria, se concentraram na Macrorregião I da Saúde (João Pessoa) com 2.993 óbitos.

O Brasil apresentou 326.777 óbitos, em 2025, enquanto o Nordeste apresentou 80.289 óbitos, totalizando em torno de 25% dos casos do país. **A Paraíba está em 5º lugar dentre os 9 estados da região Nordeste com mais óbitos registrados**. Para mais informações acessar <<http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/dcmt/>>.

Em relação às 20 maiores cidades do estado, é possível observar no gráfico a seguir.

Tabela 5.11.a - Porcentagem de desnutrição infantil, nas 20 maiores cidades do estado - 2025

Cidades	Mortalidade prematura
João Pessoa	1.217
Campina Grande	673
Santa Rita	257
Patos	177
Bayeux	160
Cabedelo	86
Sousa	84
Cajazeiras	86
Guarabira	107
Sapé	76
Queimadas	60

⁹¹ Dados de 2025 estão sujeitos a alterações. Acesso realizado em 25/05/2026.

⁹² <http://plataforma.saude.gov.br/mortalidade/dcmt/>



Mamanguape	80
Pombal	50
Monteiro	46
São Bento	28
Esperança	56
Catolé do Rocha	44
Pedras de Fogo	65
Conde	40
Lagoa Seca	32

Fonte: Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde

5.12. Leitos Cirúrgicos

O Estado da Paraíba, em 2025, possuía 2.945 leitos cirúrgicos, sendo 1.975 deles referentes àqueles oferecidos pelo SUS, uma taxa de aproximadamente **0,71 leitos a cada 1.000 habitantes, em 2025** (acesso em 04/05/2026). De acordo com a **Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal**⁹³, há uma recomendação da **Organização Mundial de Saúde (OMS)** que o **parâmetro sugerido de leitos hospitalares é de 3 leitos/ mil habitantes**⁹⁴. Nota-se que se levar em consideração os leitos cirúrgicos, a taxa do estado encontra-se muito abaixo, mas mesmo assim houve um crescimento de 3,22% entre 2024 a 2025, favorecendo uma maior prestabilidade à população. É importante destacar que desde 2020 há um aumento progressivo na quantidade de leitos oferecidos, como indica a tabela abaixo.

Já a **nível nacional**, em 2025, o número de leitos totalizou 139.575, destes, em torno de 63% são oferecidos pelo SUS (87.831), com um crescimento de 1,94% entre 2024 e 2025. O **Nordeste**, por sua vez, apresentou um total de 38.027 leitos, destes, em torno de 73% são oferecidos pelo SUS (27.962).

Tabela 5.12.a - Série Histórica Leitos Cirúrgicos, na Paraíba 2020 - 2025

Leitos cirúrgicos	Total	SUS
2020	2.283	1.541
2021	2.424	1.626
2022	2.541	1.720
2023	2.715	1.835
2024	2.850	1.937
2025	2.945	1.975

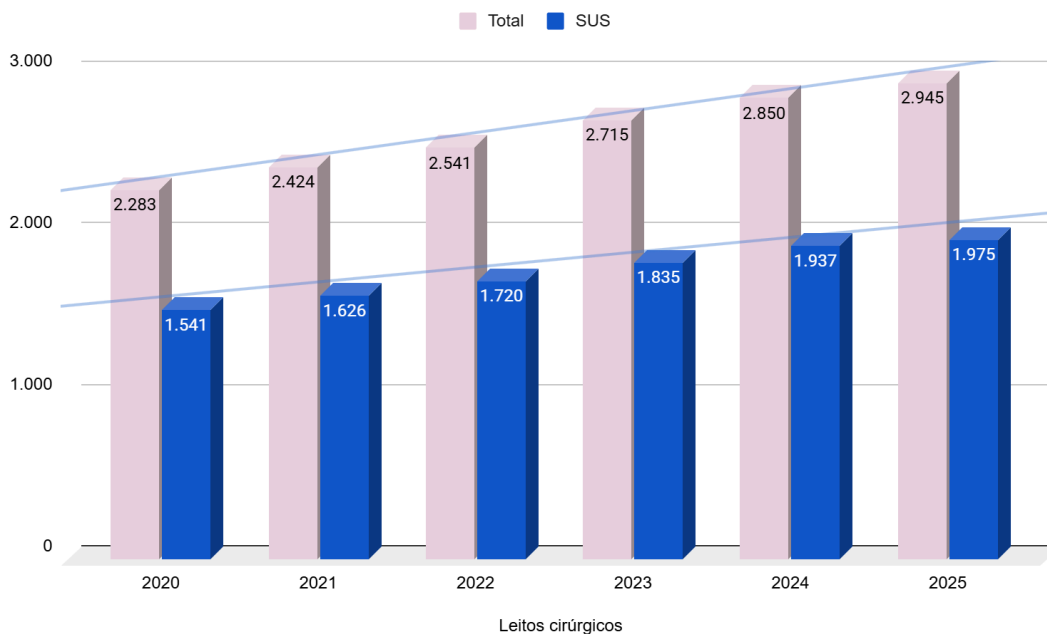
Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

⁹³ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>

⁹⁴“A capacidade de leitos hospitalares no Brasil, as internações no SUS, a migração demográfica e os custos dos procedimentos”, Beny José Finkelstein e Laerte Honorato Borges Junior, 2020



Gráfico 5.12.a - Série Histórica Leitos Cirúrgicos 2020 - 2025



Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

Em relação às **20 maiores cidades da Paraíba**, a quantidade de leitos cirúrgicos existentes e aqueles oferecidos pelo SUS estão dispostos na tabela a seguir. Ademais, para mais informações, sobre os demais municípios, acessar <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>.

Tabela 5.12.b - Leitos Cirúrgicos nas 20 maiores cidades - 2025

Cidades	Total	SUS
João Pessoa	1.245	615
Campina Grande	813	542
Santa Rita	85	80
Patos	103	101
Bayeux	17	17
Cabedelo	4	4
Sousa	43	27
Cajazeiras	63	55
Guarabira	67	39
Sapé	14	14
Queimadas	11	11
Mamanguape	21	21
Pombal	24	24
Monteiro	25	20
São Bento	8	8



Esperança	4	4
Catolé do Rocha	20	20
Pedras de Fogo	7	7
Conde	19	19
Lagoa Seca	8	8

Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

5.13. Leitos Clínicos

O quantitativo de leitos clínicos, segundo dados obtidos no plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal⁹⁵, no Estado da Paraíba em **2025** (acesso em 04/05/2026) foi de **4.342** e aqueles referentes ao SUS, foi de **3.594**, uma taxa de **1,04 a cada mil habitantes**. De acordo com a **Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal**⁹⁶, há uma recomendação da **Organização Mundial de Saúde (OMS)** que o **parâmetro sugerido de leitos hospitalares é de 3 leitos/ mil habitantes**. Na Paraíba é importante mencionar que houve um aumento de 1,88% entre 2024 e 2025. Nota-se uma diminuição dos leitos em 2021 e 2024, mas nos ano subsequentes há uma consequente evolução nos números.

Já **a nível nacional**, em 2025, o número de leitos totalizou 213.350, destes, em torno de 69% são oferecidos pelo SUS (147.286). Além disso, houve um crescimento de 1,19% entre 2024 e 2025. **O Nordeste**, por sua vez, apresentou um total de 56.003 leitos, destes, em torno de 80% são oferecidos pelo SUS (44.757).

Tabela 5.13.a - Série Histórica Leitos Clínicos 2020 - 2025 - Paraíba

Leitos clínicos	Total	SUS
2020	4.066	3.346
2021	4.334	3.621
2022	4.201	3.452
2023	4.319	3.562
2024	4.260	3.543
2025	4.342	3.594

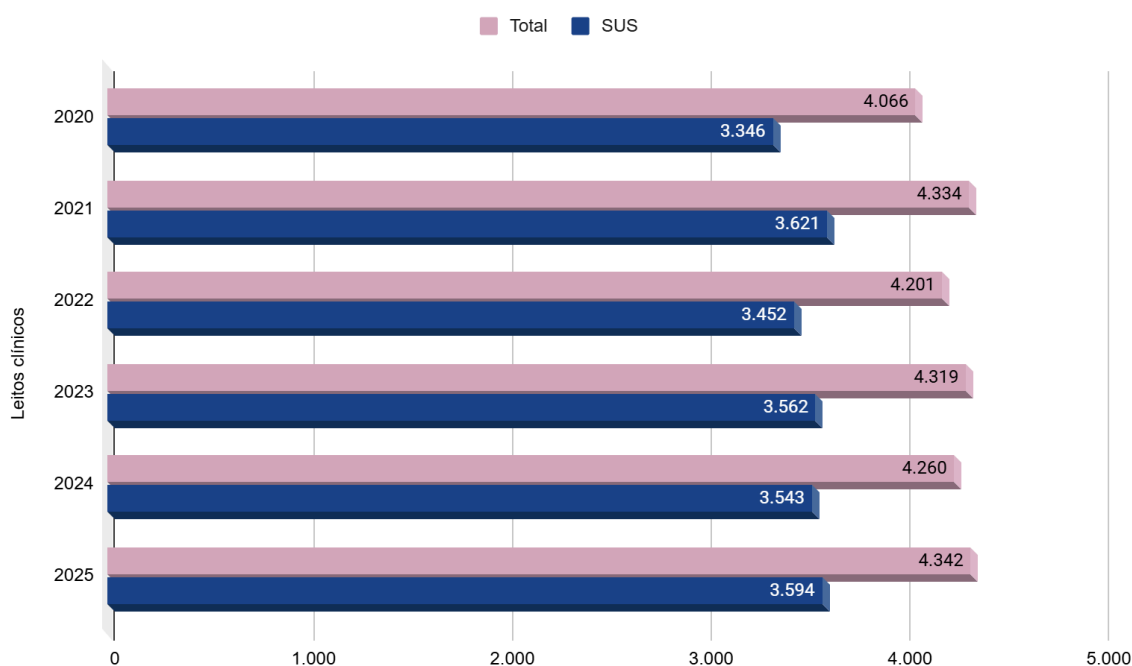
Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

⁹⁵ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>

⁹⁶ <https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>



Gráfico 5.13.a - Série Histórica Leitos Clínicos 2020 - 2025 - Paraíba



Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

Em relação às **20 maiores cidades da Paraíba**, a quantidade de leitos clínicos existentes e aqueles oferecidos pelo SUS estão dispostos na tabela a seguir. Ademais, para mais informações, sobre os demais municípios, acessar <<https://infoms.saude.gov.br/extensions/Leitos/Leitos.html#>>.

Tabela 5.13.b - Leitos Clínicos nas 20 maiores cidades - 2025

Cidades	Total	SUS
João Pessoa	1.227	808
Campina Grande	740	551
Santa Rita	252	248
Patos	77	77
Bayeux	44	44
Cabedelo	8	8
Sousa	54	43
Cajazeiras	174	112
Guarabira	37	27
Sapé	48	47
Queimadas	36	36
Mamanguape	38	38
Pombal	48	48
Monteiro	59	53
São Bento	29	29



Esperança	28	8
Catolé do Rocha	24	24
Pedras de Fogo	12	12
Conde	14	14
Lagoa Seca	6	6

Fonte: Plataforma de Informações da Saúde do Governo Federal

6. INDICADORES-CHAVES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

A atenção à Primeira Infância constitui elemento estratégico para a promoção do bem-estar das crianças, de suas famílias e da sociedade como um todo. O investimento qualificado nessa etapa do desenvolvimento humano assegura o acesso a serviços públicos essenciais – notadamente nas áreas de educação, saúde e assistência social –, os quais são determinantes para o pleno desenvolvimento infantil.

A abordagem da Primeira Infância como política pública integrada demanda a atuação articulada de múltiplas áreas setoriais. Vai além da provisão de educação infantil (creche e pré-escola), incorporando ações intersetoriais que envolvem saúde, proteção social, cultura, direitos humanos e demais políticas públicas voltadas à garantia dos direitos das crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Nesse contexto, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) institui um espaço voltado ao **Pacto Paraibano pela Primeira Infância**,⁹⁷ com o objetivo de fomentar a cooperação interinstitucional e promover a implementação de ações estruturadas voltadas ao desenvolvimento integral da criança.

A iniciativa visa à consolidação de um ambiente colaborativo que permita a troca de boas práticas, a disseminação de experiências exitosas e a articulação de soluções inovadoras, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas destinadas à Primeira Infância no Estado da Paraíba, com vistas à garantia de direitos e à melhoria efetiva da qualidade de vida das crianças.⁹⁸

Além disso, a Fundação **Maria Cecília Souto Vidigal** teve a iniciativa de criar o portal **"Primeira Infância Primeiro"**, onde há os resultados dos indicadores referentes a crianças de 0 - 6 anos e dispõe sobre demografia, saúde, segurança e proteção, educação infantil, nutrição e parentalidade, servindo como um local de informações, cursos e recomendações para gestores e

⁹⁷ <https://tce.pb.gov.br/portalprimeirainfancia/>

⁹⁸ Trecho reescrito pelo Chat Gpt com ênfase em dados do Portal Primeira Infância TCE PB e revisado pela equipe ECD



público geral. O TCE PB utilizou a parceria com a Fundação citada, para elencar os indicadores no seu portal.

Figura 6.1 - Site Primeira Infância



Fonte: <https://tce.pb.gov.br/porta primeirainfancia/>

Em relação à **primeira infância**, o percentual de **atendimento educacional** na Paraíba **não** atingiu a meta adequada, assim como os dados do Brasil. De acordo com dados do Primeira Infância Primeiro⁹⁹, **a Paraíba** atingiu 32,83% em 2024 (últimas informações disponibilizadas), no entanto, a meta do PNE¹⁰⁰ **é 50% do atendimento em creches para população de 0 a 3 anos**. No ano de 2023 foi de 32,60%. Já em relação ao atendimento em pré-escolas para população de 4 a 5 anos atingiu em 2024, 85,24% (a meta é 100%), no entanto em 2023 foi 86,29%. Já **o Brasil**, atingiu, em 2024, 38,46% e 88,96%, no atendimento de crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, respectivamente.

⁹⁹ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>

¹⁰⁰ Plano Nacional de Educação.

Figura 6.2 - Infraestrutura das escolas paraibanas em 2024



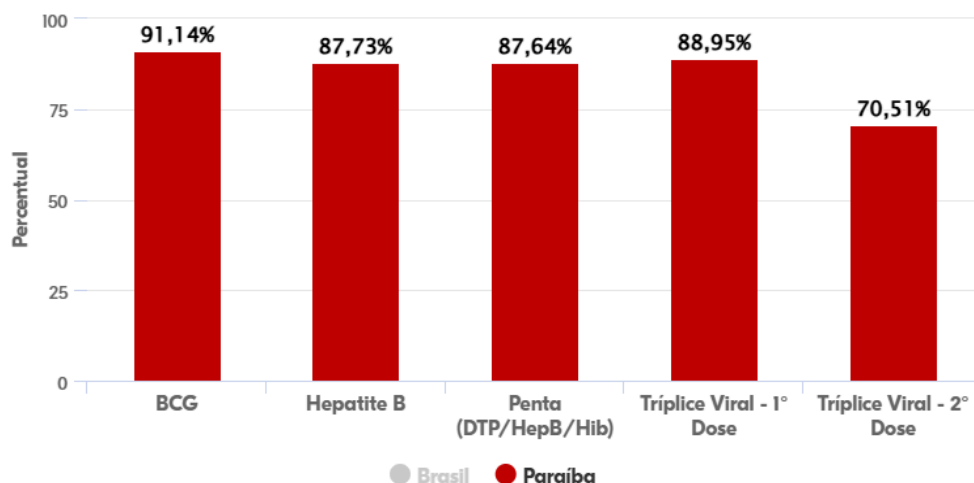
Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>)

Um indicador importante a ser levado em consideração é a questão da **cobertura vacinal**, que é importante para proteger a criança contra doenças graves, contribuir para a imunidade coletiva, ajudar a erradicar doenças, evitar o reaparecimento de doenças já controladas e também garantir uma certa economia para o sistema de saúde.



Figura 6.3 - Cobertura Vacinal na Paraíba em 2023 (últimos dados disponibilizados)

Cobertura vacinal infantil



Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023)

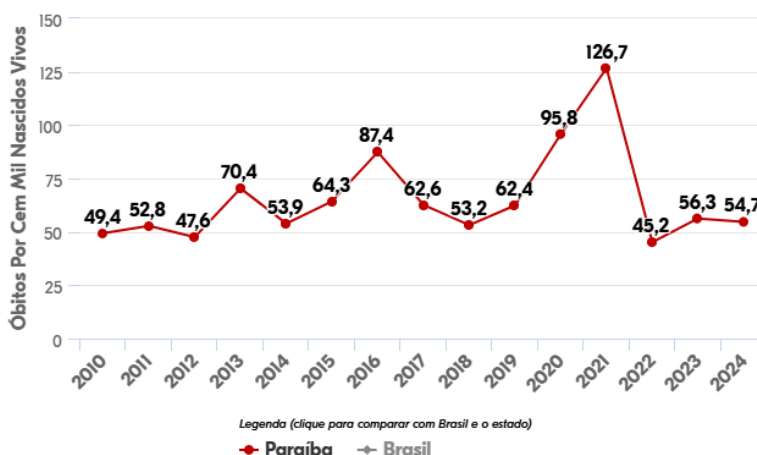
Notas Técnicas

Fonte: Portal Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/paraiba/>)

Em relação à mortalidade **materna**, observa-se diminuição entre 2021 e 2022, com estabilidade no último biênio 2023 - 2024.

Gráfico 6.1 - Razão de mortalidade materna: Série Histórica

Razão de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2024)

Notas Técnicas

Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

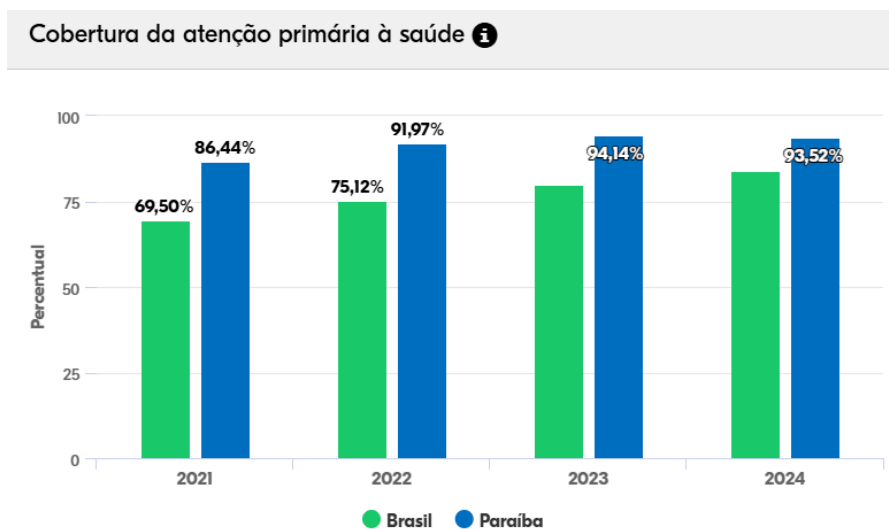
Em relação à **cobertura da atenção primária**, houve uma evolução da população cadastrada pelas equipes de atenção primária, entre 2021 a 2024, sendo importante para



colaborar com políticas públicas e servir de alerta para o risco de violência infantil, o incentivo à matrícula em escolas e creches, além dos cuidados e atenção com o aleitamento materno. No **gráfico a seguir**, há a porcentagem da cobertura na Paraíba e no Brasil.

Além disso há também a **série histórica de nascidos no Estado da Paraíba**, até o ano de 2024, sendo este um indicador fundamental para analisar a saúde durante a gestação e no puerpério¹⁰¹.

Gráfico 6.2 - Cobertura da atenção primária à saúde entre 2021 a 2024

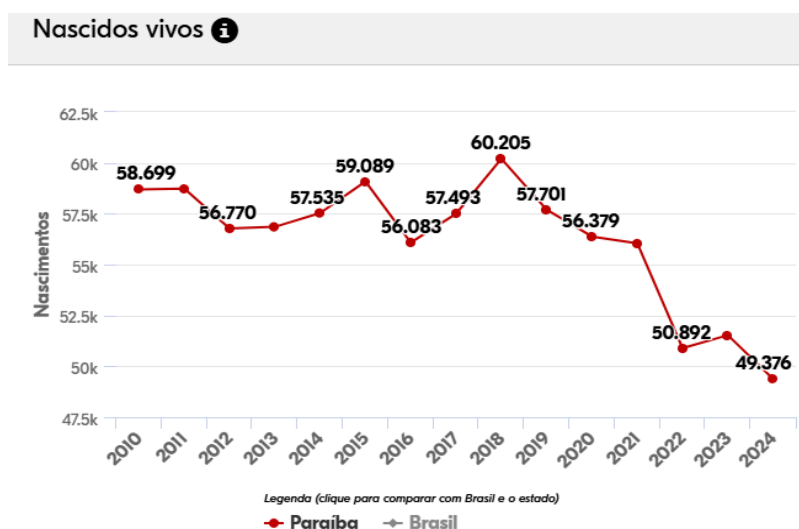


Fonte: Ministério da Saúde - e-Gestor (2021 - 2024)

Notas Técnicas

Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

Gráfico 6.3 - Série Histórica - nascidos vivos



Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (2010 - 2024)

Notas Técnicas

Fonte: Primeira Infância Primeiro (<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>)

¹⁰¹ <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/>



Tabela 6.1- Indicadores Primeira Infância - Paraíba X Brasil

PARAÍBA			BRASIL	
INDICADORES PRIMEIRA INFÂNCIA	INDICADOR	META	INDICADOR	META
Consultas pré - natal 2024	76,14%	>90%	79,07%	>90%
Mortalidade materna 2024	54,7 a cada mil nascidos vivos	<15 a cada 100 mil nascidos vivos	55,5 a cada mil nascidos vivos	<15 a cada 100 mil nascidos vivos
Cobertura vacinação infantil BCG 2023	91,14%	> 90%	97,28%	>90%
Baixo peso de 0 a 5 anos 2024	3,38%	< 6%	3,62%	< 6%
Mortalidade Infantil (antes do 1º ano de vida) 2024	12,31	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos	12,56	< 10 óbitos a cada mil nascidos vivos
Crianças em creches 2024	32,83%	> ou = 50%	%	> ou = 50%
Crianças na pré-escola 2024	85,24%	> ou = 95%	%	> ou = 95%
Coberturas de APS 2024	93,52%	> 90%	83,94%	> 90%

Fonte: Livro A primeira infância e os Tribunais de Contas “Desigualdades 2025”¹⁰² e Primeira Infância em Dados - Indicadores da Fundação Maria Cecília Souza Vidigal

Para informações sobre os 223 municípios da Paraíba, convém acessar o portal Primeira Infância em Dados através do site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba <<https://tce.pb.gov.br/portalprimeirainfancia/>>.

7. INDICADORES-CHAVES DA SEGURANÇA PÚBLICA E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

A Segurança Pública se consubstancia na perspectiva de ser um direito fundamental o qual “confere ao seu titular prerrogativas que concretizam a garantia da dignidade da pessoa humana, da liberdade e igualdade, estabelecendo um estado de proteção que permite aos cidadãos gozarem de todos os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico” (FABRETTI, 2014).

¹⁰²https://portal.tce.go.gov.br/documents/20181/166035/AF_MIOLO_Primeira+Inf%C3%A2ncia_2025/42cf4b79-077e-4818-bfec-a402273dcb5f



Daí a importância de se perceber a necessária eficiência na execução de suas **políticas públicas**, planejamento a partir de evidências e indicadores de seus resultados e os impactos na sociedade. E essa 'eficientização' é primordial para o aprimoramento das políticas de segurança pública no Brasil, que deve compreender a prevenção social da violência, atuação integrada dos entes federativos, a busca por tecnologias de inteligência, dados e evidências, além do respeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, conhecer os dados e validar a sua consistência tornam-se condições essenciais para se avançar em análises qualificadas sobre as diversas formas de criminalidade e violência, além de apontar soluções válidas, tudo traduzido em evidências empíricas.

Não esquecendo que o objetivo da gestão de segurança pública é garantir, especialmente, as condições de prosperidade, qualidade de vida, fortalecimento institucional, tendo o intuito de reduzir, ao máximo, a violência, promover a tranquilidade social, recuperar os transgressores, promover a paz cidadã e o respeito à dignidade humana, ou seja, **segurança social e bem-estar material**.

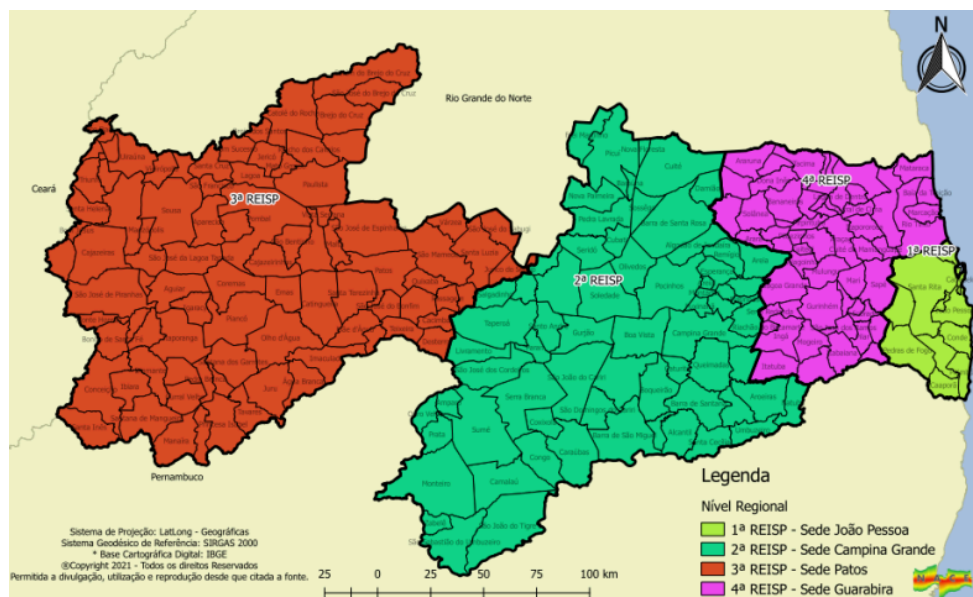
Na Agenda 2030 da ONU e nos seus **ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)**, a Segurança Pública também se faz presente; representada pelo **ODS 16**, o qual busca promover o acesso à Justiça, a segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica. Tem dentre suas metas associadas a **redução de mortes por violência**, tráfico e tortura contra crianças e à promoção de um Estado de Direito em que todos tenham direito a se defender¹⁰³.

Vale ressaltar ainda que com relação à estratégia de organização e atuação da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social administrativa e operacionalmente, há uma divisão do território do estado em quatro regiões, denominadas Territórios Integrados de Segurança e Defesa Social da Paraíba.

¹⁰³ <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>



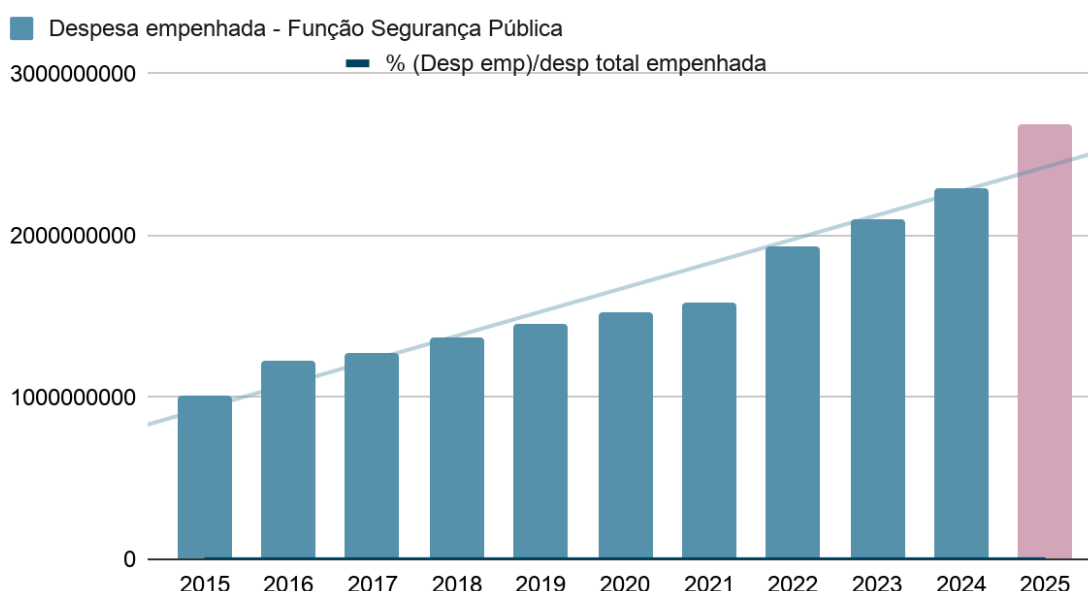
Figura 7.a - Mapa de Compatibilização dos Territórios Integrados



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2023

De acordo com o **Portal da Transparência PB, em 2025**, as despesas empenhadas alcançaram o montante de R\$21,45 bilhões, já a função segurança obteve um valor de R\$2,69 bilhões, o que corresponde a **12,55%** da despesa total empenhada do Governo do Estado. Esse montante aumentou em relação ao ano de 2024, que foi de R\$2,28 bilhões.

Gráfico 7.a - Despesas com Segurança Pública



Fonte: Portal de Transparência do Estado da Paraíba (gráfico elaborado pelo ECD)¹⁰⁴

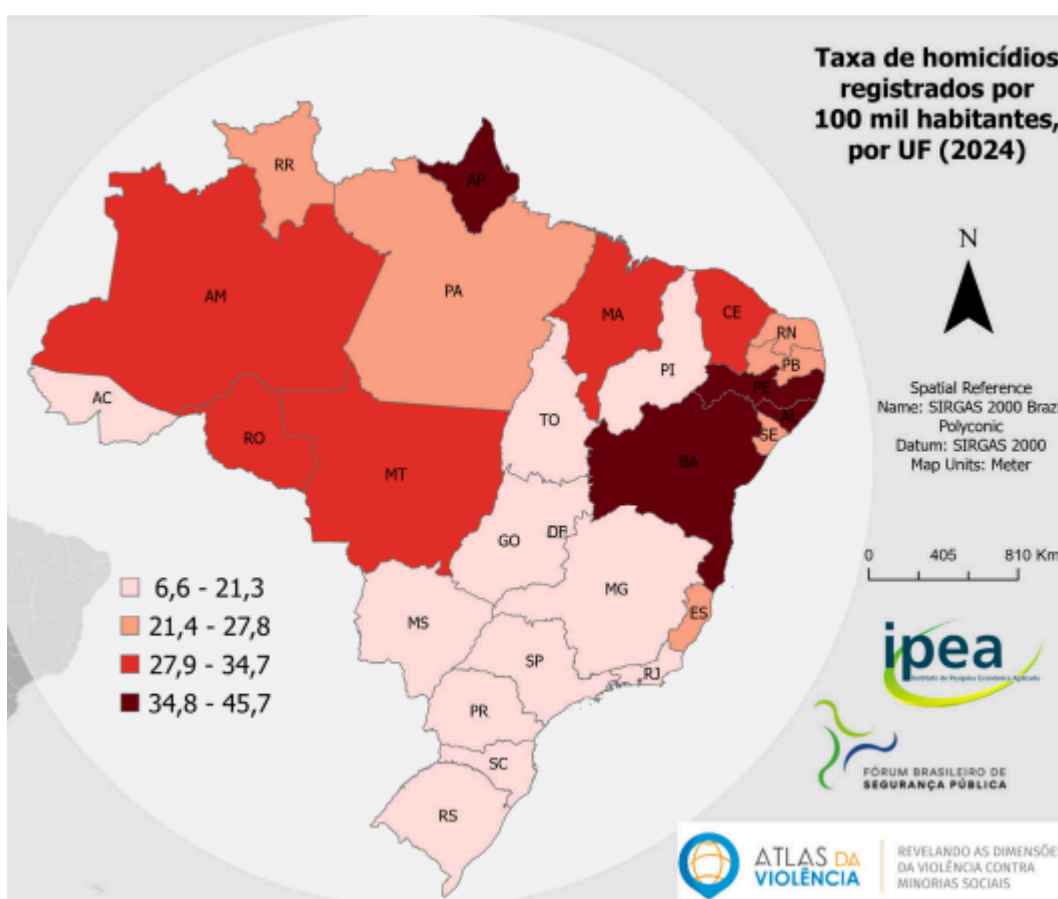
¹⁰⁴ <https://transparencia.pb.gov.br/>

A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária não está inserida na Função Orçamentária em análise, todavia, considerando que a recuperação dos apenados e a sua devida guarda são variáveis essenciais ao conceito ao desempenho da Segurança Pública, esta fará parte deste relatório.

Informações do **Atlas da Violência 2026, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**¹⁰⁵, indicam que o mapa da violência no país ainda continua desigual em 2024, já que quatro, dos cinco estados, com maiores taxas de homicídios estavam na região Nordeste (Bahia - 40,9; Pernambuco - 37,3; Alagoas - 35,9 e Ceará - 34,3), e um deles na região Norte (Amapá - 45,7).

Ainda de acordo com o Atlas, **a Paraíba apresentou uma diminuição de 35,6% na taxa de homicídios no período de 2014 a 2024**, e apresentou uma taxa de 25,7 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2024, uma das menores taxas da região Nordeste, posicionado no 6º lugar regional.

Figura 7.b - Mapa da Taxa de homicídios no Brasil - 2024



Fonte: Atlas da Violência 2026

¹⁰⁵https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/atlas-da-violencia-brasil-registrou-42-590-homicidios-em-2024-menor-resultado-da-serie-historica-mas-subnotificacao-preocupa/atlas-violencia-2026-vfinal_21-05.pdf/@@display-file/file

A **taxa de CVLI** é um indicador que mede o número de **Crimes Violentos Letais Intencionais** (vítimas de homicídio doloso, feminicídio, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte), em uma determinada localidade, a cada 100 mil habitantes. Nele estão incluídos: homicídio doloso, latrocínio, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, além de outros crimes seguidos de morte (**com exceção das mortes por intervenções dos agentes do Estado**, este tipo, quando incluído, passa a englobar a contabilização do **MVI - Mortes Violentas e Intencionais**).

Esse indicador é de extrema importância, e é coletado por órgãos como o Instituto Médico Legal (IML), Polícia Científica, Polícia Civil, além dos Serviços de Inteligência Governamentais.

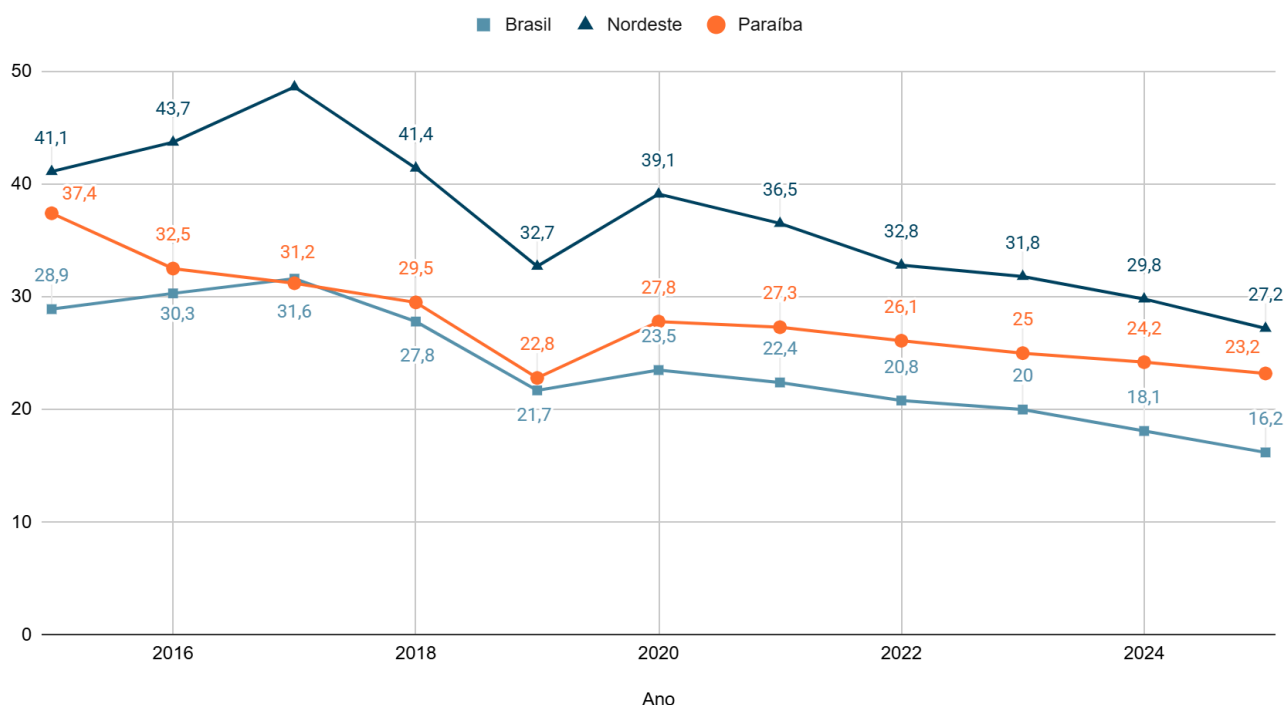
No **cenário nacional** houve uma **redução do número de vítimas de CVLI** em 2025, que foi de **34.479**, em relação a 2024 que foi de **38.374**, uma redução de **10%**, segundo a plataforma do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**¹⁰⁶.

Já no **Anuário da Segurança Pública na Paraíba**, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, no país, também sofreu decréscimo em 2025, no âmbito nacional, passando para **16,2** contra **18,1** do ano anterior. Esse decréscimo também se repetiu no Nordeste, **com redução de cerca de 3%** em relação ao ano de 2024. Os três estados com maiores taxas de CVLI a cada 100 mil habitantes, no Nordeste, foram Ceará (32,59), Pernambuco (31,97) e Alagoas (29,37). **A Paraíba foi o sétimo estado no Nordeste com maior taxa de CVLI.**

¹⁰⁶ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>



Gráfico 7.b - Série Histórica da Taxa de CVLI por grupo de 100 mil hab. na Paraíba, Nordeste e no Brasil



Fonte: Anuário da Segurança Pública na Paraíba

Em termos absolutos, **em 2025, foram 1.026 vítimas de Mortes Violentas e Intencionais (MVI)**¹⁰⁷ enquanto, em 2024, tivemos 1.061 vítimas.¹⁰⁸ **O CVLI na Paraíba**¹⁰⁹ **e o MVI, tiveram uma diminuição em 2025**, para 965 óbitos, em relação ao ano de 2024, onde ocorreram 1.005 óbitos.

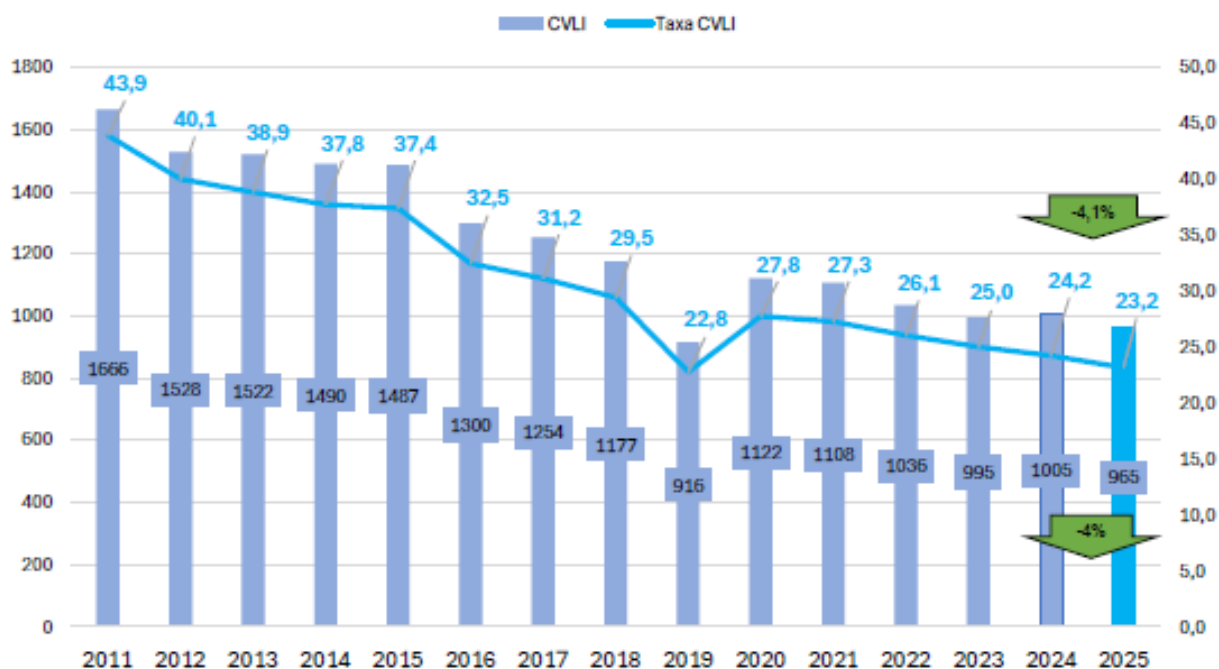
¹⁰⁷ Crimes que envolvem Feminicídio, Homicídio Doloso, Morte por Intervenção Policial, Latrocínio e Lesão corporal seguida de Morte.

¹⁰⁸ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, 2025
https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/anuario_2025_digital_completo_final.pdf

¹⁰⁹ Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

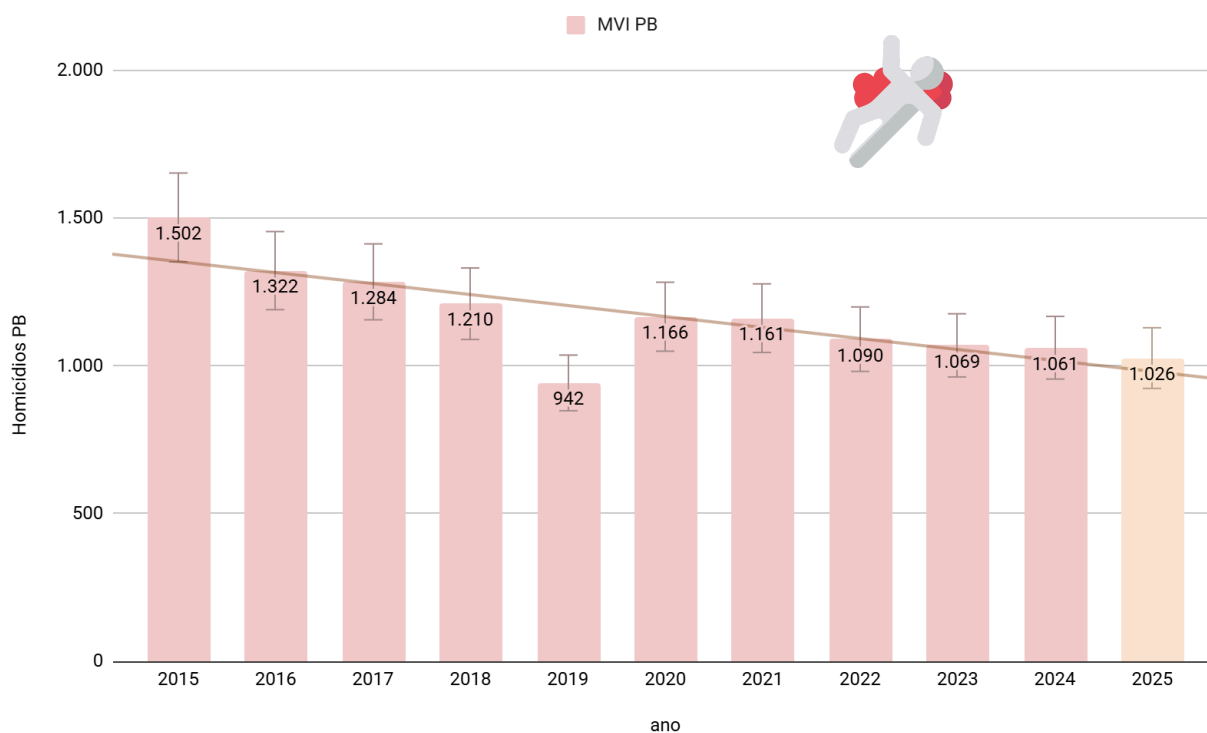


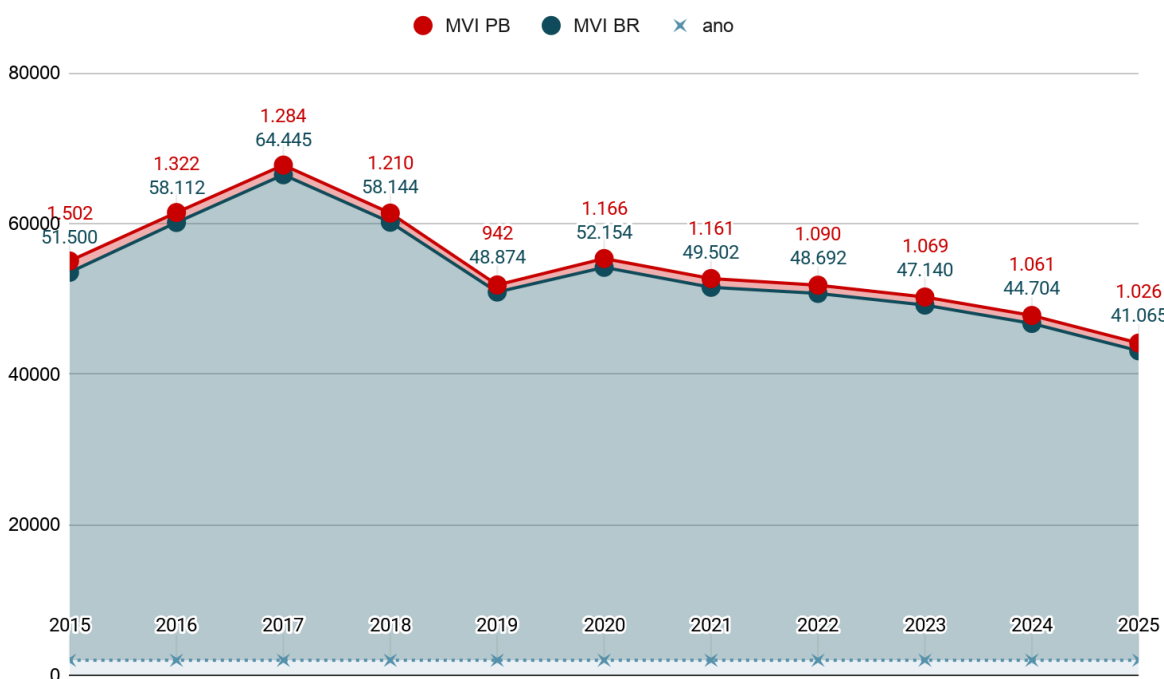
Gráfico 7.c - Crime Violento Letal Intencional Série Anual - CVLI (PB) (2011-2025)



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2025

Gráfico 7.d - Mortes Violentas Intencionais - MVI (PB) (2010-2025)





Fonte: Anuário da Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025 (dados do MVI PB) e Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública (dados do MVI BR)¹¹⁰ (gráficos elaborados pelo ECD)

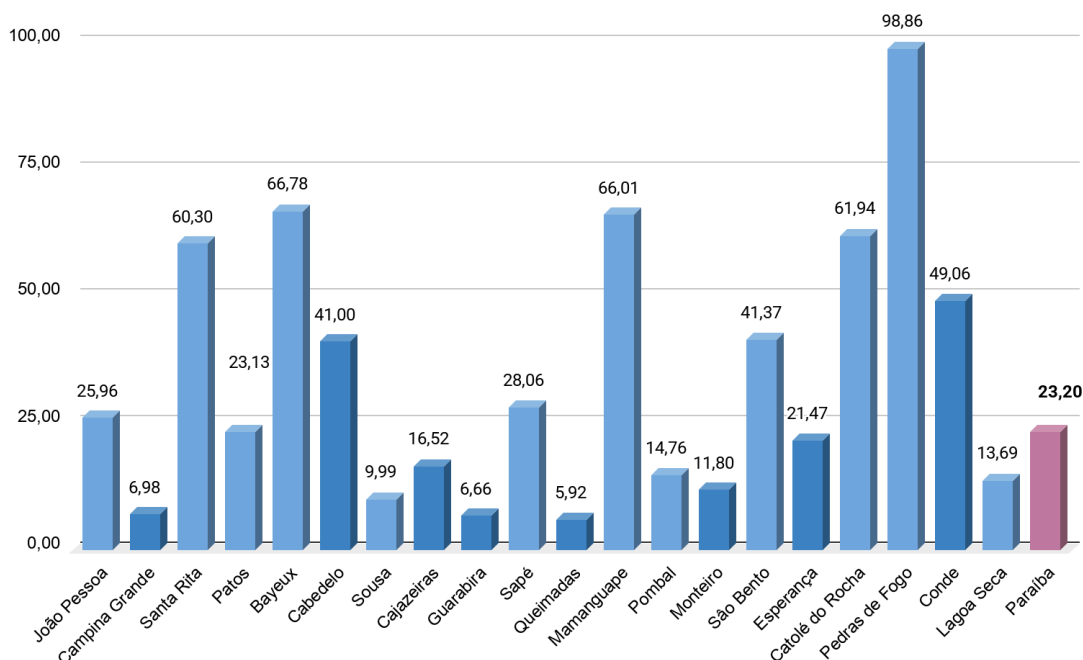
De acordo com o Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2025, o Estado da **Paraíba é o 7º estado nordestino com maior taxa de CVLI**, com uma taxa de **23,2 óbitos** a cada 100 mil habitantes, estando a frente do Piauí (16,3) e Sergipe (13,7).

Dentre os 20 maiores municípios, **aqueles que possuem a taxa superior à do Estado são:** João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Sapé, Mamanguape, São Bento, Catolé do Rocha, Pedras de Fogo e Conde.

¹¹⁰ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>



Gráfico 7.e - Taxa de CVLI/100mil hab dos maiores municípios paraibanos no ano de 2025¹¹¹



Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2025 (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante citar que algumas das 20 maiores cidades do Estado, obtiveram uma diminuição pronunciada no número de CVLI entre 2024 e 2025, como: Cabedelo e Conde.

Tabela 7.a - Número de CVLI de 2021 a 2025

CIDADES	2021	2022	2023	2024	2025
João Pessoa	217	189	211	210	233
Campina Grande	47	39	27	29	31
Santa Rita	68	82	63	74	97
Patos	29	47	31	30	25
Bayeux	33	36	44	61	56
Cabedelo	16	9	44	66	29
Sousa	15	15	8	10	7
Cajazeiras	15	9	9	7	11
Guarabira	7	6	8	3	4
Sapé	9	8	13	16	15
Queimadas	10	8	4	2	3
Mamanguape	8	15	14	24	31
Pombal	10	12	9	7	5

¹¹¹ Cálculo da taxa foi construído a partir do número de CVLI contido no Anuário 2025 e estimativa da população IBGE 2025



Monteiro	9	8	8	6	4
São Bento	13	25	19	14	14
Esperança	2	3	1	1	7
Catolé do Rocha	7	23	18	11	20
Pedras de Fogo	21	16	26	22	31
Conde	17	12	22	22	12
Lagoa Seca	4	5	3	3	4

Fonte: Anuário da Segurança e da Defesa Social na Paraíba 2025 (tabela produzida pelo ECD)

Em relação aos demais municípios paraibanos recomenda-se o acesso ao portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCl6lmViMDkwNDlwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

Importante ressaltar que o CVLI inclui crimes de **homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e latrocínio**.

Outro fenômeno que merecerá uma atenção especial nesse trabalho é a **violência contra a mulher**, já que o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2025**, com dados de 2024, indicou que houve aumento de diversas formas de violência contra a mulher no Brasil, um dado que continua alarmante, mas de extrema importância para embasar políticas públicas preventivas e de enfrentamento.¹¹² Ainda de acordo com o Anuário, em 2024, ao menos 4 mulheres, por dia, foram vítimas de feminicídio. Totalizando 1.492 mulheres.

De acordo com o **Atlas da Violência 2026**¹¹³, o Brasil, em 2024, atingiu a menor taxa de homicídios de mulheres da década, uma redução de 27,7% em relação a 2014. No entanto, em relação à taxa geral anual, não há melhora nos índices. Além disso, entre as mulheres, a residência/ domicílio representa o principal tipo de local de ocorrência da violência letal, o que torna uma problemática para políticas públicas, já que violências de gênero são motivadas de maneiras diferentes, assim como pelo crescimento alarmante da cultura misógina *red pill*¹¹⁴ que se alastrou entre meninos e homens jovens nos últimos anos.

¹¹² <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

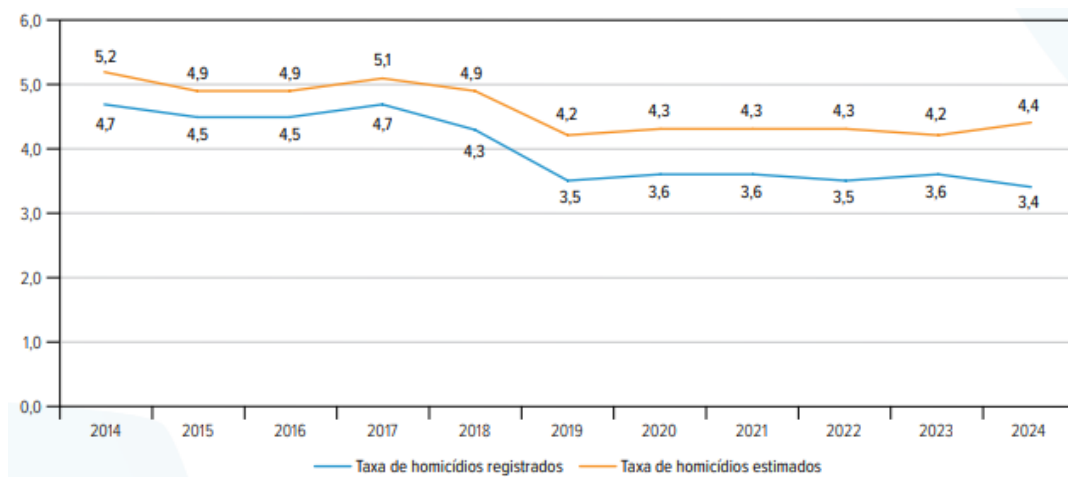
¹¹³ https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/atlas-da-violencia-brasil-registrou-42-590-homicidios-em-2024-menor-resultado-da-serie-historica-mas-subnotificacao-preocupa/atlas-violencia-2026-vfinal_21-05.pdf/@display-file/file

¹¹⁴ “Red pill: termo inspirado no filme Matrix, em que o protagonista toma uma pílula vermelha que dá a ele consciência da realidade. Na machosfera, descreve homens que acreditam ter “despertado” para uma suposta realidade em que as mulheres manipulam e exploram os homens. Pregam que o homem deve reassumir o domínio e manter a mulher submissa”.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/entenda-o-que-sao-redpill-e-outros-termos-de-odio-contra-mulheres>



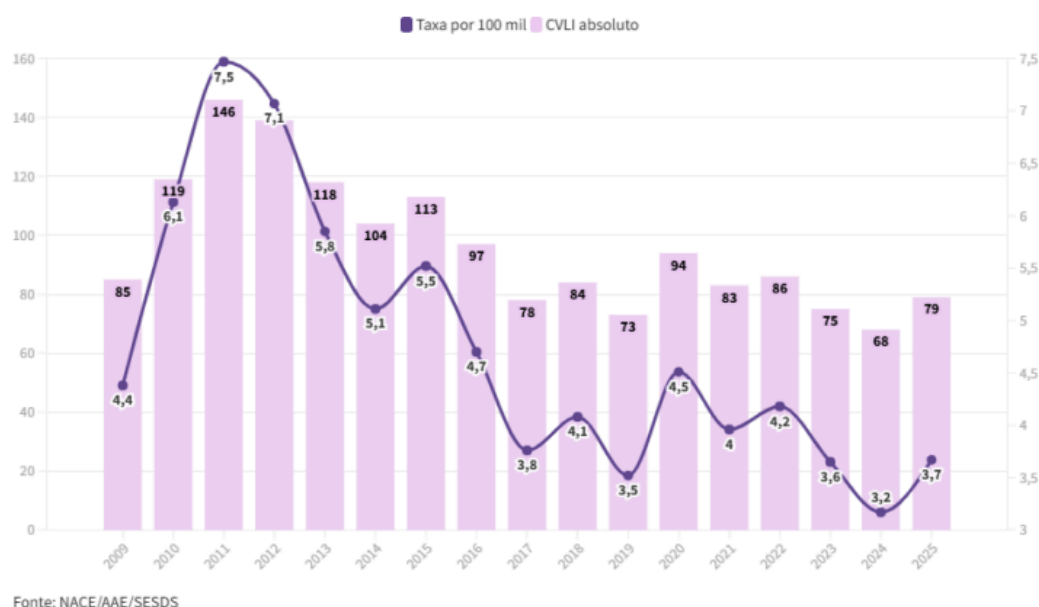
Gráfico 7.f - Taxa de homicídios de mulheres (registrados e estimados), por 100 mil habitantes no Brasil (2014 - 2024)



Fonte: Altas da Violência 2026

Na Paraíba, em 2025, houve um crescimento dos casos de CVLI de mulher, além do aumento de 30,5% nos casos de feminicídio praticados em todo o Estado.

Gráfico 7.g - Série Histórica de CVLI de Mulher e Taxas por 100 mil hab. na Paraíba 2009-2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Com relação ao suicídio, de acordo com dados da Fiocruz¹¹⁵, o número dos casos de jovens, cresce continuamente no Brasil, numa taxa de 6% ao ano entre os anos de 2011 e 2022. Sendo maior do que aquela vista na população em geral, no qual a taxa foi de 3,7% ao ano. O maior

¹¹⁵ <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>

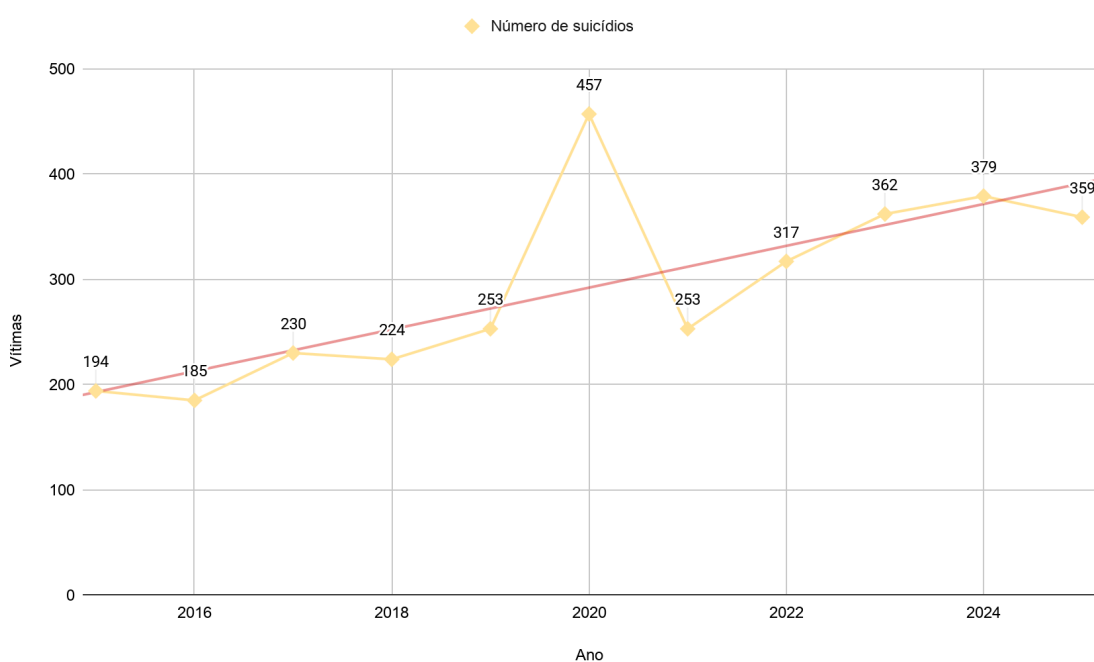


número de notificações é visto na população indígena, trazendo uma problemática maior, devido uma parte destes estarem localizados em áreas de difícil acesso.

Além destas informações, o **IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**, divulgou que em 2023, houve um aumento de 25% das internações por tentativa de suicídio, em relação a 2014.

O número de suicídio na população geral da Paraíba, teve uma diminuição dos casos em 2025, de 379 casos em 2024, para 359.¹¹⁶ **Um indicador que vem aumentando no último triênio e merece atenção para implementação de políticas públicas mais incisivas quanto à saúde mental da população.** Em relação ao número de suicídios no país em 2025 foi de 16.585, com aumento em relação a 2024 que foi de 16.412, assim como no Nordeste que teve aumento em seu número, de 3.918 em 2024 a 4.081 em 2025. Em todas as localidades o maior número de vítimas é do sexo masculino.

Gráfico 7.h - Série Histórica de suicídios na Paraíba (2015 - 2025)



Fonte: Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Dados do **Mapa da Segurança Pública de 2025**¹¹⁷, ano base 2024, mostra aumento nos casos de suicídio no estado da Paraíba, assim como nas regiões Sul (aumento de 0,44%) e

¹¹⁶<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

¹¹⁷<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa-da-seguranca-publica-2025.pdf>





Centro-Oeste (aumento de 10,19%). A região Nordeste teve uma diminuição de 2,11% entre 2023 e 2024. **Quase 80% das vítimas (78,12%) são do sexo masculino.**

É importante levar em consideração a comparação entre latrocínios, homicídios dolosos e suicídios, em 2025, para efeito de planejamento e execução de políticas públicas, em particular as relacionadas à saúde mental. **Na Paraíba a taxa de homicídios continua sendo maior do que a de suicídios, mas em estados como Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal esses dados se invertem.**

Tabela 7.b - Contabilização do suicídio, latrocínio e homicídios dolosos nas unidades da federação, em 2025

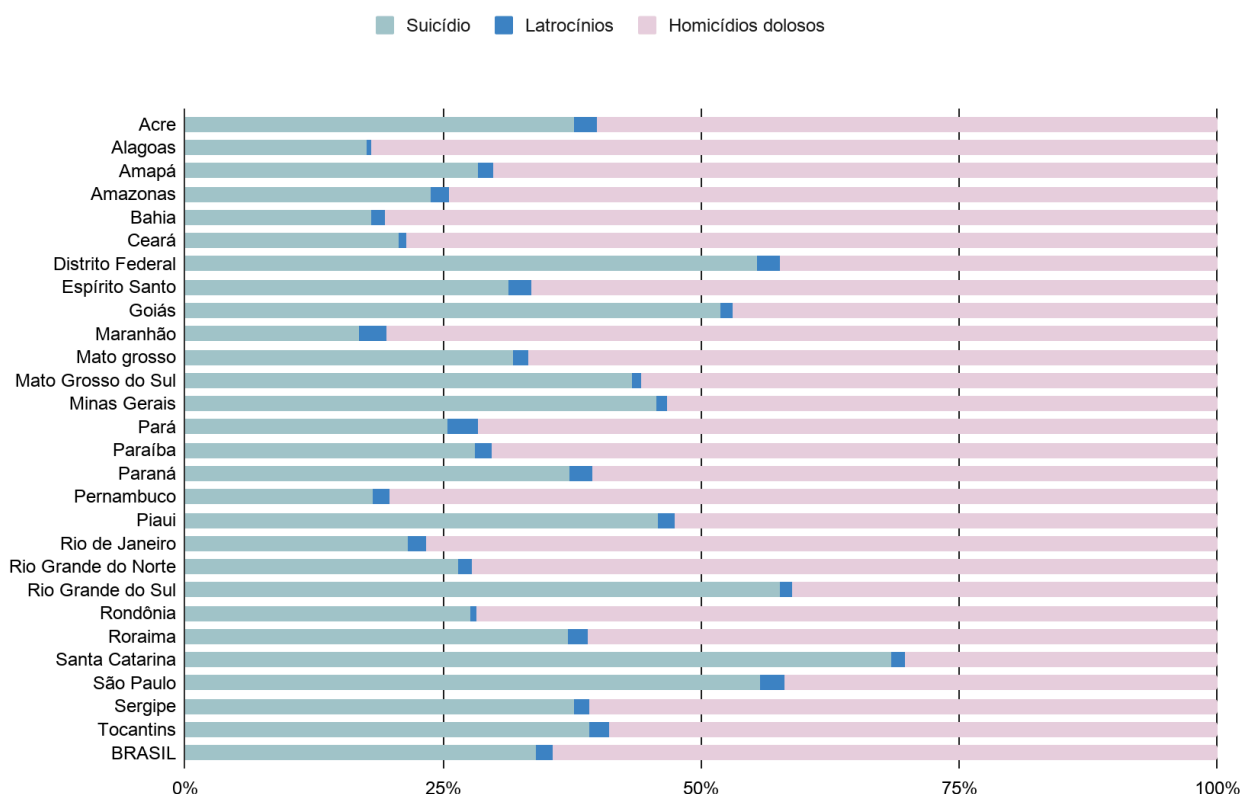
<i>Unidades da Federação</i>	<i>Suicídio</i>	<i>Latrocínios</i>	<i>Homicídios dolosos</i>
Acre	101	6	161
Alagoas	193	6	903
Amapá	75	4	186
Amazonas	226	17	708
Bahia	820	60	3.663
Ceará	771	25	2.927
Distrito Federal	289	12	221
Espírito Santo	359	25	762
Goiás	835	19	756
Maranhão	379	59	1.815
Mato grosso	322	15	675
Mato Grosso do Sul	240	5	309
Minas Gerais	1.987	44	2.317
Pará	589	69	1.656
Paraíba	359	20	900
Paraná	726	44	1.183
Pernambuco	654	58	2.883
Piauí	425	15	489
Rio de Janeiro	943	77	3.342
Rio Grande do Norte	302	15	824
Rio Grande do Sul	1.448	30	1.037
Rondônia	159	4	414
Roraima	77	4	127
Santa Catarina	968	18	429
São Paulo	2.995	131	2.257
Sergipe	178	7	288
Tocantins	164	8	247
BRASIL	16.584	797	31.479

Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública¹¹⁸ (tabela elaborada pelo ECD)

¹¹⁸ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>



Gráfico 7.i - Relação entre homicídios, latrocínios e homicídios dolosos, em 2025



Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública (gráfico elaborado pelo ECD)

7.1. Polícia Militar

A Lei Complementar Estadual n.º 87, de 02 de dezembro de 2008, estabeleceu um efetivo para a corporação da Polícia Militar de 17.935 militares estaduais. Entretanto, diz respeito a um contexto o qual parece não se coaduna com o atual, especialmente, em razão da evolução tecnológica, das novas formas de organização institucionais e das próprias mudanças sócio comportamentais, além das crescentes exigências da sociedade por melhoria na prestação dos serviços públicos. **Por isso, parece oportuno, a recomendação, para se fazer um estudo de reavaliação de um novo “quantum ótimo do efetivo”, inclusive, em termos de formação profissional desejada.** A distribuição ora vigente está demonstrada na tabela a seguir:



Tabela 7.1.a - Efetivo da Polícia Militar - 2019 a 2025

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024*	2025
Efetivo	9.203	9.070	9.015	8.838	8.823	-	10.394

Fonte: PCA 2020, Doc. TC n.º 39271/21, TC n.º 39039/22, TC n.º 53405/23 e DGP (dados PM 2023) - (tabela elaborada pelo ECD)

*Sem informações

(1) O efetivo lotado em Unidades Administrativas/Operacional é o efetivo lotado em unidade administrativa, mas também empregado constantemente em atividades operacionais;

(2) O efetivo meramente administrativo é o efetivo da Diretoria de Saúde (DSAS);

(3) Efetivo à disposição é aquele disponibilizado de acordo com previsão legal.

A tabela acima mostra o efetivo ativo da PMPB nos anos de 2019 a 2025, no qual houve uma diminuição da quantidade existente, com aumento considerável em 2025. Por outro lado, é importante observar que essa relação Policial/Habitantes não pode ser considerada por si só, um indicativo para se analisar a eficácia, eficiência e efetividade de um *Sistema de Segurança Pública*. Além disso, não se identificou, nas pesquisas realizadas, nenhum indicador para essa relação que fosse considerada consistente e aplicável a todos os Estados. Há algumas indicações de uma relação 1/250 (1 policial para cada 250 habitantes). Esse parâmetro foi um estudo feito pela ONU sobre sistemas existentes em muitos países¹¹⁹, mas que não consiste em um número ótimo a ser buscado.

Tabela 7.1.b - Quantidade de Policiais por Habitantes - 2014 a 2025

Ano	Quantidade de Policiais	Estimativa da População	Quantidade de Habitantes por Policial
2014	8.974	3.943.885	439
2015	9.096	3.972.202	437
2016	9.183	3.999.415	436
2017	8.790	4.025.558	458
2018	8.944	3.996.496	447
2019	9.203	4.018.027	437
2020	9.070	4.039.277	445
2021	9.015	4.059.905	450
2022	8.838	3.974.687	449
2023	8.823	3.974.687*	450
2024*	-	4.145.040**	-
2025	10.394	4.164.468***	400

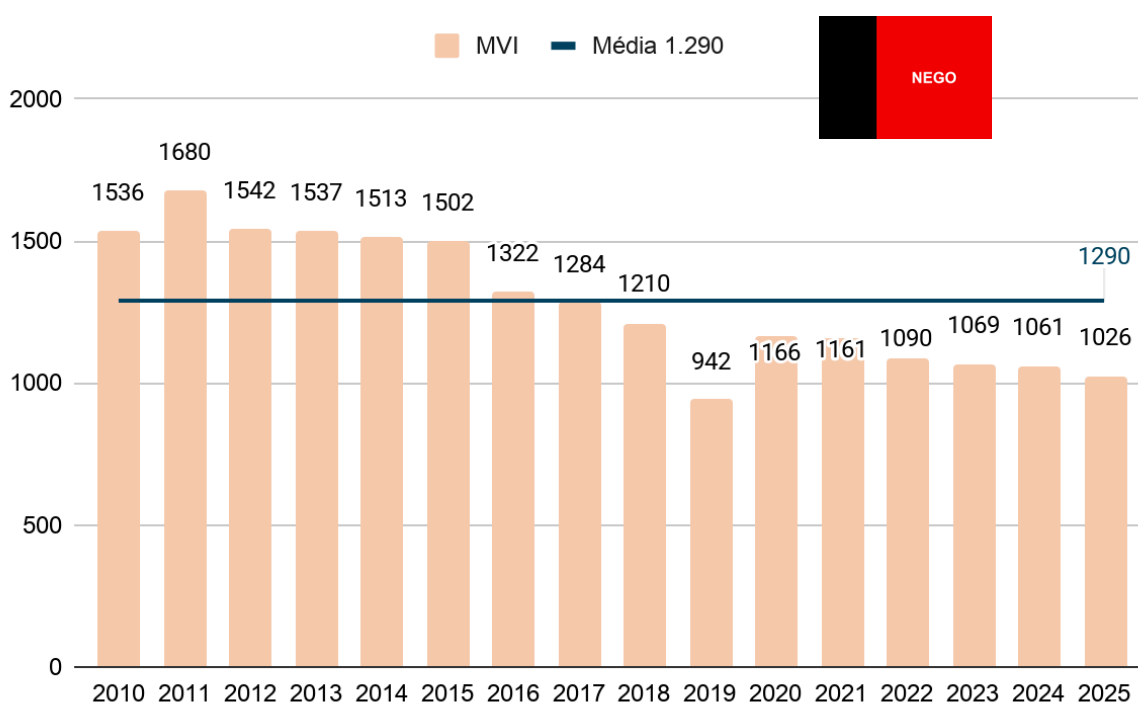
Fonte: Processo TC n.º 05622/19, IBGE e Doc. TC n.º 65897/2, Doc Tc n.º 39271/21 e Doc Tc n.º 39039/22, Doc Tc n.º 53045/23 e informações de 2023 cedidas pelo DGP (Departamento-Geral do Pessoal) - (tabela elaborada pelo ECD). Obs.: *estimado. **2024 - sem informações. ***População estimada IBGE 2025

¹¹⁹<http://abordagempolicial.com/2013/11/a-onu-nunca-recomendou-quantidade-de-policiais-por-habitantes/>

7.2. Crimes contra a Pessoa

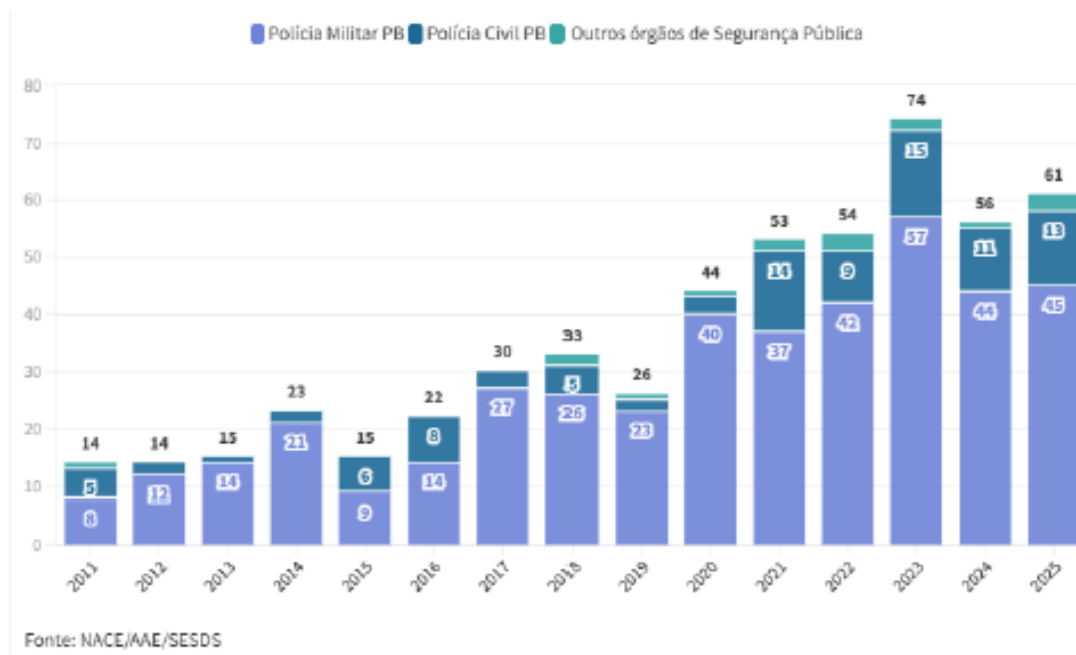
No ano de 2025, a Paraíba registrou **1.026 vítimas de Mortes Violentas e Intencionais (MVI)**, contabilizando **61 de Crimes Violentos Letais Intencionais decorrentes de Confronto Policial** e **965 de CVLI absoluto**. Esse indicador estatístico que agrega os homicídios dolosos e demais crimes intencionais que resultam em morte teve uma redução em relação ao ano de 2024, que foi de **1061** vítimas.

Gráfico 7.2.a - Série Histórica da MVI na Paraíba 2010 a 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025 (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 7.2.b - Série Histórica - Mortes decorrentes de confrontos policiais na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Ao comparar as ocorrências registradas em todo o Estado, em **2025**, com os números do exercício anterior, verifica-se que houve uma diminuição dos crimes contra a pessoa, e **no comparativo regional**, em 2025, a Paraíba se encontrou na 5ª posição, na taxa de CVLI, do Nordeste.

Tabela 7.2.a - Crimes contra a Pessoa - 2018 a 2025

Crimes Contra a Pessoa	Ocorrências no Estado								Var. 2025/2024
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Homicídio doloso	1.099	845	1.050	1.042	973	933	955	900	-5,76%
Tentativa de Homicídio doloso	1.140	803	931	842	718	703	757	736	-5,76%
MVI (Homicídios dolosos + Latrocínios + Confronto Policial + Outros)	1.207	942	1.166	1.156	1.090	1.069	1.061	1.026	-3,30%

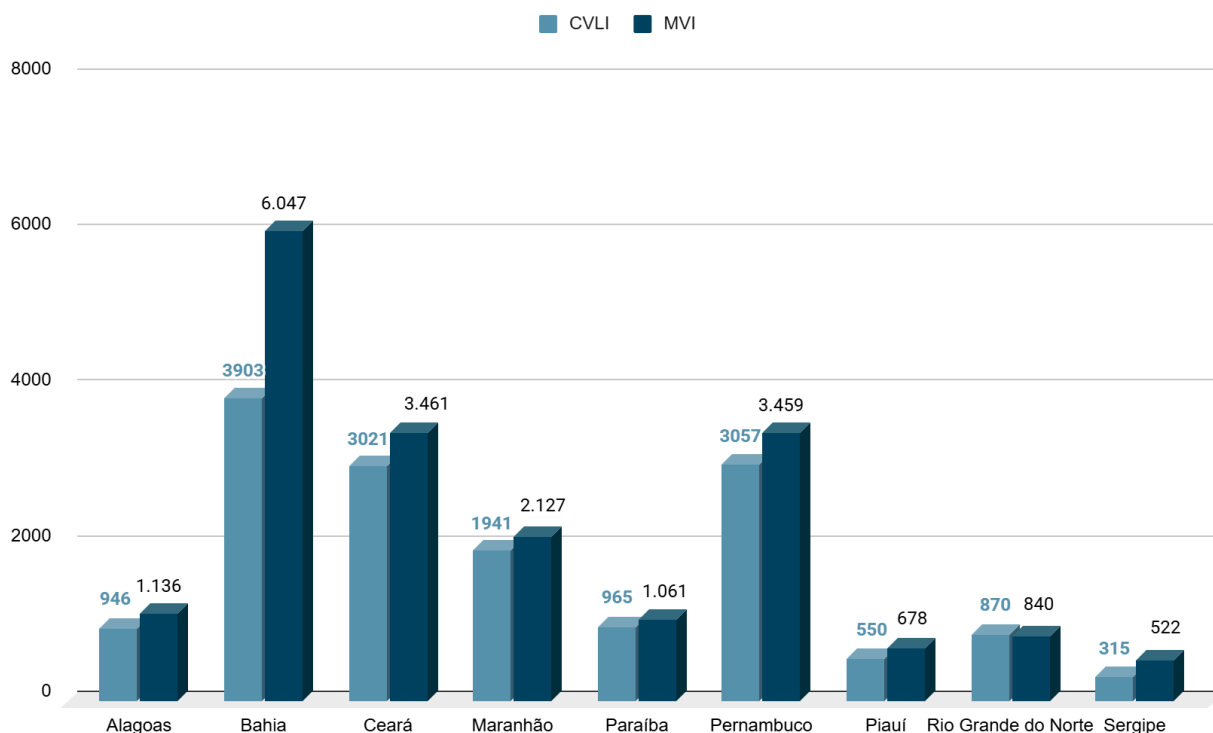
Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública¹²⁰

Importante atentar para as taxas de CVLI (por 100 mil habitantes) de alguns dos maiores municípios paraibanos (em termos populacionais), já que algumas delas apresentam taxa maior

¹²⁰ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>

do que a do estado (24,2), como Cabedelo (94,1)¹²¹, que tem a maior taxa de CVLI dentre as maiores cidades.

Gráfico 7.2.c - MVI e CVLI por unidades federativas do Nordeste em 2025

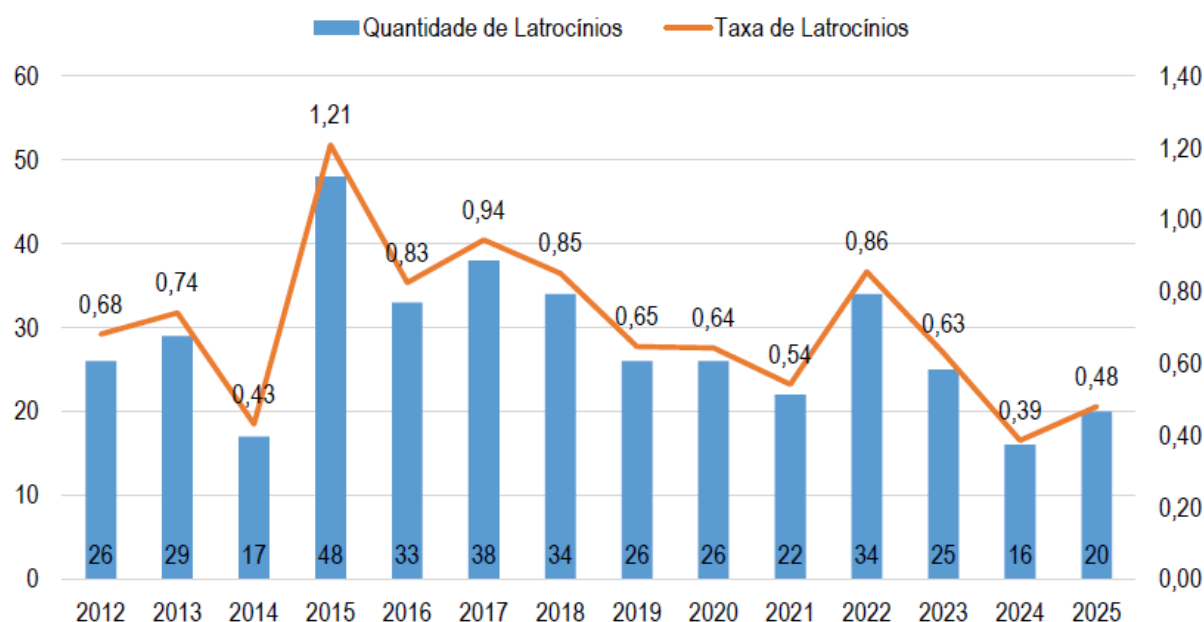


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Em relação aos **latrocínios**, que é um tipo de violência no qual há tentativa de roubo seguida de crimes violentos que resultam em morte da vítima, na **Paraíba, houve um aumento de 20% de 2024 para 2025 (foram 20 casos no ano de 2025, em contrapartida, em 2024 foram 16 casos).**

¹²¹ As taxas de CVLI foram calculadas usando o número absoluto de CVLI de cada município indicado no Anuário 2024 (Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba) e a população 2024 (IBGE), exceto os municípios de João Pessoa e Campina Grande nos quais as taxas estavam dispostas no Anuário.

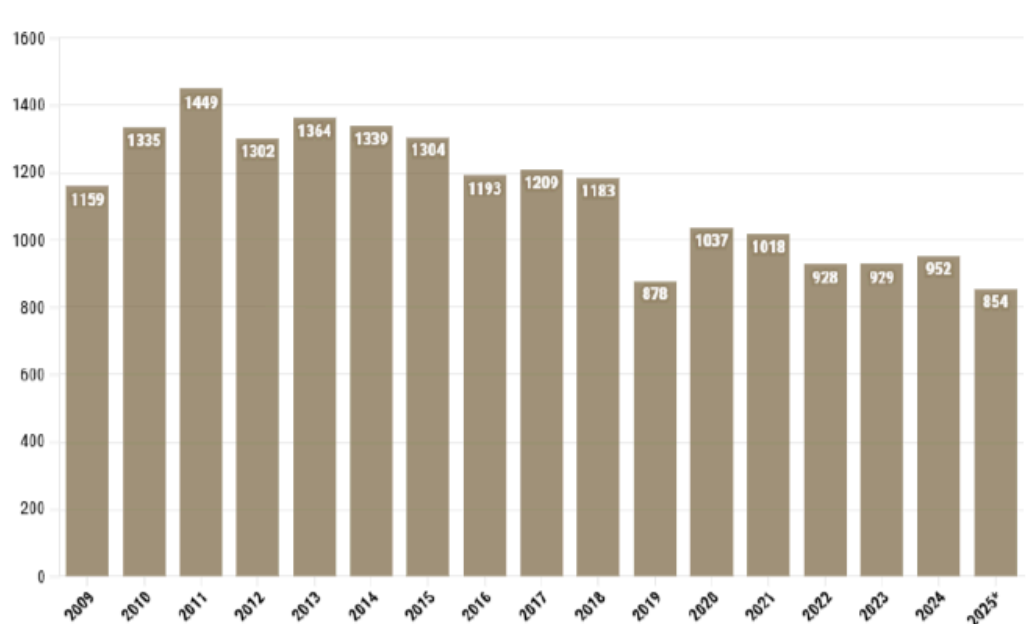
Gráfico 7.2.d - Série Histórica Anual e Taxa de latrocínios na Paraíba, nos anos de 2012 a 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Outra questão que merece destaque e preocupação é que **94,8% dos homicídios, em 2025, na Paraíba, tem como vítimas pessoas Pretas e Pardas**, (em 2024 a porcentagem era de 91%), considerando as mortes por agressão. Um indício importante do racismo estrutural em nosso estado, que precisa ser combatido com políticas públicas, nas suas mais diversas esferas e transversalidades.

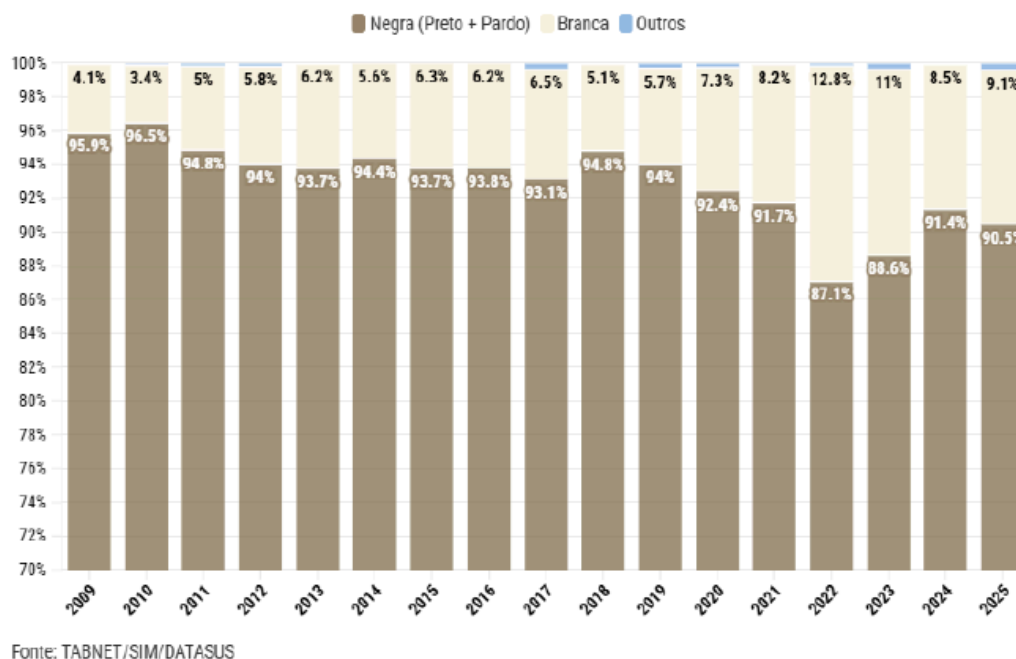
Gráfico 7.2.e - Série Histórica de Distribuição por Cor dos Homicídios na Paraíba em 2025



Fonte: TABNET/SIM/DATASUS - Dados consultados em 28/01/2026

Redução acumulada de 41% nos CVLI de pessoas negras desde 2011.

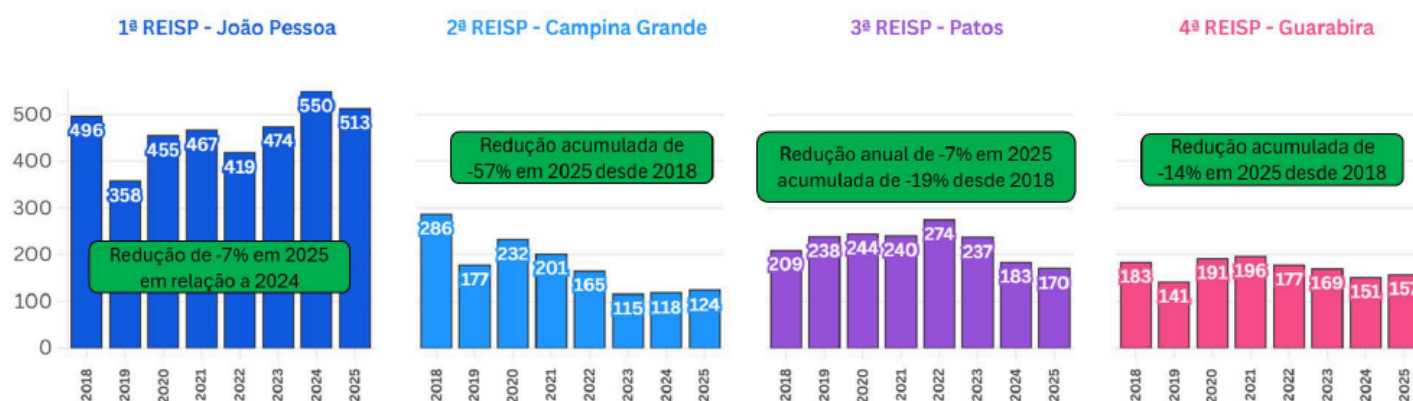




Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Um dado recente do **Anuário 2025**, que merece também atenção, é o comparativo do CVLI dentre as REISP (Regiões Integradas de Segurança Pública), entre 2018 e 2025. O gráfico abaixo indica a diminuição dos casos na 1ª REISP - João Pessoa e na 3ª REISP - Patos, entretanto há aumento na 2ª REISP - Patos e 4ª REISP - Guarabira.

Gráfico 7.2.f - Série Histórica de CVLI nas REISP



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

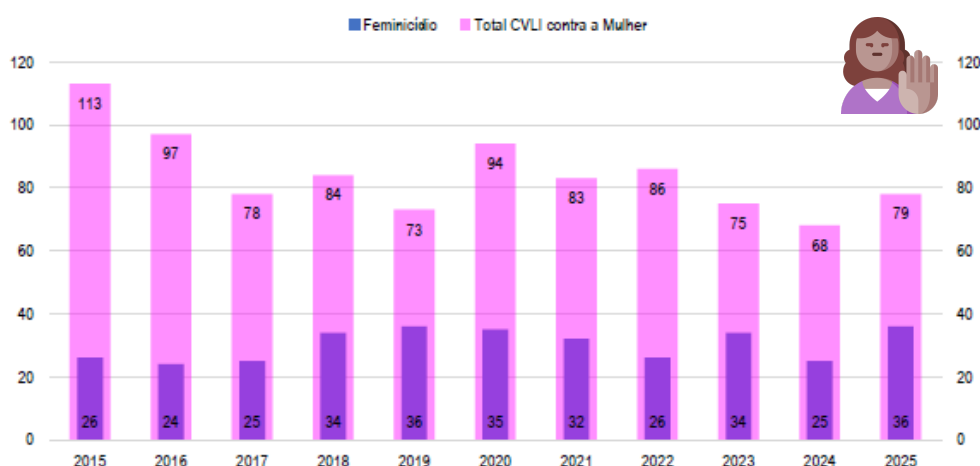
7.3. Violência contra a Mulher

Quanto à "Violência contra a mulher", percebe-se um **aumento de 44%, dos feminicídios**, em 2025, em relação ao ano anterior. **Na Paraíba, foram 36 casos de feminicídios em 2025 e 25**



em 2024. Assim como nos casos de feminicídio, no total de **CVLI contra a mulher** (os quais incluem homicídios dolosos, feminicídios, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte) também houve aumento, **foram 79 em 2025 e 68 em 2024**. O percentual de **elucidação** dos CVLI de mulheres na Paraíba em 2025, até novembro do mesmo ano, **foi de 81%**.

Gráfico 7.3.a - Série Histórica de CVLI de Mulher 2015 - 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Com relação às **medidas protetivas**, em 2022 foram **4.573**, em 2023 **7.814**, em 2024 foi de **7.679** e em 2025 foi de **7.285**, de acordo com informações da **Secretaria de Segurança Pública do Estado da Paraíba**, incluindo delegacias físicas e online. É importante observar que o estímulo, através de políticas de comunicação institucional e estrutural adequada e ágil para receber denúncias e solicitações de proteção para essa tipologia criminal, é fundamental para diminuição dos **feminicídios**¹²².

Tabela 7.3.a - Taxa de feminicídios PB, NE e BR - 2019 a 2025

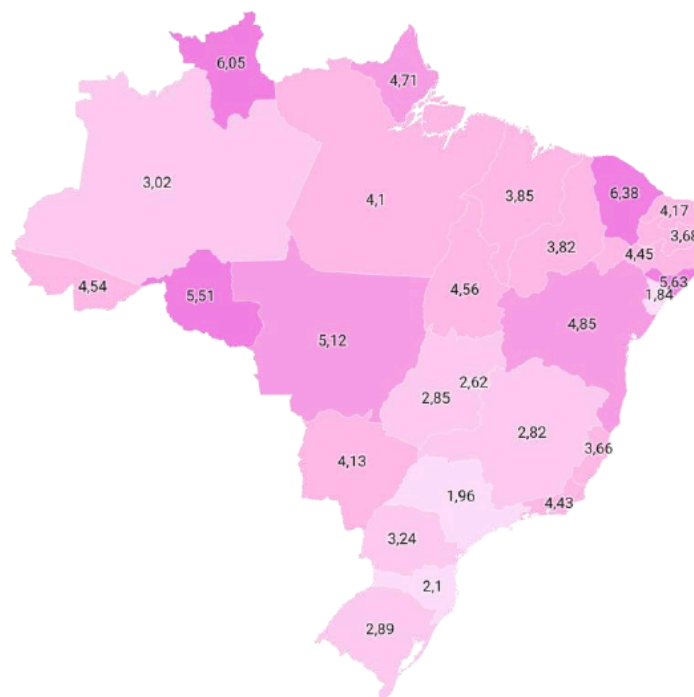
Tipo		Taxa de feminicídios por 100 mil mulheres					
Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	1,24	1,26	1,22	1,38	1,35	1,31	1,41
Nordeste	1,51	-	-	-	1,36	1,39	1,44
Paraíba	1,7	1,7	1,4	1,26	1,7	1,17	1,68

Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2019 - 2025

¹²² <https://jus.com.br/artigos/80015/medidas-preventivas-ao-combate-do-feminicidio>

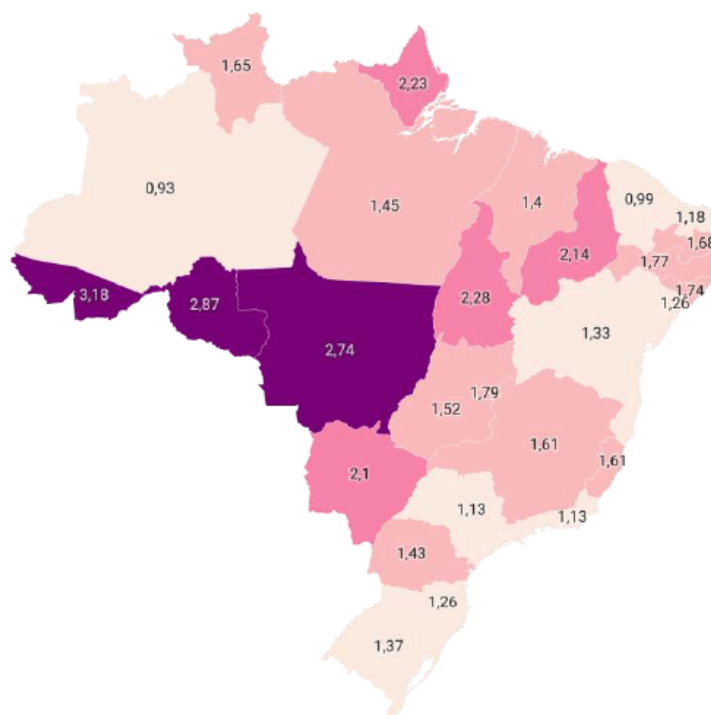


Figura 7.3.a - Comparativo de taxas de CVLI de mulheres nas unidades da federação, a cada 100 mil mulheres (2025)



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Figura 7.3.b - Comparativo de taxas de Feminicídio nas unidades da federação, a cada 100 mil mulheres (2025)



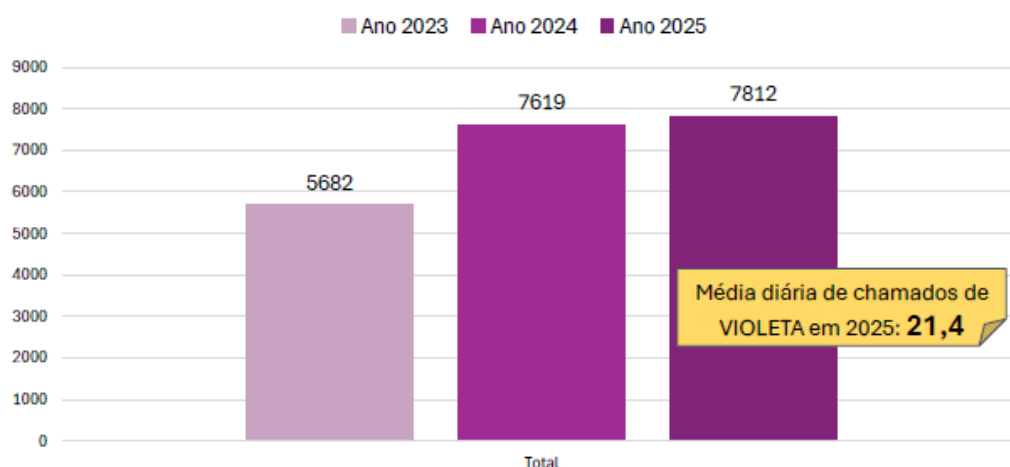
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

O **IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030** indicou que houve um aumento dos feminicídios no **Brasil**, em 4,84%, de 2023 para 2024.

Em relação ao **Indicador VIOLETA**, do **Anuário de Segurança Pública do ano de 2025, no Estado da Paraíba**, que representa as violências letais ou de gênero contra a mulher (foi apresentado a primeira vez no mesmo Anuário no ano de 2023), tem o objetivo “trazer visibilidade para o problema da vitimização feminina de maneira ampla e enfrentar fenômenos criminais diversos que possuem causas comuns”. Os benefícios deste programa é dar o melhor direcionamento da Patrulha Maria da Penha, Mulher Protegida e demais ações da Coordenação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – COORDEAM; oferecer um monitoramento amplo das violências, com avaliação das ações, subsidiar planejamentos e cumprimento de metas estabelecidas; integrar banco de dados e possibilitar a averiguação dos dados dos violentadores (para fins preventivos); acompanhamento dos casos da Justiça Criminal, além do acompanhamento da revitimização.

O indicador VIOLETA avalia o número de estupros, CVLI de mulheres, feminicídios, tentativa de feminicídio, lesão corporal por violência doméstica, descumprimento de medidas protetivas, ameaças, importunação sexual e violência psicológica. **A partir dessa análise é possível identificar que há um crescente aumento nos casos de 2023 a 2025, como visto no gráfico a seguir.**

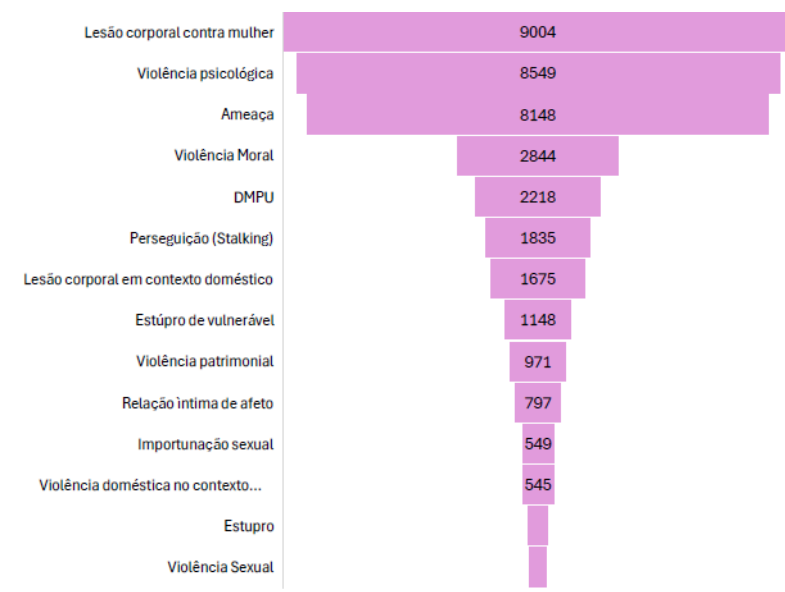
Gráfico 7.3.b - VIOLETA evidenciados por ano



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

No portal do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, há a totalidade dos casos de estupros e estupros de vulnerável, na Paraíba. E **em 2025 totalizou 1.351 vítimas**, um aumento de 14,58% em relação **ao ano de 2024**, que foi de 1.154.

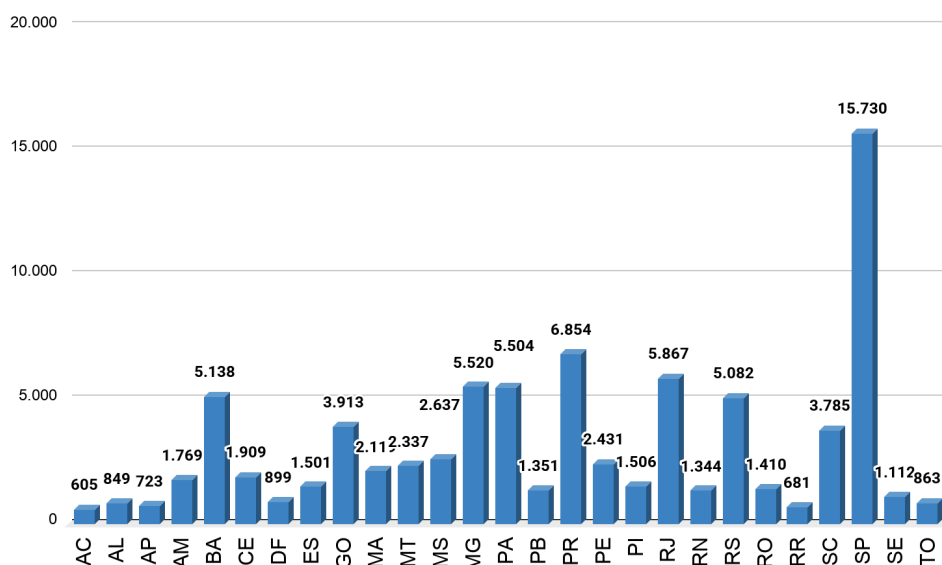
Gráfico 7.3.c - VIOLETA evidenciados por categoria em 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Considerando portanto que os crimes sexuais vêm aumentando no estado e no país, é de extrema importância que haja políticas para o enfrentamento destes casos e que isto seja uma prioridade. Apesar deste aumento é importante frisar que a região Nordeste tem a menor taxa do país; 31,09 casos para 100 mil habitantes; e a **Paraíba é o Estado que apresenta a menor taxa (32,59).**

Gráfico 7.3.d – Quantidade de estupros no Brasil, por UF, em 2025



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública¹²³

¹²³ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJlRiOGRhNmJmZThlMSJ9>



Por fim, vale ressaltar que no **cenário nacional**, segundo pesquisa divulgada em 2025¹²⁴, pelo **Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil)**, relativo a eventos ocorridos até fevereiro de 2025. Indica que houve aumento de **37,5%, no último ano**, das mais variadas formas de violência contra a mulher, ou seja, percebe-se uma persistência e até um agravamento (tendência ainda a ser confirmada nos anos seguintes) desse triste e inaceitável fenômeno no nosso país.

Nas imagens seguintes, verifica-se a tipificação de violências sofridas pelas mulheres e quais as medidas tomadas diante delas. É possível observar que o número de ofensas verbais, como insulto, humilhações e xingamentos, que podem ser caracterizadas como violência psicológica, é o mais alarmante, assim como o **número de mulheres que não fazem nada ou não tomam providências diante das violências sofridas**, já que em 2025 esse número correspondeu a **47,4%** das mulheres vítimas. Dado importante sobre como a aceitação é condicionada, e o silenciamento da vítima normalizado, além de estigmas como a vergonha.

É importante levar em consideração a autoria dos crimes realizados contra a mulher, nos quais **40% dos casos mais graves, o companheiro é o responsável**.

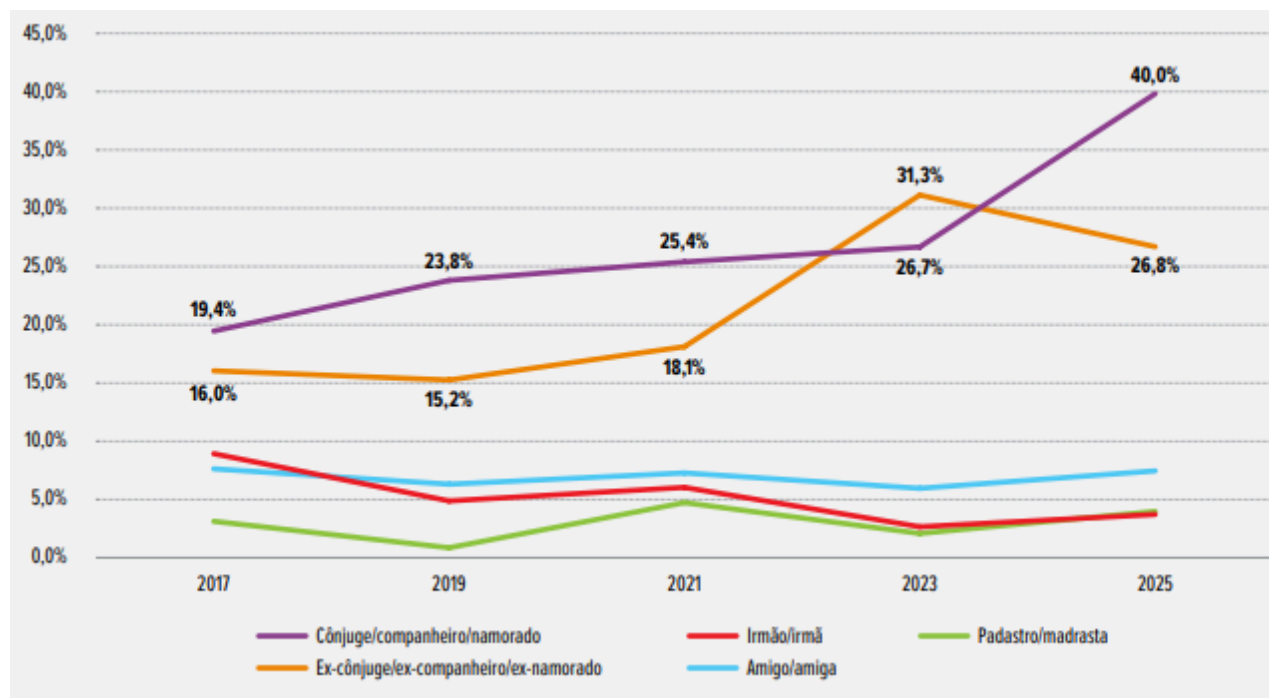
Tabela 7.3.b - Vitimização nos últimos 12 meses - Série histórica 2017-2025

	PESQUISA 2017	PESQUISA 2019	PESQUISA 2021	PESQUISA 2023	PESQUISA 2025
SOFREU ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA OU AGRESSÃO	28,6%	27,4%	24,4%	28,9%	37,5%
Insulto, humilhação ou xingamento (Ofensa verbal)	22,2%	21,8%	18,6%	23,1%	31,4%
Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar	10,0%	9,5%	8,5%	12,4%	16,1%
Amedrontamento ou perseguição	9,3%	9,1%	7,9%	13,5%	16,1%
Batida, empurrão ou chute	8,9%	9,0%	6,3%	11,6%	16,9%
Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual	8,1%	8,9%	5,4%	9,0%	10,7%
Ameaça com faca ou arma de fogo	4,3%	3,9%	3,1%	5,1%	6,4%
Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado	4,0%	3,9%	2,6%	4,2%	8,9%
Espancamento ou tentativa de estrangulamento	3,4%	3,6%	2,4%	5,4%	7,8%
Tiro ou esfaqueamento	1,9%	1,7%	1,5%	1,6%	1,4%
Teve fotos/vídeos íntimos seus divulgados na internet sem sua autorização	---	---	---	---	3,9%
Outras respostas	0,1%	0,7%	1,5%	0,5%	0,2%

Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

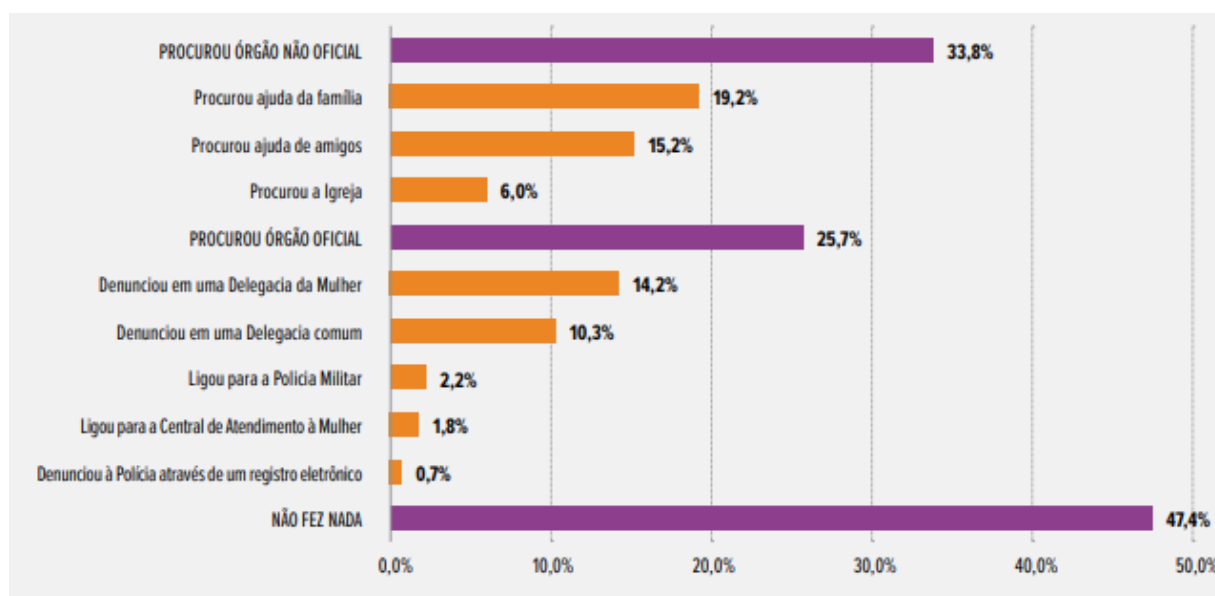
¹²⁴<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/relatorio-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>

Gráfico 7.3.e - Autoria da violência mais grave sofrida no último ano - Série histórica 2017-2025



Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Gráfico 7.3.f - Atitude em relação a agressão sofrida em 2025

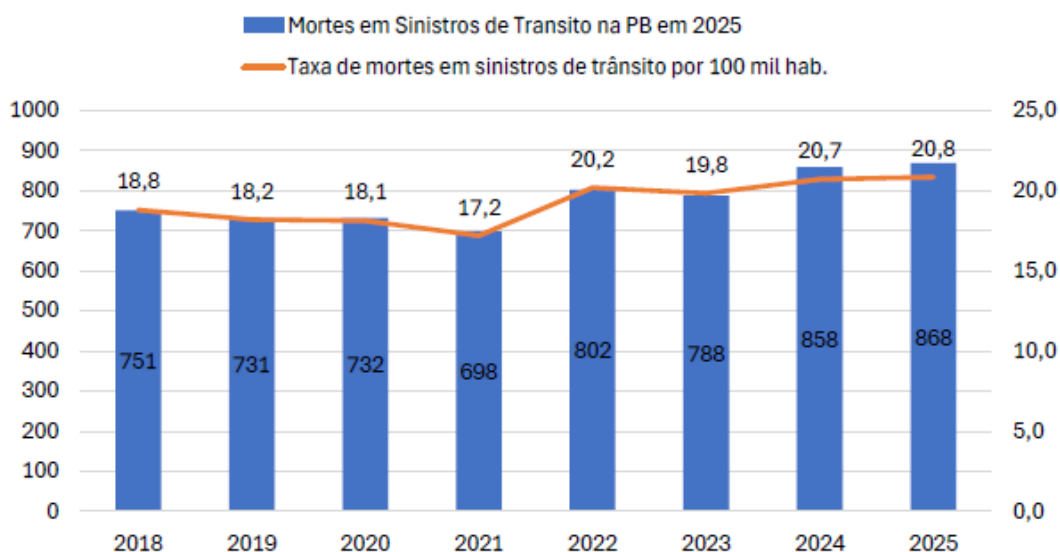


Fonte: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 5ª edição - 2025 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

7.4. Segurança Viária

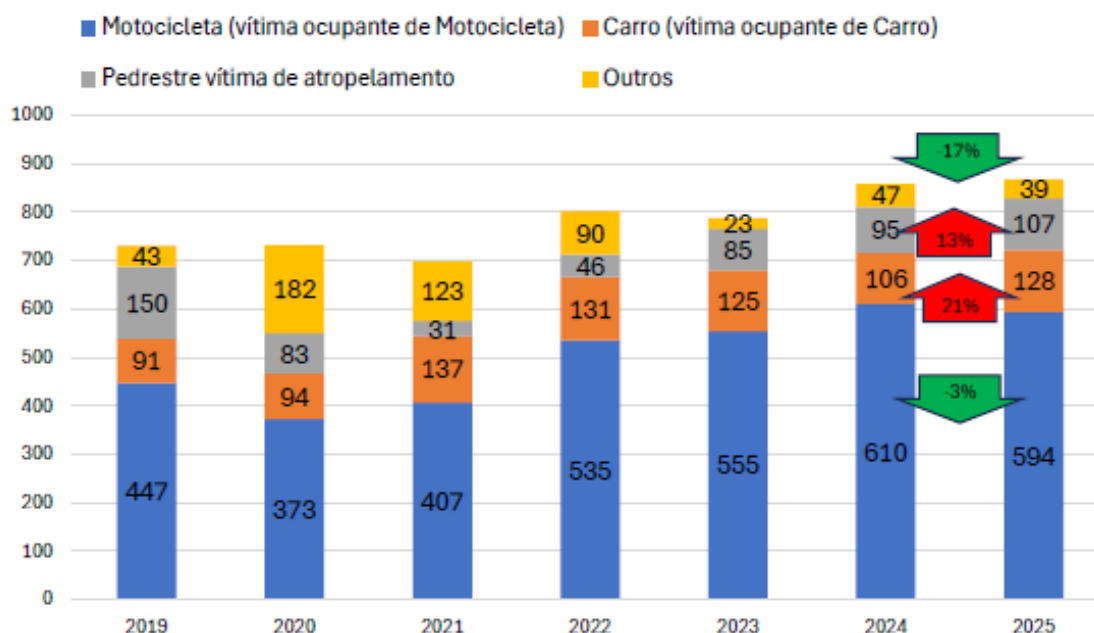
De acordo com o **Anuário 2025**, em relação aos Acidentes Letais de Trânsito (ALT), **em 2025 houve 868 vítimas**, enquanto em 2024 foram **858, aumento de 1,15%**. Interessante observar que os ALTs atingem, em sua maior parte, ocupantes de motocicletas (594 vítimas - 68% dos casos).

Gráfico 7.4.a - Série Histórica ALT na Paraíba



Fonte: Anuário 2025 dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba

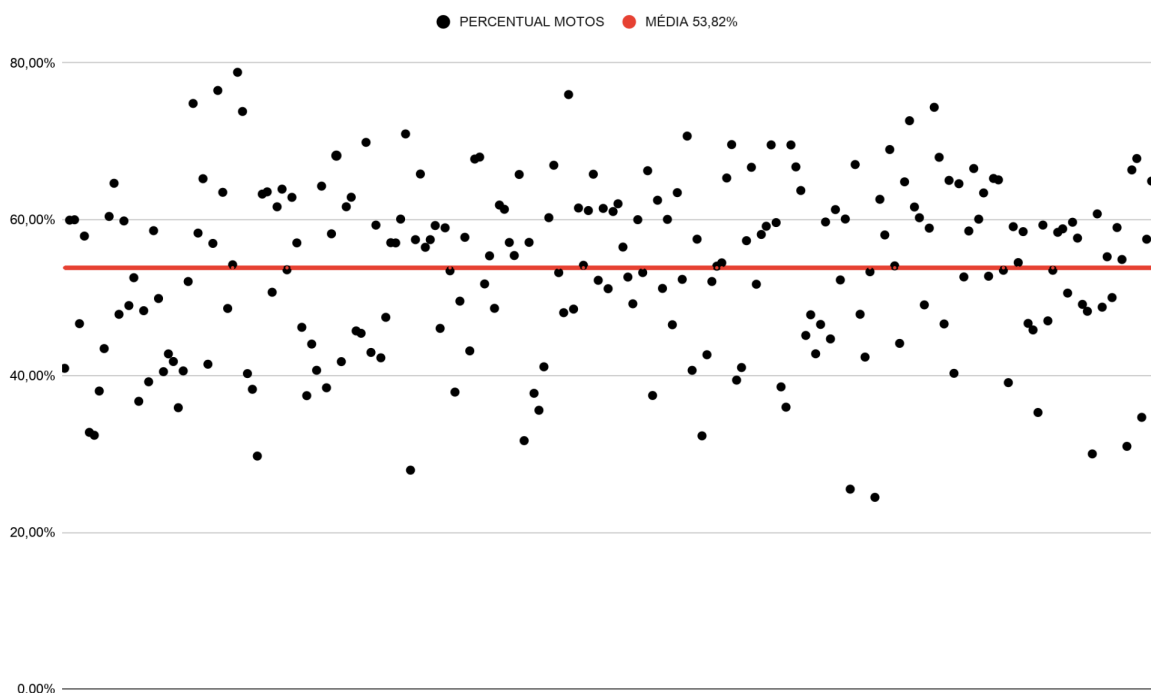
Gráfico 7.4.b - ALT na Paraíba por categoria de transporte



Fonte: Anuário 2025 dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba



Gráfico 7.4.h - Percentual de Motocicletas e Motonetas em relação à frota total 2025 - municípios



Fonte: Ministério dos Transportes Senatran (tabela elaborada pelo ECD). **Obs.:** A linha vermelha indica a média - cerca de 53%.

Além desse impacto sombrio (o óbito), os acidentes de trânsito provocam inúmeras aposentadorias por invalidez e em idade precoce, além de afastamentos por longos prazos do mercado de trabalho, ou seja, é um problema não só de ordem socioeconômica, mas também traz prejuízos expressivos para o sistema de saúde, inclusive na ocupação dos Unidades Hospitalares de Emergência e Trauma. Uma situação que afeta diretamente a qualidade de vida da população e o custo da máquina pública. Isso tudo ratifica a importância e transversalidade do tema de acidentes de trânsito, para as cidades e seus respectivos estados.

Há de se considerar, ainda, **a baixa taxa de municipalização do trânsito no Estado da Paraíba** (somente 42 municípios dos 223 estão com o seu trânsito municipalizado, de acordo com Conselho Estadual de Trânsito - Cetran PB). E essa é uma condição fundamental para melhorar esses indicadores, **desde que haja o devido apoio técnico e gerencial por parte do Governo do Estado, que viabilize a implantação pelos Municípios.**

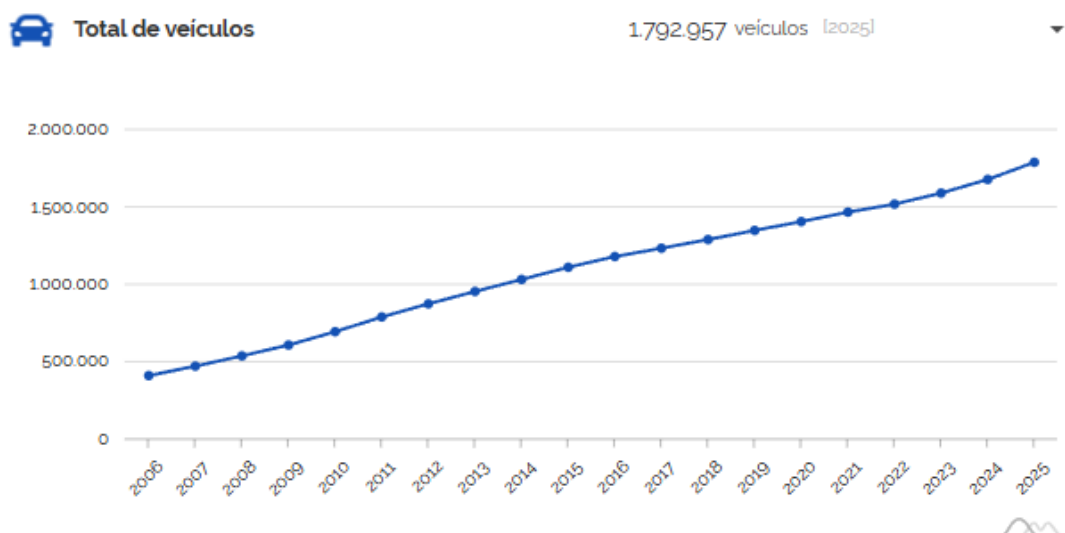
Outro fator que impacta os indicadores de acidentes de trânsito na Paraíba é o crescimento da frota de veículos que continua em ascensão. Entre **2024 e 2025** houve um **crescimento de 6,19%**.

Além disso, é importante considerar o cumprimento da **meta 3.6 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, que é reduzir pela metade as mortes e ferimentos por acidentes de



trânsito, até 2030 assim como as **meta 11.2** que indica que até 2030, é necessário viabilizar o acesso a sistemas de transportes seguros, acessíveis, sustentáveis e de baixo custo.

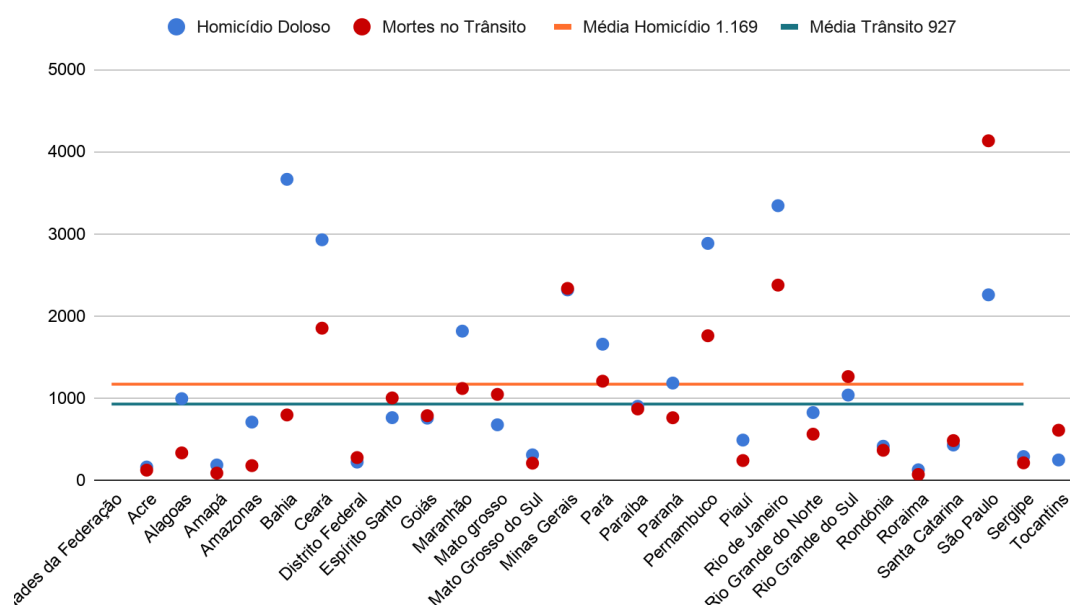
Gráfico 7.4.c - Crescimento da frota de veículos na Paraíba (2006-2025)



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html> . Acesso em 15/04/2025

O gráfico abaixo indica a **relação entre Homicídio Doloso e Mortes no Trânsito**, nas Unidades da Federação.

Gráfico 7.4.d - Relação entre homicídio doloso e mortes no trânsito, por Estado - 2025



Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública¹²⁵

¹²⁵Plataforma-<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYThmMDBkNTYtOGU0Zi00MjUxLWJiMzAtZjFIMmYzYTgwOTBliwIdCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>

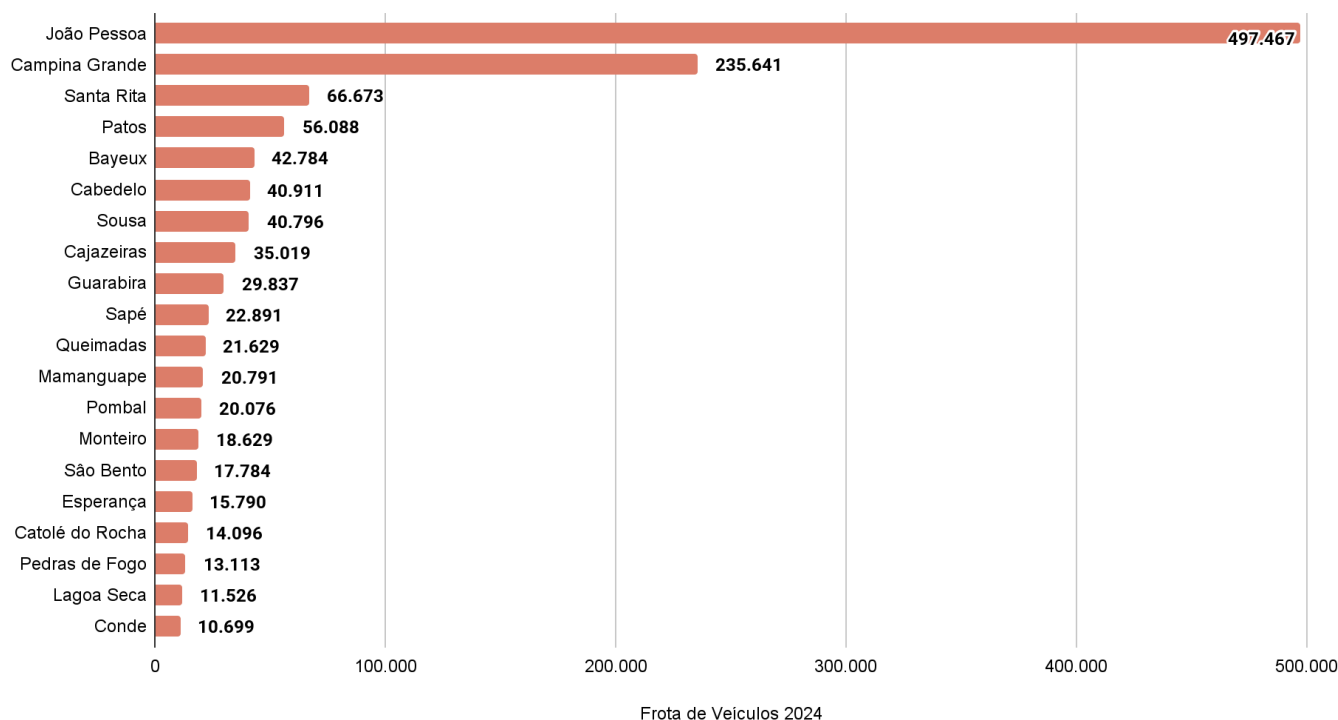


O crescimento populacional e econômico progressivo das cidades paraibanas encontrou seguimento no aumento excessivo da frota veicular, tendo como consequência, o agravamento dos problemas de locomoção urbana. Para que esta problemática seja minimizada é necessário planejar a mobilidade urbana de forma efetiva, atendendo as demandas de cada cidade e da população.

O **Estatuto das Cidades** e a **Lei 12.587/12**, que regem a **Política Nacional de Mobilidade Urbana** (alterada pela **Lei 13.683/18**) indicam que é obrigação da gestão de cada município atentar-se para este quesito, para melhorar a qualidade de vida de sua população e da vida nas cidades.

No ano de **2025**, a frota da Paraíba (dados Senatran¹²⁶), atingiu o número de **1.792.957 veículos**, totalizando **430,5 veículos a cada 1.000 habitantes**¹²⁷. Em **2024**, esse número atingiu **1.673.626 veículos**, um crescimento de aproximadamente **6,6%**. Considerando que o crescimento médio populacional da Paraíba, a cada ano, é de **0,45%** (censo de 2010 e 2022), a partir desses dados, nota-se uma situação crítica resultante desse incremento de veículos à infraestrutura viária das cidades paraibanas, além do impacto ambiental, na saúde pública e no bem-estar da população.

Gráfico 7.4.e - Frota de veículos nas 20 maiores cidades da Paraíba 2025



Fonte: Ministério dos Transportes - Senatran 2025 (gráfico elaborado pelo ECD)

¹²⁶ <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2025>

¹²⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>



Na tabela abaixo verifica-se a **taxa de crescimento da frota veicular** nas 20 maiores cidades da Paraíba. Nota-se o evidente aumento de veículos em todas as cidades.

Tabela 7.4.a - Frota Veicular 2024 - 2025 nas 20 maiores cidades do Estado

Cidades	Frota de Veículos 2024	Frota de Veículos 2025	Crescimento	Taxa de motorização (2025)
João Pessoa	474.339	497.467	4,65%	559,78
Campina Grande	224.788	235.641	4,61%	534,41
Santa Rita	62.971	66.673	5,55%	419,01
Patos	52.633	56.088	6,16%	520,42
Bayeux	40.078	42.784	6,32%	506,90
Sousa	38.326	40.911	6,32%	583,88
Cabedelo	38.448	40.796	5,76%	583,83
Cajazeiras	32.831	35.019	6,25%	529,22
Guarabira	28.415	29.837	4,77%	498,65
Sapé	21.389	22.891	6,56%	429,40
Queimadas	20.176	21.629	6,72%	430,74
Mamanguape	19.307	20.791	7,14%	445,02
Pombal	18.636	20.076	7,17%	594,03
Monteiro	17.466	18.629	6,24%	552,10
São Bento	16.762	17.784	5,75%	527,72
Esperança	14.222	15.790	9,93%	485,52
Catolé do Rocha	13.131	14.096	6,85%	438,88
Pedras de Fogo	11.594	13.113	11,58%	420,94
Lagoa seca	10.669	11.526	7,44%	390,14
Conde	9.598	10.699	10,29%	368,26

Fonte: Ministério dos Transportes - Senatran (tabela elaborada pelo ECD)

Em relação aos ALTs nas 20 maiores cidades da Paraíba, os dados retirados do Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, estão dispostos na tabela a seguir:

Tabela 7.4.b - ALT nos 20 maiores municípios do Estado - 2023, 2024 e 2025

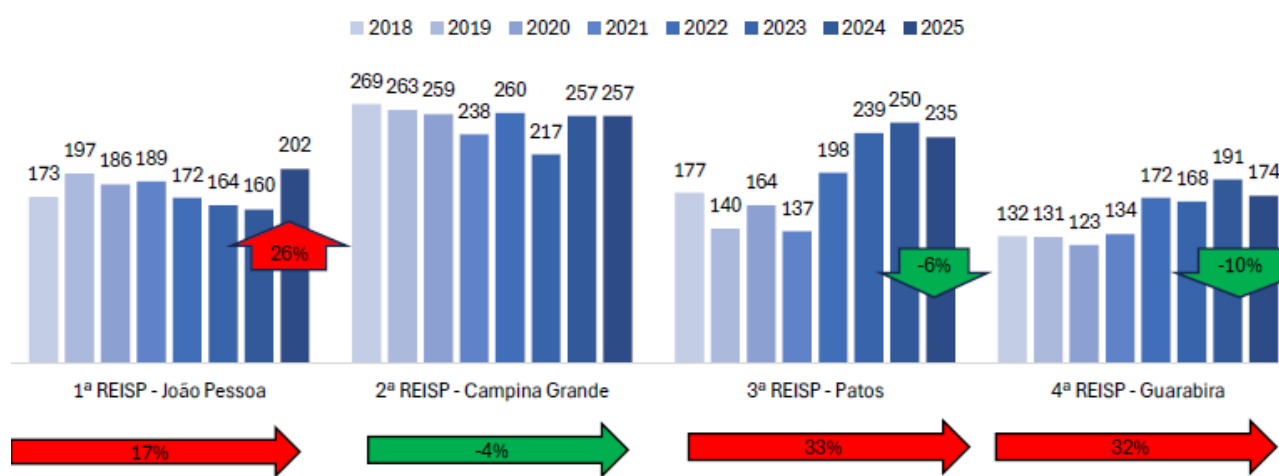
CIDADES	ACIDENTES 2023	ACIDENTES 2024	ACIDENTES 2025
João Pessoa	76	77	105
Campina Grande	68	72	75
Santa Rita	22	24	36
Patos	9	25	21
Bayeux	9	8	12



Cabedelo	8	4	4
Sousa	16	16	15
Cajazeiras	18	18	21
Guarabira	9	12	15
Sapé	12	9	8
Queimadas	7	8	9
Mamanguape	10	9	11
Pombal	10	5	14
Monteiro	9	12	10
São Bento	10	10	10
Esperança	7	12	7
Catolé do Rocha	5	11	8
Pedras de Fogo	6	11	7
Conde	12	16	12
Lagoa Seca	6	7	8

Fonte: Plataforma Ministério da Justiça e Segurança Pública (Tabela elaborada pelo ECD)

Figura 7.4.a - Série histórica anual de ALT por regional na Paraíba, de 2018 a 2025



Fonte: Anuário dos Sinistros e Letalidade no Trânsito na Paraíba 2025

Os **Planos de Mobilidade Urbana (PMU)** constituem instrumentos fundamentais para o planejamento e a gestão da mobilidade nos municípios, devendo contemplar aspectos como os serviços de transporte coletivo, a infraestrutura de estacionamentos, a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as áreas de circulação restrita ou controlada, entre outros elementos relacionados à organização dos deslocamentos urbanos. Nos termos da legislação vigente, esses planos devem ser revisados e atualizados periodicamente, em intervalos não superiores a dez anos. No Estado da Paraíba, entretanto, **apenas os municípios de João Pessoa e Campina Grande possuem Planos de Mobilidade Urbana formalmente instituídos por**

meio de legislação específica. O Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande foi estabelecido pela Lei Complementar nº 004/2015, enquanto o de João Pessoa foi instituído pela Lei Ordinária nº 14.515/2022.

A elaboração do PMU é obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes, bem como para aqueles integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico, aglomerações urbanas com população superior a um milhão de habitantes e áreas de especial interesse turístico. Essa exigência decorre da Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, com o objetivo de promover a integração e o aprimoramento dos sistemas de transporte de pessoas e cargas nos municípios brasileiros. Diante desse contexto, revela-se relevante a atuação dos órgãos de controle externo no acompanhamento do cumprimento dessa obrigação legal, especialmente quanto à elaboração, atualização e implementação dos Planos de Mobilidade Urbana pelos municípios paraibanos, considerando sua importância para a promoção da mobilidade sustentável, da acessibilidade e da qualidade de vida da população.

**Para mais informações
sobre os 223
municípios da Paraíba,
acesse o QR Code ao
lado.**



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



7.5. Crimes contra o Patrimônio

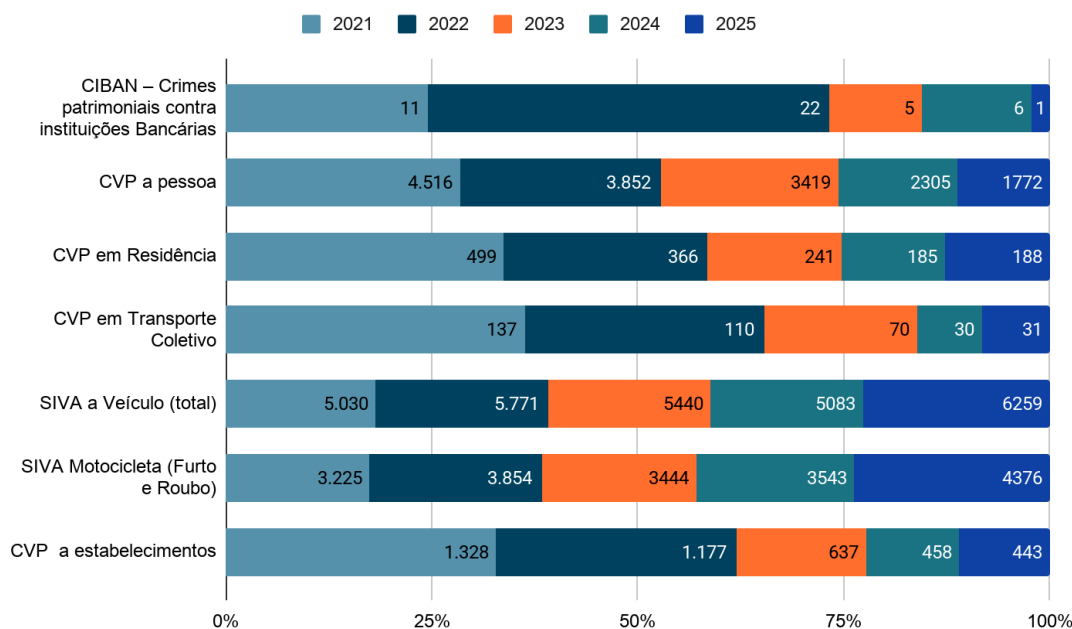
De acordo com o Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025, **houve uma redução de 18% dos crimes violentos patrimoniais (CVP)** no estado, **2.978 em 2024 para 2.434 em 2025**, com destaque para as Tipologias *CVP em transporte público*, no qual houve um aumento de 3% dos casos; *CVP em residências*, com aumento de 2%; *CVP em estabelecimento* com redução de 3%; além disso há o ataque ao patrimônio automotivo, que se denominam **Subtrações Ilegais de Veículos Automotivos (SIVA)** (roubo e furto de veículos), *com aumento de 23% no ano de 2025 em relação a 2024*. Já em relação aos CVP em instituições bancárias, denominados **Crimes Patrimoniais contra Instituições Bancárias (CIBAN)**, houve somente 1 caso em 2025, em





comparação aos 6 casos em 2024. Houve diminuição da SIVA somente na categoria de furto de caminhão, de 50% (14 em 2024 para 7 em 2025).

Gráfico 7.5.a -Crimes Violentos Patrimoniais 2021 a 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba (gráfico elaborado pelo ECD)

Tabela 7.5.a - Crimes contra o Patrimônio - 2016 a 2025

Crimes Contra o Patrimônio	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	var. 2025/2024
CVP a pessoa	6.715	6.034	4.674	3.465	3.973	4.536	3.852	3.419	2.305	1.772	-30%
CVP em Residência	390	586	545	480	444	499	366	241	185	188	1,6%
CVP Trans. Coletivo	-	-	-	238	93	137	110	70	30	31	3,2%
SIVA a Automóvel (Furto e Roubo)	771	1.101	1.383	1.086	1.286	1.775	1.881	1.958	1.517	1.860	18,4%
SIVA Motocicleta (Furto e Roubo)	2.160	2.051	2.276	1.757	2.197	2.385	3.854	3.444	3.542	4.376	19%
CIBAN	30	12	15	15	16	11	22	5	6	1	-83%
Total	10.066	9.784	8.893	7.041	8.009	9.343	10.085	9.137	7.585	8.226	7,8%

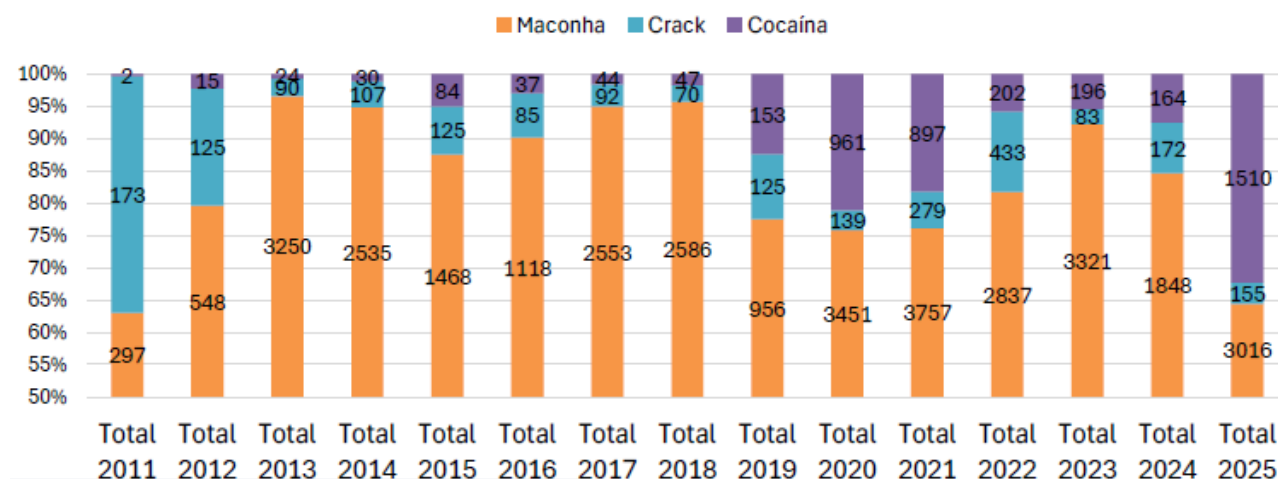
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025 (tabela elaborada pelo ECD)



7.6. Apreensão de entorpecentes

Ao comparar as ocorrências registradas entre 2024 e 2025, é possível observar um aumento na apreensão anual total de entorpecentes na Paraíba, **com variação de 53,3%**, de acordo com o **Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025**.

Figura 7.6.a - Quantidade de Drogas Apreendidas, em kg, por tipo (2011-2025)

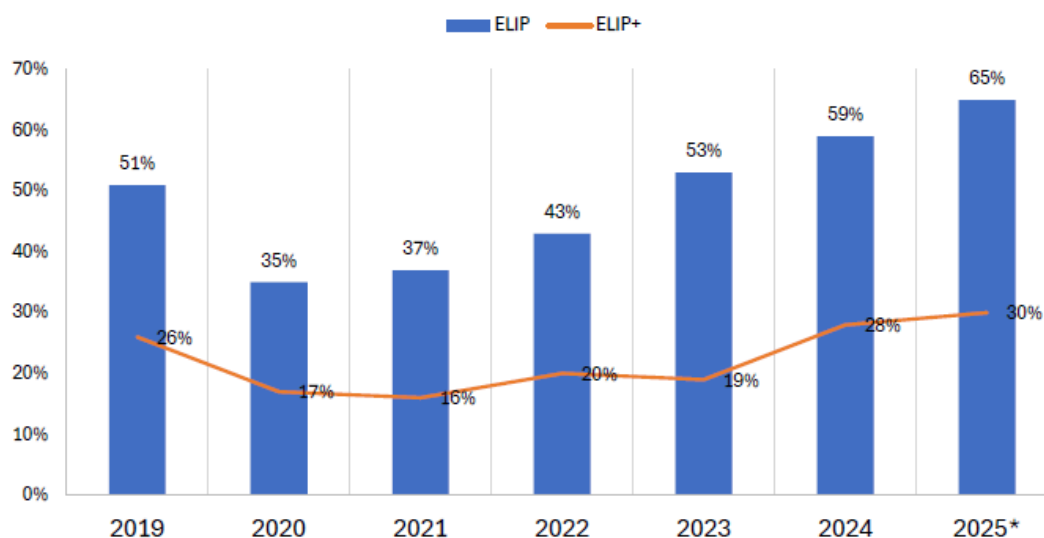


Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

7.7. Elucidação e Tipos de Prisão

Quanto **aos índices de resolutividade - Elucidação de Inquéritos Policiais (ELIP) e Elucidação de Inquéritos Policiais com Prisão do Autor (ELIP+)**, a instituição atingiu os patamares de **65%** e **30%**, respectivamente, de jan-nov de 2025 (últimos dados liberados no Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025), em comparativo com o ano de 2024 que foram **59%** e **28%**, respectivamente.

Gráfico 7.7.a - Elucidação de Inquéritos Policiais - ELIP e Elucidação de Inquéritos Policiais, com Prisão do Autor - ELIP+ (2019 a nov.2025)



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

7.8. Sistema Penitenciário

A **SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária)**, denominada pela Lei Estadual n.º 9.332, de 25 de janeiro de 2011, que alterou dispositivos da Lei Estadual n.º 8.186, de 16 de março de 2007, tem as seguintes finalidades e competências:

- a) Coordenar a política estadual de assuntos penitenciários;
- b) Coordenar a guarda e a ressocialização dos apenados;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;
- d) Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de pena;
- e) Gerenciar a aplicação dos recursos de Fundos vinculados às atividades da SEAP.

O quadro de pessoal da SEAP pode ser visualizado na tabela a seguir, a partir da qual é possível verificar uma **diminuição de 3,56%** no quadro de Servidores Sistema Prisional, no ano de 2024, em relação a 2023.

Tabela 7.8.a - Quantitativo de Servidores Sistema Prisional - 2019 a 2025





Categoria	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*	Variação 23/24
Comissionados	58	61	59	55	59	53	-	10,16%
Efetivo e Comissionado	176	174	172	-	176	181	-	2,84%
Efetivo Ativo	1.913	1.883	1.873	1.854	1.828	1.751	-	4,21%
Requisitado	1	1	0	1	1	1	-	0%
Prestador apoio	113	113	115	115	122	122	-	0%
Total	2.261	2.232	2.219	2.025	2.186	2.108	-	3,56%

Fonte: Doc Tc nº 39039/22/ Processo nº 01952/24/ Secretaria de Segurança e Defesa Social.

*Informações 2025 não disponibilizadas.

No sistema penitenciário do Estado da Paraíba ainda predomina a superlotação da população carcerária. **Em 2025**, o Sistema Penitenciário na Paraíba tinha capacidade de **8.251 vagas e 3.500 para monitoramento eletrônico**¹²⁸.

De acordo com o SENAPPEN¹²⁹, na **Paraíba**, no **segundo semestre de 2025**, tem uma população carcerária de **13.354 pessoas em celas físicas**, já em relação a **regime domiciliar com monitoramento eletrônico**, há **3.407 pessoas**. A **nível nacional** essa população vai para 730.993 pessoas em celas físicas, 129.810 em regime domiciliar com monitoramento eletrônico e 103.271 sem monitoramento. Na **região Nordeste**, esse número vai para 126.696 em celas físicas, 19.934 em regime domiciliar com monitoramento e 17.243 sem monitoramento eletrônico.

Importante salientar que há uma divergência entre os dados do portal do SENAPPEN¹³⁰ e os dados liberados no Anuário 2025 da Secretaria de Segurança e Defesa Social.

¹²⁸ Site SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojODQ3Njc3MTctNjdKY00YmE1LWFMmYtYzRiMzg2ZDcxOWJhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

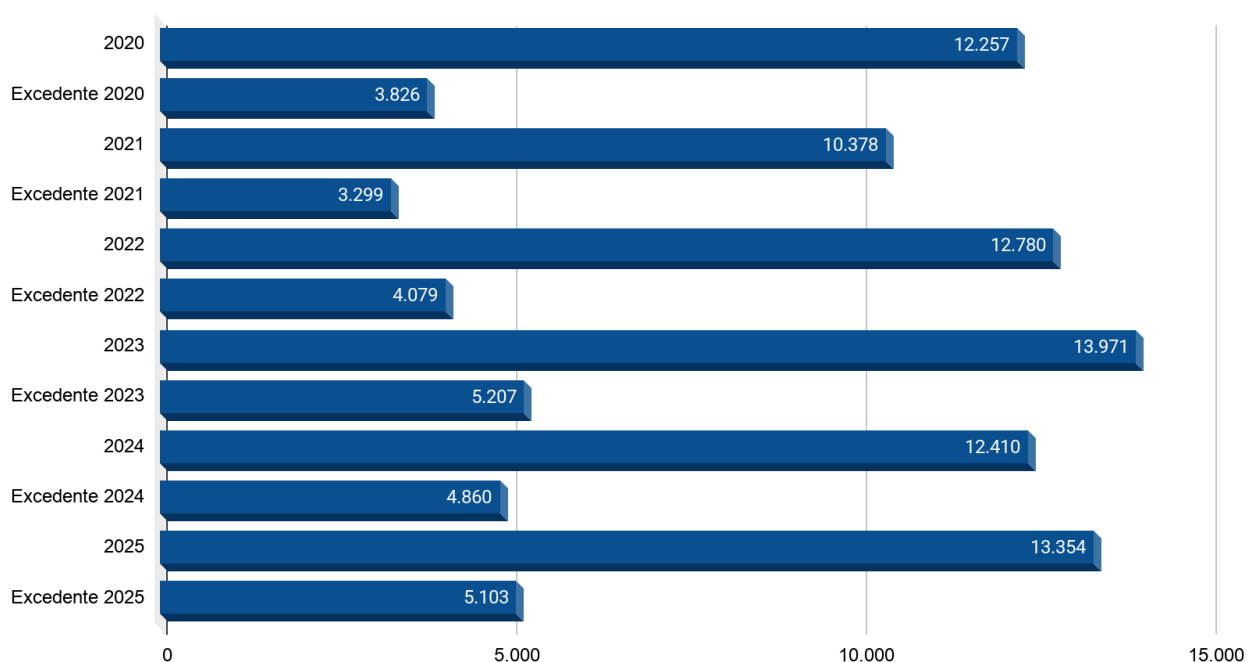
¹²⁹ <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojODQ3Njc3MTctNjdKY00YmE1LWFMmYtYzRiMzg2ZDcxOWJhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

¹³⁰ Secretaria Nacional de Políticas Penais



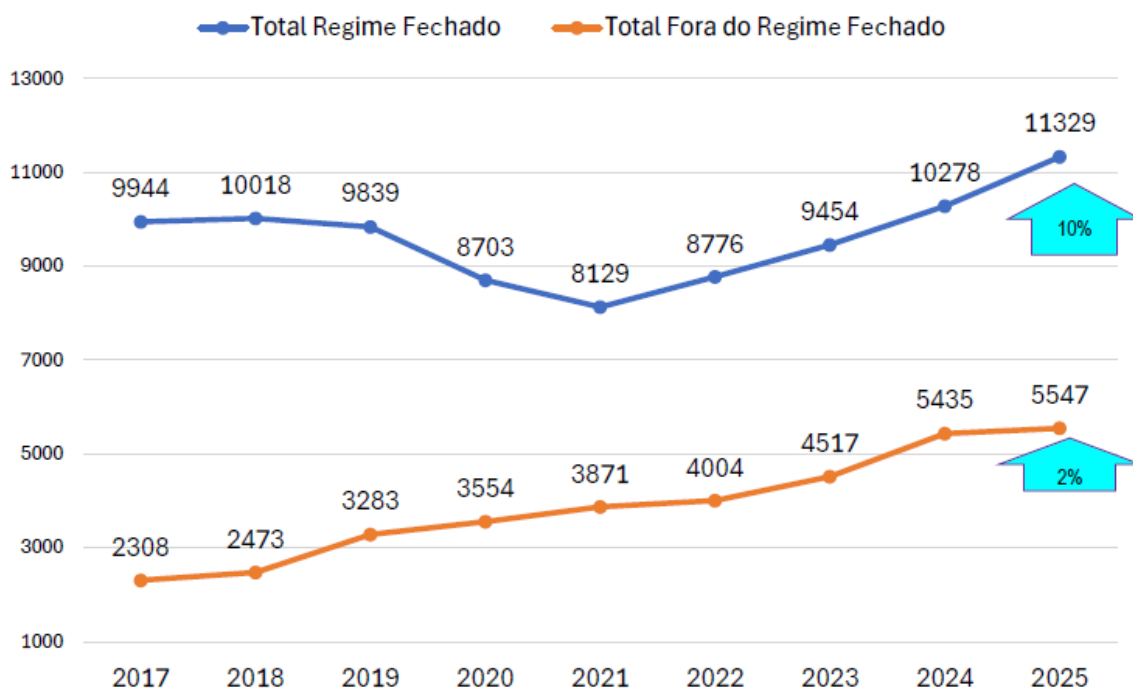
Gráfico 7.8.a - Quantitativo da população carcerária e excedente 2020 a 2025

Sistema prisional 2020 - 2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2024 e SENAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais) (gráfico elaborado pelo ECD)

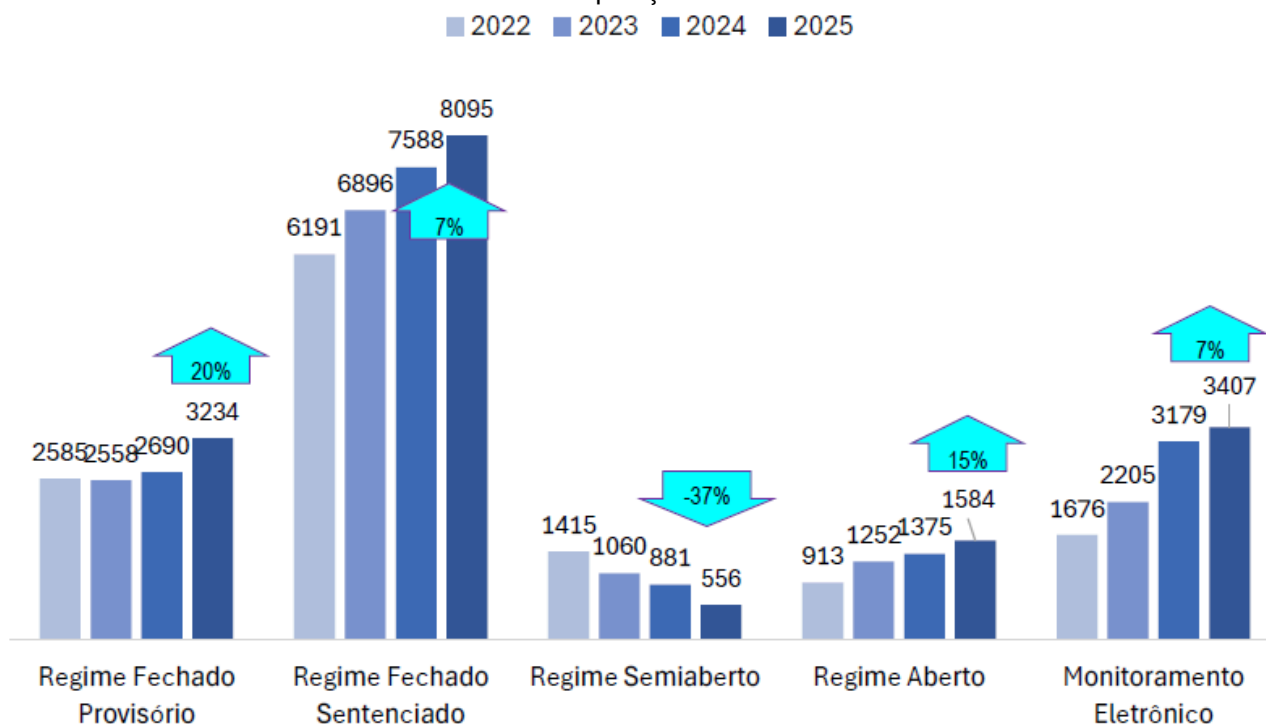
Gráfico 7.8.b - Série Histórica da População carcerária na Paraíba



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025



Gráfico 7.8.c - Série Histórica - População Carcerária 2022 a 2025 - Paraíba



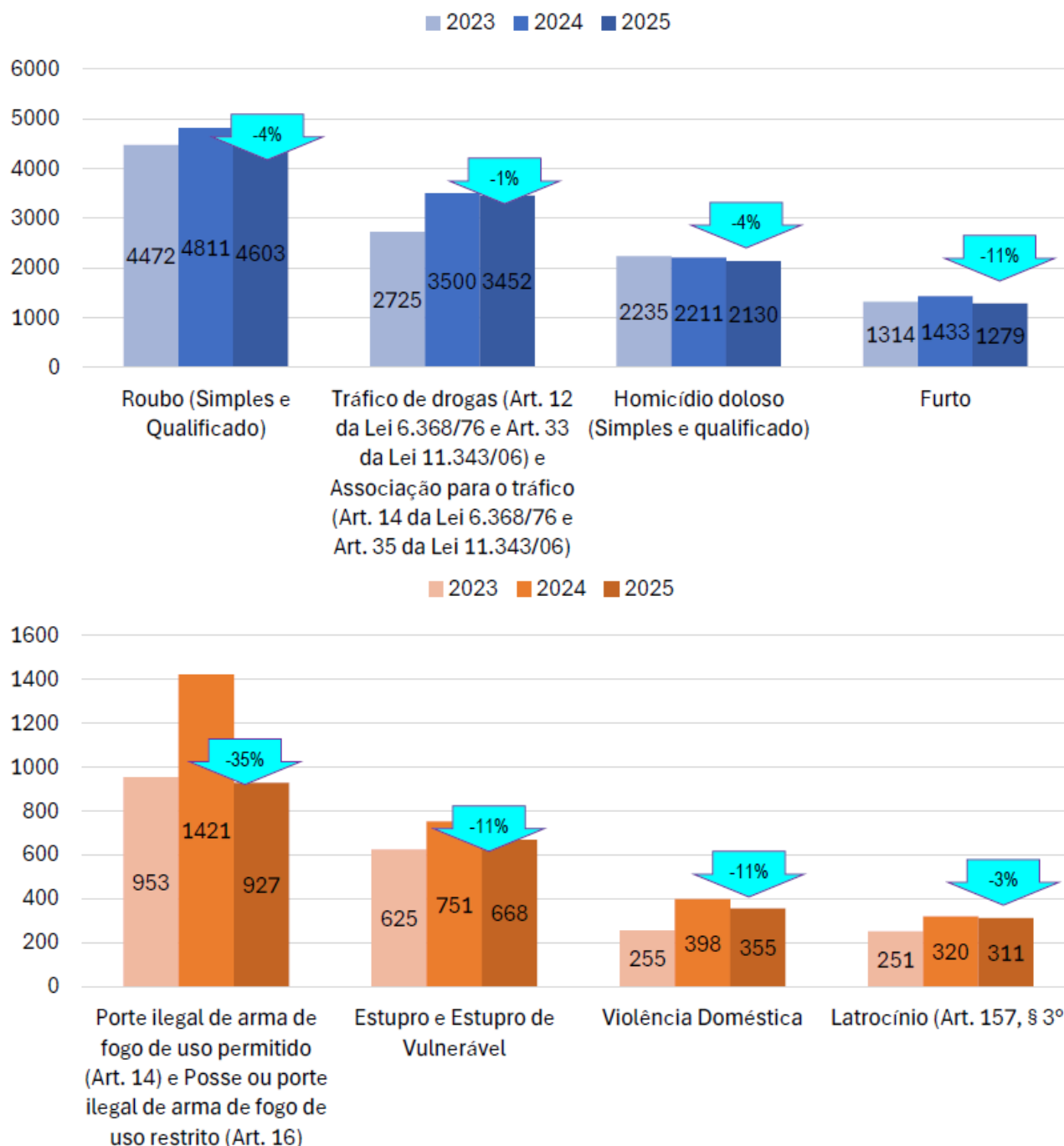
Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

Considerando-se ainda os dados do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, que apontam para o aumento da população prisional brasileira a qual cresce a um ritmo de **8,3% ao ano**¹³¹, torna-se fundamental acionar o aparelho estatal para minimizar os impactos desse problema que só se agrava e termina por sobrecarregar o sistema prisional.

O **gráfico 7.8.d** mostra o número de presos no sistema penitenciário da Paraíba, tendo como base os delitos penais que cometeram. O crime de **roubo (simples e qualificado)** continua **sendo o delito com maior número de prisões**, mesmo tendo uma diminuição de 4% em 2025. A violência doméstica teve aumento entre 2023 e 2024, entretanto teve uma diminuição de 11% em 2025.

¹³¹Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-n-ao-tem-condenacao.gh.html>

Gráfico 7.8.d - Comparativo de População Carcerária por Tipo de Condenação 2023-2025



Fonte: Anuário de Segurança Pública do Estado da Paraíba 2025

8. INDICADORES-CHAVES DE SANEAMENTO BÁSICO

No estado da Paraíba, a lei complementar nº 168/2021 decretou microrregiões de água e esgoto no intuito de buscar a universalização do serviço, a fim de cumprir o que reza o Novo Marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 14.026/2020).



Segundo o **SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico**¹³² (antigo SNIS) - Painel de Indicadores 2024 (ano referência 2023), **16,87% da população brasileira não têm acesso ao abastecimento de água**, enquanto na **Paraíba** são cerca de 28,2% da população, **já 40,3% das pessoas no país não possuem atendimento total/coleta de esgoto no país**, enquanto no **estado da Paraíba são cerca de 63,7% sem acesso**.

Figura 8.a - Índice de atendimento total de esgoto e água na Paraíba



Fonte: SINISA

Notar que a eficiência do saneamento básico¹³³ torna-se um **componente central à segurança hídrica**. Perdas de água e ineficiências na prestação dos serviços oneram os custos das companhias e terminam também aumentando as tarifas. Além disso, a ausência de coleta, tratamento e reuso de esgoto reduz a oferta de água e tende a contaminar todo o sistema aquático regional. Atentar para o fato que os cursos de água, no perímetro urbano e dos próprios canais de drenagem urbana construídos, são contaminados por águas servidas, com comprometimento sério da saúde da população, por consequência, sua qualidade de vida.

Além disso, o saneamento é de extrema importância no combate aos impactos no meio ambiente, na saúde da população, na economia, nas desigualdades e no desempenho escolar. Seus componentes são: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos.

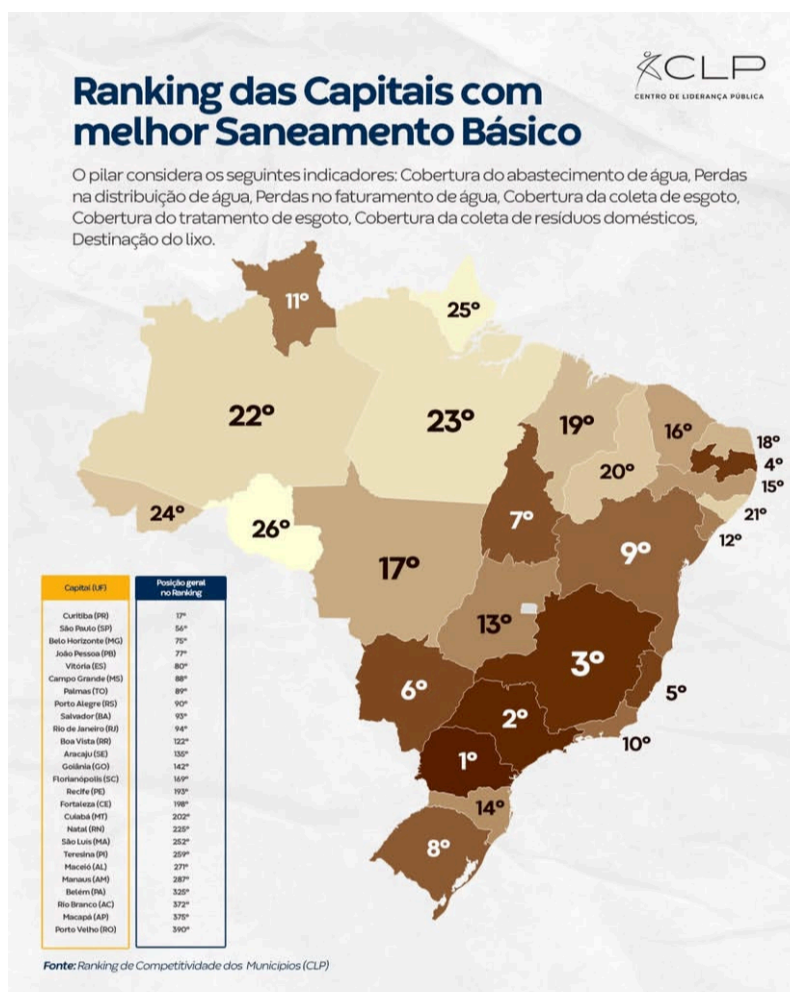
O **Centro de Liderança Pública** publicou em seu instagram, no primeiro mês de 2025 um mapa com o Ranking dos Estados e das Capitais com melhor Saneamento Básico, levando em consideração os dados do antigo SNIS. A Paraíba (João Pessoa) está em 4º lugar do ranking geral de capitais. Para maiores informações, acesse << <https://clp.org.br/> >>.

¹³² SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO - <https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/>

¹³³ Quanto à drenagem urbana e resíduos sólidos, apesar de sua importância para o tema, não serão tratados neste trabalho.



Figura 8.b - Capitais com melhor saneamento básico



Fonte: instagram @clpbrasil

Na avaliação dos indicadores de saneamento, é importante levar em consideração o **Novo Marco Legal do Saneamento**, proposto no ano de 2020, com novas metas sobre a gestão e incentivo à regionalização, possibilitando ainda mais o controle social deste segmento na saúde pública da população.

De acordo com o Manual para Apresentação de Propostas para Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais, da Gestão de riscos e desastres da Secretaria Nacional de Saneamento, **existem algumas áreas onde a demanda pela atenção ao saneamento básico é prioritária, como por exemplo, áreas onde a taxa de mortalidade infantil é alta, onde estão sujeitas a insalubridade e destruição ambiental, onde residem populações carentes e onde há implementação de projetos estratégicos.**

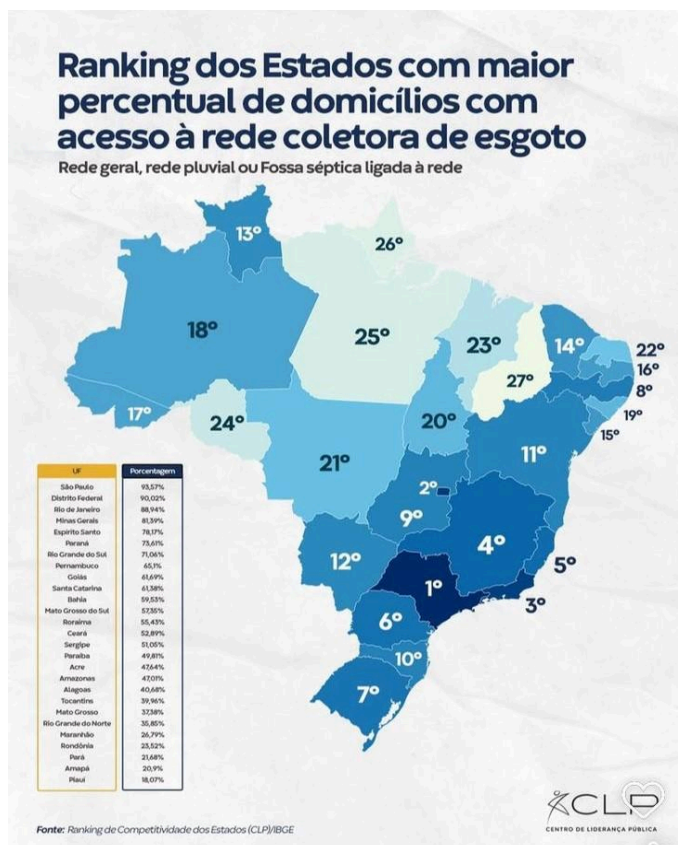
Por isso, o **Marco do Saneamento Básico** estabeleceu como **meta** a universalização dos serviços de saneamento básico até 2033, garantindo que **99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90%, ao tratamento e à coleta de esgoto.** Foram definidas, também,



regras voltadas para drenagem e manejo de resíduos sólidos urbanos. E essas são metas fundamentais para qualidade de vida e prosperidade de um estado como o da Paraíba.

O **Centro de Liderança Pública** também liberou um Ranking dos Estados com maior percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto. O Estado da Paraíba encontra-se em 16ª posição, com porcentagem de 49,81%, ou seja, menos de 50% da população da Paraíba tem seu esgoto devidamente coletado.

Figura 8.c - Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto



Fonte: instagram @clpbrasil

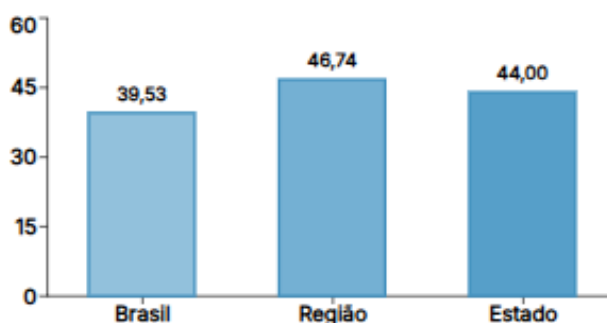
Pelo marco legal é requerido que **as perdas da distribuição de água no território brasileiro reduzam para 25%** até a data limite (ano de 2033). O valor desta perda, no **Brasil**, em 2021, foi de 40,25%; em 2022 foi de 37,78%, em 2023 foi de 40,31%, **enquanto em 2024 foi de 39,53%**. No **Nordeste**, no ano de 2024 essa perda foi de 46,74%. **No estado da Paraíba, em 2024**, essa taxa era de 44%, no qual observa-se um decorrente aumento desde 2022 e 2023 (37,53% e 37,01%, respectivamente).

O **IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030**¹³⁴, ano 2025, indicou que as regiões com maiores perdas de água em sua distribuição são o Norte e Nordeste (49,7% e 46,2%,

¹³⁴ <https://qtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

respectivamente). Além disso, mesmo com os investimentos no Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a universalização do saneamento será insuficiente até o ano de 2033, já que de acordo com o relatório citado: “ seriam necessários aproximadamente US\$ 100 bilhões para atingir a meta (US\$ 54 bilhões para serviços de abastecimento de água e US\$ 46 bilhões para esgotamento sanitário) e até 2026 o Novo PAC investirá apenas US\$ 2,27 bilhões em abastecimento de água e US\$ 4,92 bilhões em esgotamento sanitário, além de US\$ 330 milhões na gestão de resíduos sólidos (tema atinente ao ODS 7) e US\$ 2,73 bilhões em drenagem e contenção de encostas (tema melhor desenvolvido no ODS 13)”.

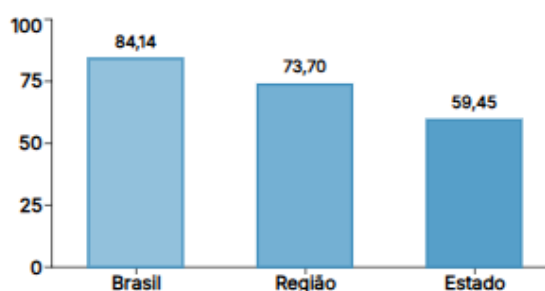
Gráfico 8.a - Perdas de distribuição de água - ano 2024



Fonte: SINISA

Além deste dado, a universalização tem como meta, atender 99% da população do país com abastecimento de água, mas em 2022, o atendimento cobriu 84,92% da população do país; 83,13% em 2023 e 84,14% em 2024, **no Brasil**. Já na região **Nordeste**, essa taxa era de 73,70% e, 2024 e 74,03% em 2023, enquanto na **Paraíba** o percentual foi de 76,99% da população em 2022; 71,80% em 2023 e **59,45% em 2024**.

Gráfico 8.b - Abastecimento de água potável - ano 2024

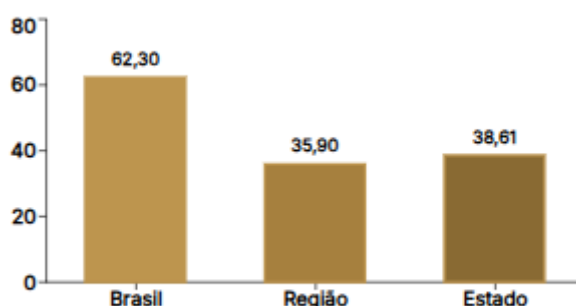


Fonte: SINISA



Em relação à **coleta de esgoto**, na **Paraíba**, em 2024, foi de 36,61%, enquanto em 2023 foi de 36,30%. Já em 2022 essa porcentagem era de 39%. **A nível nacional, em 2023, esse atendimento foi de 59,70% e a nível regional foi de 33,79%. Já em 2022, foi de 60,73% no Brasil e 38,64% na região Nordeste.** Os dados do ano de 2024 na federação e na região Nordeste encontram-se no gráfico 8.c.

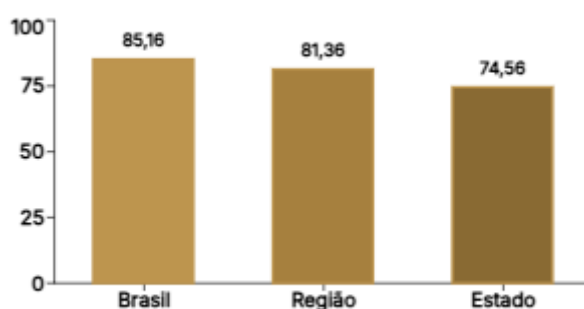
Gráfico 8.c - Atendimento da população com rede coletora de esgoto - ano 2024



Fonte: SINISA

E desta **coleta de esgoto**, na **Paraíba**, em 2024, 74,56% receberam o tratamento adequado, enquanto em 2023 era 78,13% e em 2022, de 79,39%. **A nível nacional, em 2023, a porcentagem de tratamento foi de 78,68% e a nível regional foi de 80,97%. Já em 2022, foi de 81,64% no Brasil e 76,31% na região Nordeste.**

Gráfico 8.d - Tratamento de esgoto - ano 2024



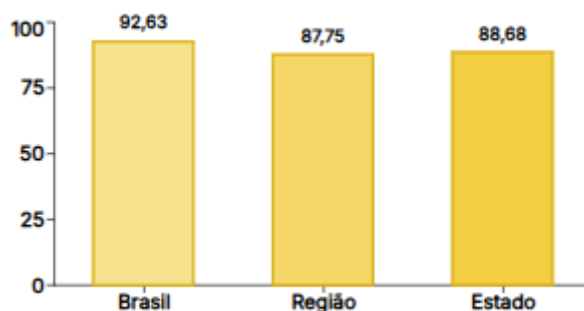
Fonte: SINISA

A taxa de cobertura do serviço de **coleta de resíduos sólidos** na Paraíba também se encontra em níveis similares ao quadro geral do país, **já que em 2024, o percentual era de 88,68%, enquanto em 2023 foi de 87,96% e em 2022 foi de 84,92% em todo o estado.**



A nível nacional, em 2023, a taxa de cobertura foi de 91,31% e a nível regional foi de 86%. Já em 2022, foi de 90,39% no Brasil e 84,46% na região Nordeste.

Gráfico 8.e - Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos - ano 2024



Fonte: SINISA

Levando isso em consideração e de acordo com a *Trata Brasil de 2025*¹³⁵, que utiliza dados do SINISA como base, indica que dentre os 100 municípios citados no estudo, **Campina Grande** está entre **as vinte melhores posições em termos de Perda no Faturamento e Perdas por Ligação**. O primeiro, procura aferir a água produzida e não faturada, enquanto a segundo classifica as perdas em termos volumétricos. Neste indicadores, quanto menor for a porcentagem dos resultados, mais bem classificado estará o município. **No Ranking do Saneamento, Campina Grande e João Pessoa estão posicionadas, respectivamente, em 38º e 56º.**

Em relação ao **descarte dos resíduos sólidos**, a ABES-PB (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental da Paraíba) em seu portal, possui um mapa que indica a Disposição Final de Resíduos Sólidos. Em **2024** havia sido erradicado totalmente do estado a existência de lixões, projeto que teve a parceria entre a ABES-PB, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (Crea-PB), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), o Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema)¹³⁶, mas ao avaliar o mapa em **abril de 2026**, nota-se que a cidade de Dona Inês voltou a eliminar resíduos em **lixões**, enquanto outras 7 regiões estão **Sem Destino** para eliminação, o que pode indicar a deposição em locais inadequados. É importante manter um monitoramento constante, pois esta não é uma mudança estática e definitiva, visto que **municípios que fazem uso de aterro podem voltar a despejar em lixões**.

A meta **11.6 dos ODS** (Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros)

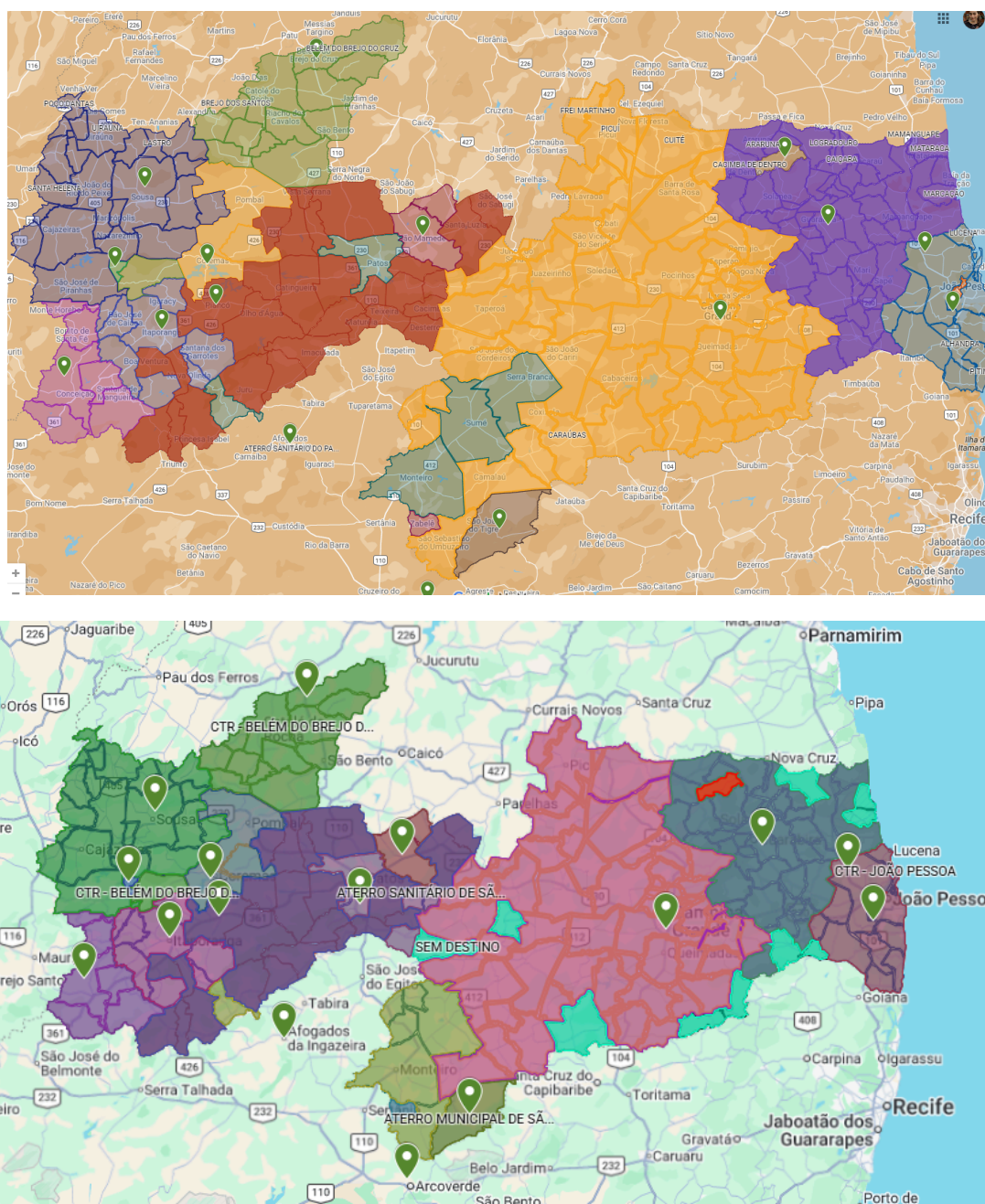
¹³⁵ <https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2025/>

¹³⁶ <https://abespb.com.br/paraiba-lixao-zero-entidades-se-unem-e-erradicam-lixoes-em-todo-o-estado/>



está estagnada no âmbito nacional, visto que o país tinha até agosto de 2024 para acabar com os lixões e fazer a deposição final de resíduos sólidos de forma adequada, mas ainda não ocorreu¹³⁷.

Figura 8.d - Delimitação dos municípios da Paraíba em relação ao depósito de Resíduos Sólidos em 2024 x abril 2026



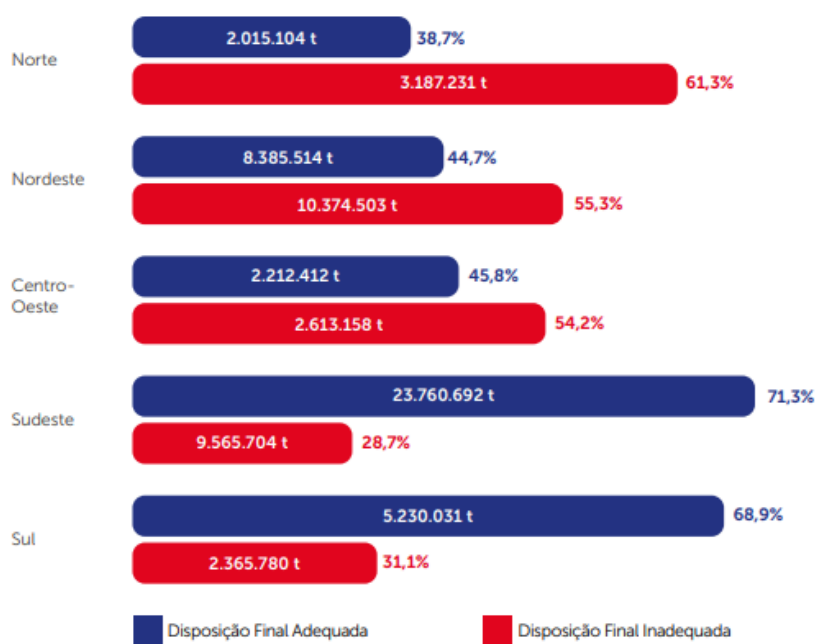
Fonte: ABES PB (<https://abespb.com.br/rsu/>)

Obs.: Os pontos verdes indicam a localização de aterros sanitários.

¹³⁷ <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>

O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil 2025** (com informações do ano de 2024)¹³⁸, dispôs um infográfico no qual identifica que 55,3% da disposição final dos resíduos na região do Nordeste ainda é inadequada, mas mesmo assim, ainda houve uma diminuição em relação aos resultados do Panorama 2024, no qual essa mesma taxa era de 56,2%.

Gráfico 8.f - Disposição final dos resíduos sólidos por região



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2025

É importante destacar que os resíduos são materiais que não são aproveitados e sobram da atividade humana, advindos do comércio, indústrias e residências. Podem ser divididos em resíduos sólidos ou efluentes líquidos.

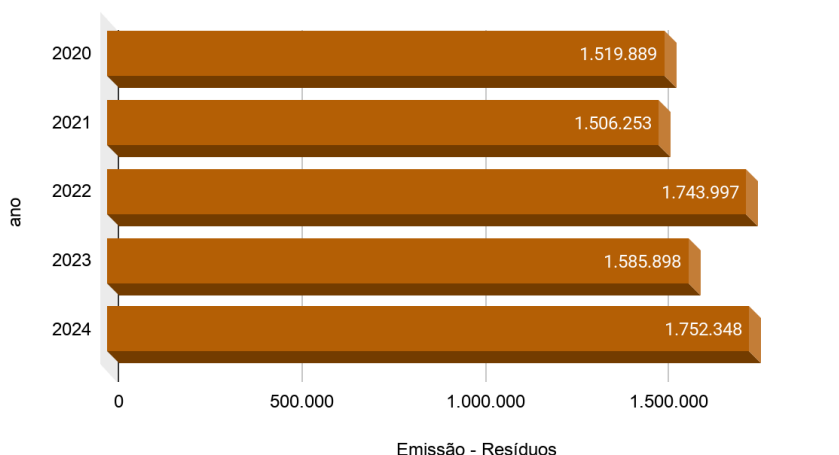
No gráfico abaixo, com dados retirados do **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)**, tem-se informações sobre os gases liberados durante a destruição dos resíduos no estado da Paraíba entre os anos de 2020 a 2024, decorrentes da disposição final de resíduos sólidos, efluentes líquidos industriais, incineração ou queima a céu aberto, tratamento biológico de resíduos sólidos e tratamento de efluentes domésticos. É possível observar um aumento acentuado em 2022, com queda em 2023 e aumento considerável em 2024.

Os resíduos sólidos são produtos que podem ser reaproveitados pela reciclagem e transformados em outros materiais, assim como podem ser remanescentes da indústria de consumo; já os efluentes líquidos são aqueles que podem ser lançados em reservatórios de água

¹³⁸ <https://static.poder360.com.br/2025/12/panorama-2025.pdf>

e que tem a possibilidade de contaminar o meio ambiente, advindos dos setores domésticos e industriais¹³⁹.

Gráfico 8.g - Quantificação da emissão de gases envolvendo a produção de resíduos



Fonte: SEEG [valores em toneladas - CO₂e (t) GWP-AR5]

O **Panorama dos Resíduos Sólidos do Brasil 2025**, ainda mostrou que o Nordeste teve uma participação de 24,7% na geração de resíduos sólidos no país, no ano de 2024, enquanto que em 2023 essa participação foi de 24,6%, mantendo-se constante.

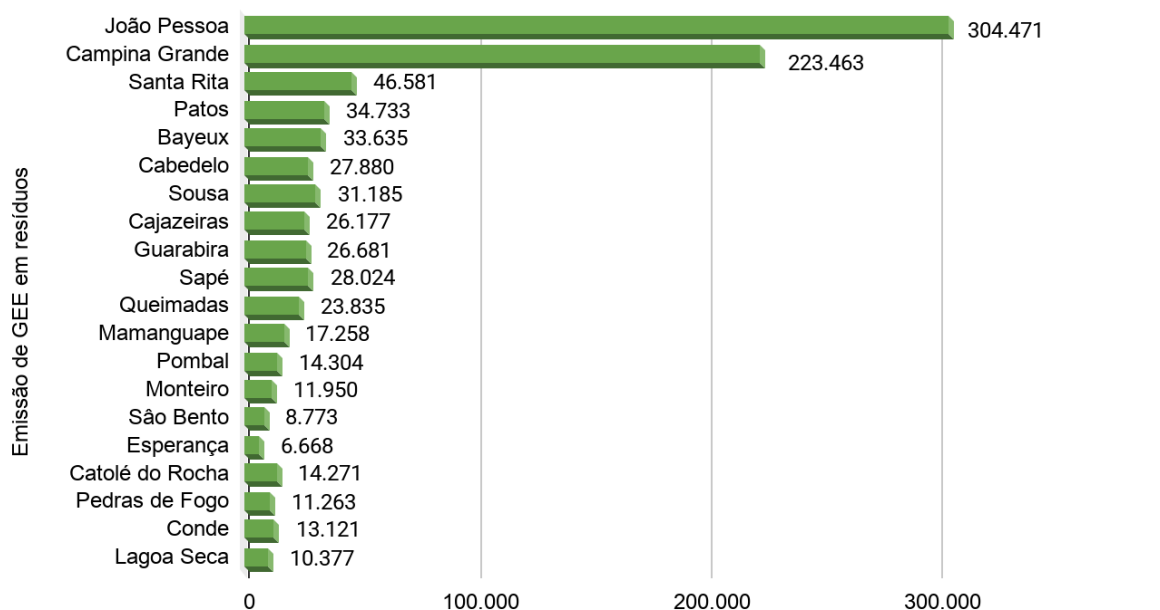
O gráfico abaixo indica a quantidade de GEE a partir da liberação de resíduos (sendo estes sólidos e efluentes líquidos¹⁴⁰), nos 20 maiores municípios do Estado ano de **2024**, no qual é possível avaliar que as duas 2 maiores cidades, **João Pessoa e Campina Grande, são as maiores detentoras da emissão desses gases**, devido ao grande número populacional como também por serem pólos industriais e tecnológicos do estado. No **Brasil** essa emissão foi de 95.698.372 de CO₂e - t - GWP-AR5, enquanto no **Nordeste** foi de 24.700.112 de CO₂e - t - GWP-AR5. Para mais informações sobre os 223 municípios da Paraíba, recomenda-se o site a seguir <<https://seeg.eco.br/>>

¹³⁹ Escrito pelo ChatGPT e revisado por Auditor responsável.

¹⁴⁰ O setor de resíduos engloba cinco principais subsetores de emissão: a disposição final de resíduos sólidos (como aterros sanitários controlados ou lixões), tratamento biológico (compostagem e gestão aeróbica), incineração ou queima a céu aberto, tratamento de efluentes líquidos domésticos e tratamento de efluentes líquidos industriais (<https://americadosul.iclei.org/>)



Gráfico 8.h - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - resíduos 2024
(CO₂e - t - GWP-AR5)



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Vale ressaltar que a **limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos são componentes do saneamento básico**¹⁴¹, constituído pelas atividades de disponibilização e manutenção de infraestruturas operacionais de coleta, varrição, asseio e conservação urbana, assim como coleta, transporte, transbordo e a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos por meio de tratamento e a disposição final dos rejeitos. São serviços que, se prestados de forma adequada, contribuem fundamentalmente para a proteção do meio ambiente com forte impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

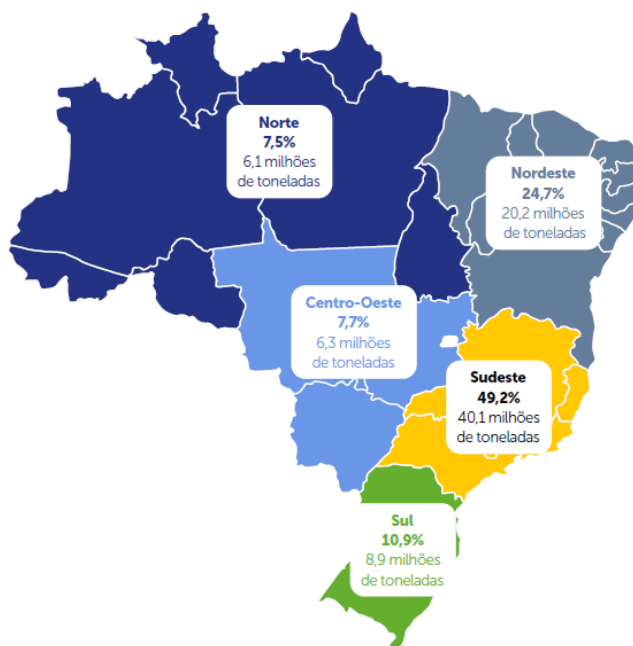
A **melhoria da gestão dos resíduos sólidos urbanos** deve se constituir como um ciclo virtuoso de atividades que observe, em ordem de prioridade, **a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos**. Deve, ainda, contemplar a sustentabilidade técnica, ambiental, social e econômico-financeira, numa visão de economia circular, que se inicia com a extração da matéria-prima e a produção de um bem ou produto, passando por sua distribuição e consumo, até a geração, reutilização e reciclagem dos resíduos, e reintrodução destes na cadeia produtiva, sendo descartados somente os rejeitos¹⁴².

¹⁴¹ O novo Marco Legal do Saneamento Básico foi aprovado em 15 de julho de 2020.

¹⁴² https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/protegeer-antigo/arquivos/copy_of_manualdaFerramentadegee_02-08-2021.pdf



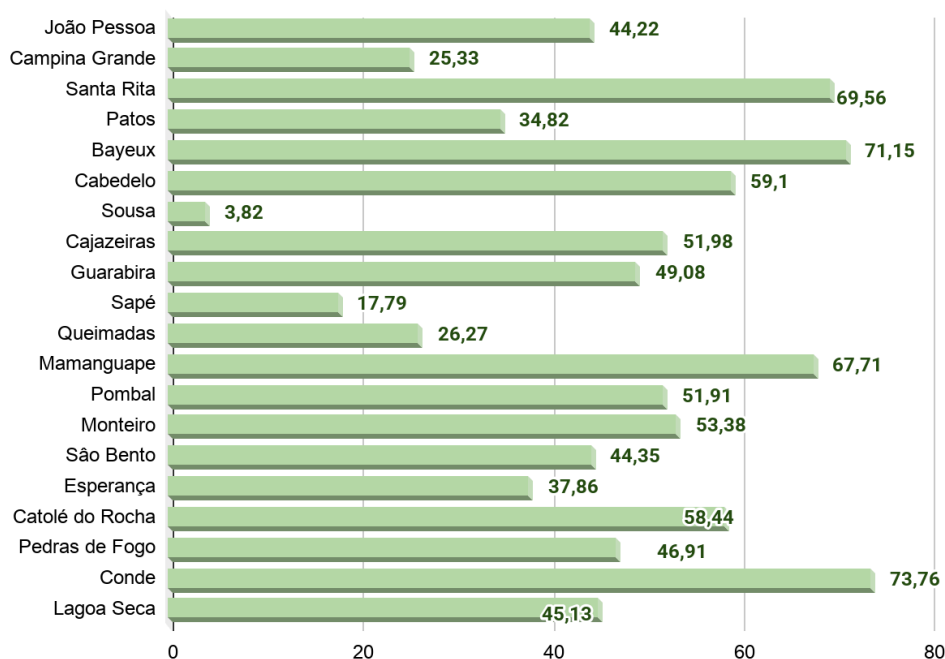
Figura 8.e - Participação regional na geração de Resíduos Sólidos Urbanos em 2024



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2025

Em relação às 20 (vinte) maiores cidades do Estado em termos populacionais, **os dados do abastecimento de água estão dispostos abaixo**, com ênfase para perdas durante a distribuição de água. Em relação ao acesso da população à água, o **gráfico a seguir**, demonstra a porcentagem de pessoas que possuem o atendimento oferecido, em cada cidade.

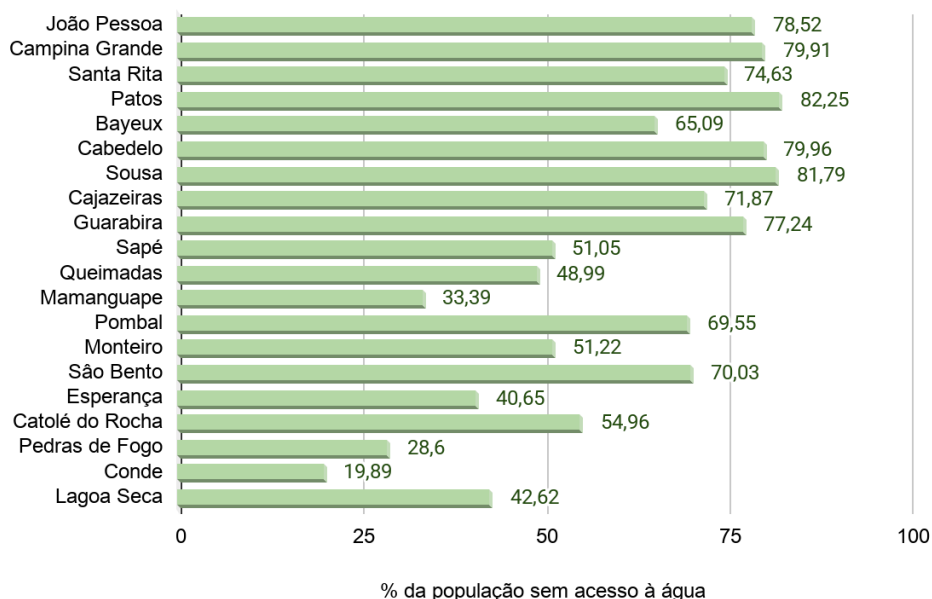
Gráfico 8.i- Perdas durante a distribuição de água (%) 2024



Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)



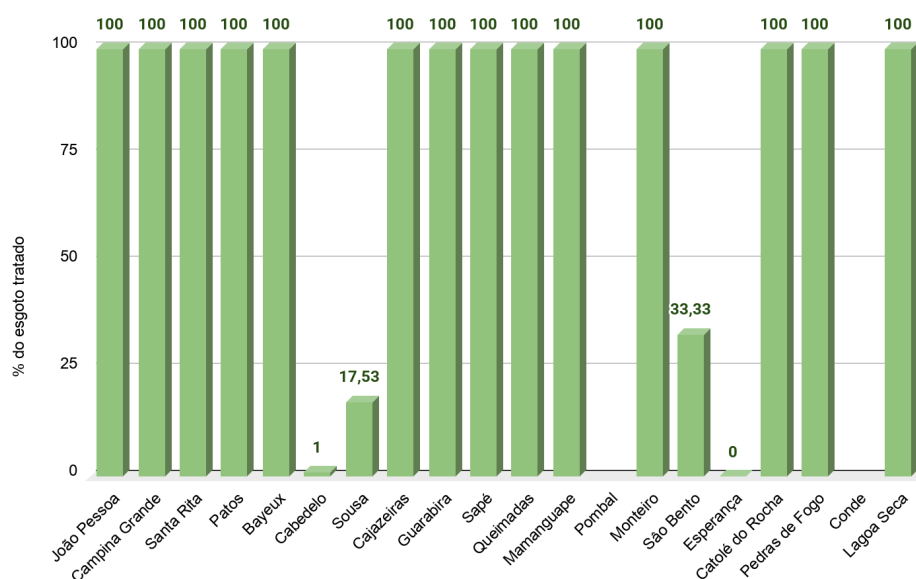
Gráfico 8.j - População (urbana e rural) com acesso à água (20 maiores cidades da Paraíba) - dados de 2024



Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

O **tratamento do esgoto** tem papel fundamental na promoção da saúde pública nas áreas urbanas, contribuindo: com o desenvolvimento sustentável, com a diminuição de doenças veiculadas por este meio, com a proteção do meio ambiente (esgoto tratado diminui os danos aos ecossistemas), com o fornecimento de água tratada para diversos usos, com a criação de empregos nas plataformas de tratamento e com a redução de odores no meio urbano, além das melhorias na qualidade de vida.

Gráfico 8.k - Porcentagem de esgoto tratado (coletado), das 20 maiores cidades da Paraíba - dados de 2024



Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

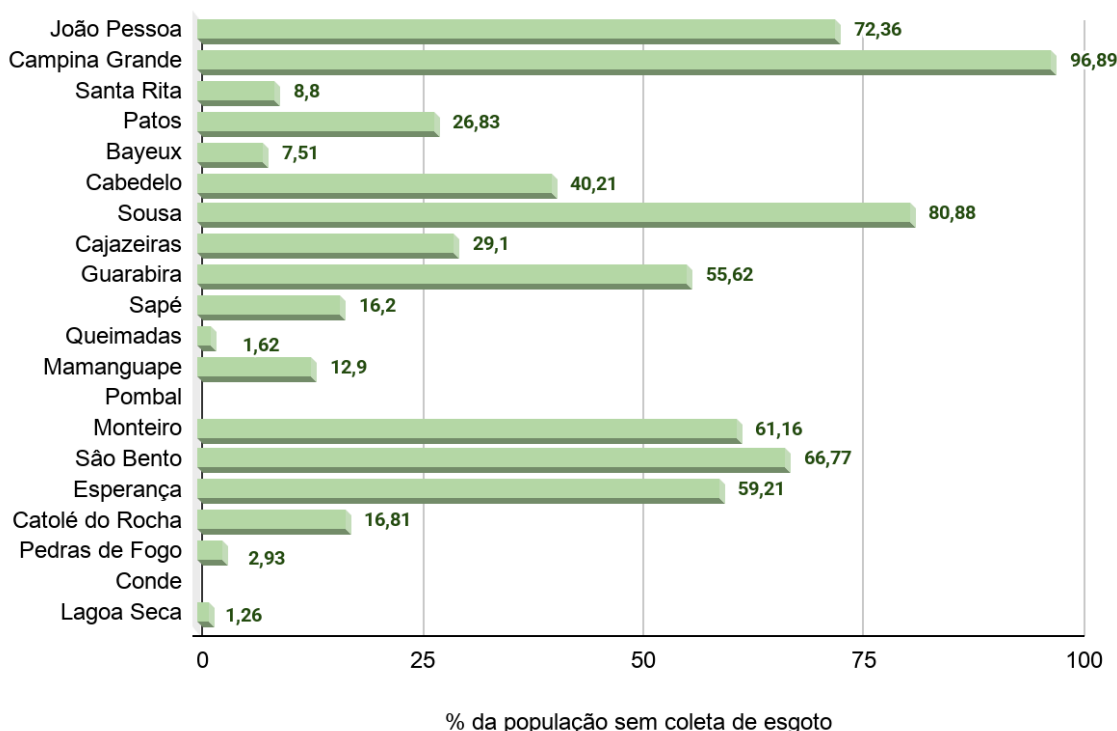


Obs 1: de acordo com Painel do SINISA, os municípios de Pombal e Conde não participaram da coleta;

Obs 2: a nota 0 do município de Esperança deverá ser analisada com cuidado, devido a falta de dados.

Com relação à população **com atendimento da rede coletora de esgoto (que não recebe o esgotamento na sua residência)**, as informações estão dispostas no gráfico a seguir.

Gráfico 8.I - Porcentagem da população, das 20 maiores cidades da Paraíba, com atendimento do serviço de esgotamento sanitário (ligações domiciliares) - dados de 2024



Fonte: SINISA (gráfico elaborado pelo ECD)

Obs: de acordo com o Painel do SINISA, os municípios de Pombal e Conde não participaram da coleta.

A coleta de resíduos consiste na remoção de materiais indesejados antes do encaminhamento para as unidades de tratamento, proporcionando um ambiente limpo e seguro. Em relação às 20 maiores cidades da Paraíba, com os dados coletados do SNISA, a porcentagem de coleta está disposta na tabela a seguir.

Tabela 8.a - Porcentagem da cobertura da coleta dos resíduos sólidos nas 20 maiores cidades da Paraíba (2024 - Urbana e Rural)

Cobertura de coleta de resíduos sólidos (%)	
João Pessoa	100
Campina Grande	100



Santa Rita	100
Patos	100
Bayeux	100
Cabedelo	100
Sousa	95,48
Cajazeiras	83,20
Guarabira	100
Sapé	90
Queimadas	72,74
Mamanguape	87,87
Pombal	84,30
Monteiro	não participou da coleta de dados
São Bento	87,50
Esperança	92,63
Catolé do Rocha	100
Pedras de Fogo	não participou da coleta de dados
Conde	100
Lagoa Seca	100

Fonte: SINISA - Painel de Saneamento (tabela produzida pelo ECD)

**Para mais informações
sobre os 223
municípios da Paraíba,
acesse o QR Code ao
lado.**



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL



9. INDICADORES-CHAVES DO MEIO-AMBIENTE

O advento da globalização, do desenvolvimento tecnológico, da expansão industrial e do processo acelerado de urbanização que se instaurou, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, gerou um esgotamento perigoso no ecossistema da terra. Lidar com as mudanças climáticas, avanço dos mares, alagamentos constantes, secas, com o próprio descarte de



resíduos perigosos, poluentes orgânicos e de plásticos; cuidar da saúde das águas, proteger o verde, num contexto de vulnerabilidade social e econômica. Isso tudo impõe um cenário desafiador para os Governos e suas políticas públicas. E isso assume uma importância ainda mais relevante em regiões como as que o Estado da Paraíba está inserida, submetidas a altas temperaturas, baixa pluviometria, na maioria de suas cidades, e índices crescentes de desertificação, dentro de um contexto de vulnerabilidade econômica e social.

A própria Constituição Brasileira, no seu Art.225, expressa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e uso comum ao povo, sendo dever da Gestão Pública e da coletividade defender e preservar.

Alterações no meio ambiente afetam diferentes biomas e a população como um todo, muitas vezes de formas irreversíveis. Devido a expansão do movimento ambientalista e a pressão popular, os órgãos administrativos e fiscalizadores, visando sua gestão ambiental em criar indicadores, que são parâmetros/ estatísticas com uma finalidade específica, capazes de meio ambiente demonstram dados sobre o impacto no meio ambiente, decorrentes de certas atividades exercidas.

A poluição atmosférica traz prejuízos não somente à saúde e à qualidade de vida das pessoas, mas também acarreta maiores gastos do Estado, decorrentes do aumento do número de atendimentos e internações hospitalares, além do uso de medicamentos, custos esses que poderiam ser evitados com a melhoria da qualidade do ar dos centros urbanos. A poluição de ar pode também afetar ainda a qualidade dos materiais (corrosão), do solo e das águas (chuvas ácidas). A gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento sócio econômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura. Para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação do ambiente atmosférico.

Também chamados de **Indicadores de Desempenho Ambiental**, o Ministério do Meio Ambiente define estes indicadores como um resumo sobre o aspecto do meio ambiente, dos recursos naturais, assim como as atividades humanas relacionadas. O mais difundido e com dados consistentes levam em consideração a emissão de **gases do efeito estufa (GEE)**, em áreas de energia, uso da terra, agropecuária, resíduos e na indústria.

As tabelas, gráficos e dados estatísticos que irão ser descritos adiante foram retirados do site do SEEG¹⁴³ (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoção de Gases do Efeito Estufa), um sistema criado pelo Observatório do Clima que explicita sobre as estimativas de emissão de gases nocivos, sendo este um indicador operacional, pois mostra os resultados de atividades

¹⁴³ <https://seeg.eco.br>



diárias no meio ambiente. Os dados abaixo são do ano de **2024**, sendo estes os **últimos dados registrados**.

Figura 9.a - Porcentagem das emissões por região 2024



Fonte: SEEG

Figura 9.b - Panorama das emissões brasileiras 2024



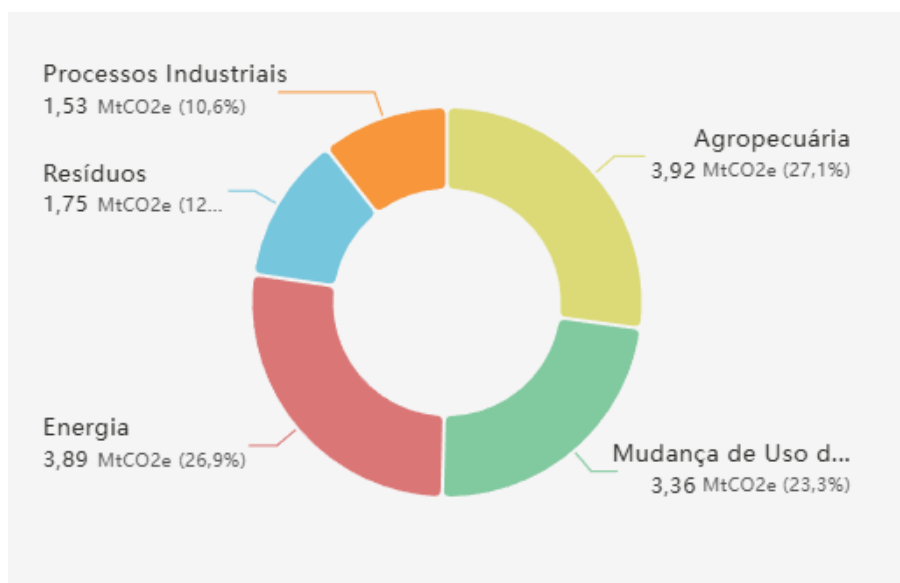
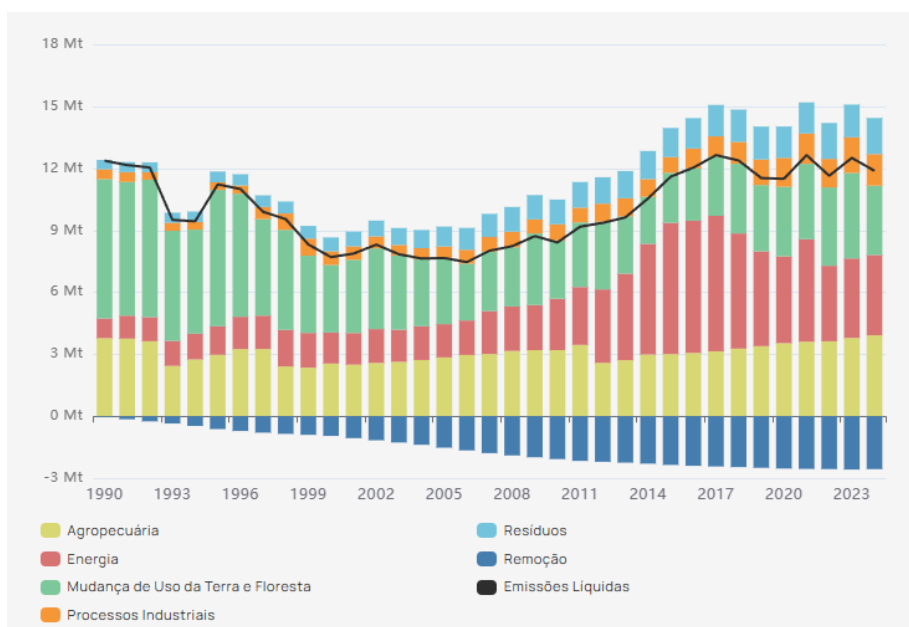
Fonte: SEEG

De forma geral, a análise dos indicadores de desempenho são importantes para a análise e elaboração das **políticas públicas de meio ambiente**, que têm como objetivos proteger os recursos naturais, prevenir a degradação ambiental, conservar a biodiversidade, promover o desenvolvimento sustentável, combater as mudanças climáticas e melhorar a qualidade de vida da população, garantindo que o crescimento econômico e social ocorra de forma ambientalmente responsável. Estas políticas compõem os alicerces para que haja uma gestão ambiental eficiente, além, é claro, da existência de legislações claras.

O portal em questão indica que o Estado da Paraíba ocupa a 23ª posição no ranking de emissões de gases nocivos, com maior emissão decorrentes de atividades no **setor agropecuário, de energia e mudanças no uso da terra e florestas, que serão comentados adiante neste capítulo**. Nota-se que em 2023, a Paraíba encontrava-se na 21ª posição, sendo uma informação que indica uma diminuição da emissão de gases.

A ilustração abaixo demonstra as subdivisões dos setores que promovem emissão de gases do efeito estufa na sua cadeia de produção e a porcentagem que cada uma desempenha neste papel, no ano de 2024.

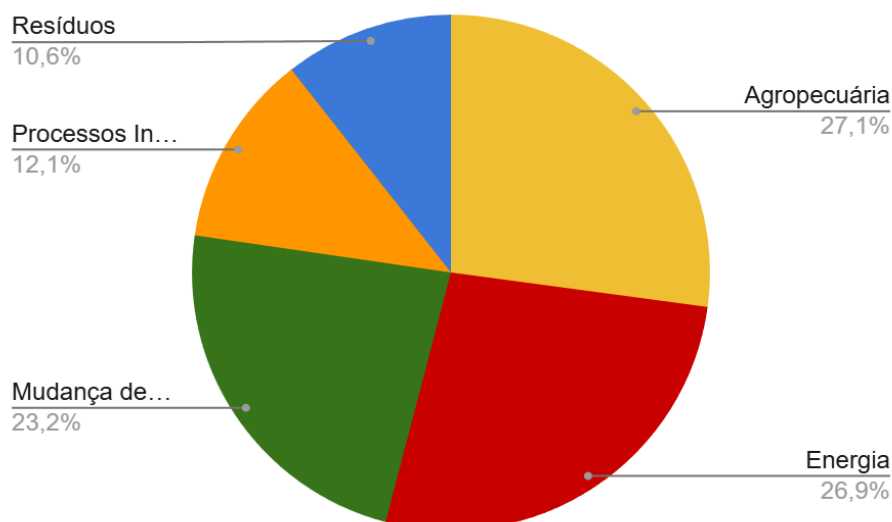
Gráfico 9.a - Série História das emissões de gases na Paraíba e no ano de 2024



Fonte: SEEG

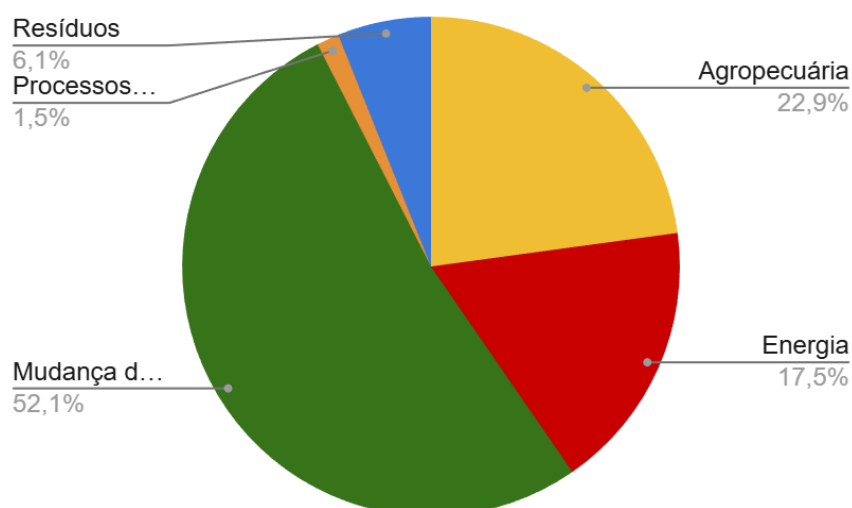
A partir dos dados acima, compreende-se que o **estado da Paraíba** é um contribuinte do efeito estufa, de menor parcela em relação a outros estados brasileiros. Em 2024, o setor que mais eliminou esses gases na atmosfera foi pela **agropecuária**, enquanto na **região Nordeste e no Brasil, o setor que mais eliminou, foi o de mudança de uso da terra e floresta**. Levantando questionamentos sobre os desmatamentos em todas as escalas de governo.

Gráfico 9.c - Emissões de GEE na Paraíba 2024



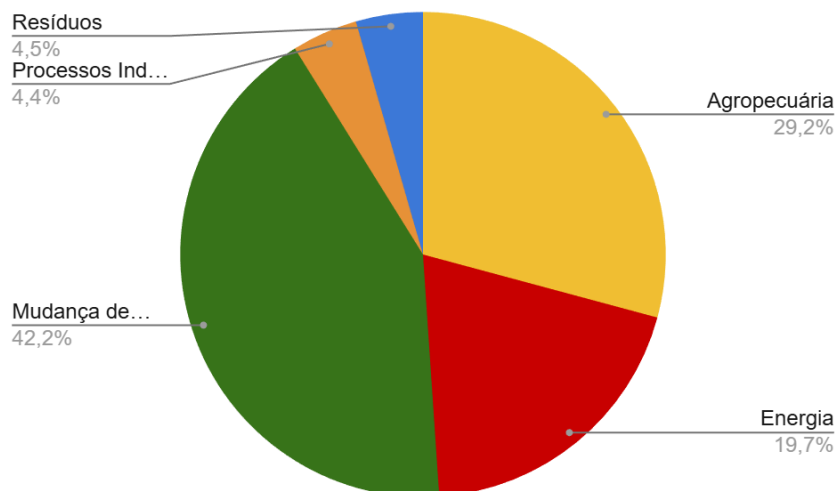
Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 9.d - Emissões de GEE no Nordeste 2024



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

Gráfico 9.e - Emissões de GEE no Brasil 2024



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

É importante frisar, que houve um aumento no desmatamento do bioma **caatinga** na ordem de **76,84%**, entre os anos de **2020 e 2023**, de acordo com pesquisa do **MAP BIOMAS Alerta**¹⁴⁴, no entanto **houve um decréscimo em 2024 e 2025**, em torno de 61%. Já na Paraíba essa diminuição foi de 69%. Ainda de acordo com a plataforma, o município de São José de Piranhas ocupa o topo do ranking de maior desmatamento (em hectare) em 2025.

Levando em consideração a **meta 15.3 (ODS) que propõe o seguinte** “Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo”. O **IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, ano 2025**, indicou que há uma expansão contínua das áreas semi áridas, principalmente no Nordeste e no norte de Minas Gerais, o que contribui para o agravamento da desertificação. A partir disso, o Governo federal retomou a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNDC), em 2024, que visa coordenar ações intersetoriais e acompanhar a implementação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB - Brasil 2024-2043), mas devido ao elevado grau de degradação, os resultados ainda são pequenos¹⁴⁵.

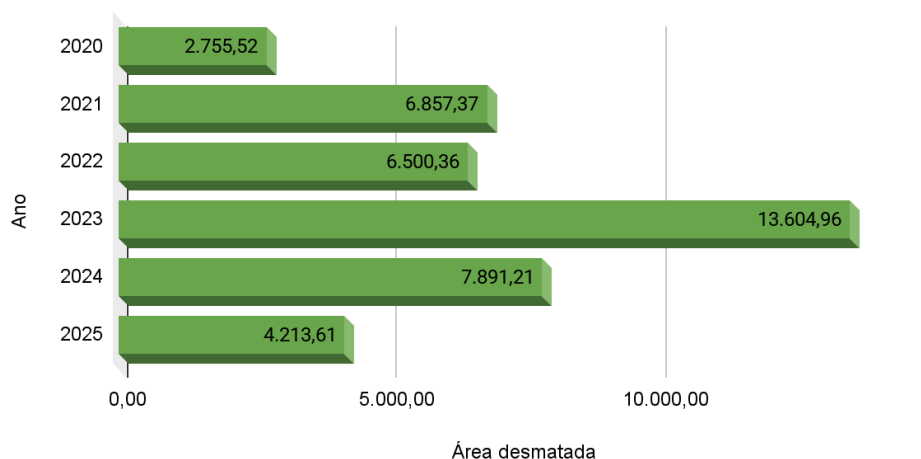
¹⁴⁴<https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>

¹⁴⁵IX Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030, ano 2025 - <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz-2025-2/>



Gráfico 9.f - Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba, entre 2020 a 2025

Evolução de área de desmatamento da Caatinga na Paraíba - 2020 a 2025 (hectares)



Fonte: MAP BIOMAS Alerta, acesso em 30/06/2026 - <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>
(gráfico elaborado pelo ECD)

Dentre os estados que possuem o bioma Caatinga, aquele que teve uma maior área em hectare, de desmatamento em 2025, foi o Piauí. A Paraíba encontra-se em 5º lugar.

Tabela 9.a - Área desmatada, em 2025, nos estados possuidores do bioma Caatinga

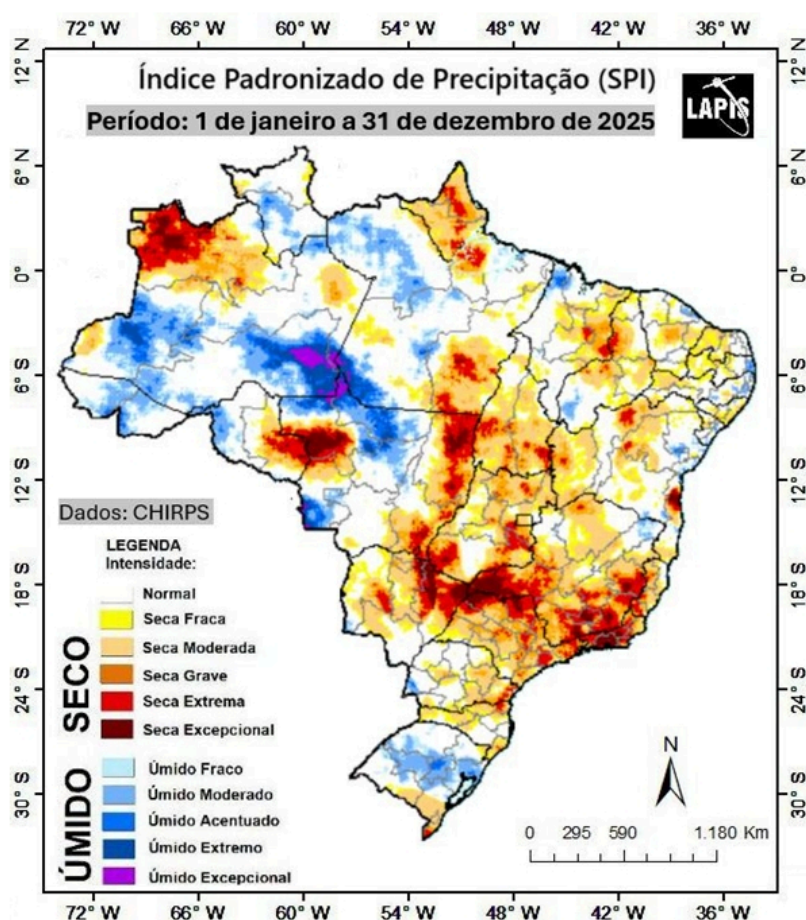
Unidade da federação	Área desmatada (ha) em 2025
Piauí	26.814,76
Bahia	20.688,04
Ceará	12.789,79
Pernambuco	8.852,21
Paraíba	4.213,61
Rio Grande do Norte	3.397,21
Minas Gerais	1.943,47
Sergipe	628,42
Alagoas	550,28

Fonte: MAP BIOMAS Alerta, acesso em 30/06/2026 - <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/mapa>
(gráfico elaborado pelo ECD)

De acordo com o estudo do **Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lápis)**, divulgado pelo **Letras Ambientais**, em 07/01/2026, indicou que as regiões mais secas do Brasil (afetadas pela fela falta de chuvas) foram a região Sudeste e Centro-Oeste, seguidas pela região Nordeste e norte da região Sul. Em contrapartida, em dezembro de 2025, o nordeste setentrional foi a região mais seca do Brasil, com elevada escassez de chuva neste mês.

Além disso, o estudo indicou também que 55% das áreas que fazem parte do Agreste se tornaram semiáridas, nas últimas três décadas e que há áreas áridas em 8% das terras secas (áreas desertificadas) do Semiárido.

Figura 9.c - Índice de precipitação 2025

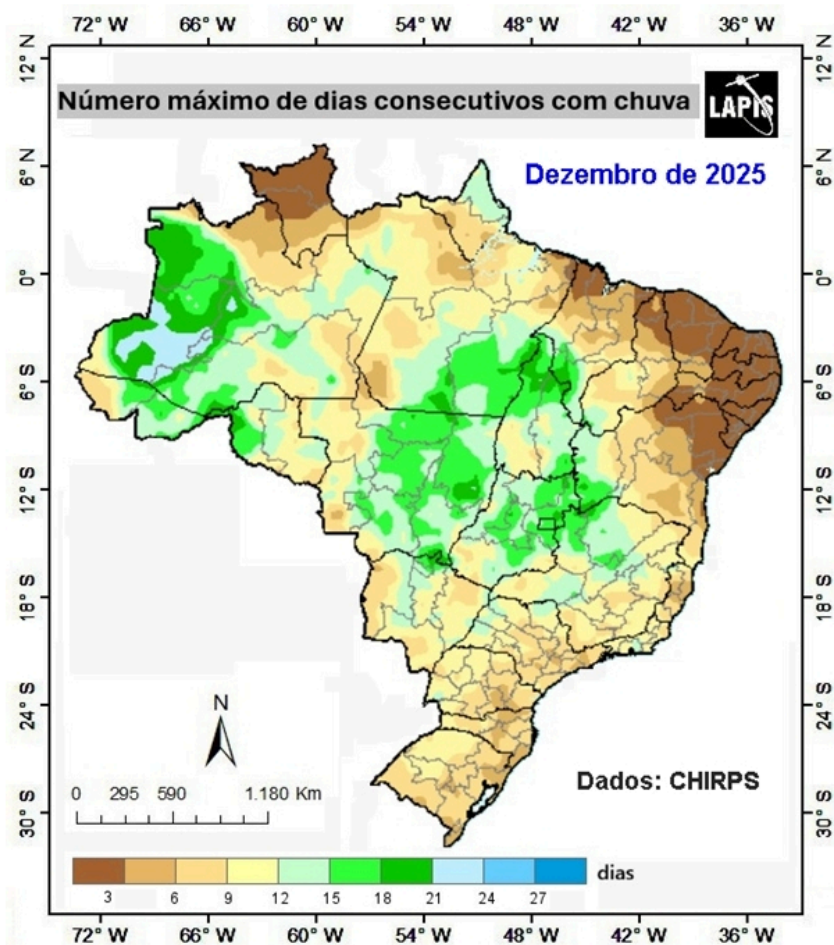


Fonte: Letras Ambientais¹⁴⁶

¹⁴⁶<https://www.letrasambientais.org.br/posts/mapeamento-inedito-mostra-regioes-mais-secas-ou-com-excesso-de-chuva-em-2025>



Figura 9.d - Emissões de gases na Paraíba em 2025



Fonte: Letras Ambientais¹⁴⁷

Importante enfatizar que **houve uma expansão das áreas semiáridas e em processo de desertificação** em todo Nordeste, segundo os estudos do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS), publicados na Letra Ambiental. A nova delimitação realizada em janeiro/2024 conta com a participação de 1.477 municípios na região do semiárido brasileiro, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, **Paraíba**, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Na qual conta com uma área de 1.335.298 km², correspondendo a 15% do território nacional. **De acordo com a Resolução Condell (Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste - Sudene) nº 176 (03/01/2024), dos 223 municípios da Paraíba, 198 deles estão no semiárido.**¹⁴⁸

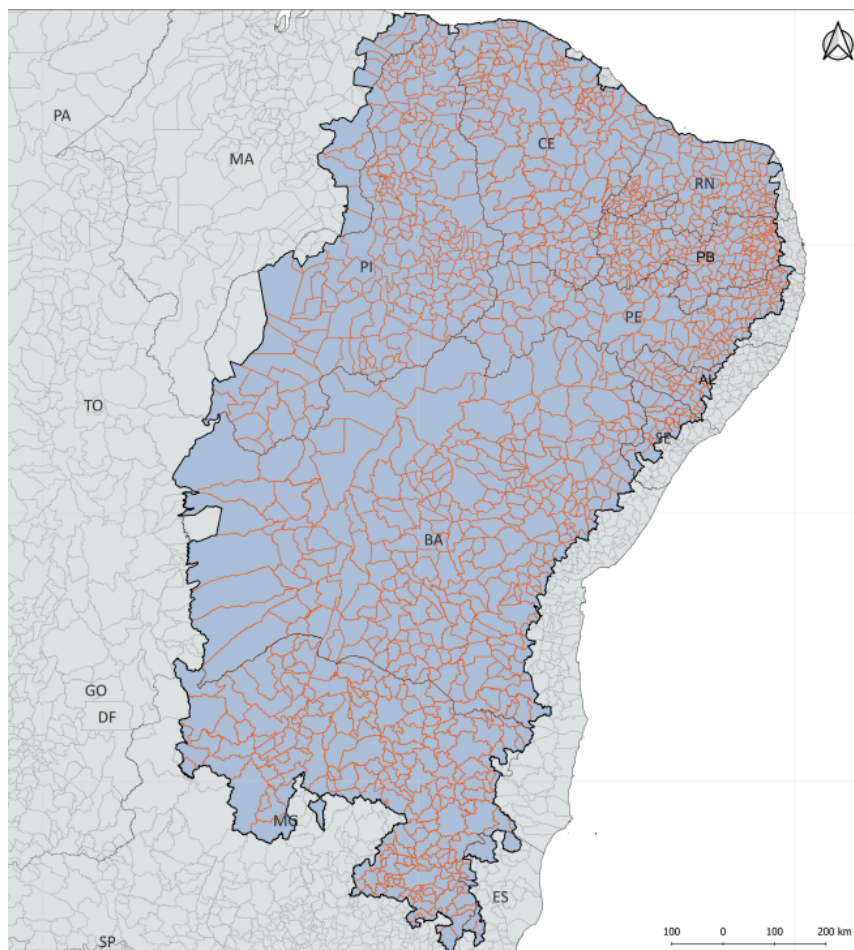
¹⁴⁷<https://www.letrasambientais.org.br/posts/mapeamento-inedito-mostra-regioes-mais-secas-ou-com-excesso-de-chuva-em-2025>

¹⁴⁸<https://www.letrasambientais.org.br/posts/semi-arido-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>



A problemática da desertificação acaba se atrelando às condições financeiras da população da região, dando continuidade a um problema que é visto há décadas: a migração. O último censo e estudos da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que há um grande número de lares sem habitantes em cerca de 90% dos municípios que se localizam na região semiárida¹⁴⁹.

Figura 9.e - Delimitação semiárido brasileiro (2024)

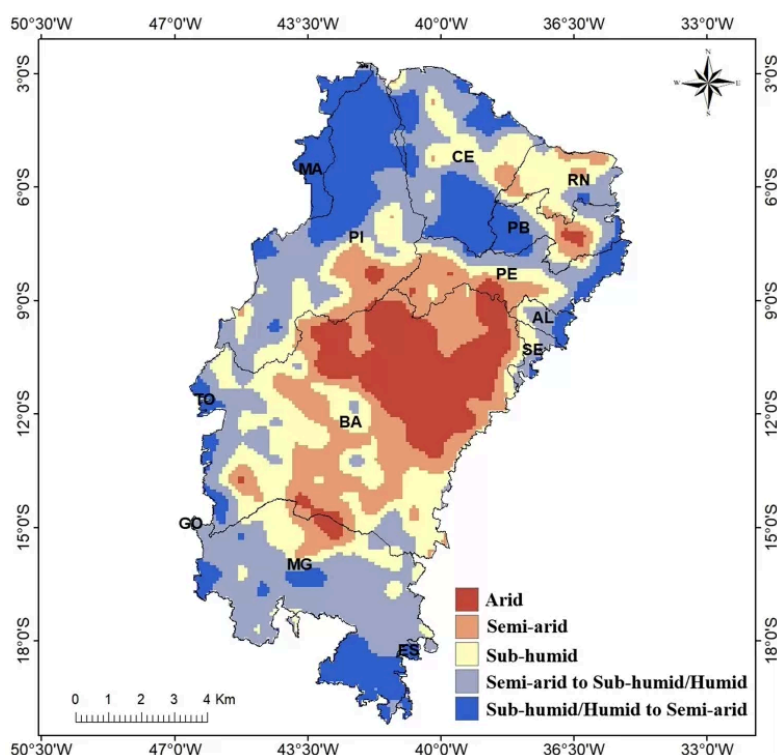


Fonte: Instituto Nacional do Semiárido Brasileiro (INSA) -

<https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasil-eiro-2024.pdf/view>

¹⁴⁹Rápidas e mortais, secas-relâmpago contribuíram para o agreste virar semiárido no Nordeste desde os anos 90 - matéria do O GLOBO - <https://jornal.usp.br/radio-usp/censo-mostra-que-90-dos-municipios-com-maior-numero-de-residencias-fechadas-estao-no-semiarido/>

Figura 9.f - Delimitação de áreas semiáridas e áridas



Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS)¹⁵⁰

Tabela 9.b - Delimitação oficial semiárido brasileiro (jan/2024)

Delimitação oficial do Semiárido brasileiro			
Estado	2017	2021	2024*
AL	38	38	42
BA	278	283	287
CE	175	171	175
ES	0	6	6
MA	2	16	16
MG	91	209	217
PB	194	188	198
PE	123	137	142
PI	185	215	216
RN	147	141	148
SE	29	23	30
TOTAL	1.262	1.427	1.477

*Resolução Condel nº 176, de 03/01/2024.
Reinserção provisória dos 50 municípios que seriam excluídos.

Fonte: Laboratório de Análise e Processamento de Imagens em Satélite (LAPIS)¹⁵¹

¹⁵⁰ <https://noticias.uol.com.br/columnas/carlos-madeiro/2024/04/14/brasil-ja-tem-clima-arido-em-area-superior-ao-estado-de-sp-aponta-estudo.htm>

¹⁵¹ <https://www.letrasambientais.org.br/posts/semi-arido-brasileiro-tem-nova-delimitacao-desde-janeiro-de-2024#>

O setor de **energia eólica** no estado da Paraíba compõe cerca de 45,2% da matriz elétrica e sua expansão é contínua. Os municípios de **Santa Luzia e Junco do Seridó**¹⁵² são destaques na produção, devido a intensidade e regularidade dos ventos. Além da energia eólica, o estado tem um grande potencial no campo da **energia solar**, sendo os municípios de **Coremas e Malta**, destaques no investimento das usinas fotovoltaicas e nas condições ideais.

Na plataforma Programa Mais Brasil (PF - SCCON) é possível **visualizar alertas de detecção de mudanças geradas, neste caso, pelo desmatamento no Estado**. A partir disso foi possível detectar que houve 13.318 alertas de foco de desmatamento entre os anos 2020 a 2023, com aumento da área desmatada no final do ano de 2022, com a maior parte dos focos localizado no interior do estado (sertão - bioma Caatinga). É importante destacar que além do impacto ambiental, as usinas eólicas e solares tem impacto social na região que estão sendo investigados pelo Ministério Público, Defensoria Pública da União e do Estado¹⁵³.

O **Instituto Cidades Responsivas**¹⁵⁴ criou um indicador que “avalia a proximidade entre a vegetação presente nas áreas urbanas e os locais onde a maioria dos habitantes reside ou trabalha. Assim, avalia-se indiretamente a quantidade de áreas permeáveis nas regiões mais densificadas das cidades que contribuem para a drenagem urbana, para evitar o surgimento de ilhas de calor e para absorver parte da poluição atmosférica gerada pelas atividades dos arredores”¹⁵⁵. Ele foi calculado com base no sensoriamento do NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) e o recorte territorial do local, portanto se calcula uma média para um raio de 1,5 km do ponto analisado.

“Cidades com valores mais baixos do indicador - os quais indicam um afastamento entre a vegetação e as áreas mais densificadas - podem alterar esse cenário com diferentes medidas: a intensificação da arborização viária, o estabelecimento de novas áreas de parques e praças, a criação de incentivos para a inserção de áreas permeáveis em novos empreendimentos privados ou a alteração dos instrumentos urbanísticos municipais visando encorajar o aumento de densidades em locais com maior proximidade a áreas verdes.”¹⁵⁶

Tabela 9.c - Indicador da proximidade População x Vegetação (dados 08/2024)

SE	Aracaju	0,3
PA	Belém	0,32
MG	Belo Horizonte	0,26
RR	Boa Vista	0,28

¹⁵² https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/paraiba-e-destaque-na-energia-renovavel

¹⁵³ [Notícia G1 - Impacto Socioambiental de Usinas eólicas e solares na Paraíba](#)

¹⁵⁴ <https://observatorio.responsivecities.com/?indicador=meio-ambiente> e <https://observatorio.responsivecities.com/>

¹⁵⁵ Trecho retirado do site Observatório Cidades Responsivas.

¹⁵⁶ Trecho retirado do site Observatório Cidades Responsivas.



DF	Brasília	0,31
MS	Campo Grande	0,32
MT	Cuiabá	0,31
PR	Curitiba	0,32
SC	Florianópolis	0,44
CE	Fortaleza	0,25
GO	Goiânia	0,31
PB	João Pessoa	0,32
AP	Macapá	0,33
AL	Maceió	0,3
AM	Manaus	0,3
RN	Natal	0,27
TO	Palmas	0,35
RS	Porto Alegre	0,32
RR	Porto Velho	0,32
PE	Recife	0,29
AC	Rio Branco	0,38
RJ	Rio de Janeiro	0,32
BA	Salvador	0,2
MA	São Luís	0,28
SP	São Paulo	0,23
PI	Teresina	0,36
ES	Vitória	0,35

Fonte: Observatório Cidades Responsivas¹⁵⁷

De acordo com a plataforma do **Brasil Mais**¹⁵⁸, no estado da Paraíba, foram emitidos cerca de 5.806 alertas de desmatamento de janeiro de 2024 a janeiro de 2026. A área com maior alerta de desmatamento no Estado, cerca de 0,31 km² (31 hectares), foi no município de Nazarezinho, na região da Caatinga, enquanto a maior velocidade de desmatamento foi no município de São José de Piranhas, também localizado na Caatinga, com 0,19 km² por dia.

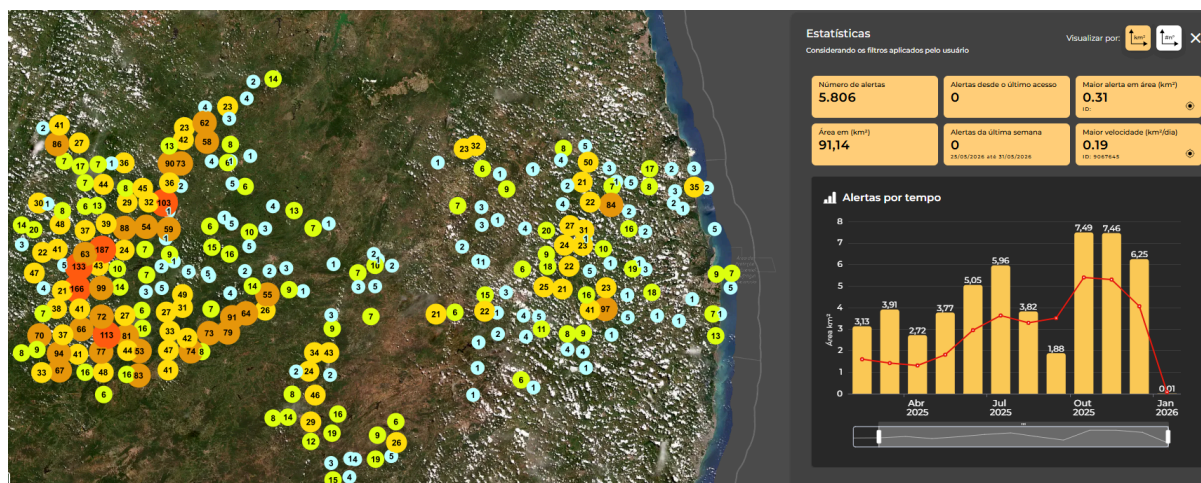
Na cidade de **João Pessoa**, no mesmo período, **foram emitidos 21 alertas** referentes ao desmatamento. Problemática esta que deve ser levada em consideração devido aos malefícios da ausência de vegetação nas vias urbanas, tanto para a geração de ilhas de calor, quanto para o bem-estar da população. Já em **Campina Grande**, neste mesmo intervalo de tempo, **foram emitidos 39 alertas** referentes ao desmatamento na região.

¹⁵⁷ <https://observatorio.responsivecities.com/?indicador=meio-ambiente>

¹⁵⁸ <https://plataforma-pf.scon.com.br/#/>



Figura 9.g - Alertas de desmatamento na Paraíba (2024-2026)

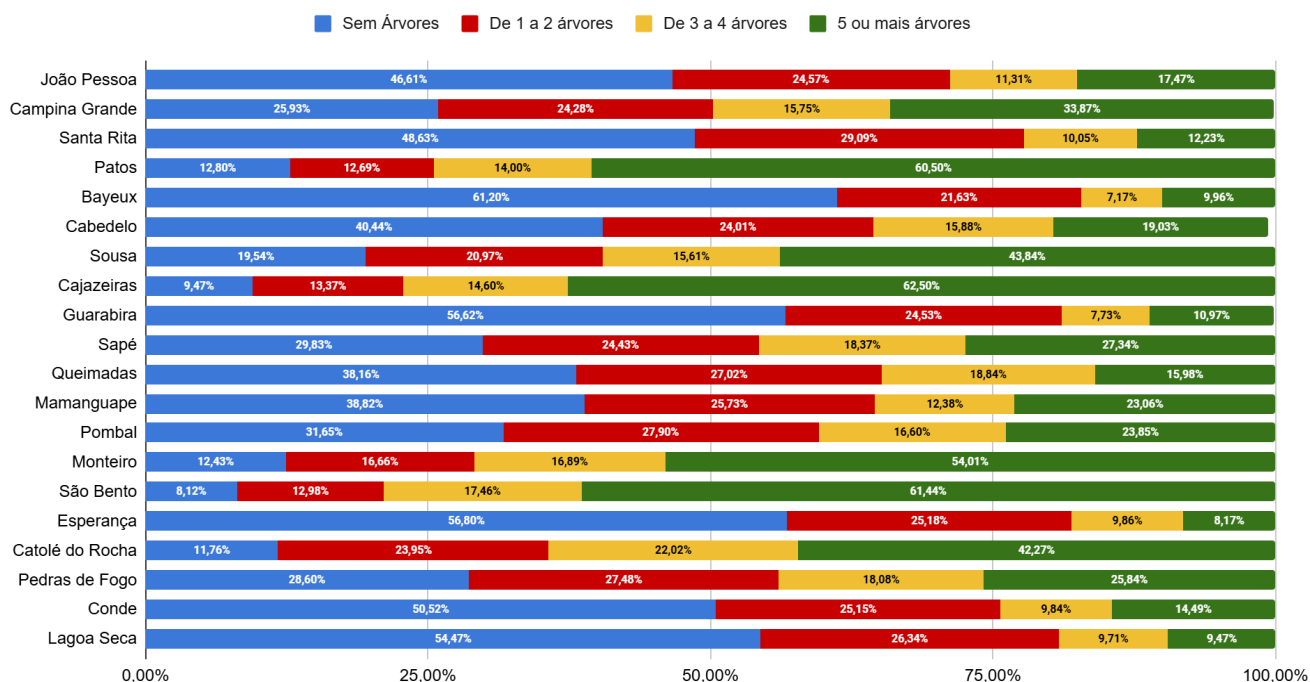


Fonte: Plataforma PF Brasil Mais

Em relação a **arborização urbana dos 20 maiores municípios**, o Panorama Censo 2022 trouxe informações sobre a quantificação de árvores nos entornos domiciliares.

De acordo com o gráfico abaixo, **Cajazeiras, Patos, Monteiro e São Bento** são os municípios que possuem **mais de 50% dos entornos dos domicílios com 5 ou mais árvores**, gerando uma melhor qualidade de vida, regulação do clima, conservação do solo, dentre outros.

Gráfico 9.g - Quantidade de árvores em entornos domiciliares - 2022



Fonte: Panorama Censo 2022



Para mais informações
sobre os 223
municípios da Paraíba,
acesse o QR Code ao
lado.



ESPAÇO CIDADANIA DIGITAL

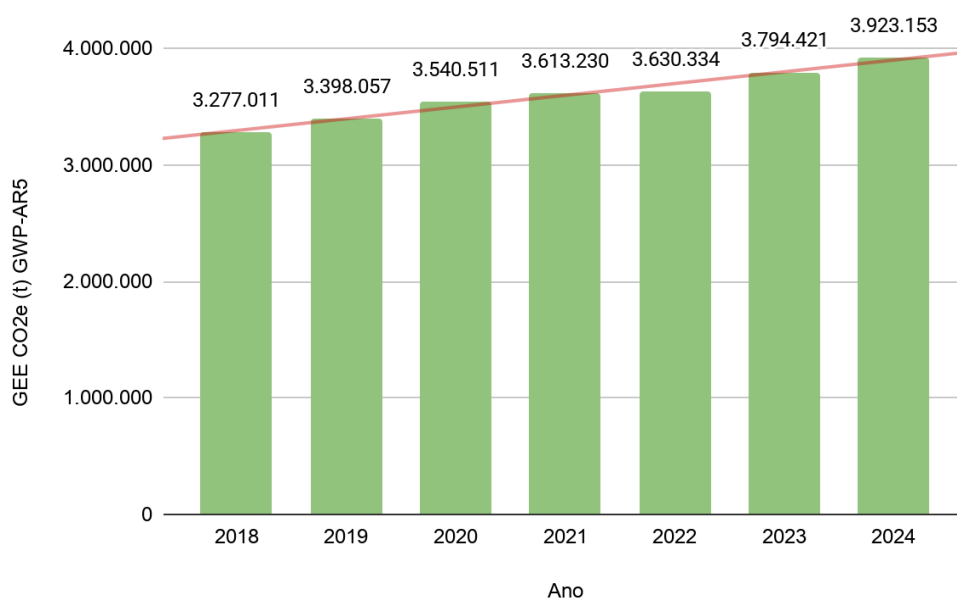


9.1. Setor agropecuário

Este é um setor que **abrange atividades primárias que estão ligadas à agricultura e à pecuária**, voltada para o consumo humano ou para a produção de matérias-primas, medicamentos e combustíveis.

Os dados abaixo mostram a relação do setor agropecuário paraibano em todas as esferas de atuação, com a emissão dos GEE, entre 2018 a 2024, na plataforma SEEG¹⁵⁹. **É possível avaliar que houve um aumento na eliminação de gases por esse setor através dos anos, mantendo-se elevado no ano de 2024 (último dado disponibilizado).**

Gráfico 9.1.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo processos emissores do setor agropecuário



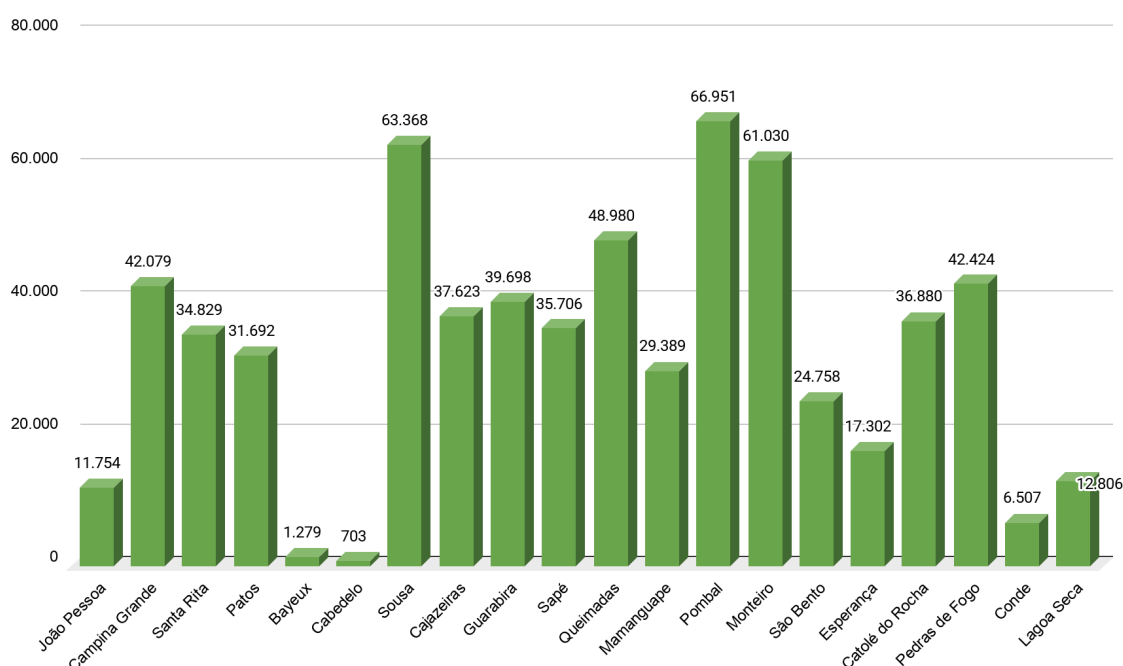
Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)

¹⁵⁹ <https://seeg.eco.br/>



Os dados abaixo mostram a relação do **setor agropecuário**, nas **20 maiores cidades do Estado**, em todas as esferas de atuação, no ano de 2023. Dentre elas, **Pombal é o município que se destacou na emissão de gases**.

Gráfico 9.1.b - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - setor agropecuário 2024 (CO₂e - t - GWP-AR5)



Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)

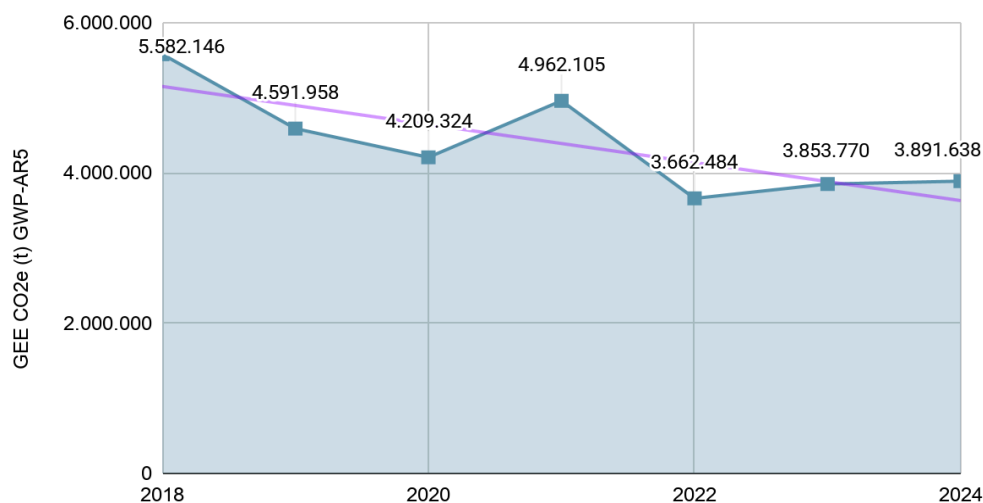
9.2. Energia

O **setor energético** é aquele que é composto por empresas que transformam energia primária em secundária para que seja então distribuída e utilizada.

Os dados abaixo mostram a relação do setor de energia paraibano com a emissão dos GEE, entre 2018 a 2024, na plataforma SEEG. Levando em consideração o uso de combustíveis fósseis e outros, além do uso de energia gasto nesta produção. **O quesito Transportes** foi a categoria emissora mais evidente, tendo crescimento contínuo desde 2021. Assim como, o setor de transporte foi responsável por 17% das emissões de Gases do Efeito Estufa no Estado da Paraíba no ano de 2024. **Para mais informações sobre os outros setores, vide** <https://seeg.eco.br/>.



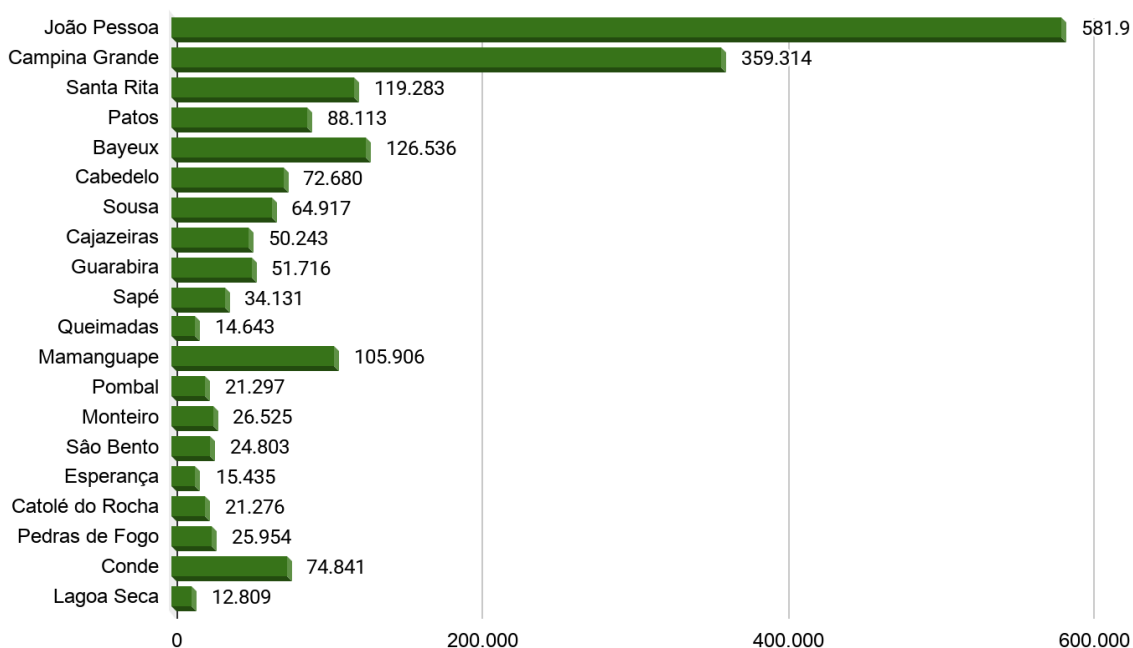
Gráfico 9.2.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Energia



Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)

Abaixo encontra-se o gráfico que indica, dentre as 20 maiores cidades do Estado, quais são aquelas que possuem uma maior emissão dos GEE, a partir da utilização do setor energético, no ano de 2024. **João Pessoa e Campina Grande se sobressaem, devido a concentração populacional e de serviços.**

Gráfico 9.2.b - Taxa de emissão de GEE nas 20 maiores cidades do estado - setor energético 2024 (CO2e - t - GWP-AR5)

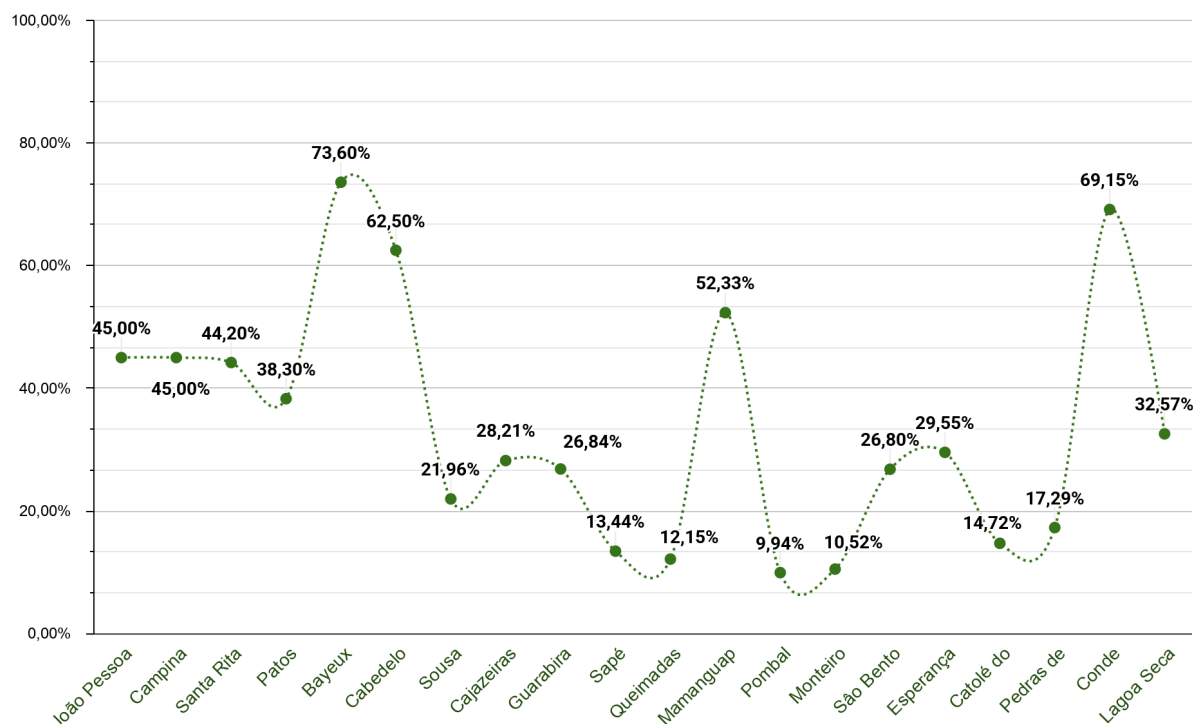


Fonte: SEEG do Observatório do Clima (gráfico elaborado pelo ECD)



Em relação ao setor de **Transportes**, a quantidade de emissão de GEE encontra-se em níveis elevados em relação ao seu valor total, estando acima de 50% do valor total, em Bayeux, Cabedelo, Mamanguape e Conde. A **nível nacional**, o setor de transportes equivale a 10,32% das emissões, enquanto que na **região Nordeste** equivale a menos de 10% (9,75%).

Gráfico 9.2.c - Emissão de GEE no Setor Transporte (Pessoal e Carga) no ano de 2024, nas 20 maiores cidades do Estado



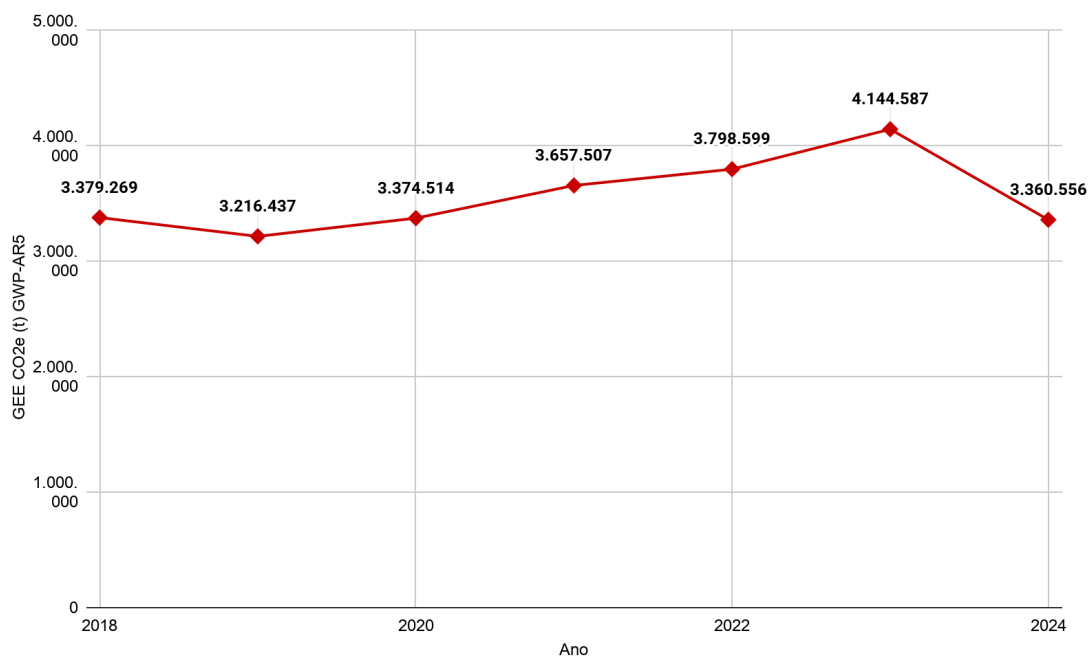
Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)

9.3. Mudanças de Uso da Terra e Florestas

Em relação às mudanças de uso da terra, que são referentes a alterações de áreas naturais, como florestas e locais com vegetação densa ou esparsa, em outras formas de uso, como agricultura, urbanização, mineração, entre outras. **No ano de 2024, na Paraíba, houve uma eliminação de 3.360.556 de GEE decorrentes dessas mudanças. Já a nível nacional foi de 905.607.083 e a nível regional foi de 212.011.856.** Neste último, foi o setor com mais eliminação de GEE. Para mais informações sobre os dados citados, acessar a **Plataforma do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa** << <https://seeg.eco.br/> >>

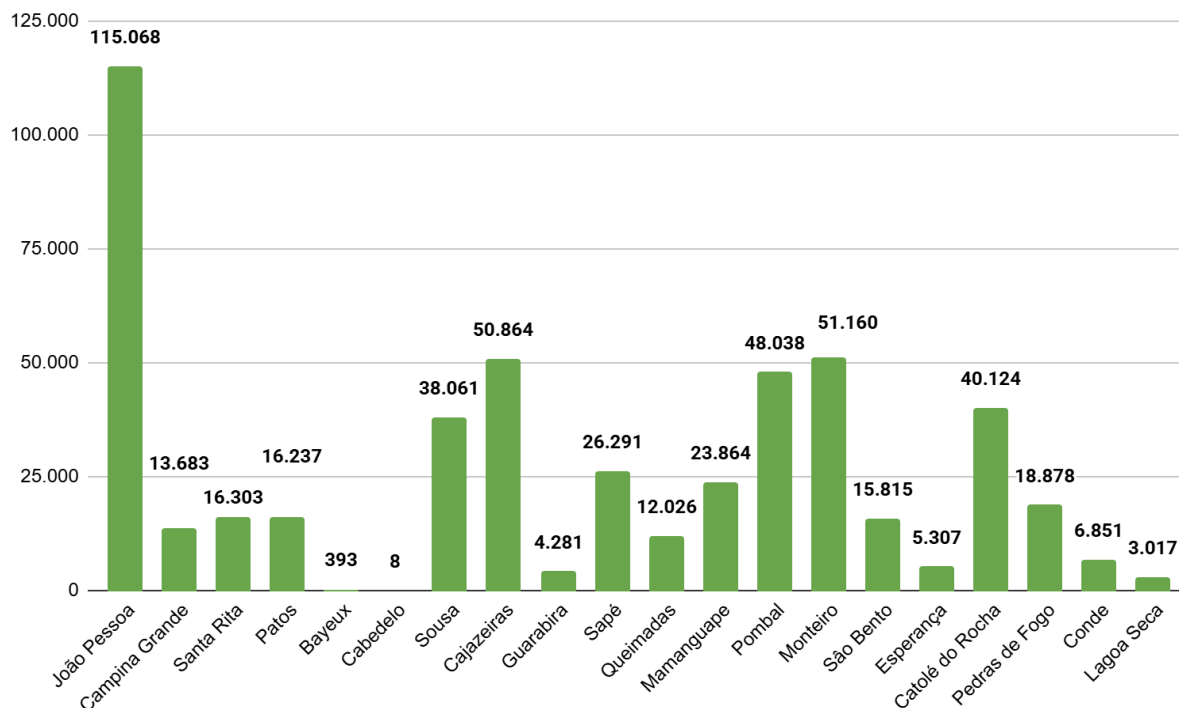


Gráfico 9.3.a - Quantificação da emissão de gases envolvendo o setor de Mudanças de Uso da Terra e Florestas na Paraíba



Fonte: SEEG

Gráfico 9.3.b - Emissão de GEE - Mudanças de Uso da Terra e Florestas, no ano de 2024, nas 20 maiores cidades do Estado



Fonte: SEEG (gráfico elaborado pelo ECD)



10. INDICADORES DE CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Sob o ponto de vista conceitual, segundo a **Carta Brasileira de Cidades Inteligentes**, indica que essas são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e com a transformação digital sustentável, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural. Atuando de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovendo o letramento digital, a governança e a gestão colaborativa, concomitantemente utilizando tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.¹⁶⁰

Figura 10.a - Selo Carta Brasileira das Cidades Inteligentes



Fonte: <https://cartacidadesinteligentes.org.br/>

Como este é um conceito em evolução, tem-se por **Cidades Inteligentes**, uma cidade inovadora, que utiliza tecnologias de informação e comunicação (TIC), além de outros meios para melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação e dos serviços urbanos, garantindo que sejam atendidas as necessidades das gerações presentes e futuras, respeitando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Tem-se por **pilares de uma Cidade Inteligente**, o capital humano, coesão social, economia, meio ambiente, governança, planejamento urbano, mobilidade, transporte, alcance internacional e tecnologia, sendo estes utilizados para avaliar a qualidade de vida dos moradores¹⁶¹.

¹⁶⁰ [Carta Cidades Inteligentes: Conceito para Cidades Inteligentes](#)

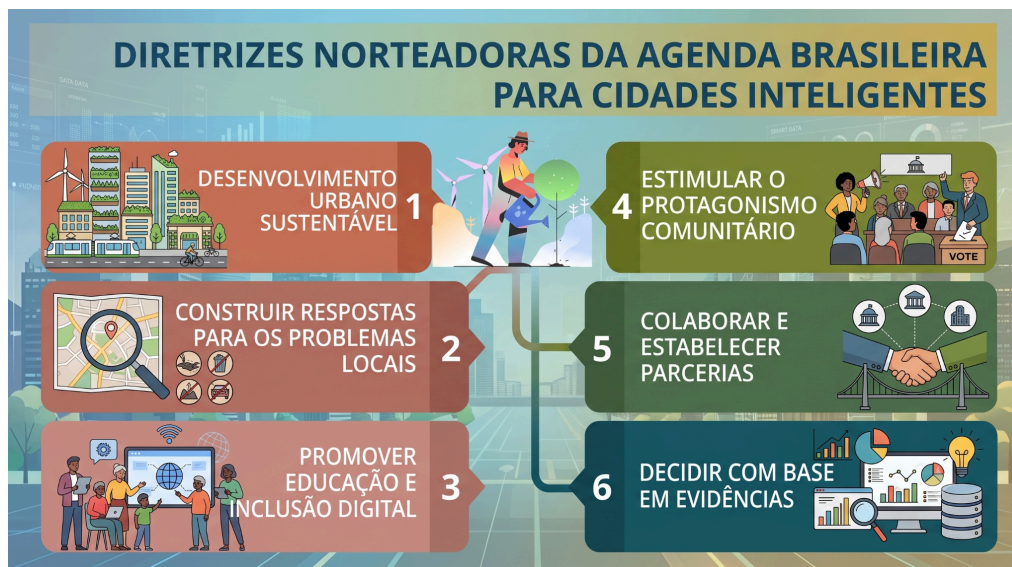
¹⁶¹ [Observatório Econômico: Como aplicar os conceitos de cidades inteligentes em seu município](#)

Figura 10.b - Estrutura das cidades inteligentes



Fonte: Informações elaboradas por André Agra (coordenador ECD - TCE/PB) - Imagem criada pelo Gemini

Figura 10.c - Diretrizes da agenda brasileira para cidades inteligentes



Fonte: Informações elaboradas por André Agra (coordenador ECD - TCE/PB) - Imagem criada pelo Gemini

Para avaliar as cidades brasileiras foi criado o **Ranking Connected Smart Cities**¹⁶² que é uma plataforma que classifica as cidades mais inteligentes e conectadas do país, de acordo com as melhorias desempenhadas em diversos âmbitos, assim como no quesito inovação. São avaliados 74 indicadores dos mais variados setores, onde as cidades são alocadas em um ranking de 100 cidades - são avaliadas àquelas que possuem mais de 500 mil habitantes, de 100 a 500 mil

¹⁶² <https://www.urbansystems.com.br/rankingconnectedsmartcities>



habitantes e de 50 a 100 mil habitantes - existindo pontuações a se considerar. As cidades com maior número de pontos tornam-se as primeiras colocadas.

Dentre as 100 cidades do **Ranking Geral**, no ano de 2024, **João Pessoa** é a única cidade paraibana visualizada. Ela está ocupando a **79ª posição**, ao contrário de 2023 onde estava na 57ª posição do ranking. A primeira do ranking nacional é Florianópolis, em Santa Catarina. Existem alguns recortes que são considerados na análise, os quais também recebem rankings próprios, que são: mobilidade, saúde, educação, segurança, tecnologia, inovação, empreendedorismo, governança, economia, energia, meio ambiente e urbanismo. No **Nordeste**, o destaque foi para Salvador - Bahia, sendo a 10ª colocada no ranking geral.

Figura 10.d - Selo Connected Smart Cities



Fonte: Ranking Connected Smart Cities

As cidades paraibanas que foram citadas no ranking do ano de 2024 foram: João Pessoa, Campina Grande e Cabedelo, ao contrário da edição passada (2023) que Guarabira também estava inserida.

João Pessoa foi elencada na **75ª posição** no ranking de **Mobilidade**, na **94ª posição** em **Meio Ambiente**, na **47ª posição** em **Tecnologia e Inovação**, na **98ª posição** em **Saúde**, na **54ª posição** em **Segurança**, assim como recebeu a **90ª posição em Governança**, este último avalia indicadores da transparência dos municípios, participação social, nível de desenvolvimento municipal e nível de formação do gestor da cidade.

Campina Grande teve participação no ranking do **Meio Ambiente**, estando na **83ª posição**, na **52ª posição** em **Saúde**, enquanto na classificação de **Empreendedorismo** foi colocada na **37ª posição**.

Cabedelo participou do ranking na **69ª posição** no ranking de **Segurança**, **84ª posição** em **Educação**, na **46ª posição** em **Empreendedorismo** e na **92ª posição** em **Governança**.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo apresentar um panorama socioeconômico e ambiental do Estado da Paraíba, utilizando indicadores-chave de desempenho referentes ao período de 2024-2025, bem como dados comparativos de exercícios anteriores, para subsidiar a análise da Prestação de Contas Anual do Governo Estadual. A abordagem evidencia a evolução do controle externo, que passa a avaliar não apenas a legalidade dos gastos públicos, mas também a efetividade, a qualidade e os impactos das políticas públicas sobre a sociedade.

O estudo destaca a importância da mensuração de desempenho por meio de indicadores, ferramenta essencial para identificar problemas estruturais, corrigir ineficiências, apoiar a tomada de decisões, promover o aprendizado institucional e fortalecer a transparência e o controle social. Ressalta ainda o papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência para o planejamento e monitoramento integrado das ações governamentais, contemplando dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Por fim, enfatiza que a análise dos indicadores deve considerar os impactos de fatores conjunturais e eventos críticos, permitindo uma compreensão mais abrangente da realidade e contribuindo para **o estudo e a formulação de políticas públicas mais eficazes e orientadas ao desenvolvimento sustentável da Paraíba**¹⁶³.

¹⁶³ Escrito com auxílio do chat gpt e revisado pela equipe do Espaço Cidadania Digital

